



Lucas Sùllivam Marques Leite
Aryanne Sùrgia Queiroz de Oliveira
Helder Cavalcante Càmara
(Organizadores)



INTERFACES DOS GÊNEROS
E DO SUJEITO:
CONSTRUINDO RELAÇÕES
FILOSÓFICAS E
SOCIOEDUCACIONAIS NO
ÂMBITO BRASILEIRO



**Lucas Súllivam Marques Leite
Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira
Helder Cavalcante Câmara
(Organizadores)**

**INTERFACES DOS GÊNEROS
E DO SUJEITO:
CONSTRUINDO RELAÇÕES
FILOSÓFICAS E
SOCIOEDUCACIONAIS NO
ÂMBITO BRASILEIRO**



**Reitor**

Prof. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor

Prof. Aldo Gondim Fernandes

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. João Maria Soares

**Comissão Editorial do Programa Edições UERN:**

Prof. João Maria Soares

Profª. Marcília Luzia Gomes da Costa (Editora Chefe)

Prof. Eduardo José Guerra Seabra

Prof. Humberto Jefferson de Medeiros

Prof. Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior

Profª. Lúcia Helena Medeiros da Cunha Tavares

Prof. Bergson da Cunha Rodrigues

Assessoria Técnica:

Daniel Abrantes Sales

Capa:

Helder Cavalcante Câmara

Diagramação:

Helder Cavalcante Câmara

Revisão:

Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira

Campus Universitário Central

BR 110, KM 48, Rua Prof. Antônio Campos,

Costa e Silva - 59610-090 - Mossoró-RN

Fone (84) 3315-2181 – E-mail: edicoesuern@uern.br

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Leite, Lucas Súllivam Marques

Interfaces dos gêneros e do sujeito: construindo relações filosóficas e socioeducacionais no âmbito brasileiro. / Lucas Súllivam Marques Leite, Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira, Helder Cavalcante Câmara (organizadores). - Mossoró - RN: EDUERN, 2017.

214 p.

ISBN: 978-85-7621-150-1

1. Conceito - Gênero. 2. Transexualidade. 3. Liderança feminina. **4. Subjetividade.** I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 001.3

SUMÁRIO

PREFÁCIO	06
<i>Marcos Von Zuben</i>	
APRESENTAÇÃO	07
<i>Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira</i>	
A CONSTITUIÇÃO DAS CATEGORIZAÇÕES DE GÊNERO	08
<i>Guilherme Paiva de Carvalho</i>	
PRISMAS MIDIÁTICOS SOBRE UM ESPAÇO PÚBLICO CHAMADO “COBAL”	17
<i>Maria Iratelma Pereira</i>	
A EPISTEMOLOGIA E SUAS FRICÇÕES TEÓRICAS: CONTROVÉRSIAS ACERCA DA VERDADE E DO PODER	25
<i>Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira e Lucas Sùllivam Marques Leite</i>	
A SUBJETIVIDADE OBLÍQUA DA TRANSEXUALIDADE: AS LIMITAÇÕES INTRA FAMILIAR/SOCIAL/CORPORAL DO SER TRANSEXUAL	36
<i>Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira</i>	
MASCULINIDADE E PROSTITUIÇÃO MASCULINA: UMA RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS CORPORAIS E SEXUALIDADE ENTRE MICHÊS EM MOSSORÓ-RN	49
<i>Gleidson Carlos Xavier Peixoto</i>	
AS MULHERES E A LUTA SOCIAL PELA CIDADE: A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE NOS MUNICÍPIOS DE MOSSORÓ, TIBAU E UPANEMA, RN	62
<i>Maria Adriana Vieira das Graças, Juliana Nascimento Funari e Ady Canário de Souza Estêvão</i>	
CEM HOMENS: A ESCRITA ÍNTIMA NO CIBERESPAÇO PRODUZINDO SUJEITOS E SUBJETIVIDADES	72
<i>Pâmella Rochelle R. Dias de Oliveira e Maria Cristina da Rocha Barreto</i>	
GÊNERO E DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA	84
<i>Sayonara Amorim</i>	
GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA, SUSPIROS DE ESPERANÇA	91
<i>Kyara Maria de Almeida Vieira</i>	
ASPECTO MATERIAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	103
<i>Bruno Ernesto Clemente</i>	
OCUPE A CIDADE QUE HÁ EM VOCÊ: ANÁLISE E VIVÊNCIA PERMANENTE DO CENTRO URBANO DE INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS	114
<i>Mykaell Christyan Bandeira e Lucas Sùllivam Marques Leite</i>	

UM OLHAR SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL NO ESTADO DA BA	120
<i>Neila Fernanda Pereira de Souza Diniz, David Sousa Garcês, Diégo Matos Araújo e Maria Cristina Rocha Barreto</i>	
MOVIMENTO ESTUDANTIL E PROTAGONISMO JUVENIL: TRAJETÓRIA DE LUTAS E SOCIABILIDADE NO COMEM	131
<i>Jaelyca Carolina Ferreira de Souza e Ana Maria Morais Costa</i>	
MEGERAS DIABÓLICAS: ANÁLISE SOBRE A SUBMISSÃO E CONDENAÇÃO DAS MULHERES NA MODERNIDADE	143
<i>Diego Rodrigues da Silva e Caio Vitor Lima Falconieri</i>	
EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E SEUS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003	153
<i>Lucas Súllivam Marques Leite, Daiane Duprat Serrano e Ana Maria Morais Costa</i>	
ADOÇÃO POR PARES HOMOAFETIVOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A OMISSÃO LEGISLATIVA PERANTE O ENLACE AFETIVO NAS NOVAS FAMÍLIAS	164
<i>Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira e Betânia Maria Barros Feitosa</i>	
O LABOR E AS QUESTÕES DE GÊNERO SOB AS LENTES DE BOURDIEU	182
<i>Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira e Helder Cavalcante Câmara</i>	
DO LAR AO MANGUE: (RE) CONSTRUINDO A PESCA ARTESANAL SOBRE O FAZER FEMININO EM PORTO DO MANGUE-RN	190
<i>Lucilene Lopes do Nascimento</i>	
LIDERANÇA FEMININA: A PRÁTICA DA BENZENÇÃO EM ANTÔNIO MARTINS/RN	198
<i>Élida Joyce de Oliveira</i>	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REALIDADE OCULTADA NA SOCIEDADE	207
<i>Rusiane da Silva Torres e Raiane Torres da Silva</i>	
CREDENCIAIS DE AUTORIA	214

PREFÁCIO

Os artigos aqui reunidos e que compõem este livro, intitulado *Interfaces dos gêneros e do sujeito: construindo relações filosóficas e socioeducacionais no âmbito brasileiro*, foram produto das apresentações realizadas por ocasião do IV Seminário Temático de Filosofia, realizado nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2016, que teve como tema Ética e Igualdade de Gênero na Sociedade Brasileira, promovido pelo Centro Acadêmico de Filosofia – Alfa e Ômega: unificando a Filosofia e pelo Departamento de Filosofia da UERN, Campus Mossoró, além de outras reflexões sobre a temática em relevo e que deram corpo a este trabalho.

Deve-se ressaltar que a iniciativa do evento, já tradicional no Departamento de Filosofia, é dos estudantes, que escolhem as temáticas que compõem o evento. Nesta edição, o tema central se voltou às relações entre ética e gênero, o que propiciou um importante diálogo interdisciplinar, com a participação de estudantes e pesquisadores de várias áreas.

Assim, os textos compõem um diversificado campo temático que abrangem estudos sobre gênero e diversidade; pesquisas relativas à violência e às lutas da mulher; prostituição masculina, transexualidade e adoção homoafetiva; investigações relativas ao negro e ao ensino da cultura africana; sobre a cidade e sua ocupação; subjetividades no ciberespaço, além de temas como dignidade humana e a relação entre verdade e poder.

Importante ressaltar que os textos, em boa parte, abordam problemas bastante atuais da sociedade brasileira que envolvem a condição da sexualidade em suas variadas formas de expressão e demandas sociais, a necessária consideração da participação da cultura africana na educação dos brasileiros, os problemas da cidade e suas formas de ocupação. Entende-se, desse modo, que os textos aqui publicados representam valiosa contribuição aos estudos das humanidades.

Marcos Von Zuben
UERN - DFIL

APRESENTAÇÃO

Ao iniciar a organização deste livro, houve a proposição de abranger trabalhos voltados para temáticas que avaliam o sujeito inserido em teias relacionais, possuidoras de fios filosóficos, educacionais e sociais, desde a questão que envolve os gêneros — dicotômicos e os que extrapolam o binarismo como, por exemplo, os transexuais — quanto aos aspectos voltados às vivências em comunidades praieiras, em centros urbanos, nos movimentos estudantis, nas escolas, em conselhos municipais e até mesmo nos ciberespaços.

Há um processo amplo de reflexão sobre a construção do conceito de gênero, envolvendo igualmente outras categorias como: masculinidade; transexualidade; homoafetividade; liderança feminina; dignidade da pessoa humana; e subjetividades. Todas essas palavras-chaves são desencadeadas em pesquisas de discentes de graduação e pós-graduação, docentes — mestres, doutores e pós-doutores — e de técnica-administrativa, atuantes na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), assim como em outras relevantes universidades.

Constituindo-se em um debate aberto e inclinando-se sobre o processo de produção de conhecimentos, a presente obra tem por viés principal aprofundar algumas constatações perspicazes, relacionando estas com o sistema socioeducacional e filosófico, respondendo sucintamente a algumas demandas urgentes que surgem em diferentes espaços. Tais respostas breves são fundamentadas com um rico e atualizado arcabouço teórico, relacionando expressivos autores — nacionais e estrangeiros — que esquadrinham com mais afincos os temas aqui examinados.

Em suma, todos os autores que germinaram seus pensamentos e os frutificaram nos artigos aqui presentes, sob diferentes perspectivas, apontam para um fim específico: contribuir para a reverberação de suas visões acerca dos sujeitos envolvidos na sociedade e sedimentar suas constatações nesta plataforma, reafirmando, portanto, o conhecimento como o embrião indispensável ao nascimento da superação dos desafios sociais emergentes.

Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira

A CONSTITUIÇÃO DAS CATEGORIZAÇÕES DE GÊNERO

Guilherme Paiva de Carvalho¹

1. INTRODUÇÃO

A construção social da feminilidade, da masculinidade e de outras categorizações relacionadas com a sexualidade, perpassa por processos de formação da subjetividade, de hábitos e do gênero. Na transmissão de valores culturais, a sociedade impõe aos indivíduos padrões de comportamento. Tais padrões dependem do espaço social e do contexto histórico-cultural no qual o indivíduo está inserido. Cada sociedade transmite, de modo diferenciado, valores morais aos membros que compõem a comunidade, constituindo a performance, os hábitos, as formas de pensar e os modos de identificação do grupo.

No Ocidente, por exemplo, os valores culturais transmitidos para as meninas estão relacionados com o cuidado, a sensibilidade, a delicadeza, o altruísmo, o ser para o outro, entre outras concepções morais. Assim, os sentidos e as construções simbólicas atribuídas à feminilidade, à masculinidade e a outras formas de padrão de comportamento — transmitidos durante o convívio na família e o processo de escolarização —, reproduzem performances, hábitos, visões de mundo e estereótipos.

Além da família, o mundo midiático difunde valores e a cultura que compõem a estrutura simbólica das sociedades, por meio de desenhos animados, filmes, minisséries, telejornais e telenovelas. A convergência de mídias no ciberespaço potencializa a difusão desses valores. Assim, propagandas difundidas na mídia apresentam brinquedos destinados especificamente para meninas e meninos, reforçando a heterossexualidade como padrão normativo. As bonecas que trocam fraldas e choram são direcionadas às meninas, enquanto os meninos são incentivados a brincar de carrinho, lutar com espadas, ou jogar bola.

Desde cedo, nas sociedades influenciadas pela cultura ocidental, as crianças aprendem que a menina sempre espera o príncipe encantado. Apesar da difusão de produções cinematográficas que trazem um papel mais ativo das mulheres, historicamente, nos enredos de fábulas e desenhos

¹Pós-Doutor em Sociologia (Universidade de Brasília), Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN/IFRN/UFERSA).

animados, a princesa quase sempre espera um príncipe para cuidar das crianças e constituir uma família.

O contato com a mídia leva a criança a incorporar valores e o desejo de brincar com carrinhos ou bonecas, usar roupas de cores diferenciadas, levando em consideração os padrões comportamentais que lhe são transmitidos na família, ou por meio da mídia e do convívio social. Caso apresente uma opinião diferenciada daquela considerada “normal” pelo grupo social da qual ela faz parte, poderá sofrer sanções, até mesmo por crianças que fazem parte do seu convívio.

Pretendo refletir aqui sobre a formação do gênero. A temática será abordada a partir de uma perspectiva interdisciplinar, buscando subsídios teóricos na Antropologia, na Filosofia, na Sociologia e na História para propor uma reflexão acerca dos processos psicossociais e intersubjetivos de construção das categorizações de gênero.

O texto está subdividido em três partes. Na primeira apresento a perspectiva de Margaret Mead sobre a temática da construção dos papéis de masculinidade e feminilidade. Faço alusões a concepções filosóficas acerca do gênero, na segunda parte, dando destaque para Judith Butler e Vandana Shiva. A última parte trata da questão de gênero no espaço escolar a partir da teoria de Guacira Louro.

2. UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA DA CONSTRUÇÃO DE GÊNERO

A incorporação das categorizações de gênero é um processo psicossocial que constitui a subjetividade do indivíduo, dependendo de cada contexto histórico-social. No campo da Antropologia, os primeiros estudos sobre processos educacionais de formação psicossocial de crianças e adolescentes foram realizados por Margareth Mead.

Em estudos etnográficos sobre sociedades autóctones, Mead (2014) analisa os processos educacionais, evidenciando a construção de diferenças relacionadas aos padrões de comportamento masculino e feminino. Nas ilhas da Polinésia, Mead (2014) investiga o processo educacional vivenciado por crianças e adolescentes nessas sociedades e as formas de comportamento de homens e mulheres.

Mead (2014, p.165) afirma que o seu propósito em estudar sociedades na Nova Guiné “era descobrir em que grau as diferenças temperamentais entre os sexos eram inatas e em que medida eram culturalmente determinadas, e, além disso, investigar minuciosamente os mecanismos educacionais ligados a essas diferenças”. No estudo sobre as adolescentes na ilha de Samoa, por exemplo, a antropóloga norte-americana observa que a adolescência não era um período de tensão entre as meninas (MEAD, 2014).

Assim, a análise das transformações durante a infância e a juventude é entendida como uma forma de compreensão da cultura. O estudo realizado por Mead (2014) destaca a relação entre a educação, a cultura e a formação da personalidade do indivíduo em contextos socioculturais específicos, ressaltando que as categorizações de feminilidade e masculinidade são construções socioculturais. “Mead procura uma maneira de educar os jovens tentando reduzir seus problemas e ao mesmo tempo preservando sua individualidade, baseada no que aprendera em Samoa” (CARVALHO; RAVAGNANI; LAUAND, 1980, p.30). Para tanto, tece comparações com a sociedade norte-americana, caracterizada por um sistema simbólico reproduzido por outros mecanismos além da família e do convívio social, como a mídia.

Nas sociedades influenciadas pela cultura ocidental, a incorporação das categorizações de gênero é reproduzida tanto no ambiente familiar, na escola quanto pelos discursos da mídia. Basta observar as propagandas difundidas em programas televisivos exclusivos para crianças, como, por exemplo, o canal de TV paga *Discovery Kids*, para perceber o modo de construção das concepções de identidade de meninas e meninos. Sob este prisma, ao evidenciar a importância dos discursos midiáticos no processo de construção das identidades, Gregolin (2003) mostra que o imaginário social não é estático. Nos trajetos da ordem simbólica, “as identidades são constantes construções, nunca acabadas, nunca estabelecidas de uma vez por todas” (GREGOLIN, 2003, p.98).

A publicidade dos brinquedos dirigida às meninas, por exemplo, está geralmente vinculada a valores culturais como o cuidado de bonequinhas, da louça ou da casa. As propagandas na emissora citada anteriormente anunciam uma “pia igualzinha a da mamãe, só que mais divertida”, apresentando às meninas cozinhas para brincar de lavar louças, ou o cuidado de bonecas que choram e precisam trocar fraldas, enquanto os meninos aparecem em comerciais de carrinhos de corrida, ou de jogos de futebol. Em outra propaganda, no anúncio dos produtos da coleção “*little mommy*”, são apresentadas bonecas-bebês que ficam doentes, urinam, querem brincar, enquanto o comercial anuncia que assim “as meninas aprendem brincando”.

Desse modo, partindo de uma perspectiva antropológica, a construção das categorizações de gênero é resultante do convívio social, sendo influenciada sobremaneira pela cultura. Na filosofia, a ênfase na construção social das categorizações de gênero aparece na genealogia proposta por Judith Butler. Com um posicionamento diferente de Butler, Vandana Shiva faz referência a um princípio transcendental e místico para mostrar a essência feminina.

3. A PROBLEMÁTICA DE GÊNERO NA FILOSOFIA

A filósofa norte-americana Judith Butler realiza uma genealogia das categorizações de gênero. Como método filosófico, a genealogia revela que são atribuídos novos significados, valores e utilidades às coisas, dependendo de processos de submissão e relações de poder vigentes na sociedade em determinado contexto histórico. Foucault (1979) ressalta que a genealogia de Nietzsche não busca a origem dos valores, ou do conhecimento. Um aspecto inovador trazido pela genealogia nietzschiana, segundo Foucault (1979), é a visão acerca da dimensão do corpo e do modo como a história afeta os corpos. Hábitos alimentares, valores e leis morais constituem o corpo. Tais fatores não indicam a formação de uma identidade. Na genealogia, a história é descontínua e a identidade dispersa, múltipla e plural.

A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstina em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam (FOUCAULT, 1979, p.35).

Ao analisar a construção dos sentidos atribuídos às noções de feminino e masculino, bem como de outras designações que constituem identidades diversificadas, Judith Butler (2010) realiza uma genealogia das relações de gênero. De acordo com Butler (2010), os indivíduos constituem suas identidades no convívio familiar e nas interações sociais por meio da incorporação de valores culturais.

Para tratar da formação da identidade feminina, Judith Butler (2010) recorre ao método genealógico, mencionando as pesquisas realizadas por Foucault e Nietzsche. Sua análise apresenta uma reflexão crítica sobre a questão da formação da mulher como sujeito, ou a compreensão da mulher como categoria produzida por relações complexas de poder. Em Foucault, “os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar” (BUTLER, 2010, p.18). As estruturas do sistema social condicionam e regulam os processos de formação, definição e reprodução dos sujeitos. No entanto, o sujeito reivindica o seu reconhecimento e se afirma na sociedade à medida que resiste às relações de poder, emancipando-se das estruturas que o reprimem.

Para tratar do processo de construção de categorias como o “feminino” e o “masculino”, Butler (2010) propõe uma genealogia do gênero. Referindo-se às relações de poder evidenciadas por Foucault, que reformulou o projeto nietzschiano de análise dos valores culturais, Butler (2010, p.9) vê a crítica genealógica como uma investigação que “recusa-se a buscar as origens do gênero”, bem como “a verdade íntima do desejo feminino”, ou mesmo “uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver [...]”.

Diferentemente desse direcionamento, a genealogia das relações de gênero “investiga as apostas políticas”, considerando as categorias de identidade como “*efeitos* de instituições, práticas e discursos” que apresentam origens múltiplas e difusas. Tanto o falocentrismo quanto a heterossexualidade compulsória são apontadas como instituições que definem as categorizações de gênero e práticas sociais, as quais precisam ser investigadas para uma compreensão do significado atribuído ao gênero “feminino” (BUTLER, 2010, p.9).

Butler (2010) demonstra que as concepções de gênero e sexo refletem sentidos e significados construídos socialmente e historicamente, sendo que a caracterização das identidades feminina e masculina baseia-se em uma regra disciplinar que impõe a *heteronormatividade* como padrão de conduta sexual correta.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2003, p. 20).

Butler (2010) demonstra que as concepções de gênero e sexo refletem sentidos e significados construídos socialmente e historicamente, sendo que a caracterização das identidades feminina e masculina é direcionada por uma regra disciplinar que impõe a *heteronormatividade* como padrão de conduta sexual correta.

“Os termos *queens*, *butches*, *femmes*, *girls*, e até a reapropriação parodística de *dyke*, *queer* e *faq**, redesdobram e desestabilizam as categorias sexuais e as categorias originalmente derogatórias da identidade homossexual” (BUTLER, 2010, p.177). A identidade é, nesse sentido, mutante, ou como afirma Butler (2010, p.183), cambiante, constituindo-se nas interações pessoais e por meio da cultura, “desintegrada e recirculada exclusivamente no contexto de um campo dinâmico de relações culturais”.

Segundo Beauvoir (2009, p.361), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade [...]”, sendo que “o conjunto da civilização” desenvolve o “produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino”. Assim, ninguém nasce homem, nem mulher, nem *gay*, nem homossexual, nem trans, nem bissexual, nem heterossexual. Na construção do gênero, são inscritos no corpo “significados culturais” que determinam o gênero (BUTLER, 2010, p.27).

Enquanto Beauvoir e Butler enfatizam a influência da cultura na constituição das categorizações de gênero, o ecofeminismo apresenta uma concepção mística e essencialista sobre

a construção da feminilidade. Na cultura ocidental há uma identificação entre a mulher e a natureza, e do homem com a cultura, “sendo a cultura superior à natureza” ou como “uma forma de ‘dominar’ a natureza” (SILIPRANDI, 2000, p.63).

No ecofeminismo, Shiva (1991) desenvolve o conceito de *prakriti*, ou o princípio feminino de criação presente na Natureza, de acordo com a cosmologia hindu, o qual possibilita a integração entre os seres. Para Shiva (1991, p.77), é preciso conceber a Natureza “como um organismo vivo”. Nas sociedades influenciadas pelo *ethos* capitalista ocorreu a subjugação do princípio feminino, originando o desequilíbrio do meio ambiente. Desse modo, Shiva (1991) questiona o modelo de desenvolvimento do capitalismo e defende a biodiversidade, apontando como causa do desequilíbrio ambiental a submissão das mulheres. O ecofeminismo de Shiva (1991) é questionado por apresentar uma visão essencialista da mulher, tendo em vista que relações tradicionais também são caracterizadas por formas de opressão e dominação das mulheres (SILIPRANDI, 2000).

A constituição do gênero consiste em um processo complexo que envolve aspectos sociais, psíquicos e biológicos. Se, por um lado, a perspectiva de Butler apresenta um enfoque centrado na influência cultural na construção do gênero, o ecofeminismo de Shiva desenvolve uma concepção essencialista ao enfatizar o caráter diferenciado das mulheres. Biologicamente, as mulheres são as únicas que podem ter a experiência da gestação e do parto. Isto não quer dizer que elas nasceram para exercer a maternidade. Cada mulher deve ter liberdade para escolher se quer ou não quer ser mãe.

As teorias de Butler e Shiva podem se complementar para uma reflexão mais abrangente acerca da constituição do gênero. É uma questão complexa que abrange diversos fatores sociológicos, fisiológicos e psicossociais. Partindo de Nietzsche e Foucault, o corpo é constituído em relações complexas de poder. Entre as instituições que moldam os corpos, merece destaque, nas sociedades estruturadas a partir do modelo da cultura ocidental, a escola. Dessa maneira, a experiência do indivíduo na instituição escolar é importante para a reflexão acerca da constituição das categorizações de gênero.

4. A CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR

A incorporação de categorizações de gênero consiste em um processo psicossocial e educacional que ocorre por meio da interação do indivíduo com o ambiente social. Várias instituições sociais exercem influência na constituição das categorizações de gênero, além da complexidade que envolve a integração entre heranças culturais, psico e biossociais. O modo de

pensar e ver do indivíduo é resultante de relações complexas com o ambiente social, sendo difícil delimitar as fronteiras entre o cultural e o biológico na formação da subjetividade do ser humano e, por conseguinte, na constituição do corpo.

Feminilidade, masculinidade e outros padrões de comportamento e performance são resultantes de processos complexos associados às dimensões biossociais e educacionais. Neste sentido, a instituição educacional tem relevância significativa na formação dos indivíduos e na construção das categorias de gênero.

Na instituição escolar são constituídas as diferenças. A escola separa os sujeitos, exercendo uma função distintiva. Influenciada pela tradição ocidental, a escola “se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas” (LOURO, 1997, p.57). Instituições e práticas tornam possível a interiorização de concepções morais e regras sociais, estabelecendo divisões por classe, raça, etnia, sexualidade e gênero.

“Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas”, acabam tornando-se “parte dos seus corpos” (LOURO, 1997, p.61). A separação entre meninos e meninas é uma prática entre professores/as nas atividades de grupo em sala de aula desde as séries infantis. Se os meninos não deixam as meninas jogarem bola, não há nenhuma intervenção por parte dos/as professores/as em nome da autonomia das crianças.

Desse modo, a escolha de brinquedos e brincadeiras no espaço escolar é diferenciada por sexo. Crianças que manifestam escolhas que transgridem o padrão heteronormativo sofrem constrangimentos na escola, ocasionando a evasão. “Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe [...]” (LOURO, 1997, p.64).

A separação de turmas por gênero masculino e feminino é uma prática habitual nas atividades de Educação Física. Tal prática é justificada por um discurso científico ligado à biologia. Na década de 1960, as mulheres eram consideradas pelos manuais de Educação Física “como homens diminuídos”, concebendo o feminino como “um desvio construído *a partir* do masculino” (LOURO, 1997, p.73-74).

Para aceitação das diferenças no tocante às escolhas é necessário transcender a concepção binária das relações de gênero para considerar e saber “lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia” (LOURO, 1997, p.65). As diferenças associadas à sexualidade são evidentes na linguagem.

Na sala de aula, a menina tem que saber que quando o professor, ou a professora, disser “os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio”, ela também está incluída (LOURO, 1997, p.65). As regras gramaticais colocam o masculino como universal. Por isso, as meninas

acabam aprendendo que o significado de “aluno”, ou de “homem”, também abrange alunas e mulheres. A palavra “homem” designa tanto homens como mulheres. O ideal heterossexual feminino é associado à passividade e à fragilidade.

De acordo com Louro (1997, p.67), na linguagem ocorre “o ocultamento do feminino”. Ademais, a instituição escolar não faz referência à homossexualidade. A pessoa que se reconhece como homossexual precisa silenciar-se para ser aceita no meio social e no espaço escolar. O espaço escolar constitui identidades de gênero, etnia e classe. Ao constituir identidades reproduz e institui desigualdades, signos de inferioridade, transgressão, desvio e normalidade.

A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às ‘gozações’ e aos ‘insultos’ dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos (LOURO, 1997, p.68).

No processo de construção das dicotomias, o comportamento é direcionado para a heterossexualidade como matriz e orientadora de conduta. “É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz [...]” (LOURO, 1997, p.81). Desse modo, o espaço escolar exerce uma influência significativa na constituição das categorizações de gênero.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante ao gênero, o feminino, o masculino e outras designações, as quais constituem identidades diversas, são construídas por meio de relações sociais e culturais vivenciadas em comunidades, grupos ou sociedades. As pessoas constituem as suas identidades no convívio familiar e nas interações sociais por meio da incorporação da cultura.

É preciso ressaltar que indivíduo e sociedade não podem ser vistos de forma dicotômica, como se fossem entes distintos. Constituídas por meio de um processo relacional, interativo e complexo entre indivíduo e estruturas sociais, as subjetividades se formam a partir de práticas e discursos, fator que perpassa por relações de gênero estabelecidas no cotidiano de determinado contexto cultural e social.

Relações de gênero são produzidas e reproduzidas por meio de práticas sociais a partir das quais são formados significados e sentidos acerca de padrões de comportamento atribuídos para meninos e meninas. No espaço escolar, as representações de gênero estão relacionadas com a visão sobre as relações de gênero de pessoas integrantes do sistema educacional.

O predomínio de relações de poder estabelecendo padrões comportamentais para os sujeitos não pode ser entendido a partir de um ponto de vista determinista, de acordo com o qual as pessoas são totalmente submissas ao poder e a estruturas inertes. Na constituição das subjetividades e das identidades de gênero há resistências e espaços para a liberdade e a autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Sílvia Maria Schmuziger de; RAVAGNANI, Oswaldo Martins; LAUAND, Najla. **A Antropologia e os dilemas da Educação**. In: *Perspectivas*, São Paulo, 3, p.29-50, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo**. In: *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia**. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SILIPRANDI, Emma. **Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais**. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, 2000.

PRISMAS MIDIÁTICOS SOBRE UM ESPAÇO PÚBLICO CHAMADO “COBAL”

Maria Iratelma Pereira²

1. INTRODUÇÃO

As notícias jornalísticas procuram cada vez mais persuadir o leitor, seja através da imprensa escrita ou audiovisual. Os meios de comunicação — a televisão, o rádio e as redes sociais — são instrumentos que são utilizados de forma frequente pela população. Estes meios favorecem várias interpretações de pensamentos bastante significativos aos seus cotidianos, para assim fazer apropriação desses noticiários de forma favorável ou negativa em sua prática diária.

A junção do papel da imprensa, do cotidiano dos trabalhadores da Cobal e o tratamento dado à notícia, nos ajudam a compreender as reais necessidades que a população mossoroense vem passando à procura por melhorias e respeito aos que vivem e sobrevivem da prática comercial na Cobal. O cotidiano dos que labutam o dia a dia na Cobal são solicitações feitas, desde a construção do espaço, que por sua vez, reclamam pela falta de segurança, pela violência, que assusta os que ali trabalham.

O artigo descreve acerca dos diversos pensadores que refletem sobre a importância dada às notícias, possibilitando uma maior reflexão sobre o cotidiano dos trabalhadores. A Cobal é um espaço de sociabilidade, de trocas de experiências e práticas comerciais, que favorece aos que ali trabalham e visitam aquele espaço, de relações sociais e de interação entre trabalhadores e sociedade. A Cobal está localizada na Rua Marechal Deodoro, no Centro da cidade de Mossoró-RN. A Cobal no Brasil foi criada no período do governo de João Goulart, no ano de 1962. O programa de criação da Cobal fazia parte de um dos programas sociais de abastecimento com comercialização de gêneros alimentícios a preços populares, atendendo principalmente às famílias de baixa renda.

Ao analisar no espaço Cobal as maneiras pelas quais as memórias se transformaram — como elas foram influenciadas pelos registros sociais, através da imprensa escrita e pela evolução

² Formada em Licenciatura em Geografia e mestranda em Ciências Sociais e Humanas pela UERN. Atua como professora na Secretaria de Estadual da Educação e Cultura – SEEC/RN nas escolas da 12ª Diretoria Regional de Educação e Cultura – DIREC.

histórica — parece ser o meio de obtermos uma valorização das experiências vividas pelos trabalhadores da Cobal, dentro de uma perspectiva coletiva e por intermédio da memória do próprio grupo social, isto é, os respectivos trabalhadores.

Várias são as notícias destacadas na imprensa escrita sobre a Cobal, desde a alta dos preços dos alimentos, a comercialização, a insegurança, a violência, até a falta de higiene por parte dos trabalhadores, visitantes e consumidores, despertando o interesse de estudiosos, professores, alunos das diversas instituições de ensino, somado as necessidades de pesquisar esse espaço tão frequentado, tanto pela população quanto por turistas que chegam à nossa cidade.

O desenvolvimento econômico e populacional do município de Mossoró ocasionou muitas transformações na cidade, uma delas foi a transferência dos trabalhadores, que antes comercializavam ao lado do mercado público central e hoje desenvolvem suas atividades comerciais na Cobal, fez com que ocorressem muitas fragmentações e pluralização das identidades e novas formas de comercialização, que atendam as demandas da sociedade capitalista.

2. O PAPEL DA IMPRENSA NA VIDA DOS TRABALHADORES DA COBAL

De maneira geral, sabemos que a divulgação das notícias jornalísticas, seja ela televisiva, radiofônica, internet, redes sociais ou impressas, estão relacionadas com a circulação, o consumo e o conhecimento. Por sua vez, os meios de comunicação adquirem uma importante credibilidade quando a notícia ultrapassa as barreiras da interpretação dos códigos linguísticos, entre leitores e telespectadores. As notícias quando difundidas, possuem o poder de perpetuarem por muito tempo, facilitando assim a comunicação entre os indivíduos de determinado grupo social, na aquisição de novos saberes sobre determinado lugar, especificamente os que atuam no espaço Cobal.

A propósito dos fatos, advindos da imprensa, no tocante ao jornalismo, é possível estabelecer um paralelo, como afirma Alsina (2009, p. 303-304):

O jornalista é autor de um mundo possível que se manifesta em forma de notícia. Na construção da notícia estão presentes três mundos distintos e que estão inter-relacionados, são eles: o mundo “real”, o mundo de referência e o mundo possível. O mundo “real” seria o mundo dos fatos, dos acontecimentos, que foi dotado de sentido, *prima facie*. O jornalista adota um modelo interpretativo a partir de um mundo de referência. Esse mundo de referência vai lhe permitir construir um mundo possível que, por sua vez, será a sua versão da realidade descrita. Os jornalistas, para conferir sentido aos fatos, aos acontecimentos, realizam uma inferência lógica que é conhecida como abdução.

O noticiário tem uma ampla e articulada série de valores que estabelecem esses critérios de noticiabilidade. O jornalista faz sua seleção a partir de fontes de informações convencionalmente aceitas, fontes que são as fornecedoras da pauta que irá reger o noticiário ou reportagem, cuja produção norteará o trabalho do fato jornalístico.

A interação entre os trabalhadores da Cobal possibilita um dinamismo nos discursos, considerando a afirmação de ACHARD (2007, p.10):

[...] A análise de um discurso é uma posição enunciativa que é também aquela de um sujeito histórico (seu discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada), mas de um sujeito histórico que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar ao modelo, à hipótese de sujeito histórico de que fala.

Neste sentido, a imprensa envolve uma ampla gama de agentes que se complementam entre si para cumprir sua função de informar a população, a partir da produção de conteúdo plural, conforme argumenta o âncora do programa CBN São Paulo Milton Jung (2005, p.114):

É na reportagem que o jornalismo se diferencia, levanta a notícia, investiga fatos, encontra novidades, gera polêmica e esclarece o ouvinte. Fora dela, sobra pouco do ponto de vista da criação, quase tudo se resume a cópia. O repórter é a síntese do jornalismo, nele se personifica o profissional que vive em busca da informação. Função que não é exercida apenas por aquele que está na rua, microfone em punho, à caça de histórias interessantes para serem contadas.

Os meios de comunicação — seja a televisão, o rádio, a internet ou a imprensa escrita — assumem um papel importantíssimo no tratamento dado às notícias, principalmente a televisão, onde a censura torna-se invisível na divulgação dos problemas que afetam os trabalhadores da Cobal como, por exemplo, a violência e a falta de segurança dos comerciantes e consumidores daquele estabelecimento comercial.

Bourdieu (1997, p.23), ao falar sobre a censura invisível que possui a televisão, afirma que

A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população. Ora, ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer seus direitos democráticos.

O tratamento dado às informações, seja escrito ou oral, pode ser considerado um problema na formação do pensamento crítico, favorecendo a opinião dos receptores na transformação das mais diversas formas de interpretar um fato, uma notícia. Por sua vez, aponta

à escolha de um discurso realizado pelo sujeito emissor e receptor, de maneira a possibilitar a compreensão da linguagem da informação, tendo fundamental relevância no processo da memória social e coletiva, na aquisição e divulgação de conhecimento entre os indivíduos em sociedade.

3. O CENÁRIO DA VIDA COTIDIANA NA COBAL

O cotidiano dos trabalhadores que frequentam a Cobal — sendo esse um dos espaços mais visitados por moradores e turistas da cidade de Mossoró — convida-nos a redirecionar outro olhar, para assim despertar o interesse e a curiosidade de um trabalho de caráter mais investigativo, a fim de desmistificar a falsa ideologia que se espalha sobre esse local. Isto é, motivando estudiosos a rescreverem uma nova história dos que vivem e sobrevivem com a prática comercial, nesse estabelecimento ora citado. A partir do cotidiano vivido, muda o foco das análises desse espaço público da dominação à apropriação, destacando a sua importância na produção de relações de identidade de pertencimento, que permitem a leitura das possibilidades, da superação ou da subversão.

Os trabalhadores da Cobal apresentam origens de espaços geográficos distintos. Alguns deles são oriundos de outros municípios e estados, e isso poderia ser um fator que determinaria uma convivência conflituosa entre eles e a população que frequenta esse espaço de sociabilidade. Apesar dessas diferenças de idade, grau de instrução e elementos culturais, eles conseguem estabelecer códigos que possibilitam amenizar as diferenças de identidades entre eles e os populares que têm acesso a Cobal.

Notadamente, a vida cotidiana, tal como é percebida pelos agentes sociais, passou a ser estudo privilegiado. Mas, o sujeito também aparece como autor da pesquisa. Constata-se então que a sociedade fundamenta suas vivências nas relações entre os seres humanos de tal forma, que os indivíduos realizam suas interações fundamentadas na objetividade de suas experiências, no decorrer de seu dia a dia. O conhecimento popular, desde que realizada a pesquisa qualitativa, pode contribuir para a compreensão das relações sociais, seja no trabalho, em casa, ou em qualquer outro lugar, estabelecendo relações entre o cotidiano e a vida pública, despertando assim a curiosidade da imprensa.

Os autores Berger & Luckmann (2009, p. 173) observam que a constituição de sentido na consciência do indivíduo não é obtida por meio do sujeito isolado, como afirmam no seguinte trecho:

A vida cotidiana está repleta de múltiplas sucessões de agir social, e é somente neste agir que se forma a identidade pessoal do indivíduo. Vivências puramente subjetivas são o fundamento da constituição do sentido: estratos mais simples de sentido podem surgir na experiência subjetiva de uma pessoa. Mas estratos superiores de sentido e uma estrutura mais complexa de sentido pressupõem uma objetivação do sentido subjetivo no agir social. Somente então pode o indivíduo fazer conexões lógicas complicadas, dar início e controlar sequências diferenciadas de ação e recorrer ao tesouro disponível de experiências em seu meio ambiente social. Mas de fato também fluem, além disso, para dentro dos estratos inferiores de sentido da experiência do indivíduo elementos de sentido modelados historicamente nas vertentes mais antigas do agir sociais (tradições). Tipificações, classificações, padrões de experiência e esquemas de ação são componentes do acervo subjetivo do conhecimento, que são tomados em boa parte de um acervo social de conhecimentos.

Para uma melhor compreensão sobre o dia a dia da Cobal, o feirante Jackson Oliveira da Silva faz um desabafo no seu discurso:

Jackson Oliveira da Silva, produtor de banana e feirante, mora na cidade de Baraúna e há sete anos trabalha como feirante. começou na profissão para melhorar de vida, ele começou como ajudante, função conhecida popularmente como “cabeceiro”. “Assalariado é muito sofrido”. Tentei esse negócio e tem dado certo”, comenta. Acordar bem cedo, sair para trabalhar ainda na escuridão da madrugada, muitas vezes em outra cidade, chegar ao local com a mercadoria, ser paciente e simpático para atender os clientes. Terminadas as vendas, voltar para casa, cuidar da produção e quando a noite chega, finalmente, dormir para começar tudo de novo no dia seguinte. Essa rotina cansativa faz parte da vida de muitos feirantes. Alguns apenas revendem mercadoria, mas muitos ainda produzem o que levam para vender na feira. Todos os dias ele acorda por volta das 4 horas e pega a estrada para Mossoró com o caminhão carregado de banana. Nesses sete anos, foi preciso passar por vários obstáculos. O primeiro deles foi a falta de experiência para vendas. “Voltava com a mercadoria quase toda para casa”, revela. Foi preciso, então, aprender a negociar na prática mesmo.

Ao retornar, engana-se quem pensa que o trabalho do dia acabou. Jackson é quem produz o que vende e ainda vai cuidar da plantação para no dia seguinte começar tudo novamente. Essa rotina é seguida de terça-feira a sábado. “Às vezes no domingo também”, diz. (Jornal Gazeta do Oeste 17 de novembro de 2014).

É importante ressaltar que as notícias sobre a Cobal têm despertado na população a curiosidade em saber os motivos pelos quais alguns alimentos se tornam tão caros, comparados aos dos supermercados da cidade, como também possui um caráter de esclarecer de onde vêm carnes, legumes, frutas, verduras. Além de tornar ao conhecimento da sociedade mossoroense, que devido à escassez das chuvas no Estado, o preço dos alimentos tende a se elevar, provocando assim, a insatisfação dos consumidores, que por sua vez, saem à procura de ofertas em outros estabelecimentos comerciais da cidade.

Portanto, quanto mais distantes forem os fornecedores que abastecem os alimentos na Cobal, mais caros se tornarão o preço para o acesso à população.

4. AS REDES SOCIAIS E A COBAL

As redes sociais vêm proporcionando, de maneira eficaz, a divulgação dos fatos em tempo cada vez mais real. Elas possibilitam a interação entre os grupos, favorecendo a troca de experiências, a mudança de comportamento, a formação de opinião e por sua vez, a cobrança dos órgãos públicos por políticas públicas que satisfaçam as necessidades da população.

A Cobal, por ser um espaço público, um dos mais frequentados do município de Mossoró, vem sendo destaque, em blogs, *youtube*, sites, televisão e rádio, dando ênfase à violência, insegurança daquele lugar. As notícias nas redes sociais vêm despertando na população acerca da agilidade — por parte da Prefeitura Municipal e Governo do Estado — na resolução dos problemas que afetam o cotidiano dos comerciantes daquele lugar.

A instalação de câmeras, policiamento, são algumas das ações que vem sendo tomadas no atendimento às reivindicações da sociedade mossoroense. Contudo, as redes sociais apontam desafios que são instigantes na divulgação dos números da violência, de pessoas que frequentam e tiram a paz dos trabalhadores da Cobal.

As notícias se espalham, e por sua vez, tornam-se verídicas ao telespectador que as ouve, provocando assim um poder de propagar-se, e que para apagá-las, demanda tempo. Mas, sabemos que elas ajudam na formação de uma opinião cada vez mais crítica, favorecendo a construção e desconstrução ao mesmo tempo dos fatos.

A formação ou a construção da notícia através das redes sociais possibilita aos formadores de opinião pública uma melhor análise da realidade dos indivíduos, podendo considerar que as notícias, entendendo-as como uma produção jornalística, são as principais formas mais atuais de contato com o entorno social onde vivemos. Graças às redes sociais, sabemos o que se passa, de uma forma muito rápida, tendo o poder de informar localmente, regionalmente, nacionalmente e no restante do mundo, de modo a interagir os fatos com os grupos sociais.

Charaudeau (2006) resume que a informação, enquanto ato de comunicação, é a transmissão do saber que envolve elementos, entre os quais “alguém que possui” a “alguém que se presume” não possuir tal saber, conforme reprodução abaixo de trecho da obra *Discurso das Mídias*:

Se existe um fenômeno humano e social que dependa principalmente da linguagem é o da informação. A informação é, numa definição empírica mínima, a transmissão do saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo. Assim se produziria um ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido, e isso graças à ação, à priori benévola, de alguém que, por essa razão, poderia ser considerado um benfeitor. Essa definição mínima, por mais altruísta que pareça, suscita problemas consideráveis: quem é o benfeitor e quais são os motivos de seu ato de informação? Qual é a natureza do saber a ser transmitido e de onde ele vem? Quem é esse outro para quem a informação é transmitida e que relação mantém com o sujeito informador? Enfim, qual é o resultado pragmático, psicológico, social desse ato e qual é seu efeito individual e social? (CHARAUDEAU 2006).

Logo, para entendermos a relação entre a Cobal, as redes sociais e a sociedade, é de fundamental importância estabelecer a relação entre a cidade, os trabalhadores e o espaço, que por sua vez implica diretamente na divisão e organização do trabalho no espaço da Cobal, onde é frequentado por consumidores, visitantes, oriundos das mais diversas classes sociais, como podemos perceber nas falas dos trabalhadores da Cobal.

A interação entre trabalhadores, consumidores e visitantes através das redes sociais, no espaço Cobal, instiga pesquisadores na obtenção de notícias, para o desenvolvimento de estudos mais relevantes que proporcione um novo redirecionamento das ideologias desse local de sociabilidade.

Raquel Recuero (2009, p.24) ao estudar sobre as redes sociais afirma:

O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas. Para estudar essas redes, no entanto, é preciso também estudar seus elementos e seus processos dinâmicos.

Por fim, ao referir-me as notícias, difundidas nas redes sociais — especificamente no jornal escrito, o rádio, a televisão — sobre o espaço Cobal, as maneiras pelas quais essas notícias se propagam e como elas são influenciadas pela sociedade. Através das relações sociais entre trabalhadores e consumidores, parece ser o meio de obtermos uma valorização das experiências vividas, dentro de uma perspectiva coletiva e por intermédio do cotidiano do próprio grupo social, isto é, os respectivos trabalhadores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar os diferentes pontos de vista dos autores que pesquisam sobre os fatos jornalísticos, no tratamento dado as notícias sobre a Cobal, compreendendo que os textos midiáticos nos ajudam a refletir, repensar e reconstruir novas ideologias acerca do cotidiano dos trabalhadores da Cobal. As notícias difundidas pela imprensa local e as redes sociais, contribui ao pensamento crítico da população mossoroense, como também desperta para uma reconstrução do conhecimento e valorização dos trabalhadores que vivem e sobrevivem da prática comercial na Cobal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JUNG, Milton. **Jornalismo de rádio**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

RODRIGO, Miguel Alsina. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Karoline Maria Fernandes da Costa e. **A construção da notícia no rádio e as novas rotinas produtivas: um estudo da Rádio Jornal de Pernambuco**. 2014. 136f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Acesso em: 19 Fev. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão, seguido de A Influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos**— Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

<<http://leopoldinense.com.br/noticia/473/cobal--companhia-brasileira-de-alimentacao-rua-cotegipe>> Acesso em 05 Jun. 2016.

A EPISTEMOLOGIA E SUAS FRICÇÕES TEÓRICAS: CONTROVÉRSIAS ACERCA DA VERDADE E DO PODER

Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira³
Lucas Súllivam Marques Leite⁴

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a Epistemologia das Ciências Humanas passa por alguns problemas, principalmente no que tange ao não discernimento em lidar com as verdades produzidas pelas Ciências, as quais lidam com a humanidade. A referida Epistemologia investiga a origem, as contribuições e as limitações do conhecimento, porém, muitas vezes não percebe as suas próprias fronteiras ou os seus próprios excessos. Ela examina de forma sistemática as teorias científicas, como se as conhecessem em plena profundidade, em todos os seus aspectos e dimensões. Não se permite ver que o *geist* das Ciências Humanas está em um plano abstrato, ou seja, não palpável, possuindo caráter apenas especulativo. Há nuances invisíveis e incomensuráveis cravejadas nos conceitos trabalhados por diversos estudiosos, os quais tentam se aproximar ao máximo de seus objetos, no entanto, não conseguem plenamente seu intento por tal razão.

Em *Sobre verdade e mentira no sentido extra moral*⁵, Nietzsche afirma que o homem, por ser possuidor do conhecimento, pensa que o mundo gira ao seu redor e que o filósofo — por ser orgulhoso — pensa que consegue ver o universo por todos os ângulos. Tal afirmativa reflete o pensamento epistemológico, o qual pretende conhecer todas as infinitas nuances das Ciências Humanas, sem visualizar suas próprias barreiras científicas perante o conhecimento.

A pretensão da Epistemologia é o reflexo da pretensão humana em alcançar a “Verdade”. Segundo Nietzsche, ela nada mais seria do que a descoberta de uma designação uniformemente válida e obrigatória das coisas. Para ele, há um caráter desesperador de se chegar à Verdade das ciências. O homem — no intuito de sobreviver e existir em sociedade — possui como impulso descobri-la, para que possa realizar a sua necessidade de velar um acordo de paz entre seus pares.

³ Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2014); mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – UERN. Técnica Administrativa no Departamento de História-UERN, e nos grupos de pesquisas: Epistemologia e Ciências Humanas; e História do Nordeste: sociedade e cultura. E-mail: ariannequeiroz84@gmail.com

⁴ Estudante do curso de licenciatura em Filosofia da UERN, vinculado ao Grupo de Estudos Culturais – GRUESC; ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB; e ao grupo de pesquisa Epistemologia e Ciências Humanas. E-mail: sullivamml@gmail.com

⁵ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Sobre Verdade e Mentira no sentido extra moral**. Org. e Trad.: Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedras, 2007. Pág. 25.

Enquanto não houver uma Verdade se sobrepondo às verdades individuais dos seres humanos, essa paz não será implantada, devido ao egocentrismo exacerbado da Humanidade. Esse egocentrismo, intrínseco ao Homem, acaba prejudicando o sentido de Verdade, posto que essa seja interpretada da maneira que o convém, agradando e servindo às suas vontades interiores.

Portanto, em razão de tal fato, Nietzsche questiona:

O que é, pois, a verdade? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tomaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas.⁶

Verifica-se, portanto, que para o filósofo, a Verdade nada mais é que um conjunto de construções que advém da vida do rebanho e da linguagem que lhe corresponde. Há uma diversidade de relações humanas que se misturam e transpõem suas verdades ao campo das ciências. Essas tratam de modelá-las ao seu bel prazer, introjetando ilusões — cobertas com um invisível disfarce de veracidade — para se enganar e enganar a Humanidade.

Através do questionamento acima, percebe-se que cada ciência possui sua verdade construída socialmente, as quais contribuem para ludibriar as pessoas que creem nelas. A partir desse delírio, criam-se expectativas que nem sempre são alcançadas, devido às limitações conceituais que elas possuem e da dicotomia implantada, criando uma separação de dois mundos, passando a existir uma ideia de Verdade *versus* Mentira. A partir dessa separação, originam-se outras dicotomias, tais como bem *versus* mal, indivíduo *versus* sociedade, corpo *versus* alma, sujeito *versus* objeto, civilização *versus* barbárie, loucura *versus* sanidade, normalidade *versus* anormalidade, entre outros.

Nietzsche sugere que não olhemos o mundo somente pelo ângulo da Ciência. Ele critica, aduzindo que

Se a ciência produz cada vez menos alegrias em si mesma e gera cada vez mais alegria colocando sobre suspeita os confortos da metafísica, da religião e da arte, então a maior fonte de prazer a qual a humanidade deve quase toda sua qualidade humana fica empobrecida. Uma cultura elevada, portanto, deve dar ao homem um cérebro duplo, duas câmaras cerebrais por assim dizer, uma para experimentar a ciência e outra para experimentar a não ciência.⁷

⁶ *Idem*.

⁷ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O Nascimento da tragédia**. Disponível em: <<http://www.verlaine.pro.br/>> Acesso em 23.08.2015.

O filósofo não coaduna com o pensamento de que a Ciência é a detentora absoluta da Verdade. Ele alerta que o homem precisa experimentar outras verdades para criar a sua própria, não devendo resignar-se com aquilo que é ditado como certo e incontroverso pelas teorias científicas. Estas separam dicotomicamente as experiências e os fenômenos - como autênticos ou falsos - e asseguram para si tudo que se relaciona com a veracidade dogmatizada.

Por haver essa diversidade de dicotomias advindas da noção de Verdade, as ciências passam a lidar com conceitos, muitas vezes em separado, não conseguindo concatená-los em plena harmonia. Podemos, então, a partir daqui, analisar algumas concepções teóricas trabalhadas racionalmente por Norbert Elias e Michel Foucault, que contribuem à compreensão das relações humanas, apesar da relatividade e da limitação dos saberes.

Analisar-se-á a questão da Verdade e do poder que transpassa nos conceitos trabalhados por Norbert Elias e Michel Foucault, quais sejam: estabelecidos *versus outsiders*; e sujeito *versus* relações de poder, respectivamente. Os referidos pensadores exploram a temática do poder, observando o seu caráter sociológico, filosófico e histórico, o qual reflete sobre a sociedade ocidental na Modernidade. Importante salientar que eles forneceram outros caminhos para fugir das correntes clássicas de pensamento, as quais miravam as relações de poder como algo que afeta verticalmente a sociedade.

2. PONDERAÇÕES ACERCA DA NOÇÃO DE VERDADE E DE PODER

Predomina ainda, na sociedade moderna ocidental, a ideia de que existe um poder normativo estabelecido como Verdade nas Ciências e que tudo aquilo que não coaduna com ele deverá ser renegado, colocado em último plano de análise, ou quem sabe, extirpado.

As teorias científicas modernas foram criadas no intuito de concentrar os olhares da espécie humana em um modelo de pensar acerca da sociedade e dos fenômenos que nela ocorrem. Esse modelo originário fora prescrito como verídico, no intuito de materializar pensamentos e gerir as ações dos indivíduos.

Gustavo Camargo, ao escrever sobre o conceito de Verdade em Nietzsche, elabora seu pensamento, discorrendo que

Se a verdade é criada, então ela é uma espécie de erro. Uma verdade é apenas um erro mais aceito pela moral, talvez por ser um erro necessário. Vemos que, mesmo criticando a abordagem metafísica, é preciso enganar-se sobre a existência da verdade, é preciso acreditar na verdade, valorizá-la, pois este engano talvez seja necessário para a existência de uma espécie como a nossa. É impossível viver sem representações valorativas e lógicas, neste sentido, a

vontade de verdade, isto é, a busca e valorização da verdade acima da ilusão, seria uma forma de autopreservação e possuiria uma função reguladora.⁸

Portanto, o que o referido autor pretende esclarecer é que, ao se estabelecer verdades, os cientistas estão pretendendo preservar as suas próprias verdades, originárias de uma moral subjetiva. Essa moral tem como propósito, de certa forma, resguardar a si mesma e a espécie humana, regulando as demais pessoas para fazê-las viver em harmonia no seio social.

A referida moral legitima a verdade — através de uma linguagem instrumentalizada pela espécie humana —, aplicando-a racionalmente como algo necessário à conservação e ao fortalecimento da condição dos indivíduos. Desse modo, a linguagem nos permite alcançar uma Verdade porque ela é um caminho, dentre tantos outros, que nos leva a uma estrutura prévia de realidade que nos circunda. Para acessar a Verdade de que cada ciência se apossou, percorremos uma via de acesso oferecida pela linguagem, a qual está impregnada de diversos símbolos, conceitos e significados.

Diante dessa pluralidade, assim como das variáveis circunstâncias que envolvem a Humanidade, há teorias das Ciências Humanas que estabelecem um poder regulador, visualizado hipoteticamente, mas transformado em verdade.

Em consonância com essa alegação - e para oferecer saídas alternativas -, os autores Norbert Elias e Michel Foucault pensaram o poder não como algo imposto de maneira repressiva, imutável e fixa, advindo de uma instituição ou de uma classe social específica. Preferiram analisá-lo sob um olhar diferenciado, verificando que há poderes coexistentes nas relações humanas de forma interdependente e produzindo uma diversidade de saberes. Perceberam que os indivíduos estão inseridos em uma rede de poderes que os transpassa, a qual se preserva para organizar os inúmeros interesses e desejo de benefícios de certa coletividade. Sabe-se, porém, que nesse intuito, essa rede de poderes acaba por renegar alguns interesses de uma minoria, em razão de não poder atender a todos de maneira igualitária.

Os próprios autores em questão foram vítimas de preconceito intelectual, em virtude de pretenderem ver sob um ângulo diferenciado a questão do poder na sociedade. Vale salientar que

ambos os autores foram tratados como *outsiders* (na linguagem *eliasiana*) ou anormais (numa denominação *foucaultiana*); isto é, foram considerados teóricos “menores” e “marginais” dentro de seus campos de pesquisa, pelo menos num determinado período de suas vidas. Isso talvez se explique, primeiramente, pelo fato de Elias e Foucault terem utilizado fontes e abordagens de pesquisa inéditas até o momento e, em segundo lugar, porque seus trabalhos

⁸ CAMARGO, Gustavo Arantes. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. In **Revista Trágica**: estudos sobre Nietzsche, vol. 1, N° 02, Pág. 96. Disponível em: <<http://tragica.org>> Acesso em 23.08.2015.

transcendiam as fronteiras disciplinares até então muito bem circunscritas e definidas, entre as mais distintas áreas do saber.⁹

Tal constatação leva-se a crer que as teorias dominantes da época não abriram espaço facilmente para um pensamento diferente e original, pois, de certa forma, tudo que é novidade causa espanto e medo. Por Elias e Foucault trazerem novas ideias - que iam além do que já era discutido e visto como algo estabelecido -, foram tratados com discriminação.

3. NORBERT ELIAS: SOBRE A DIVISÃO DO PODER NO PROCESSO CIVILIZADOR

As ideias de Norbert Elias traçavam um novo pensar sobre as relações de poder, de forma que enxergava essas relações não como algo imposto de maneira vertical e rígida, como as correntes tradicionais de pensamento consideravam. Fora assim, marginalizado, em virtude de

[...] não pensar o poder de forma estática e unidirecional como se o mesmo fosse um amuleto, ou melhor, uma coisa da qual alguns indivíduos teriam posse e outros estariam totalmente destituídos. Ao invés disso, pensava o poder como uma balança que em determinadas circunstâncias poderia pender para um lado e em outros momentos poderia pender para o outro. Nesse caso, o poder se apresenta como um elemento estrutural das relações de interdependências. Além disso, é pelo fato de existirem grupos ou indivíduos que podem reter ou monopolizar aquilo que os outros necessitam como, por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento etc., que o potencial de poder dos primeiros vai ser proporcional às necessidades dos últimos.¹⁰

Em conformidade com Elias, percebe-se que ele discutia o poder de maneira que este fosse tratado como algo que equilibra as relações interpessoais, e que não subjuga os indivíduos, não interferindo diretamente no modo de agir destes. Sua teoria é trabalhada em cima de “modelos de jogos”, que para ele, há uma procura de equilibrar o poder em toda e qualquer relação humana, seja por parte de um indivíduo ou por um agrupamento de pessoas. Para Elias, essa busca de equilíbrio do poder é o princípio de toda e qualquer interconexão entre os sujeitos, e não somente entre o Estado e o sujeito.

Em sua obra intitulada “Introdução à Sociologia”, o sociólogo argumenta que

Conceitos de equilíbrio são muito mais adequados ao que pode ser realmente observado quando se investigam as relações funcionais que os seres humanos

⁹ Moraes e Silva, Marcelo; Capraro, André Mendes; Souza, Juliano de; Marchi Júnior, Wanderley. **Norbert Elias e Michel Foucault – Apontamentos para uma tematização relacional da noção de poder.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>> Acesso em: 23.08.2015.

¹⁰ *Idem.*

interdependentes mantêm uns com os outros, do que os modelados em objetos imóveis.¹¹

A partir do pensamento de Elias, nota-se, portanto, que a questão da busca por equilíbrio é algo inerente nas relações entre duas pessoas ou mais, porém, essas relações não necessariamente são dirigidas por normas fixas, por leis reguladoras. Os indivíduos interagem na sociedade de maneira ordenada – no sentido de seguir regras - ou não, mas estão sempre à procura de um equilíbrio para manterem-se vivos.

Em consonância com tal afirmação, o referido autor produz uma crítica ao pensamento sociológico clássico, quando frisa que

As teorias sociológicas segundo as quais as normas são a mola principal das relações sociais não têm em conta as possibilidades de uma relação humana sem normas e regras; dão uma visão distorcida das sociedades humanas. [...] é perfeitamente possível estruturar as relações sociais entre os indivíduos, mesmo que estas se desenrolem sem regras. Mesmo uma situação que aparece às pessoas nela envolvidas como o cúmulo da desordem faz parte de uma ordem social.¹²

Observa-se, portanto, que há uma diversidade de relações coexistindo em diferentes sociedades, estejam elas seguindo regras pré-estabelecidas ou não, mas sempre envoltas por uma ordem social que mantém a caçada por estabilidade, ou seja, por equilíbrio de poder na sociedade. Se grupos sociais estão em guerra, o motivo para tanto é a procura por este equilíbrio. Caso contrário, se estiverem em harmonia, é porque conseguiram consolidar o poder de maneira equilibrada.

Essas premissas apontam que Norbert Elias produziu seus pensamentos de maneira a criar uma teoria sobre o poder. Esse aspecto foi observado, quando se destacou que

[...] o intelectual elaborou uma teoria geral do poder, pela qual os processos sociais são compreendidos como uma série de configurações historicamente interconectadas, em que a percepção sociológica dos microfenômenos é conjugada a uma abordagem macrosociológica dos fenômenos e vice-versa.¹³

¹¹ ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Pág. 80. Disponível em: <<http://monoskop.org>> Acesso em 25.08.2015.

¹² *Idem*, pág. 82.

¹³ Moraes e Silva, Marcelo; Capraro, André Mendes; Souza, Juliano de; Marchi Júnior, Wanderley. **Norbert Elias e Michel Foucault – Apontamentos para uma tematização relacional da noção de poder**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>> Acesso em: 23.08.2015.

As reflexões *eliasianas* sobre o poder nas civilizações são compreendidas melhor na sua obra “Os estabelecidos e os *outsiders*”¹⁴, onde ele trabalha a ideia de que na vida cotidiana o poder interfere diretamente, nomeando, classificando e definindo os lugares dos indivíduos, na rotina destes.

Verifica-se, na referida obra, a descrição de dois grupos de uma comunidade urbana periférica, a qual demonstra que há

[...] uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como *outsiders*. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior — o carisma grupal distintivo — que o grupo dominante atribuía a si mesmo.¹⁵

Dentro dessa ótica, há a diferenciação de dois grupos: os estabelecidos, que ocupam uma posição de poder em uma determinada comunidade, se autointitulando “melhores”, “civilizados”, e a partir disso passam a ter prestígio em relação aos que não são classificados assim; e os *outsiders*, que é um grupo de pessoas que são denominadas “forasteiras”, por serem recém-chegadas à localidade, não absorvendo a mesma reputação que os estabelecidos possuem.

Em virtude de terem surgido na cidade após os estabelecidos, os *outsiders* eram tratados por eles como pessoas delinquentes, violentas e desestruturadas, ou seja, a identidade deles era estigmatizada. A partir desse estigma, os estabelecidos faziam com que o outro grupo passasse a acreditar que eram humanamente inferiores, sentindo-se assim carentes de virtudes, possuindo uma ausência de atributos.

É importante destacar que

[...] nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-*outsiders*: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praisegossip*], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blamegossip*] contra os suspeitos de transgressão.¹⁶

Por meio dessa afirmação, é notória a divisão dicotômica dos membros da sociedade pesquisada por Elías, onde lá há um grupo de pessoas que é percebido como superior e outro

¹⁴ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Disponível em: <<https://auladesociologia.files.wordpress.com>> Acesso em: 26.08.2015.

¹⁵ *Idem*, Pág. 19.

¹⁶ *Idem*, Pág. 20.

grupo visto como inferior. O primeiro grupo acaba impondo a ideia de que há uma superioridade dos seus membros sobre os membros do outro agrupamento, em virtude de terem se estabelecido antes do outros, tratados como *outsiders*.

Essa separação imposta fora tratada por Elias como parte de um processo civilizador, o qual ocorre nas mais diversas civilizações, verificando a questão do poder como algo que pode ser dividido.

É sempre bom deixar cristalina a ideia que, enquanto Elias avança nesse viés de separação de poderes no processo civilizador, Michel Foucault tenta encontrar outro caminho para discorrer sobre o poder.

4. FOUCAULT: RELAÇÕES DE PODER E A QUESTÃO DA VERDADE

Foucault procura discutir acerca do sujeito através da observação de uma rede de poderes-saberes existente na sociedade, que o atravessa por meio dos discursos científicos. Para o filósofo, não há somente uma instituição ou só um poder estabelecendo regras, reinando em uma sociedade e ditando suas regras de maneira perpendicular aos sujeitos.

Foucault acredita que “enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas.”¹⁷ Para ele, analisar os sujeitos é verificar uma gama de conexões complexas, exercendo o poder em várias direções, sem precisar se ater a uma entidade ou a um grupo de pessoas específicas e isoladas, como sugere Norbert Elias. O pensamento *foucaultiano* difere no ponto em que não se estabelece divisão do poder em fragmentos, mas o insere em uma rede de relações que, através desta, ele atua. O filósofo não tem pretensão de realizar uma teoria geral do poder, porém, se dedica a observar analiticamente este, por meio de um conjunto de práticas — discursivas e não-discursivas — que foram produzidas no decorrer da história.

Essas premissas revelam o pensamento de Foucault ao realçar que

Se tentamos construir uma teoria do poder, será necessário sempre descrevê-lo como algo que emerge num lugar e num tempo dados, e daí deduzir e reconstruir a gênese. Mas se o poder é, na realidade, um conjunto de relações abertas, mais ou menos coordenadas (e, de fato, mal coordenadas), então o único problema consiste em se munir de uma rede de análise que torne possível uma analítica das relações de poder.¹⁸

¹⁷ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. Pág. 232.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. “Confession of de Flesh” [1980?], apud DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 202.

Em síntese, o autor tenta passar a ideia de que não se deve voltar o olhar ao poder como se este fosse algo absoluto e instituído; como se fosse algo construído e fixado em um terreno, em certo lugar no tempo e que não pudesse ser alterado; como se fosse algo que alguém toma como propriedade e pode ou não repassar a outra pessoa.

Ao contrário, o pensamento *foucaultiano* revela que o poder é algo que se exerce através de interconexões permeadas em toda a sociedade, de redes invisíveis, desiguais e móveis que apontam para diversas direções. A partir dessa alegação, ele rastreia o poder através dessas relações, identificando o modo como estas operam entre os indivíduos.

Em face desse pensamento, observa-se que o poder é uma operação, intervindo sobre outras diversas operações e, por meio da disciplina, é que se reconhece essa intervenção. Portanto,

É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem as relações que exprimam comando e comandados.¹⁹

Em virtude do espaço limítrofe deste artigo, não nos ateremos a relevante questão acerca da observação das relações de poder através da disciplina. Por ora, basta ressaltar que o poder disciplinar fora percebido por Foucault como um poder que condiciona o indivíduo através de instituições disciplinares, como os hospitais psiquiátricos, as escolas e as prisões. Nesses estabelecimentos reguladores, há uma imposição de “discursos de verdade” que prescrevem comportamentos humanos homogêneos e sujeitam os corpos à obediência.

Em relação à Verdade, Foucault apresenta seu raciocínio, asseverando que

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.²⁰

Então, o filósofo compreende que, através de alguns tipos de discursos, a verdade se estabelece, movendo a sociedade em uma relação de formas e conteúdos. A linguagem é que serve como transporte para os saberes transpassarem os sujeitos e os condicionarem,

¹⁹ FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas.** Pág. 371. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 31.08.2015.

²⁰ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Disponível em: <<http://www.nodo50.org>> Acesso em 31.08.2015.

transformando-os em corpos dóceis e úteis. Essa imposição de verdade faz com o indivíduo perca sua autonomia, cerceando e limitando suas escolhas, retirando de suas mãos o livre-arbítrio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados sobre Verdade — por meio da declaração de Nietzsche — e relacionando-os às ideias de Norbert Elias e Michel Foucault acerca do Poder, leva-se a acreditar que os indivíduos estão sempre limitados aos discursos, sejam eles científicos ou morais, os quais têm o condão de cercear as vontades subjetivas de cada ser.

Há fronteiras invisíveis separando as verdades dos indivíduos, porém, há também de maneira oculta, uma diversidade de relações de poder em rede que os unem, atuando sobre suas vontades e controlando suas subjetividades.

As teorias modernas dos pensadores Norbert Elias e Michel Foucault tentaram dar um novo viés, um novo olhar às Ciências Humanas, fazendo acontecer uma reflexão sobre as ideias clássicas, sobre suas limitações e suas verdades.

Em suma, o que se pretendeu neste trabalho foi observar alguns pontos das pesquisas dos referidos autores — os quais estabeleceram novos critérios de avaliação acerca das relações interdependentes dos indivíduos —, assim como criticar a noção de verdade imposta pelas teorias sociais clássicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Gustavo Arantes. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. *In Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche*, vol. 1, Nº 02. Disponível em: <<http://tragica.org>> Acesso em 23 ago. 2015.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Disponível em: <<http://monoskop.org>> Acesso em 25 ago. 2015.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Disponível em: <<https://auladesociologia.files.wordpress.com>> Acesso em: 26 ago. 2015.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 31 ago. 2015.

FOUCAULT, Michel. “Confession of de Flesh” [1980?]. In: DRYEFUS, H.L.; RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Disponível em: <<http://www.nodo50.org>> Acesso em: 31 ago. 2015.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MORAES E SILVA, Marcelo; CAPRARO, André Mendes; SOUZA, Juliano de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **Norbert Elias e Michel Foucault – Apontamentos para uma tematização relacional da noção de poder.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>> Acesso em: 23 ago. 2015.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O Nascimento da tragédia.** Disponível em: <<http://www.verlaine.pro.br>> Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. **Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-moral.** Org. e Trad.: Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedras, 2007.

A SUBJETIVIDADE OBLÍQUA DA TRANSEXUALIDADE: AS LIMITAÇÕES INTRA FAMILIAR/SOCIAL/CORPORAL DO SER TRANSEXUAL

Aryanne Sérgio Queiroz de Oliveira²¹

1. INTRODUÇÃO

Ao nascer, o corpo de um bebê, através de sua genitália, o identifica se será considerado pela sociedade como menino ou menina. Em seu nascimento, ele é jogado em uma rede de significados que o definirá como ser um homem ou ser uma mulher, não tendo assim autonomia para dizer o que quer ser ou o que nasceu sendo.

Em consonância com Ceccarelli, sabe-se que anteriormente ao nascimento de uma criança, esta é qualificada e identificada como menino ou menina, vindo o sexo anatômico a designar o seu gênero como masculino ou feminino. Tal afirmativa é percebida claramente quando se observa o “discurso dos pais sobre a criança e para com a criança, discurso baseado nos desejos dos pais, seus fantasmas e crenças, pelos presentes que serão dados ao recém-nascido, pelo lugar que ele ocupa na família e na sociedade²²”.

Assim, um conjunto de características — signos — é quem define a pessoa como pertencente ao gênero masculino ou feminino, tais como os brinquedos que utiliza, os tipos de roupas e as cores destas, a maneira de agir e falar, entre outros. Relevante destacar que a vestimenta é um fator primordial para caracterizar o sexo das pessoas, depois da genitália.

A estrutura social vigente consegue conceber o sexo apenas de forma dicotômica, na sua versão macho/fêmea. Há uma predisposição de se classificar tudo e todos como sendo do sexo masculino ou feminino, não havendo espaço para o que não se adapta a uma dessas categorias²³.

2. A TRANSEXUALIDADE INTRASOCIAL

A sociedade, em geral, está acostumada a dividir o sexo em duas categorias bem distintas, direcionando meninos e meninas — desde o nascimento — a desempenharem papéis quase

²¹ Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2014); mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – UERN. Técnica Administrativa no Departamento de História-UERN, e nos grupos de pesquisas: Epistemologia e Ciências Humanas; e História do Nordeste: sociedade e cultura. E-mail: aryannequeiroz84@gmail.com

²² CECCARELLI apud SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **Corpo e identidade das pessoas transexuais**. Pág.02.

²³ REVISTA ÂMBITO JURÍDICO. **O Biodireito de mudar**: transexualismo e o direito ao verdadeiro eu. Pág. 01.

opostos. Para que ocorra uma análise mais compreensível acerca das diversas realidades expressas no âmbito da sexualidade, se faz necessário observar o contexto histórico-social, não esquecendo que há uma construção envolvendo os atributos classificatórios de homens e mulheres. Segundo Freud²⁴:

É indispensável se deixar claro que os conceitos de “masculino” e “feminino”, cujo conteúdo parece tão inambíguo à opinião corriqueira, figuram entre os mais confusos da ciência e se decompõem em pelo menos três sentidos: ora se empregam “masculino” e “feminino” no sentido de atividade e passividade, ora no sentido biológico, ora ainda no sentido sociológico. O sentido sociológico extrai seu conteúdo da observação dos indivíduos masculinos e femininos existentes na realidade.

Ao se deparar com o ser transexual, a sociedade se vê inicialmente diante de um ser que gera confusão, devido ao sistema binário e heterossexual que está acostumada a lidar. Assim, ela vê os transexuais como aberrações, como algo incomum, como um erro da natureza.

Mirian Ventura da Silva²⁵ define a pessoa transexual como

aquela que se utiliza da prática das transformações corporais para atender seu desejo de viver e ser identificado como pessoa do sexo oposto ao seu sexo biológico. Trata-se de um tipo de expressão da sexualidade – a transexualidade – que possui uma definição médica correspondente: o transexualismo.

Na realidade, o ser transexual nasceu em um corpo e deseja ter nascido em outro, de sexo contrário ao seu. O transexual se sente um estranho no corpo errado, tornando-se um pesadelo viver em dissonância consigo mesmo. A identidade psíquica torna-se oblíqua, diferente daquela que se vê diante do espelho, ao observar a anatomia do próprio corpo. Tal sentimento de não-pertencimento a si mesmo ocorre em razão das normas sociais, que incutem a ideia de homem e mulher como o “normal” e quem estiver fora dessa “normalidade”, deverá ser considerado uma aberração.

A problemática da *identidade sexual* de alguém é, porém, muito mais ampla do que seu simples sexo morfológico. Deve-se, pois, considerar o comportamento psíquico que o indivíduo tem diante de seu próprio sexo. Daí resulta que o sexo compõe-se da conjunção de diferentes aspectos, tais como físicos, psíquicos e comportamentais da pessoa, caracterizando-se, conseqüentemente, seu *estado sexual*.²⁶

²⁴ FREUD apud SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **Corpo e identidade das pessoas transexuais**. Pág. 06.

²⁵ DA SILVA, Mirian Ventura. **Transexualismo e respeito à autonomia**: um estudo bioético dos aspectos jurídicos e de saúde da “terapia para mudança de sexo”. Pág. 11.

²⁶ REVISTA ÂMBITO JURÍDICO. **O Biodireito de mudar**: transexualismo e o direito ao verdadeiro eu. Pág. 01.

Porém, por não pretender fugir aos comandos da sociedade — que só admite a hipótese binária da sexualidade, onde o ser humano ou é homem ou é mulher —, o ser transexual vai tentando se encaixar para viver uma vida normal, recorrendo a terapias e cirurgias de redesignação sexual.

Coadunando com esse pensamento, Sampaio²⁷ aduz que

o que destoa da norma, nesse caso, é que o sentimento da pessoa transexual de existir enquanto homem ou mulher discorda do sexo biológico. Tanto é assim, que se procura uma melhor conformidade em relação ao sexo biológico, para se sentir em menor desacordo com ele e minimizar a sua exclusão social. A transexualidade mostra, portanto, que ser homem ou ser mulher não tem o biológico como determinante da sua conformação original. Ao mesmo tempo, por exigências próprias e por pressões sofridas no contexto social, a pessoa transexual não se sente autorizada a criar uma nova categoria de gênero dentro do que se entende como “normal”.

As pessoas transexuais não possuem dúvidas quanto à identificação subjetiva do seu gênero como sendo homens ou mulheres, apesar dos seus sentimentos estarem em dissonância com os seus corpos biológicos e ao que é determinado pela norma cultural. Assim, mesmo que essas pessoas passem pelos procedimentos hormonais e cirúrgicos para conseguir os signos que as caracterizarão no meio social como pertencentes ao gênero que se identificam, elas continuarão estigmatizadas pela origem biológica, pois para a sociedade, o corpo é quem estabelece a verdade do sujeito.

Este corpo referido é aquele que tem conotação material, o tangível, o sólido, o que está banhado pela luz e tem forma. Com isso, o que está à vista dos olhos da sociedade é o corpo/carne do outro, e não seu íntimo, o seu lado subjetivo. Este não permanece visível, não se tem contato direto, portanto, é de certa forma esquecido em contraponto a parte corpórea do ser humano, que permanece à mostra, a todo instante, sendo continuamente sentenciada pelos pré-julgamentos daqueles que impõem as normas morais e legais em vigor.

Segundo Mirian Ventura²⁸,

a transexualidade não traz em si limitações à autonomia (moral ou legal) da pessoa transexual, mas, sim, um tipo de vulnerabilidade em razão da contradição entre a transexualidade e as normas sociais e morais sexuais vigentes, o que pode resultar em restrições pessoais e sociais danosas à autonomia individual (ou seja, em vulneração), como: a proibição legal de alteração do prenome e do sexo nos documentos de identificação pessoal, ou restrições para o acesso às transformações corporais desejadas, no sistema oficial de saúde, dificultando às intervenções médicas adequadas e seguras para a transexualização.

²⁷ SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **Corpo e identidade das pessoas transexuais**. Pág. 08.

²⁸ DA SILVA, Mirian Ventura. **Transexualismo e respeito à autonomia...** Pág. 28.

O ser transexual, em razão de sua vulnerabilidade, tenta se adaptar e permanecer — após as intervenções médicas — em consonância com os ditames normativos relacionados ao gênero. Ele não consegue se livrar por completo do estigma criado pela sociedade em torno da transexualidade, mas busca amenizá-lo, tomando posse de alguns signos pertencentes ao sexo adquirido com a cirurgia, para que os outros possam finalmente lhe enxergar como pessoa.

Observe o ponto de vista de Dagognet²⁹, o qual aduz que

os outros me vêem e eu me vejo um pouco como eles me vêem. Esse olhar cria uma situação confusa, na medida em que o cultural e o social se refletem em mim, interferindo nas minhas próprias representações. Por fim, não sabemos mais onde se encontra o corpo; ele é nós mesmos, e também é o que os outros decidem.

A assertiva acima nos induz a refletir sobre como todos os seres humanos são influenciados pelas normas culturais e sociais que nos cercam de maneira invisível, mas incisiva, gerando situações de desconforto consigo mesmo, dentro de seus corpos, em suas subjetividades. Portanto, assim também acontece com os transexuais de maneira mais intensa, posto que estão a todo instante sendo observados, causando estranheza, atraindo olhares oblíquos por não se encaixarem perfeitamente no modelo padrão binário de sexualidade gerado pelo social, qual seja, o masculino e o feminino.

Dagognet³⁰ afirma ainda que “conservamos a tese de um corpo no cruzamento do natural e do cultural; o segundo tem uma importância tal que chega a eclipsar ou a reduzir os efeitos do primeiro.” Os ditames culturais acabam por deturpar o que a natureza criou, alterando com isso o modo de ver esta como algo puro e de real relevância. Assim, o transexual, nascido com características biológicas diferentes das características psíquicas, originárias da natureza em sua primazia, não é considerado pela cultura com naturalidade. Pelo prisma cultural, a transexualidade é algo “anti-natural”, fora da “normalidade” criada pela natureza, porém, essa anti-naturalidade fora criada pela própria sociedade, inculcada na cultura desta forma.

O referido autor explicita que

A sociedade impõe não só um comportamento conveniente mas procura, principalmente, facilitar a vida civilizada, no sentido que ninguém deve, pelo seu próprio desenvolvimento (sem limitação ou comportamento), impedir o

²⁹ DAGOGNET, François. **O Corpo**. Pág. 132.

³⁰ DAGOGNET, François. **O Corpo**. Pág. 142.

outro ou restringi-lo demais. Todo corpo tende a se espalhar; as regras da boa educação o obrigam a se conter³¹.

Ao inserir regras de comportamento no âmbito cultural, a sociedade constrói estereótipos a serem seguidos pelo bem da civilização, mas acabam criando diferenciações que prejudicam alguns seres humanos, como os transexuais em questão.

3. A TRANSEXUALIDADE INTRAFAMILIAR

Os transexuais são acometidos — desde a infância — por uma vulnerabilidade, pois muitas crianças já têm consciência de suas diferenças e de seus desejos, porém, na maioria das vezes, não são compreendidas pelos próprios pais. Estes acabam impondo um modo de agir aos filhos por não alcançarem o significado desse tipo de sexualidade, refletindo o preconceito criado pelo meio social no qual estão inseridos. O medo de serem rejeitados e de verem seus filhos não admitidos socialmente acaba fazendo com que os membros da família imponham uma sexualidade que não pertence aos infantes transexuais.

A transexualidade ainda é um tabu, posto que muitas pessoas, intra ou extrafamiliar, se recusam a tocar no assunto ou se esquivam quando são questionadas sobre o assunto, agindo com discriminação e chacotas. É algo que ainda assusta, por não ser bem explicada, por não ser debatida abertamente dentro da conjuntura familiar e social, em geral.

Em alguns casos, a experiência da transexualidade é compartilhada com a família desde a mais tenra idade, sendo reforçada e apoiada pelos pais, irmãos e demais parentes. Já na maioria das circunstâncias, é uma experiência vivida de maneira traumática, ocasionando uma ruptura entre os vínculos familiares, tendo o ser transexual que reconstruir ou criar novos enlaces com parentes e amigos.

A família não aceita devido ao pensamento e ao tratamento das pessoas da sociedade que são “normais”, preocupando-se com o que os outros vão mencionar, o que vão imaginar, como vão reagir. A família do transexual não aceita facilmente esse gênero. Muitas vezes maltrata, chinga, violenta, expulsa de casa, realiza ameaças de morte. Há certo sentimento de perda por parte da família quando se depara com a transformação do ser transexual em “outra pessoa”, principalmente em razão das expectativas e sonhos almejados para este indivíduo.

Em razão de não serem plenamente compreendidos pela própria família, muitos transexuais entram na marginalidade, no mundo das drogas, da prostituição, da depressão e alguns chegam a cometer o suicídio, devido ao sofrimento psíquico. Crianças transexuais sofrem

³¹ *Idem*, Pág. 150.

bullying nas escolas, passam por síndromes do pânico, depressão, entre outros problemas. Muitos deixam de frequentar a escola por causa de seus comportamentos e das aparências corporais.

Para tentar se libertar da raiva que sentem por ter um corpo diferente de sua identidade de gênero e por não serem aceitos no seio familiar, muitos transexuais acabam violentando o seu próprio corpo, se mutilando, se machucando para se libertar dessa “prisão” corporal. O desejo do transexual é encontrar sua própria identidade — posto que se vê de maneira oblíqua diante do espelho —, e ser aprovado e respeitado no meio social como as demais pessoas consideradas ‘normais’. Não possui um sentido de si como algo concreto, como algo verdadeiro e plenamente aceitável pelos que o rodeiam, não considerando assim que possui uma identidade.

Em razão das famílias muitas vezes não aceitarem a nova condição das pessoas consideradas transexuais que passam por cirurgias de readequação sexual, alguns destes se veem obrigados a se prostituir para se manterem, posto que não possuem amparo financeiro dos membros familiares. Seria primordial que estes pudessem conceder um suporte emocional e financeiro nesta fase peculiar de mudanças, na qual acontece concomitantemente uma readequação social, com novos signos a serem apreendidos e novas posições sociais a serem ocupadas.

Nessa fase pós-operatória, se deve ter consciência que o ser transexual passa por uma situação de desconstrução de si e de uma nova construção de si, onde mudanças em seu corpo, em seu modo de agir e em suas atitudes performáticas irão ocorrer imediatamente. Haverá um novo modo de vida, um renascer de uma subjetividade em um novo corpo, tentando agora ser reconhecido como um ser humano em plenitude. Ou seja, passará o transexual a existir dentro das normas binárias sexuais vigentes, deixando um passado de intempéries e maus tratos para trás e vislumbrando um novo horizonte com respeito e valorização por parte dos demais.

4. A OBLIQUIDADE INTRACORPORAL DO SER TRANSEXUAL

O que se deve levar em consideração é que não há escolha de gênero por parte das crianças transexuais ao nascer. Elas simplesmente se identificam como meninos em corpo de menina ou vice-versa. Desejam ter um corpo diferente daquele em que nasceram. Para o transexual, é como se tivesse nascido com uma mutação física, e sente a necessidade de extirpar ou modificar essa deformação, para consertar o que está errado. Há uma vergonha do próprio corpo. Há uma recusa de se ver em um corpo diferente daquele que deseja ter nascido. A identidade de gênero se dá através do pensamento, mesmo que biologicamente/hormonalmente se diga o contrário.

Ainda que o transexual reúna em seu corpo todos os caracteres orgânicos de um dos sexos biológicos, seu psíquico se prende, irresistivelmente, ao sexo oposto. Mesmo que aparentemente seja considerado “normal”, nutre profundo inconformismo com o seu sexo. O intenso desejo de modificá-lo leva à busca de adequar a externalidade à sua alma³².

O direito de liberdade pessoal é a aspiração mais legítima que o ser transexual possui, posto que deseja ter melhorias na qualidade de vida, assim como almeja ampliar suas escolhas diante das situações do cotidiano, superando as limitações impostas pelas normas sociais em razão da sua obliquidade sexual/identitária.

Ao buscar transpor essas limitações, a pessoa transexual acredita que sua identidade não será mais posta à prova caso se submeta a tratamentos hormonais e cirurgias de readequação sexual, assim como pensa que alcançará a plena dignidade humana oferecida pelos seus familiares e demais membros da comunidade na qual está inserida.

Porém, deve haver uma preocupação legítima em relação a tais novidades. Mirian Ventura³³ observa que, simultaneamente a tais desejos do indivíduo transexual,

crece a preocupação com a proteção da pessoa amplamente entendida, isto é, de sua dignidade e integridade física e psíquica, em face dos riscos potenciais e desconhecidos que o uso das novidades pode trazer para a saúde humana, bem como, de suas implicações morais e políticas e suas possíveis repercussões, não necessariamente positivas, nas relações sociais e pessoais.

É verdade que os relacionamentos interpessoais se alteram, na medida em que a pessoa transexual se readapta através das novidades terapêuticas e cirúrgicas, podendo tal mudança ser benéfica, mas também causando estranheza para muitos.

5. TRATAMENTOS MÉDICOS E JURÍDICOS DIRECIONADOS ÀS PESSOAS TRANSEXUAIS

Em relação ao tratamento hormonal, muitos médicos dividem opiniões em relação ao seu início, porém, a maioria deles diz que o quanto antes, melhor. Existem tratamentos hormonais que anulam a testosterona, impede o crescimento de pelo e o aparecimento de outras características masculinas nas meninas que nascem com a genitália masculina. Há injeções de estrógeno, para o corpo ganhar formas femininas. O tratamento com estrogênio – chamado hormônio de transição - provoca o desenvolvimento das mamas. Não se consegue diminuir o

³² REVISTA ÂMBITO JURÍDICO. **O Biodireito de mudar: transexualismo e o direito ao verdadeiro eu.** Pág. 03.

³³ DA SILVA, Mirian Ventura. **Transexualismo e respeito à autonomia:...** Pág. 10.

pomo-de-adão, portanto, alguns preferem fazer cirurgia para raspá-lo e diminuí-lo. Esse tratamento pode causar riscos à saúde, como o câncer de mama, assim como esterilidade.

Existem também procedimentos cirúrgicos que os seres transexuais podem realizar para efetuar a readequação sexual em seus corpos. A Faloplastia é a cirurgia de readequação sexual daquela pessoa que nasceu com o órgão genital feminino e deseja realizar a transformação deste em um órgão masculino, para tornar a sua identidade sexual compatível com o seu próprio corpo. Já na Vaginoplastia acontece o oposto, ou seja, através de procedimentos médicos em uma sala cirúrgica, ocorre a metamorfose do órgão genital masculino em um órgão genital feminino.

A cirurgia de readequação sexual no Brasil é permitida a partir dos 21 anos de idade, porém, é importante destacar que se torna irreversível. Portanto, há todo um preparo do ser transexual para tal fim, exigindo-se a apresentação de um laudo que ateste realmente a transexualidade do indivíduo. O referido laudo só é concedido após 02 anos de avaliação, esta realizada por uma equipe profissional multidisciplinar, composta por psicólogo, psiquiatra, assistente social e endocrinologista.

O Ministério da Saúde vem estudando a possibilidade de modificar a exigência da idade mínima para realização da Faloplastia e Vaginoplastia, passando de 21 para 18 anos de idade. Tal modificação está sendo analisada, pois se considera que aguardar até os 21 anos é prolongar um sofrimento psicológico que o transexual vem geralmente suportando desde a infância.

Porém, uma parcela da sociedade que não visualiza e não compreende bem a transexualidade, considera a cirurgia de readequação sexual como mutilações efetuadas no corpo, modificando algo que a natureza concedeu. A subjetividade do ser transexual é deixada em segundo ou último plano, em razão de um pré-conceito direcionado por pessoas fechadas ao debate.

Uma das consequências desse tipo de tratamento realizado em transexuais é a dúvida que paira no âmbito jurídico, no que tange ao *status* civil do indivíduo. Como considerar esse ser que se transfigurou em uma mesa cirúrgica e adquiriu um novo órgão genital? A Justiça deve tratá-lo como pertencente ao sexo original, ao sexo adquirido ou a um terceiro sexo?

Na identidade civil de qualquer pessoa, o sexo que consta no documento, *a priori*, não pode ser alterado e é estabelecido de acordo com a aparência do órgão sexual, seja este masculino ou feminino. Ou seja, se o indivíduo possuir em seu corpo um pênis, será registrado como do sexo masculino, caso contrário, havendo uma vagina, será considerado como do sexo feminino.

Mirian Ventura³⁴ aduz que, para diagnosticar o “verdadeiro transexual”, é indispensável

³⁴ DA SILVA, Mirian Ventura. **Transexualismo e respeito à autonomia...** Pág. 26.

o desejo de adequar sua genitália ao sexo que crê possuir, e, como etapa final do tratamento do transexualismo, à realização da cirurgia de transgenitalização. A prática judiciária expressamente se apropria das formulações médicas — inclusive da recomendação médica dirigida aos casos de hermafroditismo — e passa a considerar, como condição necessária para a alteração da identidade sexual legal, a reconstrução da genitália externa para o sexo requerido judicialmente.

O que consta no assento do nascimento de uma pessoa serve como critério de diferenciação para o ser humano adquirir direitos e deveres legais em vários âmbitos, como por exemplo, o tempo de serviço para fins previdenciários, a obrigatoriedade do serviço militar, o tempo de licença-maternidade e paternidade, entre outros.

A alteração do nome no Registro Civil é outro imbróglio imposto àqueles que passaram pelo processo de readequação sexual e que pretendem adequar a sua identificação nos documentos, de acordo com a sua nova condição. O nome deve existir para identificar a pessoa e não para expô-la ao ridículo. Aliás, um dos principais motivos de estranhamento nos casos de transexualidade está relacionado à patente desconformidade da aparência física e psíquica do indivíduo com o exarado em sua documentação legal.³⁵

Portanto, o que se deve levar em consideração é que o Poder Judiciário terá que observar alguns direitos para discernir como lidar com os seres transexuais, tais como o direito à autonomia, o direito à livre expressão sexual, o direito à dignidade humana, o direito à identidade e o direito à saúde sexual.

No que tange aos direitos dos indivíduos transexuais, Mirian Ventura³⁶ afirma que

Na atualidade, especialmente a partir da década de 90, as questões relacionadas às políticas públicas e ações de saúde que envolve a sexualidade humana vêm sendo tratadas, especialmente, no campo da Saúde Pública e do Direito, através dos conceitos de saúde sexual e direitos sexuais. Esses novos conceitos, recém introduzidos na discussão sobre a sexualidade, refletem, principalmente, a demanda histórica dos movimentos feministas e de homossexuais pela melhoria das condições, sociais e pessoais, para a vivência livre e sem coerção da sexualidade.

Sabe-se, porém, que alguns seres transexuais sentem medo da operação de readequação sexual, mas se veem obrigados a realizá-la para serem bem aceitos na sociedade e para construir sua própria identidade ou uma nova identidade, a partir dessa admissão. O bem estar psíquico do ser transexual torna-se limitado quando se depara com algumas imposições sociais realizadas através de regras jurídicas e médicas. O direito à autonomia sexual é burlado quando as normas

³⁵ REVISTA ÂMBITO JURÍDICO. **O Biodireito de mudar: transexualismo e o direito ao verdadeiro eu.** Pág. 07.

³⁶ DA SILVA, Mirian Ventura. **Transexualismo e respeito à autonomia:...** Pág. 15.

morais e legais impõem ao indivíduo transexual a realização de cirurgia transfiguradora de sexo, para que possa ser bem aceito no seio social.

Para Márcia Áran, Sérgio Zaidhaft e Daniela Murta³⁷

A cirurgia é considerada um processo de adequação a uma condição já existente. Apesar de ser, para algumas pessoas, fundamental para o exercício pleno da cidadania e para auto-realização, as pacientes não parecem ter ilusões em relação à solução de todos os seus problemas, nem mesmo uma ideia de que haveria uma mudança subjetiva. A ideia que prevalece para as que desejam realizar a cirurgia é a necessidade de se livrar de uma parte do corpo que não é reconhecido como seu.

Observa-se que os seres transexuais femininos, por exemplo, antes da cirurgia, não podem ser aceitos entre homens porque estes os molestam, assim como não são aceitos entre as mulheres porque não se realizou a cirurgia e fisicamente ainda está como um homem. Para muitos, após a cirurgia isto se resolve, se define o sexo finalmente e fica claro para a sociedade.

Importante destacar também que aqueles seres transexuais que desejam ser identificados pela população como seres femininos em sua completude, não estão visando em primeiro plano ter relações sexuais com pessoas do sexo masculino, como usualmente acontece entre os seres heterossexuais. O que se prioriza na reivindicação da cirurgia de readequação sexual é o desejo profundo de lhes ser concedida a aceitação social, ou seja, de preencherem um lugar no mundo, de serem notados e valorizados como pessoas, e não como objetos de repugnância.

Antes da operação, pode-se dizer que os indivíduos transexuais — seja masculino ou feminino — não possuem direitos constituídos, ou seja, não são seres no mundo. Após a cirurgia, cria-se uma expectativa de serem considerados os direitos de cada ser transexual, de acordo com o órgão sexual que decidiram modificar. Porém, o que vem a definir o ser no mundo é o estereótipo, a *performance*, a atuação no seio social como sendo de um gênero ou de outro gênero.

Em consonância com o afirmado acima, Judith Butler³⁸ compreende que

da mesma forma, gênero não é uma construção social imposta a uma matéria anteriormente determinada (o sexo), e sim um efeito performático que possibilita a constituição e o reconhecimento de uma trajetória sexuada, a qual adquire uma estabilidade em função da repetição e da reiteração de normas. Assim, é importante pensar através de que normas reguladoras se materializam os sistemas “sexo-gênero”.

³⁷ ARÁN, Márcia; Zaidhaft, Sérgio; MURTA, Daniela. **Transexualidade:** Corpo, Subjetividade e Saúde Coletiva. Pág. 07.

³⁸ BUTLER, Judith apud ARÁN, Márcia; Zaidhaft, Sérgio; MURTA, Daniela. **Transexualidade:** Corpo, Subjetividade e Saúde Coletiva. Pág. 04.

O modo de agir do ser transexual no momento pós-cirúrgico é o que vai defini-lo e identificá-lo perante os outros, adaptando assim a sua *performance* ao seu novo sexo adquirido através da Medicina.

6. A TRANSEXUALIDADE E SUA RELAÇÃO SEXUAL OBLÍQUA COM O OUTRO

Em relação à sexualidade, percebe-se que há uma grande dificuldade — por parte daquelas pessoas que se identificam como transexual — em manter relações sexuais com outras pessoas, em virtude do preconceito que é quase inerente a esta condição. Com isso, em muitos casos, os seres transexuais preferem não iniciar nenhum relacionamento para não correrem o risco de passar por constrangimentos ao se apresentarem como seres de identidade diferente do padrão instituído socialmente. Já outros, conseguem iniciar uma relação afetiva, porém, no decorrer desta, há um rompimento de laços por medo de como o (a) parceiro (a) irá reagir ao constatar que está se relacionando amorosamente com uma pessoa transexual. Por tal razão, alguns indivíduos transexuais preferem se apresentar como hermafroditas ou como alguém que possui “um problema” no órgão sexual. Ainda há aqueles que preferem expor a verdade de sua condição e conseguem construir satisfatoriamente uma vida sexual com o (a) companheiro (a).

Percebe-se que existe uma grande dúvida por parte dos seres transexuais em como se apresentar para a pessoa que pretende iniciar um vínculo afetivo, em virtude do medo de reações preconceituosas direcionadas a eles.

Sabe-se que, no ápice do desejo entre duas pessoas heterossexuais que mantêm uma relação amorosa, o que se pretende é conduzirem-se ao ato sexual, para fechar um ciclo de prazer entre eles. Porém, por que não dizer que entre uma pessoa que se identifica como transexual e outra do sexo oposto não pode ocorrer o mesmo desejo? O direito de relacionar-se com outras pessoas existe, no entanto, a sociedade não permite em razão de uma norma moral imposta de maneira preconceituosa e descabida, sem fundamentação plausível. Por em risco a felicidade dos seres transexuais é utilizar-se do egoísmo e mesquinhez, é maltratar a subjetividade de pessoas que não oferecem mal algum pela sua condição sexual.

Miriam Ventura³⁹ afirma que o sexo,

nas teorias éticas está relacionado ao desejo, ao ato sexual, à conduta sexual – a sexualidade. Para Platão o sexo é um bem, para Hobbes também é algo positivo para a convivência humana, fonte de prazer e alegria da mente, que pode conduzir a formas de felicidade.

³⁹ DA SILVA, Miriam Ventura. **Transexualismo e respeito à autonomia:...** Pág. 24.

Os seres transexuais — da mesma maneira que os heterossexuais, os homossexuais, os travestis etc — possuem o direito de serem felizes, de relacionar-se com os demais, de terem dignidade. A condição sexual de ninguém deve ser motivo para tratamentos desiguais. Contudo, não é o que se vê na prática, posto que os indivíduos transexuais deparam-se com diversas situações vexatórias, sendo apontados nas ruas, violentados verbalmente e fisicamente, quando não são vítimas de homicídio por puro e descabido preconceito.

Demonstrar prazeres e desejos é um ato bastante complicado para os sujeitos transexuais, devido à repressão advinda de todos os prismas sociais, desde as religiões, assim como dos membros familiares, das pessoas que dividem um ambiente de trabalho — quando conseguem manter um vínculo empregatício! — ou no ambiente escolar, principalmente nas fases da infância e da adolescência, onde são mais vulneráveis.

Bento⁴⁰ explica que

um “ transexual de verdade” deve ter uma genitália compatível com o gênero que se expressa e deve desejar relacionar-se apenas com o gênero oposto. Qualquer desconformidade com estas normas de gênero, como o desejo de viver como mulher, mas com uma genitália masculina, ou relacionar-se sexualmente com outra mulher sendo uma transexual, não autorizam a pessoa transexual a realizar as transformações corporais e a alterar a identidade desejada.

Ou seja, se o ser transexual não conseguir obedecer à regra binária e heterossexual, não será digno de possuir uma identidade reconhecida, tendo que ficar na marginalidade ou recorrer a tratamentos hormonais, terapêuticos e cirúrgicos para, quem sabe, um dia, ser considerado “alguém”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas restrições intrafamiliares, interpessoais e intrassociais que incidem sobre o ser transexual agredem a subjetividade e causam danos psíquicos e identitários. Esse sujeito, dentro de si mesmo, vive em conflitos de identidade, não conseguindo se enxergar de maneira cristalina, sempre visualizando de maneira turva a sua própria imagem. Não conduz uma autonomia de si e não exerce plenamente os direitos consagrados na Carta Magna, estando impedido de desenvolver a sua personalidade de maneira integral, devido à supressão causada pelas normas de gênero.

⁴⁰ BENTO apud DA SILVA, Miriam Ventura. **Transexualismo e respeito à autonomia:...** Pág. 27.

É uma questão de cidadania e de justiça social garantir e promover os direitos de proteção relacionados ao ser identificado como transexual — desde o direito à integridade física e psíquica, o direito à autonomia sexual, o direito à liberdade de expressão —, possibilitando com isso o seu bem estar e, conseqüentemente, de toda a coletividade.

Portanto, relevante salientar que é de plena responsabilidade do Estado implementar os direitos dos sujeitos transexuais nas normas vigentes, tutelando legalmente e judicialmente os anseios daqueles que o buscam — seja no plano nacional ou internacional —, garantindo um elevado nível de saúde física e mental a eles e a toda coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÁN, Márcia; Zaidhaft, Sérgio; Murta, Daniela. **Transexualidade: Corpo, Subjetividade e Saúde Coletiva.**

BENTO apud DA SILVA, Miriam Ventura. **Transexualismo e respeito à autonomia.**

BUTLER, Judith apud ARÁN, Márcia; Zaidhaft, Sérgio; Murta, Daniela. **Transexualidade: Corpo, Subjetividade e Saúde Coletiva.** Pág. 04.

CECCARELLI, Paulo Roberto apud SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **Corpo e identidade das pessoas transexuais.**

DAGOGNET, François. **O Corpo.** Trad. Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

DA SILVA, Miriam Ventura. **Transexualismo e respeito à autonomia: um estudo bioético dos aspectos jurídicos e de saúde da “terapia para mudança de sexo”.**

FREUD, Sigmund apud SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **Corpo e identidade das pessoas transexuais.**

REVISTA ÂMBITO JURÍDICO. **O Biodireito de mudar: transexualismo e o direito ao verdadeiro eu.**

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **Corpo e identidade das pessoas transexuais.**

MASCULINIDADE E PROSTITUIÇÃO MASCULINA: UMA RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS CORPORAIS E SEXUALIDADE ENTRE MICHÊS EM MOSSORÓ-RN

Gleidson Carlos Xavier Peixoto⁴¹

1. INTRODUÇÃO

Falar da prostituição masculina ainda é tabu em uma sociedade como a brasileira, que dissimula a existência da prostituição como um todo e prefere não tocar abertamente em temas como esse, repudiado do ponto de vista moral. O exercício da sexualidade ainda é visto como recluso no quarto dos pais com o único objetivo de reprodução e o que passa disso é velado, condenado e marginalizado (FOUCAULT, 2011).

Apesar da rejeição social pelo assunto, no meio acadêmico, principalmente dentro das ciências humanas, é possível observar um considerável número de trabalhos científicos que abordam a temática da prostituição feminina (cf. OLIVAR, 2011; RUSSO, 2007 e ALVES, 2015), que comparada à masculina é mais estudada, comentada, e conhecidamente praticada em lugares especializados como boates, clubes de *strip-tease* e bares, bem como em locais abertos: ruas, avenidas, rodovias, esquinas e postos de gasolina.

Por outro lado, a prostituição masculina permanece de forma mais obscura às margens das ciências, tanto quanto da sociedade como um todo. Segundo Viana (2004), “a escassez de estudos dessa natureza contribui para a invisibilidade do tema em questão” (VIANA, 2004). Dentre esses ainda escassos estudos, algumas pesquisas podem ser destacadas, como Braz (2009), Barreto (2011) e Viana (2004), além de um trabalho que se tornou clássico nas ciências sociais, realizado na década de 80 por Perlongher (2008), acerca da prostituição viril em São Paulo, intitulado *O Negócio do Michê*.

Na obra referida, Perlongher (2008) nos apresenta a definição do termo *michê*, que trata-se dos “varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade” (PERLONGHER, 2008, p.43). O autor nos faz perceber a partir de sua definição que a masculinidade está presente na michetagem de forma marcada desde a conceituação do termo — que especifica ao mesmo tempo tanto o sujeito da prostituição

⁴¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrando em Ciências Sociais e Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN. E-mail: gldsnrls@gmail.com

masculina quanto o tipo de comportamento —, que poderá ser encarado como típico desse grupo de indivíduos.

Outros estudos apontam que a masculinidade é considerada como uma característica que agregará valor ao michê (BRAZ, 2009; SANTOS, 2008). Sendo assim, é possível pensar que as práticas corporais podem sofrer algumas mudanças significativas quando o garoto de programa se apresenta para o (a) cliente e se vê na necessidade de corresponder a uma expectativa, onde ele tenha que se portar deixando clara a sua virilidade.

O foco deste trabalho é discutir como se dá a relação entre a masculinidade dos garotos de programa e as suas práticas corporais, partindo da ideia de que possa haver interdições ou estímulos de certas práticas a partir de valores da masculinidade — como a honra, a virilidade e o pudor —, e também de que forma essas práticas, mantidas muitas vezes em segredo, podem afetar a visão que eles têm da própria sexualidade.

Tal abordagem é importante para a compreensão de temas como masculinidade, sexualidade e corporeidade dentro das ciências sociais, ao propor uma análise do corpo como lugar onde a cultura se inscreve (BRETON, 2011), passando pelos valores ligados à ideia de ser um *homem de verdade*. Tais valores estarão a todo tempo, de maneira naturalizada ou não, na vida do sujeito viril, tentando determinar, em alguns casos, suas posturas físicas e suas atitudes em público.

Na cidade de Mossoró-RN não foi apontado pelos interlocutores a existência de um local especializado em promover encontros entre clientes e garotos de programa, como saunas, clubes de sexo, casas de *swing* ou outros. Sendo assim, os michês se apresentam em sua maioria, além da propaganda feita boca à boca, no meio virtual, em salas de bate papo, em redes sociais e sites pessoais, onde os clientes possam entrar livremente e analisar as fotos de perfil e descrições pessoais, tratando das negociações diretamente com o garoto de programa.

Sendo assim, os michês entrevistados foram encontrados no meio virtual, mais especificamente em salas de bate papo da cidade de Mossoró-RN do site UOL. Após conversas iniciais, foram marcados encontros pessoais com alguns deles para a realização das entrevistas presenciais, muitas vezes complementadas por novas conversas via redes sociais ou ligações telefônicas.

No presente trabalho, primeiramente, é feita uma discussão acerca da masculinidade a partir de autores como Bourdieu (2012), Almeida (1995) e Connell (1995). A discussão realizada por esses autores caminha no sentido de mostrar que não existe apenas uma masculinidade, mas que várias masculinidades são construídas ao longo da vida do sujeito

(CONNEL, 1995) e que com o homem que se prostitui, ela poderá ganhar características próprias a partir de seu caráter volúvel.

Em seguida, é feita uma discussão sobre a prostituição masculina, tomando como base teórica autores como Perlongher (2008), Braz (2009) e Viana (2004), que discutem a forma como a masculinidade está presente no fenômeno da prostituição – nos moldes de um capital simbólico buscado pelos próprios garotos. A partir daí, é feita a relação entre as técnicas corporais praticadas pelos michês e a masculinidade, podendo esta interditar ou estimular um ato ou outro, a partir da presença de seus diversos aspectos e valores. Esta discussão serve como ponte para, na última parte, ser realizado um debate acerca da visão que os michês têm de suas próprias sexualidades a partir de suas experiências tidas, tanto na vida pública quanto na esfera privada.

2. SER UM *HOMEM DE VERDADE*, SER MICHÊ: SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES E O POSICIONAMENTO DO MICHÊ NO UNIVERSO SIMBÓLICO MASCULINO

O indivíduo do sexo masculino, independentemente de suas condições/opções de gênero ou sexualidade, no momento da socialização, aprenderá o ser másculo que a sociedade espera que ele o seja. As impressões do que sejam a virilidade, a honra, a vergonha, bem como os modos como tais valores devem estar inscritos no jeito de se portar publicamente, na postura física, no jeito de andar, de falar, de se dirigir às pessoas, entre outros tantos aspectos, são passados ao indivíduo nesse momento (BOURDIEU, 2012).

Segundo Connell (1995),

Nós vivenciamos as masculinidades (em parte) como certas tensões musculares, posturas, habilidades físicas, formas de nos movimentar, e assim por diante (CONNEL, 1995, p. 189).

Assim, são essas formas de utilização do corpo, ou práticas corporais, que delineiam em parte a identidade masculina do sujeito, caracterizando-o socialmente como um ser *macho*, *homem*, *homem de verdade*. Embora o indivíduo algumas vezes seja enquadrado nessas categorias a partir da imagem que cria com o próprio corpo, e que as outras pessoas apreendem e as utilizam como base para se estabelecer relações sociais, não é apenas essa imagem física externa que conta nesse processo de categorização. Uma série de atitudes públicas também serão cobradas como prova de virilidade desde a infância, como espécies de ritos de instituição, que servem como formas de se inscrever a virilidade no corpo e na mente (BOURDIEU, 2012).

Esses momentos, que Bourdieu (2012) chama de ritos de instituição, em que o *habitus* é inscrito no corpo do indivíduo, envolvem as brincadeiras típicas de meninos como jogar bola, brincar de polícia e ladrão, de luta, peão, pipa, entre outras brincadeiras - quase sempre explorando a rua, oposta à casa que é destinada à menina (BOURDIEU, 2012). São instantes da vida social que fazem o menino se familiarizar com possíveis futuras atividades a serem desempenhadas por homens adultos, incluindo até outras atitudes de cunho sexual. Como nos diz Bourdieu (2012):

À contribuição que os ritos de instituição dão à instituição da virilidade nos corpos masculinos, teríamos que acrescentar todos os jogos infantis, sobretudo aqueles que tem conotação sexual mais ou menos evidente (como a que consiste em mijar o mais longe possível ou os jogos homossexuais dos pequenos pastores) e que, em sua aparente insignificância, estão sobrecarregados de conotações éticas, muitas vezes inscritas na linguagem. (BOURDIEU, 2012, p. 35)

Durante a adolescência, as cobranças de virilidade passam a ser feitas de forma mais direta, como quando os tios cobram a presença da namorada do rapaz e a defloração da mesma, ou quando os amigos comparam seus corpos para ver quem é o mais forte e conversam sobre quem possui o maior pênis, portanto, o mais capacitado para exercer o papel do macho. Existem também os casos extremos, como os estupros coletivos, onde o homem prova sua força e superioridade em relação ao sexo feminino diante dos outros, entre os demais atos que “são esperados de um homem que seja realmente um homem” (BOURDIEU, 2012, p. 20).

Alguns valores estão diretamente ligados à noção da masculinidade, formando um amplo conceito que determinará a atitude do indivíduo perante a esfera pública, fazendo com que o mesmo esteja sempre buscando algo que lhe traga *honra*, ao mesmo tempo fugindo de seu oposto, a *vergonha*, momento em que o *pudor* está sempre presente. Segundo Bourdieu (2012),

O homem verdadeiramente homem é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra, buscando a glória e a distinção na esfera pública. (BOURDIEU, 2012, p. 64).

Notamos então a importância de se estar diante da sociedade para que suas características delimitadoras de gênero sejam reconhecidas e validadas. Da mesma forma, a virilidade deve ser provada perante os outros, e em diversas ocasiões esta será demonstrada por meio da violência, como uma prova de superioridade física e moral.

Como a honra [...], a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens” (BOURDIEU, 2012, p. 65).

Disso resulta que atitudes violentas ou de dominação física, individual ou em massa, sejam alimentadas pelos sujeitos que busquem se enquadrar na categoria *homem de verdade*, seja em uma esfera pública — como briga no trânsito, em bares e estádios de futebol — ou durante o sexo, quando é esperado que o homem dirija o ato sexual, se colocando como dominador da situação e da mulher.

Mas esse processo de construção de uma masculinidade não é tão simples e unitário como pode parecer. Segundo Almeida (1995),

A masculinidade não é a mera formulação de um dado natural; e que a sua definição, aquisição e manutenção constitui um processo social frágil, vigiado, auto-vigiado e disputado (ALMEIDA, 1995, p. 163).

Percebemos então o papel do indivíduo nesse movimento de composição, com seu autopolicimento que envolve as suas percepções e experiências pessoais, além da vigilância social que recai sobre o indivíduo para podar-lhe as atitudes, bem como ainda o contexto social em uma dada época. Nesse sentido, Connell (1995) nos fala de várias masculinidades que “são construídas também na esfera da produção” (CONNELL, 1995, p. 188), permitindo que o próprio processo de produção que vai diferir logicamente de caso para caso, resulte em vários modelos de masculinidade (CONNELL, 1995).

Almeida (1995), para explicar as diferentes formas de masculinidade, fala da existência de uma masculinidade hegemônica que será um modelo a ser buscado pelos sujeitos, muito embora sendo inatingível (ALMEIDA, 1995). E é importante notarmos que é essa busca, como um processo inquieto, que irá resultar em outras masculinidades. Será então o somatório de características da masculinidade hegemônica que se conseguiu alcançar, mais as características particulares e de um contexto social específico que irão produzir um tipo diverso de *homem*. Desse modo, diversos modelos de masculinidades, hegemônicas e outros variantes, irão se relacionar direta e indiretamente, se chocando e se complementando de forma contínua (CONNELL, 1995).

3. A MASCULINIDADE NA ESFERA DA PROSTITUIÇÃO VIRIL

Em *O Negócio do Michê*, Perlongher (2008) realiza uma “etnografia das margens” (PERLONGHER, 2008, pg.63) que revela, entre outras coisas, a imprecisão que ronda o

enquadramento de determinadas práticas sociais em termos como *prostituição viril*, *negócio do michê* ou *prostituição homossexual* (PERLONGHER, 2008). Para ele, “a variedade de denominações possíveis, os recortes alternativos que cada uma delas traça, é um reflexo dessa imprecisão” (PERLONGHER, 2008, p.64). Trata-se, portanto, de uma dificuldade de se definir o que de fato seja uma prática de prostituição viril, o que por sua vez reflete no reconhecimento do garoto de programa enquanto tal.

Em virtude dessa espécie de dificuldade, o próprio michê oscila entre várias denominações, que deixam clara a intenção de suavizar o estigma da prática ou até mesmo a fuga do enquadramento na categoria *garoto de programa*, que carrega um peso a ser evitado pelos próprios garotos, já que se trata de algo que pode afetar a sua honra. Em consequência disso, em sites especializados, é possível se deparar com inúmeras designações para o rapaz que vende favores sexuais, passando de *garoto de programa*, *GP*, *michê*, *acompanhante*, *atolador*, *bofe*, até formas mais discretas, como *Becker* ou *Scort*.

Essas denominações sugerem práticas diferentes, mas que na realidade são muito próximas umas das outras. Enquanto o *garoto de programa* pode dar a entender que o rapaz está disposto a fazer de um tudo desde que seja pago, o *atolador* e o *bofe* estão associados ao sujeito que assume o papel *ativo* da relação. O *Becker* e o *Scort* se impõem uma postura de superioridade tal qual o *acompanhante*, que não está disponível somente para o sexo, mas também está preparado para um diálogo, uma conversa, independente do assunto, viagens e passeios em lugares públicos e requintados. Mas o principal fato a ser notado é que a masculinidade pesa na prática da prostituição, desde a escolha feita pelo garoto da denominação que dará à sua atividade na vida profissional.

Além disso, o michê mantém suas práticas sexuais envoltas em uma esfera de segredo, que para Simmel (2009) é um elemento que regula as relações sociais, na medida em que o indivíduo controla o que é exposto de si ao outro (SIMMEL, 2009). É, portanto, um recurso utilizado largamente como proteção da própria imagem, e por consequência, a sua honra perante a esfera pública.

A masculinidade, além de estimular esse cuidado com a preservação da honra aos garotos de programa, pode estabelecer relações de poder entre os corpos dos sujeitos (SANTOS, 2008), na medida em que agrega valor a esses corpos que, mesmo quando sem roupas, não estão completamente desvestidos, mas portam em si um discurso a ser observado e analisado (BRAZ, 2009). Segundo esse ponto de vista, aqueles garotos mais másculos, viris, são mais desejáveis que os outros. Dessa forma, o michê, no universo simbólico da masculinidade, ocupa comumente um lugar de estereótipo do varão masculino, na medida em que procura, na maioria das vezes, portar em si as características do macho dominador, de modo a poder ser considerado o *travesti* do

homem, assim como o travesti o é da mulher (PERLONGHER, 2008). Está, quando em atividade profissional, em constante relação analítica da própria masculinidade, seja ao vigiar seus gestos, posturas e linguagem, seja ao regular suas ações, tendo em vista a preservação de seus valores morais socialmente associados à masculinidade, como a honra.

4. A INTERDIÇÃO DO OLHAR PROFUNDO, DA FALA E DO BEIJO

Em um contexto de vivências de masculinidades diversas — onde elas entram em conflito constantemente de acordo com as experiências vividas, como é no caso da prostituição viril —, o repertório de técnicas do corpo de um michê deve ser extenso, englobando os atos corporais que se espera de um homem com determinado tipo de masculinidade a ser *performatizado* (BUTLER, 2015) no programa.

Na esfera da prostituição masculina se busca “uma valorização da ‘masculinidade’ ou do que é considerado socialmente ‘masculino’, ‘viril’” (SANTOS, 2008, p. 3). Aqui, é defendido o ponto de vista de que, no âmbito da prostituição viril, valores como a honra, a virilidade e o pudor são critérios levados em consideração na formulação de uma técnica corporal. Isso se dará ora de forma consciente ora inconscientemente, como um ato automático. Porém, esse automatismo diz respeito a uma naturalização dos valores adquiridos na socialização (MAUSS, 2008).

Vejamos de forma mais detalhada o caminho analítico percorrido para se chegar a essa ideia.

Em primeiro lugar, durante as entrevistas realizadas, mesmo nos casos em que os michês não tinham “trejeitos” ou “afetações”, foi percebida a presença de falas que deixam implícita a afirmação de que se é *macho*, numa tentativa de se justificar contra o preconceito existente de que o garoto de programa atende unicamente a homens, sendo enquadrado no senso comum, portanto, na categoria *gay*, além de se buscar uma valorização de si. Tal atitude pode ser exemplificada com a fala de Kaioca quando o mesmo diz: “Já fui passivo, mas não deixo de ser homem” (Kaioca, 25 anos).

As posições desempenhadas no ato sexual que colocam o michê na situação de *passivo* são delicadas em seu contexto de valorização da masculinidade, pois é aí onde o papel do homem é subvertido, transfigurado, desafiado e questionado. Se “a posição considerada normal é, logicamente, aquela em que o homem ‘fica por cima’” (BOURDIEU, 2012, p. 27), quando o mesmo se vê na posição de submisso, com suas partes “privadas, escondidas ou vergonhosas que a honra manda dissimular” (BOURDIEU, 2012, p. 26), sendo exploradas sexualmente por outro

homem, o mesmo, ao se denominar *macho*, apesar do ato, poderá se sentir menos homem e envergonhar-se por isso.

Se alguém descobrir que você é garoto de programa, que você é gay, ou bissexual, ativo ou passivo, principalmente, que seja. Se alguém descobrir isso, com certeza você perdeu todo o seu caráter (Artur Castro, 22 anos).

Alguns aspectos da masculinidade são validados a partir do reconhecimento dos outros, de forma relacional (BOURDIEU, 2012), fato que faz com que o conhecimento público de certas práticas afetem a honra do garoto, ou, mesmo em uma esfera de segredo, faz com que exista um sentimento de culpa. Desse modo é que ser passivo ou o simples ato de sair com outro homem pode afetar, nos sujeitos pesquisados, o modo de ver a própria masculinidade, quando se fala em relação à esfera pública.

Alguns atos corporais estão ligados a sentimentos, como é o caso do olhar profundo, da fala e do beijo durante o sexo. Questionados sobre as suas posições preferidas ou mais utilizadas em um programa e os motivos que levam a elegê-las como tal, os entrevistados apontaram posições específicas que evitem esse tipo de contato entre profissional e cliente, deixando de fora qualquer tipo de envolvimento pessoal/afetivo, ao mesmo tempo impelindo o garoto de programa a buscar posições em que não sejam possíveis essas trocas, tidas como íntimas.

A pessoa ali é só sexo mesmo, só duas máquinas, tem nada de pessoal não. Aquela coisa de olhar no olho, de sorrir, de dar cantada, de beijar e ficar conversando baixinho é coisa pra romance (João, 26 anos).

Segundo Breton (2011), é no rosto onde se inscreve a identidade do indivíduo (BRETON, 2011). Nesse sentido, o olhar profundo pode ser encarado como uma forma de outra pessoa ter contato, ainda que superficial, com uma identidade do *michê* que não deva efetivamente surgir naquele momento, gerando no *michê* um conflito interno a partir do pudor ou da vergonha.

As posições citadas como as que mais favorecem o *michê*, nesse sentido, são as posições *de quatro* ou *de ladinho*, para que o contato visual, face a face, e o impulso do beijo sejam evitados:

Quando o cliente tá olhando demais eu já viro a cara, boto ele de quatro pra não olhar pra mim, de ladinho também [...]. Eu nem beijo! [...] Tem vez que nem na cintura dele eu pego pra não ter muito contato. Se for mulher não, é tudo normal, eu agarro, mas também num gosto de ficar olhando não (Kaioca, 25 anos).

Outras posições, como “bate estaca invertido” e em pé, estando o passivo de costas para o outro, foram ditas como valorizadas também pela mesma característica de ser evitado contato visual e o impulso do beijo:

Tem o bate estaca invertido, que você deita com a barriga pra cima, manda ela ou ele sentar em você virado pra lá, pros seus pés. Daí a única coisa que ela vai ver é seus pés e suas pernas e você só vai ver as costas dela, tá ligado? (Batman, 23 anos).

Eu prefiro comer de pé, porque de qualquer jeito ele vai ficar de costas pra você e não vai ter como beijar. Porque geralmente, naquelas horas, a gente tem o impulso de beijar a pessoa, é natural. [...] Agora eu fico assim de pé, porque geralmente nem olha, e nem dá pra beijar (Artur Castro, 22 anos).

As posições sexuais serão, nesse contexto, determinadas por um lado pela presença do pudor e o receio do envolvimento pessoal ao se evitar contatos tidos como íntimos e, por outro lado, pela demonstração da masculinidade ao se buscar posições em que o macho dominante *possua* de fato o outro, exibindo força física até certo nível de violência.

Eu meto com força, porque eles não tão querendo dar a bunda? Então eu faço de verdade e não falo nada, com força mesmo. [...] Eu mostro quem é que manda (Kaioca, 25 anos).

Pego pelo cabelo, boto de quatro e pronto. Tem essa de jogo de conquista não. (Batman, 23 anos).

Essa atitude de posse, de superioridade, de *mostrar quem manda* está diretamente ligada à ideia da virilidade, que exige do homem a atitude de dominador. Como disse Bourdieu (2012), “a virilidade [...] mantém-se indissociável [...] da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual” (BOURDIEU, 2012, p. 20). Por esse motivo os michês, vivendo uma situação na qual se espera demonstrações fortes de masculinidade, irão utilizar largamente da força física como prova de virilidade, de potência sexual e afirmação da própria masculinidade. Puxões, tapas, leves empurrões, colocar o outro de quatro, numa posição de submissão, serão atitudes de grande significação no ato sexual e são utilizados como indicadores da posição de cada um envolvido na relação, estando o michê quase sempre no papel de dominador.

5. ENTRE O DESEJO E A PRÁTICA, O PÚBLICO E O PRIVADO: SEXUALIDADES FIXAS OU TRANSITÓRIAS?

As discussões a respeito de sexualidade e gênero feitas por autores como Butler (2015) e Bento (2006) colocam em evidência aspectos da sexualidade humana que ultrapassam qualquer visão biológica-determinista ou a-histórica. Fala-se de um processo de *incorporação* (Butler, 2015), dado no tempo, onde o sujeito irá assimilar características de um gênero, que, no caso dos michês, trata-se do gênero masculino-hegemônico, valorizado e vivido na atividade profissional.

Segundo Bento (2006),

Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências ‘naturais’ e disposições heterossexuais naturais. A heterossexualidade constitui-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos (BENTO, 2006, p.87).

O ato da busca incessante dos michês, pelo modelo de uma masculinidade hegemônica, estaria nesse sentido reproduzindo a heterossexualidade em um contexto onde a própria heterossexualidade tem limites extremamente frágeis. Sobre esse processo de incorporação de uma sexualidade, Butler (2015) fala que

‘tornar-se’ um gênero é um laborioso processo de tornar-se *naturalizado*, processo que requer uma diferenciação de prazeres e de partes corporais, com base em significados com características de gênero (BUTLER, 2015, p.127).

No caso dos garotos de programa, existe um fator primordial, particular a esse universo, que são os contrapontos entre o desejo declarado publicamente e o desejo vivido em segredo; a prática mantida em público e a prática mantida na esfera profissional. Para a delimitação de gênero do sujeito michê, os fatores a serem levados em consideração serão selecionados pelos próprios indivíduos em questão, que decidirão quais dimensões de sua vida privada e profissional serão tomadas como critério de análise.

Na fala de alguns foi verificada, por exemplo, a afirmação de uma heterossexualidade pública, tida como a “sexualidade oficial”, apesar de na esfera profissional fazer sexo com outros homens. Nestes casos, o relacionamento tido com uma *namorada* serve como prova da heterossexualidade publicamente declarada. O desejo estaria presente, então, tanto pelo cliente quanto pela parceira afetiva, porém sendo estimulado por emoções diferentes: o desejo pela namorada sendo estimulado pela *paixão* ou *amor*, enquanto que o desejo pelo cliente pode ser estimulado tanto pela situação sexualmente excitante na qual o indivíduo se encontra quanto pelo dinheiro em si.

Em outros casos, foi verificada a afirmação da homossexualidade pelo fato de se manter a prática da prostituição com homens na maioria dos programas e existir, de fato, o desejo sexual pelos clientes, independente da presença do dinheiro.

Houve relato no qual o michê se classificou como heterossexual, apesar de fazer programas apenas com homens e não possuir namorada. Mas a sua posição de *ativo* no programa afirma a sua postura de macho, assegurando a sua honra, em certa medida. Situação oposta acontece com os michês que desempenham o papel de *passivo* no programa e que sentem prazer em tal prática, sendo vistos pelos outros como alguém que deseja viver a sua legítima sexualidade, porém sem a coragem para fazê-lo sem que a presença do elemento dinheiro assegure para si mesmo a sua suposta heterossexualidade.

Sobre as partes do corpo sexuadas e indicativas de prazer estimulado ou dissimulado, Butler (2015), diz que

a questão de saber que prazeres viverão e que outros morrerão está frequentemente ligada a qual deles serve às práticas legitimadoras de formação da identidade que ocorrem na matriz das normas do gênero (BUTLER, 2015, p. 127).

Dessa forma, a parte traseira do corpo masculino, segundo Bourdieu (2012) e Breton (2011), deve ser dissimulada, preservada para se manter intacta a masculinidade do indivíduo. Tendo em vista esse fato, afirmar que se faz programa na posição de passivo em um espaço onde a masculinidade é valor simbólico, não pode ser feita abertamente para qualquer cliente. Para driblar tal impasse, uma das estratégias relatadas por alguns garotos é afirmar ao cliente que não existe uma regularidade em assumir tal papel, porém, pode haver a possibilidade de se abrir uma exceção em troca de um dinheiro a mais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sexo pode ser visto por algumas pessoas como um fenômeno puramente biológico, onde se busca a satisfação da pulsão sexual, do desejo, sem que nada além do fisiológico esteja presente no instante da relação sexual. Por esse ponto de vista, a experiência não é contemplada em sua totalidade. Sabemos, desde Mauss (2008), que o corpo possui outras dimensões que ultrapassam a biologia, ao envolver ao mesmo tempo o social e o psicológico. Desconsiderar tal fato, portanto, seria reduzir a compreensão do ato.

O estudo das práticas corporais entre os michês em uma constante relação com os valores da masculinidade revela um aspecto interessante das vivências dos indivíduos imersos

nessa esfera da prostituição, que é o modo como o social está presente no sexo de forma que ele possa se confundir com impulsos naturais. A ideia de um modelo de masculinidade hegemônica construído socialmente, conforme foi constatado, influencia a lida com o próprio corpo além da relação com o outro, a visão que se tem de si e a própria *performance* em um ato sexual.

Por exemplo, o fato de algumas posições sexuais serem preferidas, como a de ladinho, de quatro, de pé, estando o passivo de costas para o ativo, está ligado a aspectos da masculinidade como a virilidade e a honra, na medida em que essas são posições que facilitam a dominação física e evitam um contato mais intimista, que permitiria um acesso recíproco à identidade dos envolvidos na relação. Dessa forma, preserva-se alguma parte de si que não deve emergir nessas situações e, ao mesmo tempo, possibilita ao michê sustentar a postura que se espera de um dominador.

Já em relação às sexualidades, existe, como foi dito por Butler (2015), uma inconstância muito grande em relação a delimitação de gênero e identidade sexual do indivíduo que, no contexto analisado, ganha uma flutuação maior. O que diferenciará isso no garoto de programa pode ser tanto a prática, o desejo e o prazer presentes na atividade profissional — levando muito em consideração as técnicas e posições sexuais exercidas no programa —, quanto a prática e o discurso mantidos diante da esfera pública.

É grande a complexidade do tema, tendo em vista que as percepções que os michês têm de suas sexualidades podem variar numa frequência e rapidez estonteante. É sensato, portanto, concluir apenas que as práticas corporais são condicionadas pelas noções de masculinidades e que o desempenho do garoto no programa não define ou enquadra a percepção de si e as sexualidades dos sujeitos estudados em uma ou outra categoria de forma definitiva. No mais, não se pode esquecer a necessidade de se realizar outros estudos mais aprofundados acerca dessas questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Gênero, Masculinidade e Poder**. Revendo um caso no Sul de Portugal. Anuário Antropológico 95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996.

ALVES, Fábio Lopes. **Entre emoções e moralidades: o cotidiano de um antropólogo em uma zona de meretrício**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 14, n. 42, p. 121-135, dez de 2015.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. **“Se fosse com você, eu não cobraria nada” – Percursos etnográficos na prostituição masculina**. Anais do X Congresso Argentino de Antropologia Social. Buenos Aires, UBA, 2011.

- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Garamond. Rio de Janeiro. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRAZ, Camilo Albuquerque de. **Vestido de Antropólogo: nudez e corpo em clubes de sexo para homens.** Bagoas, n.3 p. 75-95, 2009.
- BRETON, David Le. **A Sociologia do corpo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CONNELL, Robert W. **Políticas da Masculinidade.** Educação e Realidade 20(2), Porto Alegre: UFRGS. 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.
- MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo.** In: MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 399-422.
- OLIVAR, José Miguel Nieto. **Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina.** Rev. Bras. Ci. Soc., [s.l.], v. 26, n. 75, p.89-101, fev. 2011. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0102-69092011000100005.
- PERLONGHER, Nestor Osvaldo. **O negócio do Michê. A prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- RUSSO, Gláucia. **No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos.** Caderno Crh, [s.l.], v. 20, n. 51, p.497-514, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0103-49792007000300009.
- SANTOS, Elcio Nogueira dos. **Corpos à venda, corpos do desejo, corpos discursivos: : as relações de poder inscritas nos corpos de michês das saunas de São Paulo.** Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, n. 8, p.1-5, ago. 2008.
- SIMMEL, George. **A Sociologia do Segredo e das Sociedades Secretas.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 43, n. 1, p.219-242, abr. 2009.
- VIANA, Normando José Queiroz. **Caminhos e descaminhos da prostituição viril.** Cadernos de Estudos Sociais. Vol. 20, nº2. Recife, 2004.

AS MULHERES E A LUTA SOCIAL PELA CIDADE: A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE NOS MUNICÍPIOS DE MOSSORÓ, TIBAU E UPANEMA, RN

Maria Adriana Vieira das Graças⁴²
Juliana Nascimento Funari⁴³
Ady Canário de Souza Estêvão⁴⁴

1. INTRODUÇÃO

Segundo Taylor (2011) muitos dos movimentos globais de cidades seguras para as mulheres começaram a surgir nos anos 1970, com grupos e organizações de mulheres em diversos países ao redor do mundo organizando marchas de protesto para “retomar a noite”. Desde então, organizações internacionais e locais desenvolveram ações na área de planejamento urbano voltadas para acesso das mulheres aos espaços e serviços públicos, bem como para o fortalecimento da participação das mulheres na construção da cidade. Entretanto, constata-se a partir do estudo “A Mulher e a Cidade: Examinando os Impactos de Gênero de Violência e Urbanização”, que em diversas cidades no mundo as mulheres ainda sofrem grandes e diversas violações de direitos como consequência da insegurança urbana.

Outro estudo realizado pela Universidade de Cornell, em 2014 (FREITAS, 2016), sugere ainda que não há nos planejamentos, ações que contemplem as necessidades específicas das mulheres, seja iluminação das vias ou mobilidade. Portanto, reconhecer as desigualdades de gênero na sociedade é importante para construir uma concepção de planejamento urbano que contribua com uma sociedade de homens e mulheres livres.

Em um contexto de disputa pelo modelo de cidade, o qual “delimita, molda, condiciona e potencializa as distintas inter-relações e ações que exercitam homens e mulheres sobre este suporte material” (MASSOLO, 1992, 74 *apud* GARCIA, 2013) e que hegemonicamente tem sido arraigado na associação entre patriarcado-racismo-capitalismo, iniciativas dos movimentos feministas da América Latina, como da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no Brasil, reivindicam a necessidade de um planejamento urbano que considere estruturalmente o direito

⁴² Graduada em Letras pela UERN. Cursa especialização em Tradução na Universidade Estácio de Sá. Atua como técnica e coordenadora na parceria Centro Feminista 8 de março/Actionaid Brasil. E-mail: adrianaievirav@gmail.com

⁴³ Graduada em Gestão Ambiental pela USP. Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Atua como auxiliar do Programa de Direitos das Mulheres da Actionaid Brasil. E-mail: funari.juliana@gmail.com

⁴⁴ Graduada em Letras pela UERN. Mestre e Doutora em Estudos da Linguagem pela UFRN. Atua como professora do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais, e coordenadora da Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: adycanario@ufersa.edu.br

das mulheres à cidade, em uma perspectiva de construção de cidades seguras para todas as mulheres (CF8, 2016), bem como para as mulheres negras, no combate ao racismo e pelo bem viver.

O direito à cidade é um direito coletivo. É o direito das pessoas desfrutarem democraticamente o espaço urbano, usufruir independente das suas condições sociais de gênero, raça, classe ou etnia, os serviços e espaços públicos que a cidade deve oferecer: praças, parques, saúde, educação, transporte público, etc. Além disso, em uma perspectiva *lefebvriana*, a efetivação do direito à cidade exige a reconstrução do espaço urbano, através da participação ativa dos diversos sujeitos políticos — historicamente oprimidos e excluídos na cidade — e que possibilite a existência de uma nova sociedade. Para que seja um direito universal é necessária a atenção especial voltada às mulheres. Suas necessidades e especificidades devem ser levadas em conta para se garantir o acesso realmente igualitário aos serviços oferecidos na cidade.

Todavia, comumente as mulheres são consideradas dentro das cidades-mercadoria, como simples consumidoras. O espaço público, nessa lógica dominante, é negado às mulheres. De acordo com estudos coordenados pela ONG Actionaid:

Embora este direito tenha dado origem a um movimento social mundial, análises frequentemente não levam em conta a diversidade, as desigualdades e as estruturas de poder que determinam que habitantes urbanos usufruam de melhor acesso e influência no processo de moldagem de suas cidades (TAYLOR, 2011, p. 3).

Assim, a reprodução das relações de poder e de dominação entre mulheres e homens está presente também nos espaços públicos. Cotidianamente, meninas e mulheres são vítimas de assédios, estupros e outras violências nos espaços públicos das pequenas e grandes cidades em todo o mundo. Tal realidade também impede as mulheres de vivenciarem o espaço público, o que limita novamente seu direito à cidade. A violência e o medo nas cidades é uma situação real na vida das mulheres e devem ser desnaturalizados e encarados como questões estruturais (ACTIONAID BRASIL, 2014).

Dentro da divisão sexual do trabalho as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e do cuidado ((FARIA, MORENO, 2010). Por isso, segundo Cattán (*apud* WARNER, MICKLOW, KANCILIA, 2015) as mulheres têm uma relação diferenciada com o transporte público, creches e hospitais, pois necessitam com mais frequência de tais serviços, os quais por sua vez, muito frequentemente, são ineficientes, como próprio reflexo da não responsabilização do Estado, patriarcal e capitalista, com o cuidado. No Brasil, por exemplo:

O tratamento muitas vezes dispensado pelos poderes públicos às questões que afetam a segurança das mulheres nas cidades hoje se baseia em um contexto de naturalização da violência e do assédio: por acreditar-se que as coisas são como são, o “combate” aos problemas se dá principalmente através de medidas de prevenção que sugerem que as mulheres evitem usufruir plenamente da cidade (ACTIONAID BRASIL, 2014).

Considerando essa problemática e a importância do movimento feminista para construção de outros caminhos possíveis, esse artigo tem como objetivo apresentar algumas iniciativas protagonizadas por organizações comunitárias feministas — Centro Feminista 08 de Março e Marcha Mundial das Mulheres — no Rio Grande do Norte para a construção de cidades seguras para as mulheres.

2. METODOLOGIA

Este artigo foi construído a partir da experiência do Centro Feminista 08 de Março (CF8) e Actionaid Brasil no desenvolvimento das ações da campanha internacional “Cidades Seguras para as Mulheres” no Rio Grande do Norte. Utilizamos para essa discussão os relatórios construídos durante as atividades realizadas pelo CF8 e Actionaid com as mulheres dos municípios de Mossoró (Dom Jaime Câmara, Lagoa do Mato, Belo Horizonte e Jucuri), Tibau e Upanema, no período de julho de 2013 até janeiro de 2016.

3. CONSTRUINDO CIDADES SEGURAS PARA AS MULHERES

Em 2010, com o objetivo de desenvolver, ao redor do mundo, abordagens e estratégias para a construção de cidades seguras para as mulheres, a organização internacional Actionaid realizou um trabalho pioneiro de investigação em segurança das mulheres nos seguintes países: Brasil, Camboja, Etiópia, Libéria e Nepal. A perspectiva do direito à cidade orientou a pesquisa nos cinco países, que a partir de ONGs e movimentos sociais locais trabalharam aspectos estruturantes em comum, bem como referentes aos seus contextos locais. Após a pesquisa, desenhou-se a estratégia de uma campanha internacional de “Cidades Seguras para as Mulheres” a ser desenvolvida nesses cinco países, os quais a partir de suas lutas e contextos locais implementaram ações com as mulheres, a sociedade e o poder público para a construção de propostas e estratégias que contribuíssem para a garantia de um espaço público urbano livre e acessível às mulheres.

No Brasil, desde 2013, a campanha vem fomentando a implementação de ações e a discussão sobre a segurança das mulheres nos espaços públicos em bairros periféricos das cidades

dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte. Neste último, o desenvolvimento da campanha conta com a parceria do Centro Feminista 08 de Março (CF8), organização feminista que atua na região desde 1993, a partir de três elementos constitutivos, a saber, feminismo, organização e formação. Nesse sentido, o CF8 fortaleceu a campanha com sua estratégia de ocupação do espaço público, como forma de combate à violência sexista no espaço urbano e ampliação do debate, assim como realizou mobilizações nas comunidades e bairros em prol do direito à cidade e territórios.

Neste artigo nos debruçaremos sobre as metodologias e alguns resultados da campanha no Rio Grande do Norte, especialmente em Mossoró, Tibau e Upanema. Os três municípios estão localizados na região Oeste do estado e juntos têm uma população de 254.252 habitantes. Mossoró com prospecção para se transformar em metrópole nos próximos anos, não tem um planejamento urbano condizente com suas prospecções. A cidade de Upanema carrega características rurais, mas, nos últimos anos, a construção de rodovias e a instalação de poços de extração de petróleo tem alterado a dinâmica das comunidades, trazendo novos elementos para as dificuldades sociais já enfrentadas pela população, em especial o tráfico de drogas e a exploração sexual de meninas e mulheres. Tibau, uma pequena cidade litorânea, que mesmo pressionada pelo turismo predatório e a especulação imobiliária, ainda aguarda a prática de pesca artesanal e cata do marisco na região.

Para garantir o envolvimento das mulheres em todas as etapas da campanha foram utilizadas metodologias participativas, inclusive as que foram desenvolvidas e aprimoradas ao longo da execução da campanha Cidades Seguras para as Mulheres nos diversos territórios, tais como os “lanternaços” e “conversas de calçada”, que incluíram articulações com lideranças e grupos dos bairros, oficinas nas comunidades e caminhadas pelas ruas da cidade. Portanto, essas metodologias participativas reuniram importantes passos de atividades.

Foram cinco as atividades que constituíram a realização da campanha no Rio Grande do Norte:

a) Reuniões com lideranças locais – Foram realizadas reuniões com lideranças locais, uma em cada município, onde se apresentaram as propostas da campanha, seus objetivos e os resultados que poderiam ser obtidos com essa ação coletiva. A partir de então, as lideranças indicaram os locais para a realização das oficinas de diagnóstico da situação local. Em Tibau e Upanema foi indicado fazer apenas uma oficina, mas com participantes de vários pontos da cidade e representantes de comunidades do campo. A participação dos povos do campo foi realçada pela proximidade com a cidade. Em Mossoró os bairros indicados foram: Belo

Horizonte, Lagoa do Mato, Dom Jaime Câmara e a comunidade do campo de Jucuri, localizada muito próxima à cidade e com características acentuadas de vida urbana.

b) Oficinas de diagnóstico – Foram realizadas duas oficinas no bairro Lagoa do Mato, duas no Belo Horizonte, quatro no Dom Jaime Câmara e uma em Jucuri, o que envolveu uma média de 80 (oitenta) mulheres. Durante as oficinas foram apresentadas as propostas da campanha, a importância de se construir um diagnóstico de cada localidade e as próximas etapas desenvolvidas tanto em cada território quanto em âmbito internacional. Para se obter o “retrato” local realizado em todos os territórios da campanha, as mulheres foram provocadas a pensar sobre suas histórias, medos e os problemas que em suas concepções permeavam seus bairros e comunidades. Foram construídos espaços participativos a partir das percepções e vivências dessas mulheres. Em todos os municípios foram levantados problemas referentes à saúde, transporte público e iluminação das vias públicas como fatores que geram insegurança e medo nas mulheres. Entre os depoimentos, apontou-se: “Estudo à noite e na volta, que já é tarde, tenho muito medo de atravessar a BR, por que é muito escuro e por que não tem uma passarela”, relatou uma das participantes na oficina no bairro Dom Jaime Câmara.

Esse enunciado mostra o quanto a cidade não tem um planejamento urbano que contemple as necessidades das mulheres, e que neste mesmo caso limita o acesso ao direito à educação, mobilidade e segurança.

No bairro Belo Horizonte o problema mais contundente foi em relação ao tema da saúde, que está sintetizado no relato de uma das participantes: “A gente sai de madrugada de casa, se arriscando pra pegar uma ficha pra se consultar e quando chega não tem médico. A gente que é mulher precisa muito de médico, seja pra se consultar ou pra consultar um filho quando está doente”.

Esse contexto aponta que vivemos em uma sociedade desigual que impõe às mulheres as tarefas domésticas e o cuidado de todos da família, o que as leva a precisar com mais frequência dos serviços de saúde, como exemplifica o relato da participante do bairro Belo Horizonte. Assim, o planejamento urbano de uma cidade segura para as mulheres deve considerar essas necessidades, ao mesmo tempo o Estado deve construir estratégias de socialização do trabalho do cuidado.

Desse modo, as questões relacionadas ao transporte e iluminação foram destaque nas oficinas do bairro Lagoa do Mato, como se verifica no relato de uma das mulheres durante a realização da oficina: “A parada de ônibus é muito longe de casa e as ruas até chegar lá é tudo no escuro. O ônibus demora demais e sempre fico com medo quando fico sozinha na parada”.

Também na comunidade de Jucuri, o problema mais relatado foi o de transporte para chegar até a cidade, pois não há transporte público e o deslocamento se dá em veículos particulares, mas que segundo as participantes das oficinas, deixam-nas inseguras por que já houve casos de assédio de mulheres no percurso até Mossoró: “Uma conhecida nossa aqui de Jucuri um dia pegou um táxi para ir para Mossoró e quando o motorista ficou só com ela, ficou fazendo insinuações e convites indecentes pra ela, ela ficou com muito medo e a gente também”.

Durante a oficina, a problemática de assaltos também foi apontada por elas, segundo as quais o medo principal é a violência sexual a que estão vulneráveis a sofrer por serem mulheres: “Meu medo maior não é eles roubarem e levar dinheiro, celular, pode levar tudo, meu medo maior é de fazer alguma coisa com a gente, porque a gente sabe como é quando é com mulher, tem tanto caso de estupro, que eu só tenho medo disso”.

Já em Upanema e em Tibau foi bastante semelhante a situação do transporte público escolar e da iluminação das vias. As pessoas que fazem faculdade e estudam à noite em outras cidades do Rio Grande do Norte ou Ceará se deslocam para assistirem aulas em transporte cedido pelas prefeituras. No entanto, os ônibus escolares têm paradas fixas na via principal que são muito distantes das casas e as mulheres precisam andar longas distâncias em ruas sob pouca ou nenhuma iluminação: “Minha filha estuda à noite em Mossoró e toda vida que ela chega tenho que esperar ela na parada, por que no caminho é tudo escuro, tenho muito medo, volta eu e ela, mas a gente ainda tem medo”, relato da participante da oficina de Upanema.

Em Tibau, por ser uma cidade litorânea, as questões do turismo exploratório e da especulação imobiliária geram situações específicas de desrespeito aos direitos da população local, principalmente nos quesitos da mobilidade, poluição sonora e poluição e das vias. Além disso, diversas formas de violência contra as mulheres são acentuados, sobretudo nos períodos de veraneio e carnaval, nos quais duplica o número de pessoas da cidade: “A gente ia na praia a qualquer hora e qualquer dia da semana, agora eu nem vou mais na praia, só vou quando não tem muita gente, por que por onde a pessoa passa é assobio e piadinhas, assim é melhor ficar em casa”, “mas quando a gente fica em casa, tem esses carros de som passando direto na rua com esses músicas que também desrespeitam as mulheres, a gente às vezes não pode nem conversar em casa com tanta zuada [barulho]”, relatam as participantes da oficina. Este exemplo mostra que com a falta de planejamento e fiscalização das leis em vigor, as mulheres sofrem com o cerceamento dos seus direitos de ir e vir, de lazer e convivência familiar.

c) Auditoria de segurança – A partir dos diagnósticos realizados nas oficinas foram realizadas as auditorias de segurança que consistem na organização e mobilização de grupos de mulheres, redes, movimentos sociais para identificarem e vivenciarem, através de visitas *in loco*, os

fatores que tornam os espaços da cidade, inseguros para as mulheres que vivem naquele bairro ou localidade. Assim, foram realizadas caminhadas noturnas pelos lugares apontados nas oficinas como escuros e inseguros para as mulheres. Essa atividade foi uma oportunidade para as mulheres experimentarem os lugares comumente inseguros, na companhia de outras mulheres, fortalecendo a solidariedade, bem como as reflexões de que outras cidades são possíveis, a partir da luta coletiva. Elas se sentiram mais seguras e confortáveis, como comentou, durante a caminhada, uma participante de Upanema: “com vocês aqui a gente tem coragem de passar nessa rua, por que sem vocês a gente tem medo, é muito escuro e o povo diz que vendem drogas por aqui, isso dá medo, quando vocês saírem a gente também vai embora”.

Além disso, a auditoria foi uma ferramenta importante para complementar as informações das oficinas e subsidiar a campanha na elaboração de propostas locais de planejamento urbano.

d) Ação pública - Como uma metodologia de diálogo com a população local e denúncia da negação do direito das mulheres a uma cidade segura, foram realizadas ações públicas nas cidades. Em Upanema, as mulheres realizaram no dia 22 de julho de 2014 um ‘lanternaço’ em que caminharam pelas ruas da cidade, onde cada participante carregava consigo uma lanterna para iluminar as vias que estavam desprovidas de postes e lâmpadas. Além das lanternas, a caminhada foi acompanhada de um carro de som que facilitou a comunicação, levando as vozes das mulheres à população e da Batucada Feminista da Marcha Mundial das Mulheres que entoava músicas e palavras de ordem, propondo uma cidade segura e livre para as mulheres. Essa ação resultou em medidas imediatas por parte do poder público na cidade. Na manhã seguinte, a prefeitura providenciou a substituição das lâmpadas queimadas. Isso logrou resultado positivo para a organização das mulheres, pois a população fazia referência à pressão que as mulheres fizeram para a instalação das lâmpadas na cidade, produzindo a circulação de frases na cidade como: “vamos fazer igual as mulheres e num instante as coisas se resolvem”.

Em Tibau foram organizadas três ações públicas. Uma aconteceu na semana do 08 de Março de 2015 em conjunto com a Marcha Mundial das Mulheres. A atividade foi uma caminhada e um ato público com discursos no centro da cidade para denunciar a especulação imobiliária que ameaça a perda de seus territórios, assim como chamar a atenção da população e do poder público sobre a situação de vulnerabilidade enfrentada pelas mulheres. As outras duas ações foram realizadas durante o mês de janeiro de 2016, período de veraneio na cidade. Uma distribuição de panfletos para turistas com a mensagem “Mulheres querem viver e andar sem medo no verão e todo dia” e a veiculação de um *spot* de rádio com a palavra de ordem “Cidades seguras para as mulheres no verão, quero andar na rua sem preocupação!”.

Em Mossoró, como metodologia para envolver todos os bairros participantes da campanha, a ação foi realizada junto com as mobilizações do 08 de Março de 2015 organizado pela Marcha Mundial das Mulheres e Centro Feminista. Participaram da ação, além de mulheres dos bairros e comunidades rurais de Mossoró, representantes dos três municípios da campanha, que aproveitaram a ação para se fortalecerem enquanto militantes feministas. No conjunto Nova Vida, bairro Dom Jaime Câmara, desde 2005 o Grupo Mulheres em Ação organiza a marcha das Lanternas Lilás, um movimento de denúncia da violência contra as mulheres na comunidade. Nesse bairro a ação de rua foi feita em parceria com a marcha das Lanternas Lilás, no dia 25 de novembro, dia internacional de luta contra a violência sexista.

e) Seminário intermunicipal - Com os objetivos: fortalecer a auto-organização das mulheres; trazer as vivências e as experiências dos territórios e criar condições de promover o diálogo com os poderes públicos municipais, foi realizado o Seminário Intermunicipal no dia 25 de novembro de 2015 em Mossoró, com a participação de 36 mulheres dos três municípios. As participantes fizeram um planejamento comum da campanha para o próximo período. Entre as atividades planejadas estão: audiências públicas nas câmaras legislativas; seminários temáticos com a participação de gestores e gestoras municipais; audiência com a Delegada da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Mossoró, por atender mulheres de toda a região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse período de desenvolvimento da campanha, um dos desafios constantes foi o envolvimento do poder público no comprometimento das demandas. A campanha em outros estados onde foi executada realizou processos de sensibilização e engajamento das gestoras públicas no fortalecimento da pauta cidades seguras para as mulheres, dentro dos espaços de decisão. Entretanto, no Rio Grande do Norte ainda não foi possível essa sensibilização e incidência mais sistêmica com as gestoras e os gestores, inclusive por questões de concentrações de esforços para outras estratégias do movimento de mulheres no território. Esse envolvimento foi difícil, em parte, pela ausência de empenho político com as pautas das mulheres e, ao mesmo tempo, a dificuldade dos poderes municipais de encaminharem as demandas de infraestrutura como transporte público, iluminação, saúde e segurança, a curto e médio prazo.

A experiência da campanha internacional Cidades Seguras para as Mulheres, reafirma a importância de uma luta social articulada nos diversos níveis: local, territorial, nacional e internacional. Isso se dá pelo fato, por exemplo, da maior visibilidade das lutas locais, que também se fortalecem quando as mulheres envolvidas se enxergam como parte de um

processo amplo e de diversos atores políticos para transformação social e, por conseguinte, de suas realidades. As possibilidades de trocas de conhecimentos e construções de metodologias também são intensificadas em processos como esse.

Na busca pelo direito das mulheres à cidade, é necessário ir além da discussão da segurança, mesmo quando essa é considerada no amplo sentido do acesso a serviços públicos de qualidade, assim como a participação ativa e equitativa nos processos de tomadas de decisão. É preciso questionar e desconstruir os aspectos materiais e simbólicos estruturantes da sociedade patriarcal-capitalista-racista que impõem papéis sociais e culturais às mulheres, cujo lugar estabelecido é longe dos espaços públicos e de poder.

Os processos de planejamento urbano devem permitir a reapropriação das mulheres à cidade e considerá-las como sujeitos políticos imprescindíveis à construção de políticas públicas e definição das estruturas e dinâmicas do espaço urbano. As intervenções feministas no planejamento urbano não dizem respeito apenas às infraestruturas das cidades, mas também a uma mudança de paradigmas que requer reconstruir costumes e práticas sob uma perspectiva de igualdade entre mulheres e homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTIONAID BRASIL. **Linha de Base Campanha Cidade Seguras para as Mulheres**. Brasil, 2014.

Centro Feminista 8 de Março. **Páginas Feministas em Revista**. nº1, ano 2, 2016.

_____. **Relatório anual**. 2013. 2014. 2015.

Faria, N. e Moreno, R. (orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010. Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo 2.

FREITAS, A. **Por que cidades feitas para mulheres são mais igualitárias?** Nexo. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/06/Por-que-cidades-feitas-para-mulheres-s%C3%A3o-mais-igualit%C3%A1rias>> Acesso em 25 de mai. de 2016.

GARCIA, A. dos S. **Rompendo as amarras: Territorialidades negras, femininas e o direito à cidade**. Artigo apresentado no Congresso XXIX Congresso ALAS Chile: Crisis y Emergencias Sociales en América Latina. Relaciones de Género y Poder y el Espacio: Desigualdades y el Derecho a la Equidad, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MICKLOW, A.; BETH, K.; MILDRED, W. **The Need to Plan for Women, Planning with a Gender Lens Issue Brief**, Cornell University, Ithaca, NY, 2015. Disponível em: <<http://s3.amazonaws.com/mildredwarner.org/attachments/000/000/533/original/f8ffecaf94ed7e8f5f700ffe9bfbfd391>>. Acesso em 01 de jun. de 2016.

TAYLOR, A. **A mulher e a cidade: examinando os impactos de gênero de violência e urbanização.** Uma pesquisa comparativa de Brasil, Camboja, Etiópia, Libéria e Nepal. ActionAid International, de 2011.

CEM HOMENS: A ESCRITA ÍNTIMA NO CIBERESPAÇO PRODUZINDO SUJEITOS E SUBJETIVIDADES

Pâmella Rochelle R. Dias de Oliveira⁴⁵

Maria Cristina da Rocha Barreto⁴⁶

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um ensaio sobre o que será abordado na nossa dissertação de mestrado, a qual terá como foco discussões referenteS aos sujeitos contemporâneos e como estes vêm constituindo e expondo suas identidades e subjetividades no ciberespaço. Subjetividades estas que trazem como forte marca a exposição gratuita das mais variadas e profundas emoções e sentimentos. Desta forma, um dos nossos temas centrais também será pensar em como os sujeitos são produzidos e expostos. Outro ponto essencial que será analisado e discutido em nosso trabalho de dissertação é a questão da crescente valorização da escrita íntima ou como alguns autores denominam escrita confessional, que encontra na internet um terreno fértil e favorável para sua espetacularização e visibilidade. Para tanto, elegemos como *corpus* de análise para o nosso estudo de caso, o blog intitulado *Cem Homens*, tendo em vista que o mesmo traz todas essas questões presentes de forma bastante acentuada por meio do conteúdo produzido, além de nos colocar outras questões bastante atuais e complexas. Questões estas que também são responsáveis pela produção e constituição do “eu”, como por exemplo, a forma como pensamos e nos apropriamos de nossa sexualidade e a noção que possuímos sobre a questão do gênero. O que pretendemos neste trabalho é expor a proposta de pesquisa que será trabalhada na nossa dissertação de mestrado e quais os caminhos até agora traçados para que isso aconteça, desde o referencial teórico até mesmo a metodologia escolhida.

2. SOBRE A PESQUISA: SUBJETIVIDADES E EMOÇÕES NAS NOVAS MÍDIAS

Torna-se perceptível a cada dia que a contemporaneidade vem sendo marcada por recorrentes transformações culturais e sociais, num ritmo bastante acelerado. Tal fato se dá em grande medida, devido à facilidade e rapidez com que as informações são adquiridas e descartadas. Isto acaba por ser refletido nas relações pessoais, que com o advento da internet

⁴⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN. Graduada em Comunicação Social com habilitação em jornalismo, UERN. pamella_rochelle@hotmail.com.

⁴⁶ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN. mcrbarreto@gmail.com.

podem ser tecidas e desfeitas com a mesma facilidade. É importante ressaltar que essas relações passam por constantes mudanças, tornando-se cada vez mais flexíveis e instáveis, o que é uma forte marca da nossa época.

O momento em que vivemos hoje é designado por muitos teóricos como pós-modernidade, considerado por Francis Fukuyama (1994), entre outros autores, como uma época marcada pela morte do sujeito detentor de um discurso autoral. É época esta que traz consigo uma crise das ideologias e pensamentos que vigoraram até então. Para Huchteon (1990), nela as diferenças passam por constante mutação e por isso são sempre múltiplas e provisórias, o que pode ser percebido na própria construção das identidades.

Nesse ambiente pós-moderno, ao mesmo tempo em que as relações se tornam cada vez mais líquidas e frágeis, os indivíduos acabam por criar uma espécie de necessidade de expor suas subjetividades e emoções mais íntimas, para o maior número de pessoas, o que é facilitado graças ao advento da internet e suas teias de relações invisíveis. Fato este, que termina por ocasionar novas demarcações entre as fronteiras do público e privado, como Sibilia (2008) relata em sua obra.

Na medida em que estes indivíduos expõem suas subjetividades e seus mais íntimos sentimentos e emoções na web, o ciberespaço passa a reformular a antiga prática das escritas de si e da “confissão”, traçada por Foucault (1988) em sua obra a vontade de saber. Com este novo suporte, que é a internet, as “confissões” se desenvolvem de maneira mais intensa, deixando de ser algo particular, como na época dos diários íntimos, para se tornarem visíveis e acessadas.

Para compreendermos melhor a atual necessidade de exposição da vida privada por meio da “confissão”, é importante esclarecer que o instinto autobiográfico é tão antigo quanto à própria escrita. No entanto, o mesmo só começa a se fortalecer enquanto gênero a partir do estabelecimento da sociedade burguesa e da difusão da noção de indivíduo, sendo somente a partir do século XVIII que se tornam públicos os primeiros relatos autobiográficos. Já o apogeu e a proliferação da literatura íntima, principalmente dos diários íntimos se dão no século XX (MACIEL, 2004).

A partir de então, a escrita de si tornou-se uma prática habitual na sociedade, o que vem mudando é apenas o suporte onde ela é produzida. A internet é o novo campo de construção das subjetividades, e já é visível a expansão dessas narrativas autobiográficas, ainda que de forma fragmentada, por meio das redes sociais, fotoblogs, vlogs e blogs, sendo este último o objeto empírico desta pesquisa.

Desta forma, o caráter intimista e pessoal dos diários íntimos mudou drasticamente, uma vez que ele deixou de ser feito para si mesmo, sendo o outro agora o alvo principal, e a

visibilidade sua moeda de troca. E o que antes era ligado à vida privada do indivíduo, como suas emoções, sentimentos e afetos, agora estão à disposição de todos que acessam a rede, por meio de um simples *click*.

Essa prática contemporânea é marcada principalmente pela questão da espetacularização, já que na maioria das vezes esses sujeitos buscam ganhar notoriedade, ou *status*, recorrendo desta forma ao sensacional, logo ao espetacular. Fato este último discutido por Debord (2003) em sua obra, na qual afirma a existência de uma sociedade que se exprime por meio do espetáculo, e tem como principal ideia afirmar que algo é bom, apenas se este alcançar notoriedade, ou seja, se for visível. Já para Sibilia (2008), que pensa na questão do espetáculo num momento bem posterior ao das conclusões de Debord, hoje as pessoas tem mecanismos de publicação que espetacularizam a intimidade, mas que também apenas a mostram, e tornam a vida não somente entretenimento, mas uma vida a ser percebida.

Desta maneira temos como problema de pesquisa verificar como se dá a manifestação das identidades contemporâneas nas novas mídias, que têm como principal característica exibir suas emoções, assim como também, tentar refletir sobre as condições de produção desses discursos, ou seja, como eles se constituem. Além disso, temos entre os principais objetivos de nossa pesquisa tentar compreender quais seriam as motivações do indivíduo na utilização da escrita confessional para expor sua intimidade num espaço público como a internet. Assim como também perceber de que forma essa exposição da subjetividade e das emoções se torna uma espécie de espetacularização do “eu” e como ela dilui as fronteiras entre o público e o privado. E por fim, investigar se esta espetacularização do “eu” seria uma manifestação do que alguns chamam de identidades pós-modernas.

3. IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE E GÊNERO: TORNANDO-SE SUJEITO

Diferente do que muitos possam pensar, os termos “identidade” e “subjetividade” não estão um para o outro enquanto sinônimos ou coisa do tipo, embora não sejam de fato totalmente dissonantes, estando ligados entre si. A subjetividade diz respeito as nossas emoções e pensamentos tanto na esfera consciente quanto inconsciente, responsável pela formação e compreensão que temos sobre nosso eu, envolvendo dessa forma, nossas emoções e motivações mais íntimas.

A subjetividade pode ser tanto racional quanto irracional. Podemos ser – ou gostaríamos de ser – pessoas de cabeça fria, agentes racionais, mas estamos sujeitos a forças que estão além de nosso controle. O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de

produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade (WOODWARD, 2000, p.55).

Woodward (Ibid) atenta para o fato de que a vivência da subjetividade se dá necessariamente dentro de determinados contextos sociais, históricos e culturais, concretizando-se por meio da linguagem, que por sua vez nos insere, ou nos leva a nos inserirmos em práticas discursivas, nos fazendo assim adotar uma identidade. Sendo ela, a subjetividade, o que nos permite explicar as razões que pelas quais nos apegamos e adotamos determinada identidade. Dessa forma, enquanto a identidade seria a posição que nos colocamos diante de determinadas práticas discursivas, o que se dá em grande medida pela nossa identificação com estas. A subjetividade diria respeito ao nosso eu consciente e inconsciente, repleto de contradições, memórias, medos, alegrias, projeções e inúmeros sentimentos e pensamentos, responsáveis por constituírem as concepções acerca de quem somos.

Sobre a questão da subjetivação, Foucault (1995) aponta três principais modos pelos quais os indivíduos tornaram-se sujeitos em nossa cultura ocidental. O primeiro seria o modo de investigação, responsável por objetivar o discurso e as ações do sujeito, tentando dessa forma atingir *status* de ciência; o segundo diz respeito às “práticas provisórias” que objetivariam o sujeito a partir do seu lugar social e de suas relações com os outros; e por fim, o terceiro seria o do domínio da sexualidade, o qual o autor se detém em sua obra tardia, e em que “os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de sua sexualidade” (p. 231/232). Dessa forma se faz importante esclarecer que tanto para Foucault (Ibid) como para Woodward (2000) e Butler (2003), o termo sujeito é compreendido de duas principais maneiras, a primeira como sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso a sua própria identidade, por uma consciência ou auto controle, estando ambas as perspectivas sugerindo uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a algo ou alguém. O que é perceptível na fala de Woodward (2000), quando o mesmo trata da questão do discurso ao afirmar que, “Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios” (p. 55). O que Butler (Ibid) por sua vez também postula, ao perceber e defender as noções de gênero e sexo como discursivamente produzidas, sendo dessa forma a linguagem, bem como as práticas discursivas, responsáveis pelo “domínio imaginável do gênero”. Por sua vez, este é responsável em grande medida pela constituição dos sujeitos, na medida em que estes são sujeitados ao gênero mesmo antes do seu nascimento,

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de

gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre em nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (p.28).

Dessa forma é que Butler (2003), partindo dos pressupostos de Foucault (1985), pensa na sua obra em como nos tornamos sujeitos a partir da nossa sexualidade, ou melhor, em como a questão do gênero influencia o nosso processo de subjetivação. Ela critica os discursos hegemônicos acerca do assunto, assim como também a visão binária, problematizando dessa forma não só a noção de gênero, como também de sexo e sexualidade, para assim tentar compreender como se dá a constituição da identidade, e mesmo dos próprios sujeitos.

Se a “identidade” é um efeito de práticas discursivas, em que medida a identidade de gênero – entendida como uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo – seria o efeito de uma prática reguladora que se pode identificar como heterossexualidade compulsória? Tal explicação não nos faria retornar a mais uma estrutura totalizante em que a heterossexualidade compulsória tomaria meramente o lugar do falocentrismo como causa monolítica da opressão de gênero?

Ao analisar as formas pelas quais os indivíduos se reconhecem como sujeitos de uma sexualidade — que se articula num sistema de regras e coerções, e que por meio dessa acabam por se deparar com uma experiência de si —, é que Foucault (1985) sintetiza na sua obra “O uso dos prazeres”, um campo de escolhas morais e modos de subjetivação dados por modos de sujeição a substâncias éticas e históricas. Nestes modos é que podemos perceber a questão da experiência de si para consigo mesmo, ou dito de outra maneira, a forma como os sujeitos tornam-se quem são.

Meu propósito não era o de reconstruir uma história das condutas e das práticas sexuais de acordo com suas formas sucessivas. Também não era minha intenção analisar as ideias (científicas, religiosas ou filosóficas) através das quais foram representados esses comportamentos (...). Tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constituiu-se uma "experiência" tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma "sexualidade" (...). O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência - se entendemos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (p. 9-10. *apud*. LAROSSA, 1994, p.7).

Ainda sobre essa questão da experiência de si e constituição do sujeito, Larrosa (1994) com base nos estudos em Foucault afirma que

A experiência de si, historicamente constituída, é aquilo a respeito do qual o sujeito se oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se

descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo, etc. E esse ser próprio sempre se produz com relação a certas problematizações e no interior de certas práticas. Ao analisar a experiência de si, o objetivo é “... analisar, não os comportamentos, nem as ideias, não as sociedades, nem suas "ideologias", mas as problematizações através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais essas problematizações se formam” (p. 08).

Essa experiência de si pode ser considerada tanto uma constituição histórica como cultural, dentro das singularidades de determinada sociedade e época, que se desenvolvem permeadas pelas relações de poder e jogos de verdade. Dessa forma, cada sociedade e época possibilitam o surgimento de um determinado repertório que pode ser utilizado para a constituição dos sujeitos e dessa experiência de si. Vale ressaltar que a falta desse repertório também pode possibilitar toda a trama social que envolve os sujeitos contemporâneos como uma rede de relações, na qual inclusive, esses sujeitos podem se fazer resistir ao discursos dominantes, já que segundo Foucault, “onde há poder há resistência”.

4. BLOG CEM HOMENS: A CONFISSÃO DAS SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS NO CIBERESPAÇO

Confessando suas subjetividades e emoções por meio das redes sociais e dos variados endereços eletrônicos e *websites*, os sujeitos contemporâneos vivem na era da incerteza, agilidade e fluidez (BAUMAN, 2004; 2007). Neste momento, os diversos âmbitos sociais passam por constantes mudanças e as relações pessoais são as mais afetadas, o que acarreta uma crescente virtualização dessas relações, que são mediadas pelas mais recentes tecnologias do mercado. Em meio a tantas mudanças e incertezas, é como se o indivíduo encontra-se na internet uma válvula de escape, na qual, ele pode relatar seus mais íntimos desejos e sentimentos, fazendo da sua vida comum e trivial um grande espetáculo que é “compartilhado por milhões de olhos potenciais” (LEMOS, 2002).

Sobre a questão das confissões, Foucault (1988, p.59), afirma que tal prática passou a ser, no Ocidente, “uma das técnicas mais altamente valorizadas para a produção da verdade, tornando a nossa sociedade singularmente confessanda”, como se por meio da confissão e do olhar público sobre nossa vida privada, é que de fato nos tornássemos sujeitos. O que Sibilia (2003, p. 05) também afirma quando diz que os sujeitos contemporâneos passaram a modelar a própria subjetividade “através de um mergulho introspectivo da hermenêutica incessante de si mesmo”, onde se faz necessário narrar uma história e criar um eu. Seguindo o mesmo pensamento, André Lemos vai dizer que

A vida comum transforma-se em algo espetacular, compartilhada por milhões de olhos potenciais. E não se trata de nenhum evento emocionante. Não há histórias, aventuras, enredos complexos ou desfechos maravilhosos. Na realidade, nada acontece, a não ser a vida banal elevada ao estado de arte pura. A vida privada, revelada pelos *webcams* e diários pessoais, é transformada em um espetáculo para olhos curiosos, e este espetáculo é a vida vivida na sua banalidade radical (LEMOS, p. 50, 2002).

Pode-se afirmar então, que este momento do qual fazemos parte, em que a confissão na esfera do virtual leva o indivíduo a exibir de forma gratuita e generosa sua intimidade e emoções, desemboca na espetacularização desse “eu”, e o mostrar transforma-se numa moeda de troca para a visibilidade.

Nesse mesmo momento, que como Zygmunt Bauman (2007, p.09) afirma em sua obra, a sociedade passa a ser cada vez mais vista e tratada como uma rede, em vez de uma estrutura. Para ele, “ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis”, e é em meio a estas permutações que as emoções dos sujeitos pós-modernos são evidenciadas e compartilhadas.

Outro fato de importante compreensão é que o ambiente virtual torna-se mais do que um simples refúgio, no qual os indivíduos expõem suas particularidades com o intuito de alcançar visibilidade, passando a ser um terreno fértil e favorável à produção de subjetividades contemporâneas. A *web* traz consigo alguns mecanismos que promovem a construção e reconstrução dessas subjetividades de forma cada vez mais acelerada, como por exemplo, o fácil acesso a informação, a diversidade de assuntos e a vasta divulgação em tempo real. Por estes e outros motivos, as comunidades virtuais têm cada vez mais se fortalecido, uma vez que são utilizadas como ambientes em que o sujeito pode se criar e recriar, além de vislumbrar os que lhe são outros. Para Hall (2011) o sujeito pós-moderno não possui identidade fixa e permanente, sendo ela, uma espécie de “celebração móvel”, fato que pode ser notado no ambiente virtual.

Tendo em vista a atualidade e relevância do tema aqui discorrido e percebendo a sua complexidade, é que optamos por pesquisá-lo. Para tanto, elegemos como *corpus* o endereço eletrônico, <http://www.cemhomens.com>, conhecido como *Cem Homens*, que inicialmente foi criado como blog e devido o seu sucesso, migrou para um sítio eletrônico. O site foi criado em 2011 por uma jornalista de São Paulo sob o pseudônimo de Letícia Fernandez, e tinha como intuito inicial expressar seu desejo de ir para a cama com cem homens durante um ano. A ideia era utilizar o até então blog como uma espécie de diário íntimo, no qual sua protagonista iria relatar suas experiências e conquistas sexuais.

Eu até preferiria começar esse quem sou eu dizendo que é porque sou muitas mulheres em uma só. Mas não, eu não vou recorrer ao clichê. O motivo é bem

simples: não sou tudo isso. Quisera eu! Sou apenas uma garota normal de cidade grande, 30 anos, escorpiana e que gosta muito de sexo (os astrólogos diriam que estas duas últimas informações são redundantes). A minha diferença para tantas garotas iguaizinhas a mim que existem por aí? Eu tenho um blog. Só isso. E eu espero que você goste dele.” (Texto retirado do perfil do blog, onde é respondido a pergunta “Quem eu sou”).

No trecho acima, que se encontra no perfil do blog, Nadia faz uma pequena e subjetiva apresentação de quem ela é, sem revelar seu verdadeiro nome. No fim de sua fala, ao dizer que sua única diferença para com as demais garotas é que possui um blog, ela traz à tona o pensamento de Sibilía (2003) que afirma que, “a popularização das tecnologias e das mídias digitais tem ajudado a concretizar os novos sonhos de auto realização, permitindo registrar todo tipo de cenas da vida privada com facilidade, rapidez e baixo custo”. Nas postagens feitas no blog é perceptível o modo como a intimidade de sua escritora é exposta sem nenhum pudor, contendo descrições minuciosas sobre sua vida sexual, como no caso das citações abaixo:

Número 1: Namorei com o rapaz quando tinha 18/19 anos. Ele não me beijava na boca depois de eu comer algo; eu tinha de escovar os dentes ou comer uma balinha. É, se ele tinha nojo de comida, imaginem o que acontecia depois de um boquete. Eu era bem inexperiente, mas já achava bem esquisito esse lance de ele não fazer sexo oral em mim (olha o nojo aí mais uma vez). Terminei o namoro e segui minha vida.” (Postagem publicada em 28 de setembro 2011).

“A melhor transa até agora: o número 3” (Fragmento de postagem publicada em 27 de julho de 2011).

Em todas as postagens do blog, a autora procurar supervalorizar a si mesma e suas experiências, envolvendo sempre a questão sexual. Em torno dessa descrição de si, volta à antiga questão colocada por Nietzsche (1995) no início de sua autobiografia: Como alguém se torna o que é? Foi a partir desse questionamento que o pensador desenvolveu sua obra em busca de se afirmar, e talvez seja a partir dessa mesma pergunta que os diários eletrônicos levam os sujeitos a construir essas narrativas de si, ou por que não, a si próprios, ainda que seja apenas uma parte desse eu. Por exemplo, no caso de Nadia que chega a criar um pseudônimo, o que não quer dizer que estar sob o pseudônimo seja necessariamente outra, mas talvez um fragmento da mesma, na medida em que o sujeito se faz cada vez mais múltiplo e provisório, como bem argumenta Baumam (2004).

Embora tenha alcançado milhares de visitas, a autora parou de relatar suas experiências no número 37, segundo ela quando se apaixonou, e logo depois teve sua verdadeira identidade revelada. Foi nesse momento que a Nadia Lapa, até então conhecida apenas como Letícia, entrou numa crise de depressão, o que piorou devido à hostilidade com que as pessoas a tratavam

quando perceberam que ela não era uma mulher nos padrões de beleza impostos pela grande mídia: magra, alta e loira.

Nesse momento, o blog passa para sua segunda e atual fase, na qual a autora fala bem mais sobre seus sentimentos e emoções e em como a depressão mudou a sua vida. A escolha por tal objeto se deu devido a sua grande audiência e repercussão na mídia, fato que levou sua criadora a lançar um livro com todos os *posts* do blog em 2012.

Podemos afirmar que a análise das manifestações identitárias nas novas mídias e a forma como as emoções são expostas a todo o momento na rede é algo de grande relevância para compreendermos a contemporaneidade, os sujeitos e as relações que se estabelecem nesse dado momento. Além disso, nos leva a refletir sobre o porquê dessa busca incessante por visibilidade, que acaba extrapolando as barreiras entre o público e privado.

5. ETNOGRAFIA VIRTUAL: PESQUISANDO NO CIBERESPAÇO

Pensando a etnografia como método de apreensão das culturas e das relações sociais é que o mesmo pode ser adaptado ao ambiente virtual. Dessa forma surge a etnografia virtual, na medida em que alguns estudiosos da área perceberam que no ciberespaço diversas culturas e povos se interligam e dialogam, além do surgimento do que se pode chamar de uma cultura *online*. Hine (2000, 2005) foi a principal responsável pela popularização do termo etnografia virtual, entendendo que nesta área a construção do campo de pesquisa se dá bem mais pela subjetividade e reflexividade. Para a autora, os estudos etnográficos sobre a *internet* se dividem em dois grupos principais:

O primeiro a entende com um artefato cultural, cujo sentido depende dos que o criam, desenvolvem e utilizam e, assim, priorizando o estudo dos cenários que lhe são exteriores. A abordagem é feita nos ambientes cotidianos *off-line*, seja com cientistas, técnicos e profissionais que a desenvolvem, seja com os seus vários grupos de usuários, os cidadãos comuns. O segundo a privilegia como cenário cultural, cuja dinâmica depende dos que a utilizam para criar um mundo virtual possuidor de suas próprias circunstâncias e, assim, foca nas experiências e processos que ocorrem nela enquanto meio de comunicação. A abordagem, no caso, se centra no espaço *online*, salientando suas peculiaridades, seu caráter de cenário em que a cultura é criada e recriada com uma outra dinâmica (HINE, 2000, p. 14-38. *In*. RÜDIGER, 2012, p.157).

Com essa afirmação a autora não pretende reafirmar a existência de dois grupos separados com funções diferentes, pelo contrário, ela conclui que se faz necessário superar um e outro, dando lugar à aplicação de um “princípio conexcionista”.

Com o surgimento da etnografia virtual, ainda que os trabalhos nesta área sejam recentes, algumas questões típicas da etnografia tradicional foram questionadas e problematizadas, como a questão da observação participante e pesquisa de campo, já que estas são essenciais. Sobre o assunto Pienez (2008) explica que

A etnografia tem como foco a observação participante, pois é impossível uma observação não participante em situações de campo face a face. No caso da etnografia virtual é possível ficar invisível, o que é chamado de *lurking* e isso se constitui num caso particular de participação – o qual não é eticamente correto, conforme Kozinets (2002), embora este tipo de participação seja implícita ao ambiente digital. É a participação, mesmo que invisível, no grupo que irá viabilizar, na opinião de Braga (2006), a apreensão de aspectos daquela cultura. Isso possibilitaria a elaboração posterior de uma descrição densa, a qual demanda uma compreensão detalhada dos significados compartilhados por seus membros e da rede de significação em questão (2008, p. 9).

Como a autora explica acima, a pesquisa de campo continua a existir, só que agora mediada pelo computador, podendo ser considerado uma espécie de “cibercampo”, e o grande desafio metodológico segundo a mesma é exatamente preservar ao máximo os detalhes dessa observação em campo. Alguns autores acreditam que também seria preciso utilizar outras técnicas como entrevistas presenciais ou por vídeos e telefones, mas isso não é regra. A proposta da nossa pesquisa é além dessa observação e do diário de campo — que não precisa ser necessariamente um caderno, mas pode inclusive ser em suporte digital —, aplicarmos entrevista a autora do blog, o que ainda não definimos se será realizado por e-mail ou de forma presencial. Além disso, no caso desta pesquisa, fizemos questão de entrar em contato com a autora do blog selecionado para informar sobre o estudo.

Sobre como aplicar a etnografia virtual, Pienez (Ibid) citando Montardo e Passerino (2006), vai explicar que existem três formas de aplicação:

Uma delas é como ferramenta metodológica para o estudo de comunidades puras, que são aquelas que só existem por haver as possibilidades propiciadas pela internet. A outra forma é como ferramenta metodológica para o estudo de comunidades derivadas, que são aquelas que existem no virtual, mas têm estrita relação com o espaço físico. E, por fim, a etnografia pode ser utilizada como ferramenta exploratória para diversos assuntos como a análise de blogs e outras formas de rede social *online* (2008, p. 9).

De acordo com a citação, a presente pesquisa classifica-se como ferramenta exploratória, já que nosso *corpus* de análise é um blog. Sobre nossa proposta de trabalho é importante deixar claro que a escolha pelo método etnográfico se deu por vislumbramos o ciberespaço como um ambiente essencialmente social. Neste ciberespaço as relações humanas são problematizadas e estão a todo tempo criando e recriando vínculos, sobretudo por meio das mídias sociais, que agora na contemporaneidade fazem parte do cotidiano dos sujeitos. Estes, por sua vez,

constroem e exibem suas subjetividades e emoções em larga escala e de forma gratuita na rede, fazendo deste um ambiente propício para pesquisas sobre o ser humano e suas relações sociais. Tendo em vista que a etnografia — enquanto método de pesquisa — preocupa-se em trabalhar com o social e o cultural, foi que optamos pela mesma, embora a maioria dos trabalhos com este método seja realizado por antropólogos de formação. Temos consciência de que os profissionais de outras áreas também podem utilizá-lo, como é o caso da comunicação social, que tem uma ligação direta e estreita com a sociedade e os sujeitos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Detemos-nos aqui nos sujeitos contemporâneos e em como estes passam a se produzir e manifestar na era virtual com o advento da internet, percebendo dessa forma a reutilização da questão da “escrita de si” no ambiente virtual como uma técnica de subjetivação desses sujeitos. Na medida em que confessam seus segredos por meio das narrativas de si não só se apresentam aos outros, mas também refletem sobre sua existência de forma a reconstruir a si próprios. É importante ressaltar que caberia ao tema aqui abordado uma discussão mais profunda e analítica, porém, por se tratar de um artigo, não foi possível ser feita, sendo dessa forma um esboço inicial acerca do assunto. Voltou-se de forma mais específica para a questão de como se dá a constituição dos sujeitos contemporâneos e como estes exibem a si mesmos na internet, por meio dos blogs de escrita confessional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Adriana. **Etnografia e pesquisa em cibercultura**: Limites e insuficiências metodológicas. REVISTA USP, São Paulo, n.86, p. 122-135, junho/agosto 2010.

BASTOS, Rogério Lustosa. **Ciências humanas e complexidades**: projetos, métodos e técnicas de pesquisa: o caos, a nova ciência/Rogério Lustosa Bastos. - 2.ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: Antropologia e literatura no século XX. Organização e revisão técnica, José Reginaldo Santos Gonçalves. 3. Ed. — Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**. Tradução: www. terravista.pt. Editoração eBooksBarsil.com, 2003.

PIENIZ, Mônica. Novas configurações metodológicas e espaciais: etnografia do concreto à etnografia do virtual. **Revista Elementa**. Comunicação e Cultura. Sorocaba, v.1, n.2, jul/dez 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, 13. Ed.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008. Tradução de: The interpretation of cultores.

HALL, Stuart. **Da diáspora, Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **Identidades Culturais na pós-modernidade**. DP&A: Rio de Janeiro, 2011.

HINE, C. **Virtual Ethnography**. London, Sage, 2000. In. AMARAL, Adriana. **Etnografia e pesquisa em cibercultura: Limites e insuficiências metodologicas**. REVISTA USP, São Paulo, n.86, p. 122-135, junho/agosto 2010.

_____. (ed.). **Virtual Methods**. Oxford, Berg, 2005. In. AMARAL, Adriana. **Etnografia e pesquisa em cibercultura: Limites e insuficiências metodologicas**. REVISTA USP, São Paulo, n.86, p. 122-135, junho/agosto 2010.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

LEMOS, André. **A arte da vida: diários pessoais e webcams na Internet**. XI COMPÓS. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2002.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Emoções, sociedade e cultura: a categoria de análise emoções como objeto de investigação sociológica**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

MACIEL, Sheila Dias. **“A literatura e os gêneros confessionais”** in: MACIEL & BELON. Em diálogo: estudos literários e lingüísticos. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. Disponível em: <<http://www.ceul.ufms.br>>.

MAUS, Maciel. **A expressão obrigatória de sentimentos** (1921). In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (org) Maciel Maus. São Paulo: Atila, 1979.

OLIVEIRA, R. Cardoso. **Ensaio antropológico sobre moral e ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

RUDIGER, Francisco. **Sherry Turkle, percurso e desafios da etnografia virtual**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. 14(2): 155-163 maio/agosto 2012.

SIBILIA, Paula. **A intimidade escancarada na rede, blogs e webcams subvertem a oposição público/privado**. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom].

_____. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

GÊNERO E DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA

Sayonara Amorim⁴⁷

1. INTRODUÇÃO

A educação sempre foi um prêmio dado aos melhores. Foi assim que começou a se formar o sistema educacional no Brasil, quando somente os alunos considerados muito bons conseguiam obter êxito nos estudos e chegar ao Ensino Superior. Vivemos no século XXI e o sistema não mudou, apenas as formas de seleção passaram a ser manipuladas de forma diferente. Hoje, independentemente de classe social ou nível cultural, todos têm acesso à escola e à universidade, mas a segregação cultural permanece limitando sonhos, habilidades e oportunidades. É preciso perceber que vivemos um novo tempo, temos um novo tipo de aluno, porém, uma velha e mesma escola. Então o que ela precisa fazer para acompanhar as mudanças? Como lidar com a diversidade? Como contribuir para a redução das desigualdades? Rever seus conceitos e achar que a função da escola é apenas transmitir informação pode ser o começo para essa mudança. Se temos políticas públicas que sugerem uma escola democrática, o acesso indiscriminado de todos à escola, me parece necessário e urgente que os conceitos de escola sejam refeitos na prática. Além de repassar os conteúdos clássicos e formar o aluno para o mercado de trabalho, a escola também tem como função o convívio social. Mas como formar um aluno socialmente capaz de exercer uma função se durante toda a sua formação foi punido pela desigualdade?

Respeitar as diferenças é uma frase que está na “moda”. No entanto, bem distante de ser exercida na prática. Essa dificuldade de aceitar o diferente se aplica em várias situações, e quando o assunto é gênero e sexualidade, as dificuldades e o preconceito de aceitar que sexo é diferente de gênero — e que uma pessoa tem o direito de, além do seu sexo, viver o gênero que escolher ou viver sua identidade social — ficam mais explícitos. Uma publicação da filósofa Judith Butler, intitulado “Foucault, Herculine e a política da descontinuidade sexual”, retrata um pouco dessa problemática e nos leva a refletir sobre situações semelhantes em nosso cotidiano.

O texto fala sobre os conflitos pessoais de Herculine Barbin, um hermafrodita francês do século XIX que vivencia toda uma problemática em relação à sua sexualidade indefinida e as pressões sofridas na época que culminou com seu suicídio. Judith faz uma interpretação da obra *A História da sexualidade – volume I*, do filósofo Michel Foucault. Segundo Judith, Herculine

⁴⁷ Graduada em Licenciatura em Filosofia pela UERN. E-mail: sayonara98lira@hotmail.com

vive toda uma opressão imposta pelo poder da sociedade que cobra modelos e justificativas para explicar comportamentos.

O drama de Herculine se assemelha ao de inúmeros casos de pessoas que diariamente precisam se justificar, enfrentar preconceitos e lutar contra os padrões convencionais para garantirem sua existência de forma digna. Quando falo em dignidade, refiro-me ao direito de escolha do ser humano, da liberdade de escolha, que muitas vezes é negada a quem se arrisca a cobrar esses direitos.

O tema gênero e diversidade cultural se mostra, a meu ver, cada vez mais carente de discussão, de busca por soluções, de reflexões que coloquem em primeiro plano o ser humano e que os padrões, conceitos e normas venham a se adequar, e não a punir. Levar a discussão sobre gênero e diversidade cultural, principalmente às escolas, me parece ser uma possibilidade e uma saída para tentar encontrar meios para lidar com as desigualdades, indiferenças e violências. Durante esta pesquisa assisti a um vídeo da socióloga Thais Moya, no qual ela faz um relato sobre a violência que sofreu durante 20 anos de sua vida. De acordo com ela, foram várias situações de violência sofrida, tanto em casa quanto na escola, devido aos conflitos em torno de sua sexualidade. Segundo ela, sempre se sentiu estranha, tendo que vestir roupas coloridas e se portar como uma menina, segundo os padrões convencionais. Um ponto que me chamou muito a atenção foi quando ela se referiu à falta de apoio de seus professores, na escola.

O depoimento me despertou para a necessidade de levar essa discussão de forma insistente para a sala de aula. Pelo que percebo, não somente este tema, mas também a diversidade em geral, deve ser discutida em sala de aula, em todos os níveis, na educação básica e, principalmente, na graduação, porque fica explícita a inadmissibilidade de se formar um professor que não tenha preparação para lidar com a diversidade sexual e com as demais diferenças.

Já temos políticas públicas que garantem o acesso às pessoas com deficiências nas escolas, mas por outro lado temos em alguns Estados leis que proíbem discussões sobre política na sala de aula. Para reforçar ainda mais o poder negativo das normas e das leis diante das desigualdades, foi excluído do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 o inciso III do Artigo 2º, o qual proibia qualquer tipo de discriminação referente a gênero, cor, raça e classe social. É exatamente por isso que considero a possibilidade de a escola ser uma saída, porque continuo acreditando ser na instituição escolar onde o pensamento crítico e reflexivo pode ser estimulado e que, esta sim, é uma das importantes funções da escola como formadora social. Acredito ainda que a partir de reflexões e do conhecimento empírico seja possível formar cidadãos capazes de lidar com tabus e combater preconceitos, desumanidade e as desigualdades impostas pelo sistema. O sistema

educacional permite a formação de profissionais, mas ignora o convívio social, e os professores, por sua vez, apenas seguem esses padrões.

2. A ESCOLA COMO MEDIADORA DAS DIFERENÇAS

É muito fácil se esconder atrás de palavras quando o assunto é discriminação. Dizer simplesmente “não tenho preconceito com gays, lésbicas, negros, índios e favelados” acaba por se tonar apenas falácia, quando é preciso viver essa teoria na prática. A escola, por exemplo, que tem toda a estrutura e deveria ser um local de desconstrução de preconceitos, acaba por se tornar um altar onde as desigualdades são ratificadas. “A escola sanciona, portanto, aquelas desigualdades que somente ela poderia reduzir” (BOURDIEU, 2003, p. 61).

No capítulo intitulado “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, da obra *Escritos de Educação*, do sociólogo e filósofo francês Pierre Bourdieu, ele reforça a tese de que a escola atua de forma velada quando legitima as diferenças sociais e culturais. Essa questão levantada por Bourdieu é clara e cotidiana em todos os níveis da vida escolar. Uma prova disso é o modelo de avaliação padronizado que cobra igualdade de conhecimento e de linguagem a alunos de culturas e classes sociais distintas. Como comparar o resultado de um aluno de classe social mais favorecida — que teve acesso à arte, à música, ao teatro, a museus — ao de um estudante de classe social inferior que tem costumes e cultura diferentes e que jamais teve acesso a nenhuma ferramenta atribuída à cultura? Segundo Bourdieu (2003), o êxito do aluno na escola se diferencia de acordo com a classe social a que pertence e é claramente percebido pela forma como reagem às avaliações. É o que o autor denomina de capital cultural, ou seja, quanto mais acesso à cultura, mais demonstra êxito na escola.

Dessa forma, a escola vai continuar como sempre foi, exercendo o mero papel de mediadora das diferenças sociais? As políticas sociais atuais que permitem o acesso de estudantes de classes sociais distintas foram criadas apenas para fortalecer essas diferenças e sancionar as desigualdades? Qual o papel da escola, através do professor, nesse contexto? O professor pode justificar que tem a seu favor a sua formação, a sua crença, a sua cultura e as normas da educação para legitimar sua atuação neutra diante das desigualdades. Mas será que o poder da escola, através do professor, se resume apenas a repassar modelos ultrapassados, conceitos vencidos e conteúdos impostos pelas leis da educação? Fazer igual, copiar e repassar não é difícil, ou melhor, é automático e acaba por se tornar uma tarefa simples. Porém, acredito que a escola pode mais, tem mais poder que acredita ter e tem o dever educacional, moral e social de mudar seu modo de pensar e agir em prol de seus educandos.

Afinal de contas, a escola deve formar para o mercado de trabalho, deve repassar os conteúdos clássicos e formar cidadãos cultos ou preparar para o convívio social? Será que as relações entre os seres humanos vão além do poder exercido pelo conhecimento? Buscar meios que facilitem para que os alunos passem de ano, não desistam da escola — com ações paliativas que incluem chances de avaliações mais brandas — servem apenas para confirmar a incapacidade de acompanhamento, interpretação e linguagem que muitos alunos se expõem e, conseqüentemente, o poder superior que exercem os alunos que possuem capital cultural. E se a escola começar a usar novos mecanismos de avaliação, considerando a capacidade individual do aluno, sua classe social e seu capital cultural, essa não seria uma saída para reduzir a separação de classes e, em muitos casos, evitar a exclusão? Empiricamente, o que vivenciei durante toda a minha vida escolar foi a dificuldade de acompanhar os alunos que alcançavam notas mais altas. Somente na faculdade a causa dessa dificuldade ficou mais explícita. Acompanhar a linguagem acadêmica foi imensamente mais difícil e posso testemunhar que, em muitos casos, foi quase impossível. Por isso, quando se retrata que um aluno que veio de classes consideradas inferiores com pouco ou quase nada de capital cultural, precisa de uma dose a mais de estímulo e enfrenta muito mais dificuldades para conseguir chegar ao curso superior, entrar numa boa universidade ou conseguir sucesso na carreira é, de fato, um relato da realidade nas escolas brasileiras.

Moya (2015) relata que se ela tivesse tido apoio em casa ou na escola teria poupado muito sofrimento e marcas que não podem ser apagadas. Acredito que respeitar e buscar meios de entender, não só o gênero, as opções sexuais, mas também as diferenças de classes e o capital cultural, podem também minimizar o prejuízo e acentuar bem menos as desigualdades. Acredito numa escola onde o professor vive as diferenças de forma completa, ouvindo, conhecendo, buscando, entendendo e sugerindo opções aos seus alunos e a si mesmo, em um convívio mais justo com as diferenças.

O desejo razoável de ascensão através da escola não pode existir enquanto as chances objetivas de êxito forem ínfimas, que os operários – embora ignorando completamente a estatística objetiva que estabelece que um filho de operário tem duas chances em cem de chegar ao ensino superior – regulam seu comportamento objetivamente pela estimativa empírica dessas esperanças objetivas comuns a todos os indivíduos de sua categoria (BOURDIEU, 2003, p. 48).

Assim como é simples aceitar uma relação heterossexual e ver de forma comum um aluno de classe abastada sobressair na escola, também acredito na possibilidade de se encontrarem meios de inclusão na prática, e ainda de uma convivência, de fato, com respeito diante das diversidades, sejam elas culturais, raciais, sociais, sexuais ou de gênero. Acredito ainda no poder da escola como instrumento essencial para a redução das desigualdades. Assim como sou

consciente de que, para essa transformação, é necessária uma mudança de pensar e agir. Em outras palavras, a escola precisa reaprender a ensinar, desconstruir modelos e padrões convencionais em prol de uma educação mais justa para todos. É preciso que a escola, através do professor, reveja sua postura e, em vez de apenas ressaltar o que o aluno já sabe — que a ausência de capital cultural o impede de acompanhar os alunos com bagagem cultural abastada —, o ajude a encontrar um caminho para tentar chegar ao conhecimento, ao convívio social, a falar a mesma língua e a sobreviver a desigualdades tão presentes, tão explícitas e, muitas vezes, cruéis.

De acordo com Bourdieu (2003), o capital cultural define a vida escolar do aluno desde o início e vai se acentuando a partir da evolução das séries. Os obstáculos enfrentados pelos alunos de classes menos favorecidas que não têm acesso a museus, teatros, música, cinema são cumulativos. “As crianças de classes populares e médias que obtêm globalmente uma taxa de êxito mais fraca precisam ter um êxito mais forte para que a sua família e seus professores pensem em fazê-las prosseguir seus estudos” (BOURDIEU, 2003, p. 50). Essa avaliação citada por Bourdieu é o retrato da realidade de muitos estudantes brasileiros que pretendem seguir nos estudos e crescer por meio da educação. Para isso precisam provar, não só para sua família, mas também para seus professores que são capazes, apesar da ausência de capital cultural. “Em todos os domínios da cultura, teatro, música, pintura, jazz, cinema, os conhecimentos dos estudantes são tão mais ricos e extensos quanto mais elevada é sua origem social” (BOURDIEU, 2003, p. 45).

Para Bourdieu (2003), as instituições de ensino contribuem para legitimar as desigualdades à medida que se utilizam de modelos antigos de repasse do conhecimento que, segundo ele, funciona como mecanismo de segregação social. A escola avalia os alunos que possuem amplo capital cultural igualmente com os que não possuem a mesma linguagem, capacidade de interpretação ou bagagem cultural, e com essa forma de agir formaliza a utilização de um mecanismo separatista e excludente. Por que não tratar as diferenças culturais, sociais, de sexo, gênero e raça de forma particular? Muito se protestou contra a exclusão do Inciso III do parágrafo 2º do PNE 2014/2024, o qual proibia qualquer discriminação às diversidades, mas o que deixa transparecer é que essa exclusão do parágrafo citado favoreceu exclusivamente à escola e todos que a formam. Por que até hoje os educadores não conseguem promover a igualdade entre estudantes com capital cultural distintos, como esperam conseguir lidar com as demais diferenças? A partir desses questionamentos, considero a necessidade e a possibilidade de uma reforma no modo de ser da escola e de lidar com seus alunos e suas diversidades. Lidar com as diferenças no sentido completo da palavra, não somente a partir de teorias, mas sim, de conhecer a realidade dessas diferenças, conhecer suas origens, causas, efeitos e a partir desse conhecimento

buscar meios de reduzi-las. É nesse sentido que enxergo a necessidade de mudança de padrões, no modo de ensinar da escola.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo ouvimos falar que a escola liberta, enquanto, na verdade, a escola funciona como uma prisão. Basta partir do ponto da exigência de normas, horários, disciplina, respeito ao professor e a punição com a reprovação aos estudantes que não conseguem alcançar as notas exigidas para serem aprovados. Outro ponto que considero importante rever é a questão da hierarquia. O aluno deve respeito ao professor, mas, com raras exceções, o professor não deve respeito algum a seus alunos. O que deveria ser uma troca de conhecimentos entre professor e aluno se torna apenas um repasse de conteúdos, sendo o professor a autoridade suprema. Então, como podemos enxergar a escola como libertadora se ela não consegue lidar de forma justa com as diferenças e formar cidadãos para o mundo? Para que a escola se torne, de fato, libertadora, é preciso começar a admitir a existência das diversidades de linguagem, interpretação, classe social, cultura, raça, sexo e gênero, em todas as instituições de ensino. É preciso começar a perceber que os modelos educacionais já não surtem os efeitos necessários e se mostram visivelmente ultrapassados. Não se admite mais uma escola passiva. É preciso ainda que a escola desça do altar e vá até o aluno, e não apenas exija respeito, mas também respeite seus educandos, suas diferenças e, juntamente com o aluno, promova uma troca mútua de conhecimentos, busque meios de inserção dos estudantes, tanto na escola quanto na sociedade. Que o professor aprenda a aprender com a diferença e com a dificuldade do aluno. Não é preciso uma reflexão mais profunda para perceber que todo ser humano tem sempre algo a aprender e a ensinar e que o conhecimento empírico pode proporcionar grandes contribuições para esse novo modelo de escola aqui proposto. Acredito que a desconstrução do modelo atual de escola possa contribuir muito para que ela desenvolva o seu principal papel de formação do ser social e que este seja um ponto de partida para a redução das desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 41-64.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 140-155. Aqui publicado com a autorização da Editora.

MOYA, Thais. **Por que discutir gênero e sexualidade nas escolas** – Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NQV0lnuUS1s>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA, SUSPIROS DE ESPERANÇA

Kyara Maria de Almeida Vieira⁴⁸

1. INTRODUÇÃO

“Não tenho preconceito. Mas... Não tem para que dois homens andarem de mãos dadas na rua e muito menos se alisando”. “Tão bonita! Mas... Vive com aquela outra. Deve ter sofrido muito na mão de homem”. “Eu não sou machista, mas lá em casa não tem isso de mulher minha dar as ordens, não”. “Era um menino tão bom, tão inteligente. Mas... Depois que começou com certas amizades virou ‘fresco’”. “Professora, peça para ‘fulano’ parar de me chamar de ‘viado’”. “Sou sapatão, e daí? É da sua conta? Professora, se ele/a não parar de me chamar de ‘macho-e-feme’ (sic) eu vou encher a cara dele/a de murro”. “Onde já se viu, mulher, a pessoa nascer macho e se vestir assim? Quer ser mulher à força! Só pode estar com o diabo nos couros!”

Poderia continuar escrevendo tantas outras frases exclamativas, muitas vezes ditas com entonação de voz melancólica, outras vezes com a agressividade imputada no rebate a outra agressão. Ao ler essas poucas frases por mim escolhidas para compor esse texto, o/a leitor/a deve ter lembrado ou, quiçá, dito mentalmente tantas outras. Essas expressões revolvem questões acerca de ser/ estar gente, remete ao corpo, à pele, aos hormônios, desejos, sussurros, prazer, à culpa (muitas vezes), à decepção, aos códigos morais, à sexualidade, aos papéis culturais atribuídos aos gêneros.

Nesse texto pretendo analisar a relação entre ensino e as discussões sobre gênero e sexualidades, seguindo a trilha da partilha e análise da minha experiência como professora de História. Trajetória iniciada há quase duas décadas, quando eu ainda nem sabia direito as possíveis consequências de escolher trabalhar a discussão de gênero e sexualidades na minha monografia de graduação em História⁴⁹, e logo a seguir, nas minhas aulas como professora de escolas básicas e da Universidade Estadual da Paraíba⁵⁰. De forma mais definida, o objetivo é

⁴⁸ Doutora em História. Professora Adjunto I da Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA-Campus Mossoró). E-mail: ky.almeida@gmail.com

⁴⁹ Monografia defendida em abril 2003, intitulada “Da tragédia à reinvenção: uma história de ensinar e aprender”, como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Campina Grande-Paraíba (Campus I).

⁵⁰ Iniciei minha docência por ajuda do amigo Elson Lira, a quem aproveito este espaço para mais uma vez agradecer. Antes mesmo de concluir minha graduação, no limiar do século XXI, comecei lecionando em duas escolas privadas de Campina Grande-PB naquele que, desde 2010, chamamos de Ensino Fundamental II; logo em seguida passei a lecionar no Ensino Médio numa dessas escolas. No mesmo ano fui contratada temporariamente numa escola estadual da mesma cidade, e nesta eu ensinava no Ensino Fundamental II e na Educação de Jovens e Adultos. No

problematizar: a) os corpos de discentes e docentes que gritam e a escola/universidade parecem ainda gaguejar diante desses gritos; b) as posturas assumidas na/pela escola/ universidade diante dos sujeitos que não respondem à heteronormatividade; c) em meio ao conservadorismo que se dissipa em nosso país, se é possível ainda acreditar que as práticas educacionais podem trazer esperanças quanto ao respeito à diversidade dos gêneros e sexual?

2. CORPOS QUE GRITAM, E AS ESCOLAS O QUE FAZEM?

A escola⁵¹, sem distinção dos níveis de formação, não está isenta dessas marés retrógradas que assolam as práticas da diversidade cultural no nosso país. Como um dos espaços privilegiados por onde os corpos em ‘formação’ transitam durante bom tempo da vida, a escola continua servindo de grande instauradora de algumas concepções muito caras aos sujeitos. Dito de outra forma, a escola mobiliza muitas energias e recursos (humanos e materiais) para demarcar binariamente a maneira e o modo como devemos viver nossas identidades de gênero, nossa sexualidade, nossos desejos. E tenta a todo custo esconder outras formas de conceber as masculinidades e/ ou feminilidades, minar a visibilidade da pulverização dos corpos nas experiências com as práticas da sexualidade, ratificando a heteronormatividade, esta que é aqui entendida como “a norma que fixa a heterossexualidade como padrão” (SWAIN, 2000.p. 36).

A escola tenta eliminar os sujeitos ‘desviantes’ através da punição, do castigo, da suspensão da presença desses corpos em seu espaço, do silêncio. Através da supressão dos gestos, das falas, das práticas que se direcionam na contramão do permitido moralmente, a escola parece manter vivo seu sonho de permanente ordenamento social dentro e fora de seu espaço físico. Tentando manter acesa a ideia de que se constitui o templo maior do saber, continua a escola afirmando que nela não há espaço para algo que não seja a Razão: docentes, discentes são pensados/as, ensinados/as a se perceberem como pessoas unicamente e inequivocamente racionais, a partir do momento que ultrapassam os seus portões, estes que separam o mundo do *sensu comum* e o mundo da ciência.

A partir da poética nietzschiana, pode-se afirmar que a instituição escolar se propala, desde sua emergência na modernidade, como esse espaço ocupado por pessoas desprovidas de tudo o que é demasiadamente humano: os instintos, sentimentos e pensamentos não unificados e que borram os padrões culturais estabelecidos para a existência dos sujeitos. A partir da

ano seguinte, após concluir minha graduação, fui aprovada em seleção como professora substituta na Universidade Estadual da Paraíba, também em Campina Grande-PB.

⁵¹ Usarei a expressão escola para me referir aos espaços formais de produção de saber e de sujeitos, sem hierarquia quanto aos seus níveis de conhecimento: tanto a Escola Básica quanto a Universidade serão assim referidas.

linguagem, a cultura estabelece, desde alguns séculos, um modelo de mundo sem cisão e sem fissuras, um modelo de sujeito homogêneo e sem variações. Ou como alertou Nietzsche:

[...] o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado do outro, um lugar que ele considerou firme o bastante para, a partir dele, tirar dos eixos o mundo restante e se tornar seu senhor. Na medida em que, por muito tempo, acreditou nos conceitos e nomes de coisas como em *aeternae veritates* [verdades eternas], o homem adquiriu esse orgulho com que se ergueu acima do animal: pensou ter realmente na linguagem o conhecimento do mundo. Felizmente, é tarde demais para que isso faça recuar o desenvolvimento da razão, que repousa nessa crença (NIETZSCHE, 2000, p. 21).

Hoje adornadas com o aparato pós-moderno da tecnologia de vigilância, as escolas têm suas fronteiras de pedra e cal, com suas entradas e saídas vigiadas, seus postos privilegiados de vigilância, seus guardas fardados (ou porteiros acompanhados da Patrulha Escolar) erigindo quase sempre seus peitorais musculosos, suas armas, seus rostos sisudos e contraídos, sua posição de alerta. Sendo uma das instituições criadas no período moderno, desde então a escola vem se apropriando do modelo arquitetural panóptico, criado pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (fins do século XVIII), com o intuito de ampliar o controle social dos corpos.

Segundo Foucault, autor de um dos mais intensos e lidos estudos sobre o tema, “Para ser eficiente, o panóptico deve ser ‘visível’ e ‘inverificável’; o indivíduo não precisa saber que está sendo observado, mas precisa ter certeza que poderá sê-lo a qualquer momento” (FOUCAULT, 2001, p. 166-167). Com vistas a ampliar o controle dos corpos e sua eficácia no exercício do projeto de indivíduo e cidadania inaugurado na modernidade, no espaço escolar também se busca a especialização e eficácia não só dos saberes aí produzidos, mas também da vigilância com vistas à transformação dos corpos em dóceis. Ou ainda como afirma Foucault (2002, p. 227):

O Panóptico é um local privilegiado para tornar possível a experiência com homens, e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles. O Panóptico pode até constituir-se em aparelho de controle sobre seus próprios mecanismos. Em sua torre de controle, o diretor pode espionar todos os empregados que tem a seu serviço: enfermeiros, médicos, contramestres, professores, guardas; poderá julgá-los continuamente, modificar seu comportamento, impor-lhes métodos que considerar melhores; e ele mesmo, por sua vez, poderá ser facilmente observado.

Todavia, essas fronteiras muitas vezes tão fortemente demarcadas são tão frágeis quanto aquelas que recortam os limites atribuídos aos corpos, aos desejos. Se a existência da estrutura panóptica só se torna possível a partir da manutenção da relação e contato entre quem está no seu interior e que está no seu exterior, os corpos não se limitam as suas fronteiras biológicas e/

ou culturais. A sua condição de existência e sobrevivência é o contato com outros corpos, com o material cultural que está fora deles próprios, sempre à espreita para desafiá-los.

Diante dessas tentativas de emoldurar o mundo e os corpos em caixinhas binárias (homem/ mulher; masculino/ feminino) vendidas como realidades inquestionáveis, representantes da escola gaguejam e tropeçam diante a profusão da multiplicidade humana. Até porque “[...] a única “realidade” é a das aparências. Não há nenhuma verdade a ser descoberta ou revelada porque a única verdade é aquela que nós criamos. A verdade é uma coisa deste mundo” (CORAZZA & SILVA, 2003, p.39).

Tentando executar seu papel disciplinador, a escola vai negando a existência para alguns sujeitos, e assim vai tentando garantir a norma. Porém, como o desejo é o que nos mobiliza, vez em quando alguém poderá (e irá) sentir-se tentado/a a romper as forças poderosas ativadas pelo panoptismo, vai gritar, sair da surdina e declarar seu desejo-amor-paixão por uma pessoa que não estava (está) contemplada pelo currículo do espaço escolar. Tais experiências chegam provocando desterritorializações por fazerem ecoar mais uma vez algo que secularmente se tenta negar: se a heterossexualidade fosse nosso fim natural, não precisaríamos de disciplinarização e controle dos corpos continuamente.

3. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Eram idos de 2002. Iniciei minha trajetória como professora numa escola particular pequena de um bairro considerado nobre na cidade de Campina Grande, Paraíba, que agregava crianças e pré-adolescentes nos ensinos Fundamental I e II. Não chegava a ter quatrocentos discentes se somasse as matrículas dos turnos matutino e vespertino, que eram seus horários de funcionamento. Eu trabalhava na escola apenas no turno matutino, horário das aulas do Ensino Fundamental II, com turmas do 6º ao 9º ano, lecionando História e Geografia.

Também em 2002 comecei a trabalhar numa escola pública. Numa escola estadual de ensino fundamental e médio num bairro periférico de campina Grande-PB, na qual transitavam por dia, em média, mais de mil discentes. No turno matutino, a maioria das crianças e jovens contavam com certo acompanhamento das famílias, estavam dentro da faixa etária escolar prevista pela legislação, e funcionava apenas o ensino fundamental II. No turno vespertino, havia turmas mistas, algumas com discentes dentro da faixa etária escolar, outras turmas com discentes com sua vida escolar ‘atrasada’, nem todas/os tinham acompanhamento familiar, e funcionavam o ensino Fundamental II, Ensino Médio e uma única turma de Educação de Jovens e Adultos (Fundamental II). No turno noturno, as turmas eram compostas eminentemente por pessoas

adultas, trabalhadores/as que cursavam o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (Fundamental II e Médio).

Enquanto jovem professora, eu circulava na escola nos turnos vespertino e noturno. Ministrava aulas em turmas com perfis variados, mesmo sendo turmas da mesma série: turmas do que hoje chamamos de 6º, 7º, 8º e 9º anos, com discentes dentro e fora da faixa etária prescrita pela legislação educacional. Na Educação de Jovens e Adultos, ministrava aulas para alunas/os de 16 anos até 58 anos, homens e mulheres com trajetórias longas de experiências variadas, que estavam há anos fora da sala de aula, ou que estavam ali para conseguir o diploma mais rápido, em vistas de alcançar um emprego.

Nessa época, estava perto de concluir minha graduação e mudei de temática da monografia após cursar as disciplinas de Metodologia do Ensino de História, Prática Pedagógica em Ensino de História e Tópicos Especiais em Ensino de História. Ao invés de discutir os intelectuais de Campina Grande no início do século XX⁵², decidi discutir as experiências escolares a partir das proposituras dos filósofos franceses da diferença, como intuito de pensar como nesses espaços escolares a diferença é percebida por docentes e discentes. Escolhi então trabalhar com duas alunas do 7º ano (na época 6ª série). Respectivamente: uma de escola privada, outra da escola pública; uma portadora de síndrome de *down*, outra lésbica assumida e consumidora declarada de cocaína; uma com doze anos e outra com quatorze anos, na época. Uma com acompanhamento diário da mãe e família, outra órfã de mãe, pai preso, morando com um irmão mais velho.

Aqui irei referir-me apenas à pesquisa com minha ex-aluna da escola pública, a quem chamarei de Safo a fim de proteger sua identidade e numa homenagem à conhecida poetisa grega que cantou o amor/desejo entre mulheres. Aos quatorze anos de idade, Safo já tinha vivido experiências tamanhas. Numa carta que me escreveu, que consta como documento da minha pesquisa, ao falar da morte da mãe e da prisão do pai, aparece uma relação intrínseca com o início do consumo de cocaína. Mas, na escola, o que era seu maior fardo era sua lesbianidade declarada. Algumas alunas e alunos da sua sala pareciam não a enxergar; docentes se referiam a ela com as expressões mais grotescas possíveis: sobre suas roupas “de macho”, seu “jeitão de homem”, seus “agarramentos com a outra menina”; a coordenação pedagógica e a direção eram um pouco sensíveis à trajetória de Safo e, ao seu modo, não deixava que o espaço escolar se tornasse definitivamente outro inferno na vida da aluna. Como alerta Louro (2006, p. 91):

⁵² Eu era pesquisadora do projeto *Cidades e Cultura na Paraíba – 1900 – 1950* (PIBIC), coordenado pelo professor Fábio Gutemberg B. de Souza. Meu subprojeto, intitulado *Imprensa: Projetos E Utopias Dos Letrados Paraibanos – 1900-1950* se propunha discutir e analisar o discurso dos letrados paraibanos referentes à modernidade e à modernização em Campina Grande-PB (VIEIRA, 2006, p. 24).

No processo de normalização dos sujeitos, na busca de garantir que “adquiram” a identidade sexual correta, cabe aos/ as homossexuais a tarefa de aprender a mais dura lição: a lição do silenciamento e da dissimulação [...] Contudo, antes disso, antes mesmo de construir esses intrincados e perturbadores mecanismos de segredo ou de disfarce, há uma outra e difícil barreira: esse/essa jovem precisa se reconhecer como homossexual e, para tanto, tem de ser capaz de desvincular gay e lésbica dos significados a que aprendeu a associá-los. Como se reconhecer em algo que se aprendeu a rejeitar e desprezar? Como, estando imersos nesses discursos normalizadores, é possível articular sua (homo) sexualidade com prazer, como erotismo, com algo que pode ser exercido sem culpa?

Entre indiferença, rejeição, gritos, agressões verbais (e às vezes físicas por parte de alunos), apelidos, vaias, chacotas; pelos corredores, campo de futebol, cantina, nas salas de aula, de professoras/es ou da direção, Safo era um corpo silenciado que fazia muito barulho. Ao saber que estaria em meu trabalho de conclusão de curso, inúmeros foram os questionamentos e descréditos por parte de meus/ minhas colegas de trabalho, e de alguns/as alunos/as também. Mas, a surpresa de Safo ao saber que sua história me interessava, suas lágrimas ao narrar-se, seu zelo com a carta que me escrevera, são imagens que fazem minhas lembranças bailarem até hoje. Descobrir que ela fazia poesia também causou surpresa em quem tanto a desacreditou. Outras identidades passaram a compor aquele corpo outrora apenas emoldurado por sua preferência sexual, e pelas aproximações com a identidade de gênero masculina.

Outro ciclo iniciou-se em 2003: no mês de abril terminei minha graduação e em outubro fui aprovada na seleção para professora substituta na Universidade Estadual da Paraíba (Campus I). Nesta universidade lecionei até o ano de 2009, e tive experiências pessoais e profissionais inesquecíveis, incríveis! Ao assumir as disciplinas de Prática Pedagógica I, II e III, intensifiquei as discussões sobre o currículo de História, gênero e sexualidades estimulada pela assertiva de uma querida aluna: “Eu não sei como lidar com o rapaz, professora, porque ele é tímido, não fala com ninguém da sala, e todos riem dele porque ele tem jeito de mulher”. Além das discussões nas aulas, orientei/ avaliei várias monografias e artigos acadêmicos com esses recortes temáticos, tentando estimular a discussão sobre a desnaturalização das relações com os corpos e as sexualidades.

E na sala de aula, foram várias as falas e silenciamentos de tantos corpos que se pulverizavam quando se iniciava a discussão sobre sexualidades. Para tanto, e daí meu espanto, mesmo falando para pessoas adultas, num espaço tido como privilegiado para a produção do conhecimento ‘superior’, nas aulas parecia que se falava de um tema inferior, desnecessário, estranho, incômodo. Mas, o que estimulava a seguir era a reação também contraditória de curiosidade, atração, de inquietude, de sedução que entrecortava as falas e as posturas em alguns vários momentos. Como afirmo em outro artigo onde analiso mais detidamente essa experiência:

O rubor que corava as faces pelo espanto de uma aula que trouxesse para nosso banquete tais temas, se intensificava ainda mais quando a coragem permitia comentários, questionamentos, acréscimos, dúvidas, e experiências compartilhadas. O que contrariava as falácias (em nada teóricas ou acadêmicas) dos corredores, das reuniões de curso (VIEIRA, 2009, p. 8).

Sugerir aos alunas/os que eles/as tem corpos, e que estes lhes pertenciam, portanto nada os/as impedia de percebê-los, agenciá-los; possibilitar que os/as alunos/as se vissem enquanto sujeitos históricos, e que não nasceram já se pensando como meninas ou meninos e nem continuaram se pensando sempre do mesmo jeito, foram algumas movimentações que não me faria passar despercebida como professora. Eu não respondia aos códigos da academia, o que eu estava propondo e fazendo não tinha status científico/ pedagógico/ histórico, porque na academia não havia espaço para “essas coisas de intimidade, de safadeza”; a professora não tinha mais o que fazer, já que “ao invés de ensinar os meninos a dar aula, vai falar disso, dessas coisas de sexo, de sexo dos anjos!”.

Com desalento, tristeza e espanto, destaco que esses comentários permanecem circulando em vários lugares do saber formal, motivados pelo desconhecimento, pelas regras morais, pelos critérios religiosos, pelo preconceito. E continuam equivocados! Afinal, pergunto: há uma fórmula/ receita de como dar aula? Docentes e discentes chegam às salas de aula, aos laboratórios, aos acervos, às escolas, sem seus corpos, sem seus desejos, sem seus sentimentos, sem seus hormônios, sem seus sonhos? As aulas de História, ou de qualquer outra disciplina, seja na escola básica ou na academia, são imunes às identidades de gênero, às práticas da sexualidade, à existência dos desejos? Como chegam e como saem os corpos dos espaços escolares hoje, mudou tanto assim de quando iniciei minha prática docente?

Não é possível negar os ganhos conseguidos pelos movimentos sociais feminista e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) nas últimas décadas. Em muitos setores sociais (medicina, justiça, educação, mercado de trabalho, etc) já se pode observar conquistas quanto aos direitos civis dos segmentos que tais movimentos representam. Entretanto, também é possível observar em várias plataformas de comunicação as inúmeras performances (escritas, faladas, encenadas, cantadas, pintadas, gesticuladas etc) ocorridas em distintos espaços, nos quais bailam o atentado às liberdades individuais, ao direito de expressar-se, ao direito de usos pessoais do próprio corpo, ao pensamento que defende direitos humanos e igualdade de direitos civis a todas as pessoas. Decerto vivemos uma crescente onda de conservadorismo que também se direciona à escola.

4. É POSSÍVEL HAVER ESPERANÇAS SOB O SOL?

Por continuar sendo esse espaço privilegiado à formação de mentes e corpos ‘civilizados’, a escola é o espaço para onde se voltam olhares e ações de vários representantes dos dispositivos de controle. Se anteriormente eu falei do quanto a escola continua devedora do modelo panóptico, não posso me refutar de destacar que ela continua gaguejando e tropeçando porque não ouve nem vê as demandas da contemporaneidade, porque sua linguagem não encontra eco nos anseios dos corpos que ultrapassam seus muros; sejam para dentro ou para fora de suas margens, os corpos não são mais tão dóceis, disciplinados. Como sugere Deleuze (1992, p. 219):

[...] as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser. Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um "interior", em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares.

Entre as tentativas de gerir as transformações, de lidar com as mudanças e com o fluxo da pulverização dos códigos e referenciais que pareciam inquestionáveis, a sociedade de controle amplia seus mecanismos para atingir a eficácia sobre os corpos. As câmeras, os olhos reais e virtuais que nos vigiam, autovigilância e autopunição que convive com a dinamização da divulgação da informação

No nosso país especificamente, vale destacar o conservadorismo que assola o Congresso Nacional com representantes buscando, com unhas e dentes, suprimir direitos conquistados com vidas e sangue de muitas pessoas, em lutas de décadas a fio. Um Congresso que tem posto em circulação projetos de lei propostos que visam matar o papel de formação democrática, crítica e cidadã da escola e das/os professoras/es.

Uma das propostas a que me refiro é o Projeto de Lei 193/ 2016 proposto pelo senador Magno Malta (PR-ES) que visa incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o Programa Escola sem Partido. O referido programa propõe que seja afixado na parede das salas de aula de todas as escolas do país um cartaz, onde estarão escritos os deveres do professor. Esses deveres são:

- 1 - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2 - O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3 - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4 - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
- 5 - O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
- 6 - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.⁵³

O movimento não é recente, nem isolado, nem inaugurado pelo senador Magno Malta. Foi iniciado em 2004 pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib, criador do Escola sem Partido, que afirma que o programa surgiu como reação a duas práticas que, segundo ele, são ilegais, e se disseminaram por todo o sistema educacional, quais sejam: a) “[...] a instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos, o que chamamos de doutrinação político-ideológica em sala de aula e nos livros didáticos; b) [...] a usurpação do direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, que também está previsto em lei”⁵⁴.

O programa já tem várias adesões e não se limita ao Senado Federal. Vários/as representantes de inúmeros partidos – PMDB, DEM, PEN, PDT, PTN, PSD, PP, PSC, PV, PSDB etc. – propuseram projetos que, via de regra, se inspiram ou são apoiados no movimento “Escola sem Partido”, que não por acaso dá nome à maioria deles. Em recente pesquisa realizada pela Plataforma **Educação & Participação**⁵⁵, atualizada até 10 de junho de 2016, os dados mostram que na esfera federal e em nada menos que 19 estados, há projetos de lei semelhantes em nível estadual e/ou municipal, que levantam questões importantes sobre a prática docente, liberdade de expressão e de cátedra, os direitos constitucionais de pais, educadores/as e educandos/as, a educação integral e sua proposta de formar sujeitos de direitos.

Diante disto tudo, há momentos de apatia e de profunda desesperança quanto a iminência de perdas dos direitos já conquistados, num cenário em que, a nível de Brasil, as forças

⁵³ Fonte: Site oficial do Programa Escola sem Partido. Disponível em <<http://www.programaescolasempartido.org/>> Acesso em: 23.05.2016.

⁵⁴ Disponível em <<http://www.ebc.com.br/educacao/2016/07/o-que-e-o-escola-sem-partido>> Acesso em: 23.05.2016.

⁵⁵ Idealizada pela Fundação Itaú Social e sob a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a Plataforma **Educação&Participação** foi criada para ser um ambiente digital de mobilização, formação e produção colaborativa de conhecimento sobre a educação integral com base em ações, práticas e metodologias dos programas Prêmio Itaú-Unicef, Jovens Urbanos e Políticas de Educação Integral. Disponível em <<https://educacaoeparticipacao.org.br/>> Acesso em: 23.05.2016.

conservadoras se coadunam nas suas mais variadas esferas, a fim de tolher o respeito aos direitos já conquistados. Desejam promulgar leis que ratificam o desrespeito às diversidades, as múltiplas maneiras de estar no mundo, de viver o corpo, as sexualidades, os papéis de gênero, as práticas religiosas, a etnicidade, as experiências geracionais.

Entretanto, ainda com tantos motivos para projetar um holograma de um futuro nada promissor, há sim!, algo sob o sol! Há acontecimentos que solapam, causam sustos, máquinas de guerra que fazem pulsar o coração numa outra cadência, numa outra sintonia que não a do medo e a da angústia. E assustam pela força com que acontecem, com que movem os sujeitos, com que transformam o já dado, o já sabido. Entre esses acontecimentos está minha recente experiência como professora do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (Universidade Federal Rural do Semi-Árido-Campus Mossoró). Nesse espaço tenho tido a possibilidade incrível não apenas de me ressignificar como profissional formada numa área disciplinar (a História), que se tornou docente efetiva de um curso eminentemente interdisciplinar, pautado na perspectiva da Educação Contextualizada.

É preciso destacar que, com essa nova experiência, passei a entender educação contextualizada como

[...] um novo significado às práticas sociais, (re) desenhando a realidade que começa a ser transformada a partir da ação mais consciente das pessoas movidas pela inconformidade e pelo desejo autêntico e tão necessário à ação educativa: o da transformação [...] expandindo essa nova escola, essa nova sociedade (SOUZA e REIS; 2003; p. 31).

Os/as alunos/as do curso ao qual faço parte são oriundos/as de comunidades rurais (assentamentos ou não) ou de pequenos municípios próximos a Mossoró-RN⁵⁶, esta que se localiza no Oeste Potiguar e é uma cidade polo. Com as turmas do quarto (4º) período tive a oportunidade de realizar a disciplina “Estudos de Gênero, Raça e Etnia”, no primeiro e segundo semestre de 2016. Nas manhãs de sextas e quartas-feiras, respectivamente, como professora, pude viver aquilo que posso chamar de oxigenação das experiências de ensino-aprendizagem. Com essas turmas, pude experimentar outras práticas pedagógicas a partir da produção de conhecimentos que alternam/ alternaram a relação entre o saber acadêmico e o saber não acadêmico próprio do mundo de meus/minhas alunas/os, quanto a relação de convivência com o semiárido através da educação.

⁵⁶ Mossoró se localiza no interior do estado do Rio Grande do Norte (Brasil), e se situa na mesorregião do Oeste Potiguar e em microrregião homônima, Região Nordeste do país. Ocupa uma área de aproximadamente 2 100 km², sendo o maior município do estado em área, estando distante 281 quilômetros da capital estadual, Natal. Em 2015 sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 288. 162 habitantes, sendo o segundo mais populoso do Rio Grande do Norte (ficando atrás somente da capital).

Desta feita, na esteira da educação contextualizada para a convivência com o Semiárido, esta se caracteriza pela evidência dos diversos e múltiplos sabores e saberes do Semiárido. As discussões e atividades realizadas nas disciplinas tiveram a preocupação de tomar as experiências das comunidades dos/as das referidas turmas como inspiração para a pesquisa, como tema fundamental a ser analisado sob outros prismas, agenciando outras esferas do/no campo, tangenciando seus possíveis contornos. Assim, “É nesta perspectiva, que o currículo contextualizado exige a inclusão de questões locais, regionais e de contextos que, historicamente não mereceram atenção nem destaque dentro do ensino, das metodologias e processos de educação [...]” (MENEZES e ARAÚJO; 2007; p. 36).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Saber que as discussões e atividades nas disciplinas levaram ao autoquestionamento de discentes, de suas famílias, de suas comunidades (algo que merece ser analisado em outro texto), me faz retomar a pergunta: em meio ao conservadorismo que se dissipa em nosso país e se plasma também na escola, é possível ainda acreditar que as práticas educacionais podem trazer esperanças quanto ao respeito à diversidade dos sujeitos, quanto a possibilidade de vivenciar a multiplicidade das experiências dos gêneros e sexualidades?

Cá de minhas insipientes observações e embrionárias experiências nessa região de sol causticante, acredito que posso afirmar, com o ardor do sol de Mossoró, que há sim!, algo novo sob o sol! Que é possível sentir-se em vida pulsando, que a escola (básica ou acadêmica) e nossos/as representantes políticos não conseguiram matar o desejo de dias melhores, as expectativas por construir o novo, e transformar o que está ao redor.

A partir desses breves relatos de minha experiência, é preciso ir findando essa escritura com olhos amealhados pela crença renovada de que sempre podemos ir além; é preciso sempre lembrar que onde há poder também aí há resistência; e mais: que é possível e preciso seguir com sorrisos nos lábios porque a educação continua produzindo magia e transformações, sendo poesia! Porque mesmo nos dias mais tristes, as nuvens voltam a bailar no céu; mesmo nas noites mais tristes, as estrelas voltam a brilhar. Por isso, é possível, sim!, suspiros de esperança...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORAZZA, Sandra Mara & SILVA, Tomaz Tadeu da. **Composições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. In. **Conversações: 1972-1990**. Tradução de Peter Pál Pelbart . Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. (trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais). Rio de Janeiro: Nau, 2001.

_____. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramallete. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: **O Currículo nos Limiares do Contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MENEZES, Ana Célia e ARAÚJO, Lucineide Martins. Currículo, contextualização e complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes. In: **Currículo, contextualização e complexidade: Elementos para se pensar a escola no Semi-Árido**. Juazeiro-BA: Selo Editorial da RESAB. 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano - Um livro para espíritos livres**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de; REIS, Edmerson dos Santos. **Educação para a convivência com o semi-árido: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá**. São Paulo: Pirenópolis, 2003.

SWAIN, Tania Navarro. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **“A única coisa que nos une é o desejo”: produção de si e sujeitos do desejo na vivência do homoerotismo em Campina Grande/ PB**. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Campina Grande. 2006.

_____. Currículo de História e as questões de gênero: narrativas de uma experiência. In: **Anais IV Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares – Diferença nas Políticas de Currículo** (CD-Rom), v. 1. João Pessoa-PB: Editora Universitária-UFPB, 2009.

ASPECTO MATERIAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Bruno Ernesto Clemente⁵⁷

1. INTRODUÇÃO

Muitos são os que têm se esforçado na conceituação do que venha a ser sistema, notadamente jurídico, aparando-se nos mais diversos aspectos metodológicos e filosóficos relacionados à sua classificação, hierarquização, autonomia e, especialmente, sistematização.

Dentre as diversas definições, podemos extrair que sistema é o conjunto ou o todo organizado relacionado entre si e em mútua dependência — que seria o resultado do trabalho intelectual de conhecimentos logicamente classificados segundo um princípio unificador⁵⁸ —, tendo características de coerência, perfeição, independência e necessidade, materializado através de processos, linguagem e conceitos⁵⁹.

A nível constitucional, o maior problema da linguagem é a indeterminação dessa norma constitucional. Não há uma condição exata de se compreender o conteúdo semântico, em razão de locuções plurissignificativas, com conteúdo totalmente vago, e esse é o problema do apego ao texto da norma. Wróblewski (1948) faz a distinção entre linguagem jurídica do jurista.

O intérprete busca o plano semântico da norma, plano de conteúdo e de efeito prático da norma. Interpreta-se para ter praticidade em sua aplicabilidade. Kelsen (1998) distingue norma de texto normativo, cabendo ao intérprete lhe dar o alcance e eficácia, uma vez que a norma, no seu aspecto sistemático, não guarda o aspecto rígido, inanimado, do texto normativo.

As questões relacionadas à interpretação da norma devem guardar elementos de cunho histórico, gramatical, lógico e sistemático, de modo a estabelecer-se claramente qual a motivação para a edição da norma, qual a necessidade da norma, qual o verdadeiro sentido da norma, sistematizando-se, de forma a evitarem-se antinomias e anomias. É papel do hermeneuta permitir o maior alcance prático do texto normativo com base no atual momento histórico, sem, contudo, se descurar da verdadeira intenção da norma, da norma sistematizada.

⁵⁷Advogado, Professor Auxiliar da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FAD/UERN, Especialista em Direito e Processo do Trabalho, Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: brunoernesto5779@yahoo.com.br

⁵⁸ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p.108.

⁵⁹ *Apud*. BONAVIDES. Op. Cit.109.

2. SISTEMA JURÍDICO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

No que se relaciona à dignidade da pessoa humana, o próprio termo dignidade traz em si o problema da generalidade e a vagueza de sua conceituação. A tarefa de se extrair do núcleo semântico a sua real significação jurídica transpassa diversos aspectos, como políticos, sociológicos, antropológicos, econômicos, e, pois, jurídicos.

Conforme mencionado, os problemas relacionados à fundamentação dos direitos humanos como fundamento absoluto se depara com sua má definição, ante a vagueza do que venha a ser direitos do homem. Os termos avaliativos dependerão da formação ideológica de seu intérprete, a variação conceitual depende do momento histórico, além de se apresentarem pretensões bastantes diversas umas das outras, o que pode ocasionar distorções conceituais e mesmo interpretativas.

Nesse aspecto, podemos exemplificar o fato de que se o ser humano necessita, em média, consumir 2.300 calorias ao dia, o fato de lhe ser garantida a quantidade mínima de calorias diárias não significa, por si só, que sua dignidade esteja sendo respeitada. Não há que se falar em mínimo existencial, quando o conjunto relacionado ao mínimo existencial não guarda compatibilidade com sua dignidade, o mínimo ético irreduzível⁶⁰.

O problema do respeito aos direitos humanos parte-se mais no que se refere ao problema das garantias. O fundamento dos direitos humanos basicamente foi resolvido com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas em 1948, que nada mais é do que um sistema de valores universalmente reconhecidos⁶¹.

Ter dignidade guarda estreito laço com o mínimo existencial, sendo sua reciprocidade elemento intrínseco de existência mútua. Porém, esse mínimo existencial não deve relacionar-se apenas e tão somente à porção mínima e exata do que se deve propiciar ao homem para satisfação de qualquer que seja o aspecto de sua dignidade, que seja ela moral, econômica, social, política, etc.

Tenta-se influenciar na criação de norma que proteja o direito almejado. Não é um problema de direito positivo, porém racional e crítico, em virtude da desejabilidade dos direitos humanos (dignidade).

A ideia jusnaturalista perde força ao confrontarem-se outras formas de se fundar valores. Não há mais espaço para a ideia do direito do mais forte, nem se pode ter vinculação/amparo somente na evidência de um determinado valor, pois eles variam conforme a época histórica.

⁶⁰ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos: desafios da ordem internacional contemporânea**. Direitos humanos. Cord. Flávia Piovesan. São Paulo: Saraiva, 2011, 2 ed, p.19.

⁶¹ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4 reimp. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

Tanto é verdade que os direitos apresentam dimensões com relação a cada momento histórico, num primeiro momento a liberdade, depois os direitos políticos, logo após os direitos sociais — agora direito ao meio ambiente saudável e preservado —, além de outros que surgirão. O consenso é um dos fundamentos comprováveis empiricamente — ainda que histórico, em forma de uma declaração factível — que acaba por ter uma relevância subjetiva para a aceitação universal do é que declarado objetivamente, justamente em razão de os direitos fundamentais não serem fatos, mas valores que se buscam alcançar como um dever-ser.

Nesse sentido, a positivação desses direitos é o ponto de partida a uma nova concepção de Estado, agora como meio para se dar efetividade a esses direitos, passando, pois, da teoria filosófica à prática, e que, paradoxalmente, retira a característica de universalidade, uma vez que esses direitos positivados terão aplicação restrita ao Estado instituidor da norma positiva, retirando a extraterritorialidade da validade da norma protetora.

Numa nova fase, após a Declaração Universal dos Direitos do Homem, há uma nova dialética entre essas características relacionadas à positividade (limitação de aplicabilidade da norma positiva) e a universalidade (limitação de aplicabilidade ante a ausência de positivação), permitindo, agora, uma reciprocidade dessas normas, autorizando a eficácia universal da norma, ainda que em Estado distinto, caracterizando-a como ideal comum.

A esse respeito, pode-se destacar o tratado da *Commonwealth*, onde se reconhecem os valores da democracia, paz, desenvolvimento, justiça e direitos humanos, como vinculantes às políticas estatais de seus signatários⁶².

Certamente permanece como obstáculo à plena realização desses direitos o tipo de relação existente entre esses Estados e a comunidade internacional, que exigirá sua implementação amparando sua força não somente na coerção moral, porém, de outras formas. Daí a justificativa às sanções impostas pela comunidade internacional em face da não observância por parte daquele Estado membro, apresentando-se tal controle social na forma de influência, na forma de garantias internacionais, e poder (proteção jurídica).

Daí a importância dos organismos internacionais e a necessidade de seu fortalecimento para que se possibilite essa proteção aos direitos fundamentais, passando a ser não somente dentro do Estado, porém, contra o próprio Estado que os esteja violando, sem que isso implique em ofensa à autodeterminação, balizando-se na necessidade de um desenvolvimento global do homem/Estado.

⁶²<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2013/03/11/elizabeth-ii-reaparece-em-publico-para-assinar-tratado-da-commonwealth.htm>. Último acesso: 11/03/2013 às 23:11.

3. SISTEMA CONSTITUCIONAL E ASPECTO MATERIAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A sistematização — a noção sistêmica constitucional — implica numa plêiade de interações das fronteiras culturais e a hermenêutica constitucional passa necessariamente pelo plano axiológico, ainda mais quando não há distinção interpretativa das normas constitucionais e as demais normas do sistema, devendo-se buscar o verdadeiro e atual sentido do texto constitucional.

O papel da interpretação sistemática aporta grande importância, pois emprestará juridicidade à norma constitucional de forma sistemática. Consubstanciam-se como sistema axiomático-dedutivo, os métodos interpretativos objetivo e subjetivo, aquele anulando a função decisória do intérprete — exaltando unicamente a originária do legislador —, ao contrário da subjetiva, onde a vontade do intérprete é quem terá função decisória. Nesse ponto, inculcam-se as variáveis relativamente aos aspectos econômicos, sociais e políticos que influenciarão a decisão.

Atualmente há uma desvinculação do termo Constituição — relativamente à representatividade que venha a ser a completude organizacional normativa —, substituindo-se pelo vocábulo “sistema”, como forma mais abrangente que, modernamente, cinde-se em sistema político. Este, de precursão norte-americana, sistema constitucional, sem conotação eminentemente jurídica, porém política, institucionalista, sem base científica como a ciência política. E, por fim, o sistema jurídico que hoje, em forma de sistema, desprende-se da ideia clássica de constitucionalismo — como mero instrumento formal, da constituição —, passando atualmente para o aspecto político, afastando-se, pois, do positivismo liberal e constitucional. Já chegou-se ao ponto de *“uma teoria metaempírica, capaz de pretensiosamente dispensar os elementos sociológicos e filosóficos da realidade e proclamar com exacerbação unilateralista do normativismo puro a identidade absoluta do Direito e do Estado”*⁶³, e, até hoje, as dimensões políticas e jurídicas da constituição não se apresentam totalmente conciliadas, havendo revezamento entre si.

Com o avançar das dimensões dos direitos constitucionais, o constitucionalismo individualista preponderou primeiramente, e, após, no constitucionalismo social, extirpou o descompasso existente entre a norma e o contexto social e político dinâmicos, justamente por ser esta a sua face material, substantiva. A Constituição real sempre deve prevalecer à jurídica (texto da norma), daí a característica do sistema constitucional, ou seja, fuga ao apego formal e puramente lógico do texto normativo da Constituição, sem levar em consideração os aspectos econômicos, políticos e sociais, mas, contudo, sem dispensar a juridicidade.

⁶³ BONAVIDES. Ob. Cit., p.195 .

A análise do direito em face da união das regras classificadas por Hart⁶⁴ como primárias e secundárias tem lugar na busca da generalidade na aplicação das regras jurídicas, na condição sistemática, indistintamente, seja para quem cria quanto para quem aplica, e quem apenas as observa como sujeito passivo de regras, como dever.

Traçam-se os aspectos relacionados às suas bases originárias como regras jurídicas firmadas em ordens e ameaças — inclusive físicas (primitivamente), conferência de poderes jurídicos públicos (legislar ou julgar) ou privados (relações jurídicas) e o modo de sua origem —, como aponta o autor, quando destaca que são “*elementos a partir dos quais a teoria foi construída, nomeadamente as ideias de ordens, obediência, hábitos e ameaças*”⁶⁵, e que, entretanto, não podem originar a ideia de uma regra.

Em sua obra *A Distinção: crítica social do julgamento*, Bourdieu⁶⁶, sociólogo Francês, dando continuidade às suas pesquisas sobre a teoria geral das classes sociais, no que pertine ao processo de diferenciação social, esmiúça nessa obra a correspondência entre práticas culturais e classes sociais e o princípio hierárquico implícito que a legitima.

Destaca que os bens ou capital culturais possuem uma economia própria, não monetária (quantificação), mas socialmente considerada, embasadas em necessidades culturais, as quais são produtos da educação, ou seja, do nível cultural de determinado sujeito, e, depois, secundariamente, em relação à sua origem.

Daí sustenta que os gostos e preferências são um modo de afirmar uma vinculação social, cujas ideias centrais estão dispostas na obra: relações de poder, como categoria de dominação, o denominado capital cultural e o entrecruzamento dessas relações de poder entre os indivíduos. Estas, contudo, sem transpassar as desigualdades sociais, justamente em razão dessa herança social — tais como títulos de nobreza, a estética, os gostos, o estilo de vida —, constituindo o que denomina *habitus*, de forma a assegurar tal capital cultural baseado em bens simbólicos. A condição de classe e condicionantes, dotadas de práticas e lógicas diferentes, são descritas como *habitus/capital + campo = prática*; que se impõem, de forma a retornar ao *habitus* de classe por um conjunto de características auxiliares, que funcionam como princípios reais de seleção ou exclusão social. Tudo isso se dá de forma tácita, como as corporações, cujos critérios oficiais apenas dissimulam a exigência do capital cultural.

Tal traço é característico quando o autor demonstra que quando o capital cultural é inferior à das frações mais ricas, mais hostilidade se evidencia no campo, por exemplo, das artes, justamente pela falta de familiaridade dessa classe com menos capital cultural e no próprio capital

⁶⁴ HART, H.L.A. **O Conceito de Direito**. 1ed., Martins Fontes-WNF, 2009.

⁶⁵ HART, Ob. Cit. p.90.

⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2ed, Editora Zouk: Porto Alegre, 2006.

herdado e o adquirido.

Em relação aos dois últimos, Bourdieu demonstra que a relação entre o capital herdado e o capital escolar pode ser um meio de se monopolizar a certificação, convertendo capital cultural herdado em capital escolar. Disso traduz-se o que tanto se denomina como monopólio acadêmico.

De outra sorte, o autor destaca o conhecimento e o reconhecimento desse capital, relacionando-o à boa vontade cultural, ou docilidade cultural de quem não o possui, na escolha de amizades que se revistam de tal capital.

Nesse contexto, diferenciam-se as regras primárias das secundárias, quando as primeiras impõem deveres, envolvendo movimentos e mudanças físicas, e as segundas atribuem poderes (públicos ou privados) relacionados à criação ou alteração de deveres ou obrigações.

Para Hart, a ideia de obrigação tem raiz no papel coercitivo que o direito possui, com seu caráter de não-faculdade, relacionado à teoria das ordens coercitivas. Tais ordens trazem ainda em si, o aspecto da diferenciação relacionada aos motivos ou crenças de sua observância, que tem como base a possibilidade ou probabilidade de conseqüências quando não observadas. Estão relacionadas, portanto, à previsibilidade das conseqüências, mas não são, por si, justificadores de que a conseqüência se efetivará, a menos que haja um funcionamento pleno do sistema de sanções.

Para a compreensão da noção de obrigação, há que se diferenciar as regras sociais dos simples hábitos, uma vez que a combinação de ambas desemboca no fato de que a conduta regular exigível e a atitude distintiva permitem o enquadramento individual da conduta à norma geral, cujas formas de pressão podem se manifestar das mais variadas formas, inclusive em sentimentos do próprio indivíduo observador, como também, ou mesmo, de ordem física.

O que caracterizará a origem da obrigação será, segundo Hart, o grau e o tipo de pressão que está relacionado à regra, que poderá ou não ser o seu fundamento, e que é necessária à manutenção da vida social coesa e harmônica. Daí porque, em determinadas situações, a observância de certas regras se apresentem em termos de dever, justamente por não prescindir de interiorização (sentir-se obrigado) quanto às sérias pressões sociais, mas sim ter a obrigação.

Quanto ao ponto de vista das regras (interno ou externo), tal também apresenta papel preponderante à compreensão da sociedade e do próprio sistema jurídico. Quando observadas externamente — ou seja, apenas por sinais exteriores, sem se deter às motivações internas dos indivíduos para sua observância —, os padrões observados não servirão como meio hábil para se identificar sua origem em termos de regra, obrigação e dever, pois se observará apenas a regularidade da conduta, predições e sinais indicadores de que tal ou qual conduta será verificada.

Para os observadores internos das regras, a violação por parte dos que não as aceitam importa em predição à hostilidade, sendo a sua própria razão.

As regras primárias, como modos-padrão de comportamento, vêm sendo atribuídas às sociedades primitivas, onde muitas vezes sequer há estrutura funcional de poder, mas que podem plenamente existir harmonicamente, desde que observadas certas condições (restrição ao uso da violência e criminalidade e maioria de aceitação das mesmas).

Não obstante a isso, tais regras não formarão um sistema, mas um conjunto sem traço comum⁶⁷, exigindo complemento, já que gera incerteza em determinadas situações de dúvidas em que não haja um processo ou pessoa designada (detentora de autoridade) para dirimi-la. Além de que tem caráter estático, demandando grande tempo para se implementar alterações no padrão geral aceito, inclusive implicando em mudanças de posição social entre os indivíduos responsáveis por esta implementação. Ainda se apresenta ineficaz quando a pressão social não se apresenta difusa, abrindo brechas à vingança, ante a ausência do monopólio oficial sancionador.

A estrutura social primitiva pode ser complementada com a introdução de regras secundárias, de forma a lhe emprestar regra de conhecimento, e, assim, certeza e caráter de sistema jurídico (unificação das regras). Isto levará ao reconhecimento da referência ao escrito enquanto dotado de autoridade após sua redução, inclusive podendo haver a introdução de novas regras primárias para conduta do grupo (regras de alteração). Daí, se novamente surgir o conflito, a solução se dará em relação à hierarquia das regras e o próprio autor já destaca a estreita conexão entre tais regras⁶⁸.

No que pertine à ineficácia das regras primárias, a adoção de regras secundárias, relacionada à atribuição de poder decisório (regras de julgamento - discricionariedade⁶⁹), identifica os julgadores, atribuindo-lhe papel vinculante às suas decisões (conceitos de Juiz ou Tribunal, jurisdição e sentença).

Dessa forma, resta evidente que há uma reciprocidade sistemática e determinante entre o Estado de Direito e os direitos fundamentais, estes como regras primárias de todo um sistema constitucional axiologicamente elevado a tal nível (constitucional), materializado em garantias (efetividade).

Peter Harbele⁷⁰ diz que o direito do Estado (Direito da Lei) é a lei e da sociedade (Direito

⁶⁷ HART. Ob. Cit.

⁶⁸ HART. Ob. Cit. P. 105. “(...) porque, quando as primeiras existirem, as últimas terão necessariamente de incorporar uma referência à legislação como aspecto identificador das regras, embora não necessite de referir todos os detalhes processuais envolvidos”

⁶⁹ LAURENTIIS, Lucas Catib de. **Interpretação conforme a constituição**: conceitos, técnicas e efeitos. São Paulo, Malheiros, 2012.

⁷⁰ HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional – a Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição**: Constituição para e Procedimental da Constituição. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris editor, 1997.

do Juiz), que, interpretando, aplica a norma de acordo com o pensamento da sociedade de forma a evitar uma anarquia, buscando-se uma unidade social.

A teoria da constituição, posta no Século XX, nada mais fez do que se desprender do puro formalismo lógico do texto constitucional para buscar aproximar a efetividade material de seu texto normativo constitucional, não como aspecto lógico em si, mas de maneira sistematizada, exaltando-se o aspecto material, social e anti-individualista, principalmente após a 2ª Guerra.

Nos Séculos XVII e XVIII, a ideia de dignidade da pessoa humana racionalizou-se e laicizou-se (ideia jusnaturalista), tendo em Samuel Pufenberg a primeira formulação de que a dignidade da pessoa humana funda-se na liberdade moral (característica do homem enquanto ser racional). A autonomia da vontade de Kant, na qual este ser racional (homem) existe como um fim em si mesmo, não depende de elemento externo, sendo um ser insubstituível, tendo-se a dignidade como algo imensurável economicamente.

O valor humano, em verdade, é um valor normativo, cuja natureza secular (não religiosa) deve ser preponderante, uma vez ser condição de universalização e internacionalização da dignidade humana, dissociada, portanto, de dogmas religiosos.

A definição de dignidade da pessoa humana, presentemente também apresenta grande dificuldade em razão da vagueza de sua própria noção. Não se podem enumerar quais os elementos componentes dessa dignidade, justamente em razão de ser mutável, porém real, a depender de cada corpo social democrático. É certo que esses contornos serão dados quando da concretização jurídico-normativo na prática constitucional⁷¹, sendo a judicialização papel assecuratório de sua efetivação.

Esse aspecto, no Estado Social de Direito, portanto, se apresentou como um dos elementos de adaptabilidade essenciais para o desenvolvimento de uma nova sistemática material da Constituição. Na teoria material da Constituição (*e.g* norte-americana) a interpretação deve guardar tal adaptabilidade na sua efetivação — pois a característica lógico-formal empresta apenas a moldura —, sendo os aspectos hermenêuticos para a materialização da Constituição — não no texto, mas em sua interpretação —, apresentando-se, pois, como fio condutor do sistema constitucional, gerando, inclusive, as escolas formalista e construtiva nos Estados Unidos.

A rigidez constitucional, como aponta Bonavides, não se dá apenas no texto normativo, mas na manutenção do sistema jurídico pela via interpretativa material da Constituição. Pouco importa a rigidez lógico-formal, dando ensejo à escola da jurisprudência sociológica (Lógica das realidades com Holmes, Cardozo, Brandeis, Stone, Roscoe Pound e Llewellyn) em contraponto à

⁷¹ SARLET, Ingo W. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2012, 9 ed. p.52.

lógica das palavras (Taff Fuller e Sutherland), numa transição do Estado Liberal para o Estado Social, uma vez que a teoria material da Constituição tem inspiração sociológica dissociada do formalismo-lógico⁷².

Nesse contexto, deve haver uma clara distinção entre Constituição e Lei Constitucional. Em relação àquela, assenta-se na fundamentação política (unidade política), consubstanciada na convergência de interesse, de modo a preservar a unidade política. Sua essência, para Schmitt⁷³, repousa no fato de que *“a Constituição possui assim sentido político absoluto, não podendo sua essência ficar contida numa lei ou norma”*, preponderando o aspecto político sobre o jurídico. Este é o ponto de fundamental divergência do sistema lógico de Kelsen que exclui os elementos materiais.

Para Schmitt, não se trata de exclusão ou inexistência de coerência, mas apenas de grau (mais em Kelsen e menos em Schmitt). O que caracteriza a Lei Constitucional, portanto, é, apenas e tão somente, o aspecto de rigidez formal para alterações (aspecto jurídico-formal). Na materialização dos direitos fundamentais, no Estado democrático de direito, a política apresenta-se como elemento preponderante para essa materialização — através das políticas inclusivas, de transformação da realidade —, devendo-se buscar o equilíbrio entre a atividade estatal reconhecedora e garantidora desses direitos fundamentais e, ao mesmo tempo, permitir que cada indivíduo exerça seu pleno poder de escolha e autodeterminação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da nova sistemática constitucional, a hermenêutica constitucional deve emprestar força material aos princípios constitucionais na garantia dos direitos fundamentais, indissociável à nova ideia de constitucionalismo. A defesa e garantia importará na própria legitimidade do sistema constitucional, sendo esse o próprio sentido do Estado Democrático de Direito, cuja adaptabilidade interpretativa se apresenta como elemento preponderante no papel de manutenção do sistema jurídico, especialmente no Estado Social. Neste, os valores e princípios têm papel e força normativa sempre que se relacionar à defesa dos direitos fundamentais.

Não significa que a dignidade só venha a existir se houver provocação judicial, ao contrário, a judicialização terá papel assecuratório na sua efetivação, justamente por ser valor inerente ao ser humano e independente de circunstâncias concretas. Pode, inclusive, pleitear-se judicialmente a concretização de determinadas circunstâncias relacionadas à dignidade, não como elemento condicionante à sua existência, mas como forma de se efetivar plenamente esses

⁷² Op. Cit. 103.

⁷³ *Apud.* BONAVIDES, Ob. Cit. p. 104.

direitos latentes. Eis umas das faces do ativismo judicial, demonstrando que esses direitos reclamam garantias.

Nesse aspecto, a ponderação também se apresenta como vertente de uma nova base teórica à apresentação de novas faces interpretativas, não sendo a tarefa judicante dissociável dessa nova face constitucional.

Nesse contexto, tanto a teoria da dignidade como sendo inata ou divina, quanto a prestacional, fundamentam-se no postulado da autonomia e da subjetividade, cabendo aos direitos fundamentais propiciar condições (garantias) à realização dessas prestações, evitando-se a coisificação do ser humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Agassiz. **Formação e Estrutura do Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4 reimp. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2ed, Editora Zouk: Porto Alegre, 2006.

FREITAS, Juarez. **A Interpretação Sistemática do Direito**. 2 ed, São Paulo: Malheiros, 1998.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional – a Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição: Constituição para e Procedimental da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris editor, 1997.

HART, H.L.A. **O Conceito de Direito**. 1ed., Martins Fontes-WNF, 2009.

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2013/03/11/elizabeth-ii-reaparece-em-publico-para-assinar-tratado-da-commonwealth.htm>. Último acesso: 11/03/2013 às 23:11.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito** Trad. João Baptista Machado. 6 ed, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAURENTIIS, Lucas Catib de. **Interpretação conforme a constituição: conceitos, técnicas e efeitos**. São Paulo: Malheiros, 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos: desafios da ordem internacional contemporânea**. Direitos humanos. Cord. Flávia Piovesan. 2 ed, São Paulo: Saraiva, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang: **A Eficácia dos Direitos Fundamentais: Uma teoria Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional**. 11 ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

_____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, 9 ed.

WROBLEWSKI, J. 1948.

OCUPE A CIDADE QUE HÁ EM VOCÊ: ANÁLISE E VIVÊNCIA PERMANENTE DO CENTRO URBANO DE INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS

Mykaell Christyan Bandeira⁷⁴
Lucas Sullivam Marques Leite⁷⁵

1. INTRODUÇÃO

Cada povo tem sua própria cultura que é influenciada por diversos fatores. Em linhas gerais, entende-se por cultura todo o complexo leque formado pelo conhecimento, a arte, a moral, os costumes, as crenças que são adquiridas pelo homem, seja pelo contato com a família, como também através do contato com a sociedade a qual é membro.

Em junho de 2013 o Brasil foi ocupado por diversas manifestações de cunho reivindicatório no que diz respeito às políticas públicas e, na cidade de Mossoró-RN não foi diferente. Dentro deste contexto a população mossoroense, majoritariamente os jovens, saíram às ruas reivindicando a plena expansão tanto dos seus direitos como também da cultura popular; que é um direito muitas vezes esquecido ou deixado em segundo plano. Cultura esta que é vista como chula e menosprezada por parte sociedade por não aceitarem demonstrações diferentes das ditas “cultura de elite” inerente a esse grupo, disseminando, portanto, formas de preconceito contra essa camada da sociedade e suas expressões culturais.

Em meio a todo esse contexto nasce posteriormente, em Mossoró-RN, o Centro Urbano de Intervenções Artísticas (CUIA) que é um espaço proveniente da luta de diversos grupos sociais e que tem o intuito de dar espaço às diversas expressões culturais, que por vezes, são excluídas da sociedade, transformando-o um espaço que antes era ocioso e hostil em um ambiente de diversidade e oportunidade.

⁷⁴ Acadêmico de Bacharelado em Serviço Social/UERN-Mossoró. Militante do Coletivo Social de Juventude Centro Urbano de Intervenções Artísticas – C.U.I.A. E-mail: mykaellb@hotmail.com

⁷⁵ Estudante do curso de licenciatura em Filosofia da UERN, vinculado ao Grupo de Estudos Culturais – GRUESC; ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB; e ao grupo de pesquisa Epistemologia e Ciências Humanas; Militante do Coletivo Fora da Ordem - FDO, e do Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro-Brasileira - CENARAB. E-mail: sullivamml@gmail.com

2. OCUPE A CIDADE QUE HÁ EM VOCÊ

No mês de junho de 2013, além dos já rotineiros festejos juninos, enfeitou-se o Brasil de povo nas ruas. Estudantes, sindicatos, partidos, trabalhadores e trabalhadoras de todo o país, uniram-se e foram às ruas para cobrar mais mudanças nas políticas públicas, ou simplesmente, mostrar a sua indignação com qualquer coisa. E desse “mar de gente” emergiu, não apenas a esperança de uma nova política, mas também o som, as cores e o ritmo das expressões culturais produzidas pela juventude brasileira - que até então estavam suplantadas pela cultura comercial - fazendo jus ao sangue nagô, tupi-guarani e ibérico que rega o seio miscigenado da América Latina. Apesar do sistema capitalista, no nordeste brasileiro — mais precisamente na cidade de Mossoró, sertão do Rio Grande do Norte —, a juventude denuncia as atrocidades oriundas da busca pelo poder, a partir de uma rica produção cultural da nossa própria caatinga, anunciando uma verdadeira “Primavera do Sertão”⁷⁶. Alguns artistas, produtores culturais e militantes do movimento estudantil começam a realizar intervenções político-culturais na travessa Martins de Vasconcelos, rebatizada pelos frequentadores de “Beco dos Artistas”, no centro da cidade de Mossoró – RN. Tendo apresentações teatrais, música, artes visuais, poesia, debates e outras expressões artísticas. O beco traz em sua essência o ideal de promover a cultura popular, dando espaço para compositores, poetas e artistas em geral que não tinham tido a oportunidade de expor seu trabalho, promovendo intervenções ao ar livre e rompendo com o modelo de produção cultural para poucos, vigente na cidade.

Se examinarmos o modo como tradicionalmente o Estado opera no Brasil, podemos dizer que, no tratamento da cultura, sua tendência foi antidemocrática. Não por ser o Estado ocupado por este ou aquele grupo dirigente, mas pelo modo mesmo como o Estado visou à cultura. Tradicionalmente, sempre procurou capturar toda a criação social da cultura sob o pretexto de ampliar o campo cultural público, transformando a criação social em *cultura oficial*, para fazê-la operar como doutrina e irradiá-la para toda a sociedade. Assim, o Estado se apresentava como *produtor de cultura*, conferindo a ela generalidade nacional ao retirar das classes sociais antagônicas o lugar onde a cultura efetivamente se realiza (CHAUÍ, 2008, p. 63.).

É necessário ter o esclarecimento de que não podemos jamais ter o equívoco de dizer que vamos levar a cultura para o povo, sendo que ela já está lá, ela existe. Para Teixeira Coelho, em seu “Dicionário Crítico de Política Cultural”:

⁷⁶“Primavera do Sertão” foi o nome batizado pelos militantes culturais, em relação ao que vinha acontecendo no contexto de lutas e reivindicações, tanto no Brasil, como na cidade de Mossoró. Inspirados pela “Primavera Árabe”, onda revolucionária de manifestações e protestos que vêm ocorrendo no Oriente Médio e no Norte da África desde 18 de dezembro de 2010.

As manifestações culturais, por essa concepção, não são determinadas pela ordem social global, mas são elementos decisivos na definição dessa ordem. E não se restringem a elementos/objetivos/atividades, mas integram um vasto sistema de significações. Não seria exagero afirmarmos que “tudo é cultura” ou cultural (COELHO. 2004).

Complementando o conceito de cultura, diante do sistema capitalista e do modelo de produção cultural que estamos inseridos, é indispensável o recorte de classes em que Marilena Chauí ressalta:

Como, então, diante de uma sociedade dividida em classes, manter o conceito tão generoso e tão abrangente de cultura como expressão da comunidade indivisa, proposto pela filosofia e pela antropologia? Na verdade, isso é impossível, pois a sociedade de classes institui a *divisão cultural*. Esta recebe nomes variados: pode-se falar em cultura dominada e cultura dominante, cultura opressora e cultura oprimida, cultura de elite e cultura popular. Seja qual for o termo empregado, o que se evidencia é um corte no interior da cultura entre aquilo que se convencionou chamar de *cultura formal*, ou seja, a cultura letrada, e a *cultura popular*, que corre espontaneamente nos veios da sociedade (CHAUÍ, 2008, p. 58).

A partir da experiência bem sucedida no “Beco dos Artistas”, membros organizadores das intervenções, que também compõem o “Movimento de Pés no Chão”, acreditaram que dava para fazer muito mais, e que o espírito de emancipação que nasce de cada intervenção no “Beco dos Artistas” precisava ser compartilhado com um número maior de pessoas. Surge então a necessidade de um lugar para organizar, operacionalizar e executar essas ações. Em outra definição, a pesquisadora Lia Calabre diria: “*Por políticas culturais estamos considerando um conjunto ordenado de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura.*”. A Praça Dom João Costa, localizada no Bairro Santo Antônio da cidade de Mossoró, conhecida popularmente também como a “Praça do CEM” (Centro Estudantil Mossoroense), têm ao seu redor, no raio de 1Km, 7 (sete) importantes centros educacionais, além de área de lazer com quadra de esportes, um anfiteatro, amplo espaço para realização de eventos e arborização. O local estava totalmente abandonado, a não ser pelo sentimento de medo e de revolta por parte da comunidade da região, que não entendia como um local com tanta história e com uma rica estrutura poderia ter sido abandonado. As pessoas envolvidas no projeto são jovens universitários, artistas, produtores culturais, militantes dos movimentos sociais, homens e mulheres, de faixa etária entre 17 e 28 anos da cidade de Mossoró. As primeiras conversas acerca do projeto se iniciaram em setembro de 2013, porém só foi possível colocá-la em prática em junho de 2014. A ocupação iniciou dia 13 de junho e tiveram um período de aproximadamente 15 dias para recuperar e restaurar o espaço que estava abandonado. Ocupar os espaços da cidade é preciso, a cidade é um espaço de coletividade, e muitas vezes nós esquecemos que além de

carros, motores, fumaça e construções, há também pessoas que habitam nela. A importância de a juventude ocupar os espaços da cidade está diretamente ligada à necessidade que temos de criar um ambiente que atenda as perspectivas de vida dos jovens mossoroenses.

Finalmente, o direito à participação nas decisões de política cultural definida pela ideia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideológica), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, cria outras e movem todo o processo cultural (CHAUÍ, 2006).

Nesse contexto, Mossoró — historicamente conhecida por sua luta pela liberdade — abriga também um forte sentimento por parte dos jovens, de não serem apenas expectadores da vida cotidiana, mas sim de serem atores, poetas, diretores, músicos, serem o que quiserem. Chauí (2006) ressalta que: *essas mesmas pessoas, que não são pintoras nem escultoras, nem dançarinas, também são produtoras de cultura, no sentido antropológico da palavra: são, por exemplo, sujeitos, agentes, autores da sua própria memória*. No dia 02 (dois) de agosto de 2014 (dois mil e quatorze) amparados pelo suor dos sertanejos, seguindo o roteiro do legado de Suassuna, sob o mote de Eliseu Ventania, com o ritmo de Chico Science e no mesmo timbre do grito de resistência da “Asa Branca” de Luiz Gonzaga, os membros idealizadores do Centro Urbano de Intervenções Artísticas (CUA) reuniu a juventude mossoroense em um grande festival, intitulado de “Tertúlia na CUA”⁷⁷, para afirmar que existe luta no nordeste brasileiro, e que essa luta se constrói também por meio da cultura popular. Onde vale ressaltar a reflexão de Antônio Albino Canelas Rubim:

Se ‘fazer política é expandir sempre as fronteiras do possível’ e se ‘fazer cultura é combater sempre nas fronteiras do impossível’, como sugere poeticamente o cineasta Jorge Furtado, cabe lutar por uma política cultural que ao expandir as fronteiras do possível, possibilite a imaginação nas fronteiras do impossível (RUBIM, 2007).

3. RESULTADOS

O espaço, que hoje é o CUA (Centro Urbano de Intervenções Artísticas), só servia para o acúmulo de lixo e como ponto de uso de drogas. Nesse sentido, a praça tornava-se um espaço perigoso à comunidade, onde frequentemente ocorriam assaltos nela. O CUA ajudou a resgatar o convívio na praça daquela comunidade por meio de suas ações. Além da recuperação através da

⁷⁷ A tertúlia é, na sua essência, uma reunião de amigos, familiares ou simplesmente frequentadores de um local, que se reúnem de forma mais ou menos regular, para discutir vários temas e assuntos.

ocupação de um espaço público que estava ocioso e hostil, nesse contexto, nos próximos momentos da ocupação permanente do CUIA, irão apoiar e difundir a criação cultural da juventude de Mossoró. Desde o início do projeto, um dos principais objetivos é a redução dos índices do extermínio da juventude negra e da periferia, por meio da inclusão social através da cultura, dando espaço à criação cultural desses(as) jovens que são vítimas da violência cotidiana. A intenção é trabalhar com os jovens da periferia, dando a possibilidade deles terem acesso às diversas expressões artísticas e possam também produzir arte. Arte essa que também difundirão através de suas ações.

A arte é uma expressão da alma e o CUIA planeja ser o grande templo da juventude, tendo a cultura como principal instrumento à sua emancipação social. Nos próximos momentos da ocupação permanente, o Centro Urbano de Intervenções Artísticas (C.U.I.A), busca integrar em suas atividades momentos em que a comunidade tenha acesso às mais diversas expressões artísticas. Ensaios de grupos de teatro, capoeira, dança, música, cinema popular e mais um festival já estão sendo planejados para serem executados. Nesse sentido, é necessário ocupar os espaços hostis e resgatar a sua “luz” para que jamais esqueçamos que a cidade, além de carros e motores, é feita principalmente por pessoas. Nos dias atuais, os seres humanos estão cada vez mais aprisionados em seus apartamentos, carros e em si mesmos.

Ocupar a cidade é preciso para que não percamos o nosso senso de bando. Ocupemos os becos, praças, ruas e logradouros. Ocupemos as universidades, terreiros, banheiros e bares. Ocupemos o espaço preenchido pelo medo da modernidade cotidiana, que todos os dias nos enfiam goela a baixa a lógica do mercado. Ocupemos com o hip hop o espaço que hoje é preenchido pela violência. Ocupemos com grafite e poesias as paredes caiadas. Ocupemos com uma flor o espaço oco do cano da pistola do guarda. Ocupemos a indignação com um grito que diz: “Sim, eu vou à luta”. Ocupemos Mossoró e todo seu carnaubal de concreto, para que possamos cantar a tristeza do rio, a resistência da periferia, o beco, a concha, as pontes e a nossa persistência! Ocupe a cidade que há em você para que jamais percamos o nosso senso de bando (CUIA, Manifesto Carnaubal de Concreto. 2014).

Até então, o CUIA se manteve com recursos próprios, oriundos dos seus idealizadores e busca parcerias com as diversas representações da sociedade, seja civil organizada, pública e/ou privada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento e expansão de coletivos compostos por artistas, produtores culturais e militantes dos movimentos sociais — que buscam dar espaço à diversidade e melhorar a convivência das pessoas, espalhando cores e incentivando a ocupação da cidade —, fica evidente a

importância de investimentos e incentivos por parte da sociedade e do governo, cada vez mais, em ambientes ditos alternativos, dando visibilidade às camadas menos favorecidas e por vezes excluídas.

Com as mobilizações iniciadas em junho de 2013, uma nova perspectiva cultural começou a ser espalhada pela juventude mossoroense, visando a valorização das culturas marginalizadas, com a criação de espaços como o “Beco dos Artistas” e o CUIA, ambos feitos pela iniciativa de jovens que entendem a importância da criação de espaços socioculturais, como também as necessidades e benefícios de se ocupar a cidade. O Centro Urbano de Intervenções Artísticas, criado no contexto em questão, é um exemplo de que se houver união e organização nessa luta é possível sim transformar gradativamente a realidade. Ocupar a cidade, que é um espaço de coletividade, muitas vezes transformado em individualista, devido as amarras capitalistas que impõem como se deve proceder o ser e o agir das pessoas, desvalorizando portanto, certos locais e culturas; e é isso que os idealizadores do CUIA, através da sua ocupação permanente querem: desmistificar e expandir então a cultura popular por vezes excluída da sociedade, dando espaço para a socialização de pessoas e oportunidade destes mostrarem seus talentos. Assim como desejam ocupar conjuntamente ruas, praças e logradouros que são transformados em ambientes marginalizados, fazendo então com que a juventude tenha a cultura como o principal instrumento para esta emancipação cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALABRE, Lia. **Política Cultural no Brasil: um breve histórico.** In: CALABRE, Lia (Org.) Políticas Culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** *Crítica y Emancipación*, (1): 53-76, junio 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural.** São Paulo. Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural.** São Paulo: Iluminuras, 2004. Convenção da Diversidade Cultural. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/cultura/cultural-diversity>>.

CUIA. **Manifesto Carnaubal de Concreto.** 2014.

RUBIN, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais entre o possível e o impossível.** In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org). Teorias e políticas de cultura. Visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

UM OLHAR SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL NO ESTADO DA BA

Neila Fernanda Pereira de Souza Diniz⁷⁸

David Sousa Garcês⁷⁹

Diêgo Matos Araújo⁸⁰

Maria Cristina Rocha Barreto⁸¹

1. INTRODUÇÃO

Antes mesmo de se analisar o perfil socioeconômico das integrantes do Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus dos direitos da mulher, é interessante frisar, de uma forma sucinta, os aportes que tratam sobre as questões de gênero e violência contra a mulher.

As lutas sociais em prol da garantia dos direitos humanos das mulheres contribuíram para a efetivação de alguns dos seus direitos, no entanto, as mesmas ainda permanecem em situação de desvantagem econômica, social, dentre outros aspectos, em comparação aos homens. O sistema político brasileiro em sua maioria, injusto e racista, no qual persistem as relações de poder e de conflito, muitas vezes não prioriza a implementação de políticas públicas voltadas às mulheres, contribuindo assim, para a perpetuação da prática de atos violentos de natureza física, moral ou psicológica contra as mesmas.

Esses atos advêm de uma relação conflituosa de interesses entre oprimido e opressor, constituída nas relações sociais na qual se predominam a hierarquia e a subalternidade entre os indivíduos. No que concerne à violência contra a mulher, entende-se que a violência de agressão de natureza física e sexista implica na legitimidade da desigualdade no convívio entre homens e mulheres no mesmo espaço social (AZEVEDO, 1985, p. 73).

⁷⁸ DINIZ, Neila Fernanda Pereira de Souza. Graduada em Psicologia pela UFRB e Especialista em Gestão Pública Municipal pela UNILAB. Atualmente é Assistente Administrativa no Núcleo Regional de Educação 21 (NRE 21) no Estado da Bahia. E-mail: neiladiniz_19@hotmail.com

⁷⁹ GARCÊS, David Sousa. Graduado em Ciências Contábeis pela UFC, Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social pela FID, Especialista em Gestão Pública pela UNILAB e Pós-Graduando em Políticas Étnicas Raciais no Ambiente Escolar pela UNILAB. Atualmente é Tutor Docente Presencial pela UNILAB, Pós-Graduando em Políticas Étnicas Raciais no Ambiente Escolar pela mesma instituição de ensino superior e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) pela UERN. E-mail: balgarces@yahoo.com.br

⁸⁰ ARAÚJO, Diêgo Matos. Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UVA, Graduado em Licenciatura Plena em Química e Biologia pela UVA, Especialista em Biologia pela UFLA e Especialista em Nutrição Humana e Saúde pela UFLA. Atualmente é Professor Convidado na Pós-Graduação em Gestão de Saúde Pública e Meio Ambiente pela FMB, assim como é Professor da Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela FAK, Graduando no Bacharelado em Agronomia pela UNILAB e Pós-Graduando em Políticas Étnicas Raciais no Ambiente Escolar pela mesma instituição de ensino superior. E-mail: diegomatos9@hotmail.com

⁸¹ BARRETO, Maria Cristina Rocha. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB, Mestre em Ciências Sociais e Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Sociologia, respectivamente pela UFPB. Atualmente é Professora Adjunta IV na UERN, assim como é docente do Departamento de Ciências Sociais e Política (DCSP) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) respectivamente pela UERN, onde executa também a função de Vice-Coordenadora do referido programa. E-mail: mcrbarreto@gmail.com

Para Saffioti (2004) as relações de gênero são definidas como relações de poder, delineando que “O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida” (SAFFIOTI, 2004, p, 65). A autora pioneira em produção feminista ao discutir as questões raciais e de gênero, apresenta a amplitude que permeia o conceito de gênero, não o reduzindo a uma questão de poder do homem sobre a mulher, trazendo à luz uma reflexão acerca da questão sobre a violência, apontando para a inseparabilidade da tríade: gênero, raça e classe social. Conforme Saffioti (2004):

O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...]. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

Portanto, tratar sobre gênero não significa tratar somente sobre corpos em relação com o outro, mas, a conjuntura formada diante do corpo e as significações que permeiam sobre ele como a intelectualidade, a formação moral e a subjetividade emocional. Na história de cada ser humano há contradições, formando um nó entre gênero, classe, raça/etnia (SAFFIOTI, 1997).

Partindo dessa perspectiva, é que o Conselho dos Direitos da Mulher se faz necessário na formação intelectual, moral e subjetiva das mulheres do referido contexto social analisado nesta pesquisa, isto é, tanto daquelas que são submetidas à agressão, quanto das próprias conselheiras que fazem parte desse espaço de disputa de poder. O conselho é um órgão relevante para sanar as demandas e para concretizar os anseios das mulheres santo-antonienses, tendo em vista a amplitude de suas competências.

Dessa forma, o Conselho de Direitos da Mulher do referido município, deve promover ações com o intuito de efetivar os direitos que são garantidos às mulheres, através das seguintes competências:

Desenvolver ação integrada com o conjunto de Secretarias e demais órgãos públicos para a implementação de políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos e desigualdades de gênero; Prestar assessoria do Poder Executivo, emitindo pareceres, acompanhando a elaboração e a execução de programas de governo no âmbito municipal, bem como opinar sobre as questões referentes à cidadania da mulher; Estimular e desenvolver pesquisas e estudos sobre a produção das mulheres, constituindo acervos e propondo políticas de inserção da mulher na cultura para preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da mulher; Receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios de violação dos direitos da mulher, encaminhando-os aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes; Elaborar Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Divulgar, fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor relacionada aos direitos assegurados à Mulher (REGIMENTO INTERNO DO CMDM , 2014, art. 2, incs. I, II, III, IV, V e VI).

Para o desenvolvimento dessas ações, o conselho conta com uma equipe formada por 24 conselheiras, sendo 12 titulares, 06 representantes da sociedade civil e 06 representantes do poder público e suas respectivas suplentes. Mas, para a efetivação da busca pelos direitos e por políticas públicas para as mulheres vítimas de violência do município estudado, se faz necessário que esse “corpo” de mulheres esteja preparado para desenvolver tais atividades em questão, e isso foi analisado a partir do olhar lançado sobre o perfil socioeconômico das conselheiras.

O interesse em realizar a referida pesquisa surgiu através de inquietações que ocorreram na convivência com as conselheiras (onde, as mesmas, desenvolviam também suas atividades no Sistema Único de Saúde – SUS e no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, na busca de esclarecer aquelas mulheres vítimas de violência que relatavam não denunciar atrocidades sofridas por companheiros, vizinhos e familiares pelo fato de haver um frágil sistema de proteção à mulher que as resguardassem de qualquer perigo) no período de estágio do curso de nível superior nas áreas de Psicologia e Serviço Social. Naquela ocasião se buscava verificar como era o perfil social, econômico e cultural daquelas que se disponibilizavam na busca por soluções de conflitos de natureza familiar, de gênero e etnia de mulheres, as quais estavam passando por processo de vulnerabilidade social e interação social, amparadas pelo conselho. É interessante frisar que a formação cidadã de cada ator social depende das condições desses fatores, e caso os mesmos estejam fragilizados, irão refletir de forma negativa no desenvolvimento de um cidadão ético e consciente de deveres e direitos. Nessa circunstância, a referida pesquisa trata de verificar/analisar como estava o retrato socioeconômico daquelas que se disponibilizavam por lutar pelos direitos de uma minoria marcada pela violência de gênero, raça e etnia, dentro de um município marcado pelo machismo e por lutas de poder.

O presente trabalho tem como objetivo central realizar um olhar sobre o perfil socioeconômico das integrantes do Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus-BA dos direitos da mulher, assim como observar as ações que o referido conselho executa no tocante a efetivação do atendimento e acolhimento das mulheres. O intuito era verificar como estava a situação social, econômica e cultural daquelas que representam uma minoria dentro do contexto social analisado, assim como se as intervenções das conselheiras estavam sendo eficazes e contribuindo com a inclusão social das mulheres vítimas de violência.

2. METODOLOGIA

O caminho para a ampliação do conhecimento acerca da situação socioeconômica das conselheiras do conselho da mulher da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA compreende a realização de uma pesquisa científica, tal como nos propomos a realizar a partir deste trabalho científico.

O presente estudo é de cunho exploratório de abordagem qualitativa. Ou seja, a pesquisa visa buscar mais informações acerca dos fatores socioeconômicos que contribuem para o desenvolvimento social e cultural das conselheiras.

Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”, segundo Beuren (2008, p.80).

Para Gil (2007, p.41), “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Ainda, conforme o autor, a pesquisa exploratória procura o aprofundamento do assunto e, em geral, é utilizada quando há pouco conhecimento sobre o tema escolhido. Embora seu planejamento seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso.

O estudo foi realizado no município de Santo Antônio de Jesus, situado no Recôncavo Sul da Bahia. A amostra do presente estudo foi composta por onze indivíduos do sexo feminino que atuam no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do referido município. Para iniciar o estudo foi necessário primeiramente realizar uma pesquisa bibliográfica que consiste em uma revisão de literatura que viabiliza a orientação do trabalho científico por meio de fontes teóricas disponíveis em livros, site de internet, periódicos, dentre outros (PIZZANI et. al., 2012, p.54).

De acordo com Boccato (2006):

[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266 apud PIZZANI et. al., 2012, p.54).

Dentro desta perspectiva, o presente trabalho se respaldou em fontes teóricas relacionadas com a temática em questão. Como o referido trabalho se pauta no objeto de estudo: a análise do perfil socioeconômico das conselheiras do conselho da mulher do município de Santo Antônio de Jesus-BA, sentiu-se a necessidade de obter informações acerca deste objeto. No entanto, como na instituição não se tem disponibilizado material informativo a respeito das conselheiras, pode-se constatar que o questionário socioeconômico auxiliou a pesquisa para identificar a situação socioeconômica das mesmas, demonstrando como o ambiente externo o qual esses atores pertencem influencia em seu processo de atuação. Sendo assim, foi aplicado um questionário socioeconômico ao objeto de estudo a fim de obter informações a respeito de suas

condições socioeconômicas e culturais, bem como a leitura do Regimento Interno e o livro de atas das reuniões realizadas pelo conselho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço de atuação das conselheiras em questão situa-se no município de Santo Antônio de Jesus, na região do Recôncavo Sul do estado da Bahia, possuindo como núcleo centralizador⁸² o comércio na região. De acordo com os dados do Censo do IBGE (2010), o referido município foi considerado entre os 20 mais populosos da Bahia, estando na 17ª colocação. Sua população é composta por 90.985 habitantes, a maioria desse total de 48.020, são mulheres. Dentro desta perspectiva, cabe destacar que 10.866 mulheres são autodeclaradas negras, 25.834 pardas e 10.871 brancas. Dentro deste quantitativo de mulheres em Santo Antônio de Jesus, 24 delas estão representando a população feminina do município de Santo Antônio de Jesus no campo de atuação do conselho municipal, que tem como objetivo primordial lutar pelos direitos das mulheres.

As conselheiras em si, em seu campo de atuação, têm o papel significativo de operacionalizar a definição de políticas públicas. Elas são representantes escolhidas mediante as indicações pelo poder público ou por entidades da sociedade civil, e não pelo sufrágio universal por meio de eleições diretas, tal como são realizadas com os representantes do legislativo e/ou executivo no Brasil.

Conforme Abers e Keck (2008, p.110 apud SCHULZ et. al., 2013, p.151) os membros de um conselho têm como missão corresponder às finalidades da instituição “conselho”, criada por meio de lei, tendo um respaldo social de amplitude, onde os seus integrantes devem representar associações civis bem como órgãos estatais, grupos de setores privados e até mesmo sindicatos dos trabalhadores. Diante disso, entende-se que a gênese de um conselho em uma determinada comunidade depende da mobilização das mulheres locais, no qual as mulheres que perpassam neste supramencionado espaço de poder decisório não são espaços de interesses e perfis social, econômico e político único e homogêneo, mesmo porque dentro de um segmento social feminino existem vários femininos que contêm características distintas de cunho econômico, político, social e cultural.

Traçando o perfil socioeconômico das integrantes analisadas que fazem parte do conselho da mulher do município de Santo Antônio de Jesus, verifica-se que o conselho da mulher é composto por (100%) de representantes do sexo feminino tal como é vista de modo geral em

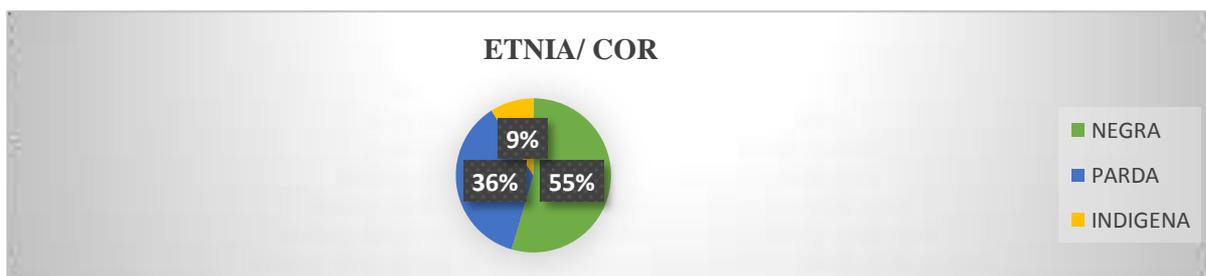
⁸² SANTANA, E.; FERNANDES, H.; HENRIQUE, W. **A reestruturação urbana em Santo Antônio de Jesus e de Cruz das Almas, Bahia:** a instalação dos campi da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e dos loteamentos fechados, como formas de exclusão sócio-espacial. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/163.pdf>> Acesso em 15.12. 2015.

outros conselhos do segmento feminino. Os conselhos municipais das mulheres possuem algumas particularidades, dentre elas está o recorte de gênero no que diz respeito à representação, por se tratar de um conselho temático que representa uma determinada população minoritária da população brasileira, que está fazendo parte de processo decisório.

De acordo com os dados da pesquisa que foi realizada a partir de uma amostra total de 11 (45%) das conselheiras: 8 (72%) tem faixa etária acima de 40 anos. Portanto, de acordo com os dados sobre a faixa etária, pode-se compreender que não há uma participação significativa de mulheres jovens neste mecanismo de gestão participativa. Os possíveis fatores para este fato são as limitadas políticas educacionais voltadas ao protagonismo juvenil nos espaços informais e formais do município. De acordo com Nagoya (2013, p.16), as ideologias neoliberais influenciam a juventude no sentido de que as necessidades individuais são mais relevantes no mercado de trabalho do que a participação em organizações sociais que lutam em favor da melhoria da coletividade. Esses dados podem demonstrar que as mulheres jovens estão buscando outros modelos comportamentais e outros processos de transformação política e social.

Através dos dados coletados, também foi possível verificar que há uma representatividade significativa de conselheiras autodeclaradas como negras 06 (55%), seguidas por pardas 04 (36%) e indígena 01 (9%). Desse número 01 (9%) são de mulheres oriundas da zona rural e 10 (91%) da zona urbana. Conforme se pode verificar no gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Representatividade Étnica das Conselheiras



Fonte: Os autores

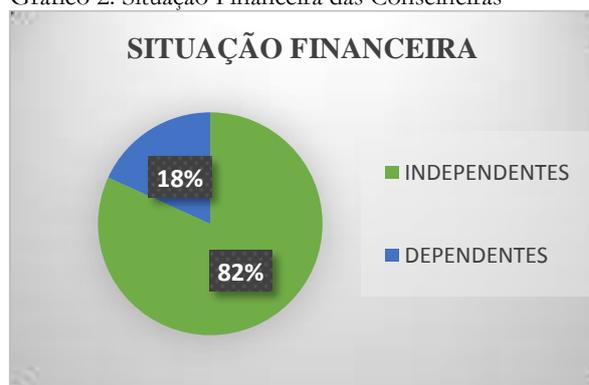
Os dados especificados acima demonstram que as mulheres negras no referido Conselho do Município de Santo Antônio de Jesus têm uma presença significativa no espaço de discussão e de viabilização de políticas públicas direcionadas às mulheres. Esta presença de afrodescendentes pode ser uma possibilidade para trilhar caminhos que venham a superar as desigualdades relacionadas não só à discussão sobre gênero, mas também, de etnia/cor. Além disso, a presença de mulheres de diferentes etnias/cores pode apontar os problemas cotidianos da mulher, dentre eles os das mulheres afro-descedentes do município como, por exemplo: desemprego, intolerância religiosa, exploração sexual, subemprego e até mesmo preconceito social, dentre outros, e pensar em possíveis estratégias que exterminem ou minimizem os aspectos desiguais que perpassam o cotidiano das mulheres do município.

A partir destes dados, também foi possível verificar que a representação das mulheres da Zona Rural no conselho da mulher é mínima. Dentre as 11 entrevistadas, apenas 01 mulher é moradora do espaço rural. Acredita-se que é fundamental a presença de mulheres de diferentes estratos étnicos, econômicos, políticos, religiosos, sociais e culturais na representação de um conselho e que as mesmas possam interagir, nos diversos espaços ocupacionais, para que o processo de reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária não se torne um processo utópico.

Uma estratégia é viabilizar a interação com outros movimentos como os movimentos de reivindicação alocados tanto na zona rural quanto na zona urbana, para que sejam garantidas propostas que minimize a situação de desigualdade em todos os âmbitos. Sendo assim, o processo de desopressão das mulheres, da luta pela igualdade salarial entre o gênero masculino e feminino, da conquista dos espaços de poder e da participação política poderão se efetivar.

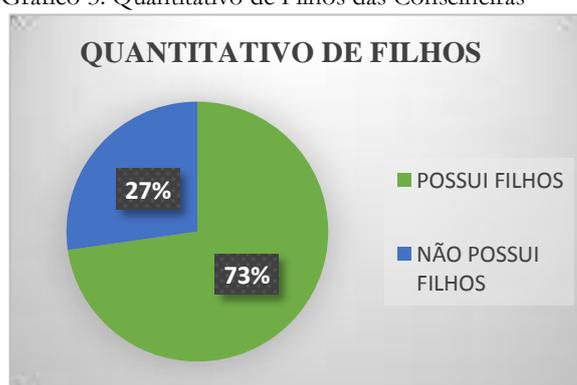
No que se refere à questão da situação financeira das analisadas, verificou-se que as mesmas em sua grande maioria 09 (82%) são independentes financeiramente, recebendo mais que dois salários mínimos e são as pessoas que mais contribuem com a renda familiar, sendo que 02 (18%) dependem financeiramente do cônjuge e/ou dos pais. Além disso, foi possível constatar que 08 (73%) das mulheres entrevistadas possuem filhos. Essas informações estão representadas nos gráficos 2 e 3 a seguir:

Gráfico 2: Situação Financeira das Conselheiras



Fonte: Os autores

Gráfico 3: Quantitativo de Filhos das Conselheiras



Fonte: Os autores

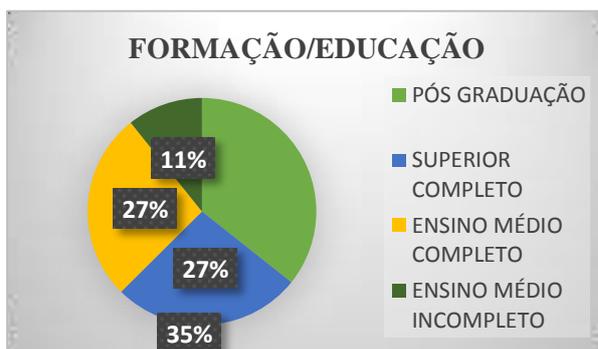
No decorrer da luta pela consolidação dos seus direitos, as mulheres conquistaram seus espaços no mercado de trabalho. A partir das informações contidas nos gráficos 2 e 3 acima, fica perceptível que a maioria das mulheres santo-antonienses da pesquisa estão inseridas no mercado de trabalho formal e/ou informal, exercendo atividades antes restrita apenas aos homens e, contribuindo à renda familiar de forma integral ou parcial. Além disso, a mulher se depara com o exercício de seus vários papéis sociais que foram herdados ou conquistados a partir do processo de socialização, tais como: familiar, profissional, dentre outros. Partindo-se desse pressuposto, Gomes, Santana e Silva (2005) enfatizam que:

Essa expansão da participação da mulher no cenário econômico, não se explica apenas por ser, a mulher, uma renda complementar da família, vai além disso. Acontecem grandes mudanças sociais que envolvem transformações nas expectativas de vida pessoal, nas relações familiares, auto realização, independência financeira, entre outras coisas. O que ocorre no cenário mundial é uma mudança social. Algumas explicações para essa grande participação feminina no mercado se devem ao fato da emancipação da mulher, independência financeira, desemprego e necessidade de complementar a renda familiar (GOMES, SANTANA e SILVA, 2005, p.5 *apud* ASSIS, 2009).

Portanto, a participação feminina no mercado de trabalho e no Conselho do Município de Santo Antônio de Jesus está relacionada à expansão do cenário econômico no qual as mulheres estão buscando uma emancipação econômica, social e política.

No que se refere à formação/educação, entende-se que uma parcela das mulheres de Santo Antônio de Jesus que estão inseridas e atuando de forma ativa no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher possuem os seguintes níveis de formação: 04 (35%) Pós-Graduação, 03 (27%) Superior Completo, 03 (27%) Ensino Médio Completo e 01 (11%) Ensino Médio Incompleto. Dentre essas conselheiras, constatou-se que: 04 (37%) trabalham e estudam, 04 (36%) só trabalham, 02 (18%) aposentadas e 01 (9%) desempregada. Esses dados estão representados nos gráficos a seguir:

Gráfico 4: Formação / Educação das Conselheiras



Fonte: Os autores

Gráfico 5: Trabalho / Estudo das Conselheiras

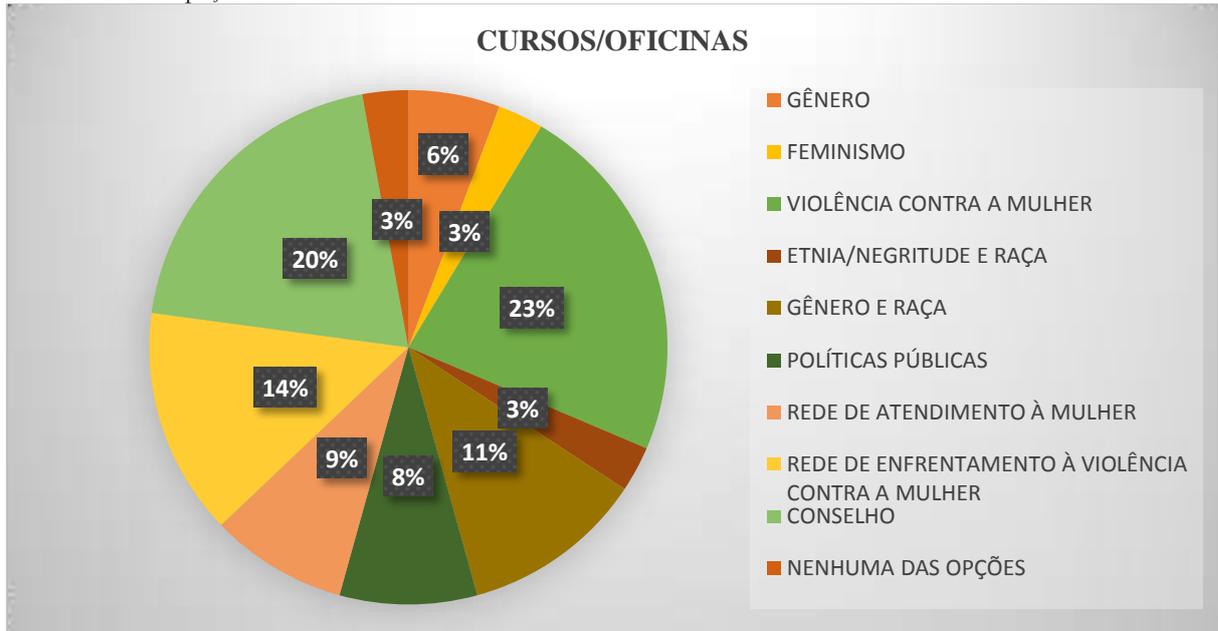


Fonte: Os autores

A partir do gráfico 5 é possível verificar que a maioria das mulheres trabalha e/ ou estuda. Portanto, entende-se que essas mulheres, além de atuarem no conselho, estão dispostas a estudar, tentando conciliar o esforço de trabalhar, cuidar de suas casas, filhos e de si mesmas.

Cabe destacar que no percurso de suas vidas, a maioria das conselheiras em questão adquiriram conhecimento através de cursos e oficinas acerca das seguintes temáticas que passam nas discussões relacionadas à mulher:

Gráfico 6: Participação das Conselheiras em Cursos e Oficinas



Fonte: Os autores.

No entanto, é importante destacar que nem todas as conselheiras realizaram cursos/oficinas sobre todas as temáticas acima representadas no gráfico. Verifica-se que os cursos/oficinas que a maioria das conselheiras realizou foram: 08 (23%) Violência contra a mulher, 07 (20%) Conselho, 05 (14%) Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, 04 (11%) Gênero e Raça.

É importante que as conselheiras estejam sempre se capacitando através da realização de cursos/oficinas a respeito de todas as temáticas relacionadas ao lócus feminino, pois elas são atores sociais que propõem e deliberam ações tanto para a sociedade civil quanto ao poder público em favor da consolidação dos direitos da mulher, para assim intervir na realidade das mulheres que vivenciam situações de opressão e submissão, advindas de questões machistas e racistas influenciadas pelo processo histórico brasileiro.

Portanto, faz-se necessário também o estudo sobre assuntos, como a questão do feminismo, do gênero e as relações sobre negritude, etnia/raça e políticas públicas. Além disso, é essencial que a conselheira tenha um conhecimento sobre os serviços disponibilizados na Rede de Atendimento à Mulher e de Enfretamento à Violência contra a Mulher, bem como o seu funcionamento e a diferenciação entre as mesmas, para que as mulheres possam ser direcionadas aos serviços no momento que necessitarem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do Conselho no Município representa a luta de algumas mulheres, de diversidades — sexual, geracional, étnico/racial, socioeconômica e política — para viabilizar o estabelecimento de leis, tornando-se um locus para se alcançar políticas às mulheres condizentes com a realidade brasileira, sendo expresso assim, suas respectivas demandas e expectativas sociais.

O presente estudo teve como objetivo central analisar o perfil socioeconômico das conselheiras do Conselho da Mulher no Município de Santo Antônio de Jesus-BA, no tocante a observação de como se encontrava a situação social, econômica e cultural dessas representantes dos direitos das mulheres, no referido contexto social estudado.

Para isso, foi necessário conhecer o processo de historicidade do conselho através da leitura do livro de ata das reuniões e do regimento interno, assim como o perfil socioeconômico das conselheiras, mediante a aplicação de um questionário às mesmas.

No que concerne à discussão de gênero, direitos da mulher, preconceito racial e violência doméstica, verificou-se que, no que se refere à questão de gênero, a temática ainda é pouco discutida, sendo que o conceito da palavra gênero é indefinido para a maioria das conselheiras e uma das questões presentes no questionário socioeconômico aplicado ao objeto de pesquisa, corroborou que a maioria das conselheiras não teve um espaço de discussão aprofundado acerca da temática citada, no percurso do seu processo de formação.

A construção e a manutenção de um sistema de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e participativa exige investimento em aprimoramento formativo nos aspectos humano e social. Por isso é necessário um projeto coletivo — nos diversos espaços políticos e educativos — visando o bem coletivo através do fomento, dos valores de cooperação, participação e co-responsabilidade, pelas ações na/pela/com a comunidade, incentivando a população a participar com veemência dos espaços decisórios, dentre estes, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Conclui-se que o conselho é um espaço que abarca uma diversidade de representações e possibilita a participação da população no dever de exercer seu papel como cidadão, que é lutar por uma sociedade mais justa e igualitária através do reconhecimento de que somos sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, R.H. **A inserção da mulher no mercado de trabalho.** In: VI CONVIBRA- Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2009. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2009/artigos/140_0.pdf> Acesso em: 15 Dez. 2015.

AZEVEDO, M. A. et al. **Mulheres espancadas: a violência denunciada.** São Paulo: Cortez, 1985.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de Dezembro de 2015.

NAGOYA, O. Novas formas de participação coletiva. **Revista Caros Amigos**, ed. especial, editora Casa Amarela, p. 16-17, março 2013.

PIZZANI, L. et. al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, 2012.

Regimento Interno do Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus dos Direitos da Mulher. Santo Antônio de Jesus, BA, 2014.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista e Lutas Sociais**, São Paulo, n.2, 1997.

SCHULZ, R.; RODRIGUES, D.O.; MENDES, A.C.L. A atuação feminina nos Conselhos da Mulher: um estudo dos Conselhos de Pelotas e de Santa Cruz do Sul/RS. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.3, p.149-168, 2013.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E PROTAGONISMO JUVENIL: TRAJETÓRIA DE LUTAS E SOCIABILIDADE NO COMEM

Jaelyca Carolina Ferreira de Souza⁸³

Ana Maria Morais Costa⁸⁴

1. INTRODUÇÃO

Falar de Juventude e protagonismo juvenil requer um olhar para essa população e sua presença no seio da sociedade, quem são seus atores e em quais espaços de atuações juvenis os mesmos estão inseridos. Foi com esta perspectiva que desenvolvemos o presente estudo, no qual buscamos compreender o processo de organização, socialização e realização dos atos do Comando de Mobilização Estudantil de Mossoró (COMEM), e a sua contribuição para o surgimento de coletivos sociais juvenis, organizados a partir do movimento estudantil.

Adotamos como definição de juventude a elaboração assumida pela PEC da Juventude, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2010 e pelo Estatuto da Juventude sancionado em 2013, que considera como jovem no Brasil, todo cidadão com idade compreendida entre 15 e 29 anos de idade.

Compreende-se que os espaços dessa juventude são múltiplos e que possuem uma intensa relação com a democracia, pois tentam recuperar a emergência do potencial político da juventude em movimentos sociais. No entendimento de Melucci:

Em uma sociedade que está quase que inteiramente construída por nossos investimentos culturais simbólicos, tempo é uma das categorias básicas através da qual nós construímos nossa experiência. Hoje, o tempo se torna uma questão-chave nos conflitos sociais e na mudança social. A juventude que se situa, biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo, representa um ator crucial, interpretando e traduzindo para o resto da sociedade os seus dilemas. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade (MELUCCI,1996, p.13).

Imersos em uma sociabilidade regida pelo sistema capitalista, o nosso modo de produção mudou a forma de nossas relações sociais e de nossos processos de socialização, isso afeta a maneira como nos relacionamos, os fins a que depositamos nosso capital cultural. Somos uma

⁸³ Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: Jaelyca_caroline@hotmail.com

⁸⁴ Doutora em Ciências Sociais pela UFRN. Professora do Departamento de Ciências Sociais e Políticas, e do Mestrado de Ciências Sociais e Humanas da UERN. Email: ana.morais10@hotmail.com

sociedade pós-materialista, pós-industrial, pós-afluente e baseada na informação construímos arranjos estruturais que criam novas formas de estratificação, novos grupos de conflitos, novos padrões de dominação e novas percepções de interesse em jogo.

Em todos esses processos, em qualquer época histórica, deparamos sempre com a significativa presença da juventude em constantes lutas e mobilizações por mudanças sociais, porém a sua presença no debate das ciências sociais ocorre sempre a partir de análise de eventos sociais, que imprimem a marca da juventude como ator social. Essa marca está sempre associada, por um lado, a eventos de protesto e desobediência civil, a partir da perspectiva da irreverência como comportamento próprio dessa faixa etária, e por outro lado, ao trabalho, controle juvenil ou vulnerabilidades sociais, como costumeiramente ocorriam.

A participação da juventude, que se manifesta com singularidades em cada região, delineou o interesse pelo estudo das lutas encampadas por esse segmento na cidade de Mossoró/RN. Para esse fim, definimos como recorte o protagonismo da juventude no movimento estudantil, por meio da organização do Comando de Mobilização Estudantil de Mossoró (COMEM). A relação dos movimentos sociais com a juventude se faz presente na cidade de Mossoró, sobretudo quando associada à educação, onde os processos de socialização e aprendizagem podem nos levar a compreender um pouco mais sobre movimento estudantil na contemporaneidade, onde se busca não só a identificação desses atores sociais, mas também suas estratégias de ação.

Nosso estudo situa-se no âmbito do projeto de pesquisa: JUVENTUDE E MOVIMENTOS SOCIAIS: repertórios, performances e estratégias da ação coletiva em Mossoró/RN, aprovado pelo Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/UERN), coordenado pela professora Ana Maria Morais Costa, orientadora desse estudo monográfico. Nessa pesquisa, fomos responsáveis pelo desenvolvimento do Plano de Trabalho: AS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS DA JUVENTUDE NO PERÍODO DE 2010 A 2015 EM MOSSORÓ/RN: Reconfiguração das práticas e novos desafios teóricos.

Considerando a percepção apresentada por Gohn (2014, 2012, 2010, 1997, 1995) de que há um princípio educativo nas práticas que se desenvolvem, no ato de participar, assumimos a compreensão nesse trabalho da participação em movimentos sociais como ações coletivas, onde os indivíduos fazem dos espaços ocupados ou das marchas pelas ruas um novo espaço de aprendizado e produção de saberes.

Nesta direção, delineamos o problema que orientou esse estudo, assim formulado: Qual a relação da organização de diversos coletivos sociais da juventude, surgidos no período de 2011-2013 em Mossoró RN, com o processo de organização das ações políticas e sociais do COMEM

e a vivência de sociabilidade dos seus integrantes nos processos de organização e mobilização?

Para analisarmos os movimentos sociais estudantis em Mossoró, sua importância e os seus desafios, nos beneficiamos, dentre outros, dos estudos Alberto Melucci (2001) sobre a ação coletiva, que mostra que nas sociedades contemporâneas, os conflitos sociais e políticos não têm espaço delimitado de ação. Não faz parte do sistema econômico industrial e nem oriundo de sistemas formais de representação política. O conflito está na vida cotidiana, os movimentos sociais não são personagens que se movem em função do fim que lhes são atribuídas pelos ideólogos, mas se apresentam como redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação coletiva de atores sociais. Nessa perspectiva, a identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre autores sociais.

A partir desta concepção de formação de um ator coletivo, podemos perceber que esses atores não se limitam só a uma reação, mas também são atores delas, eles produzem socialmente mecanismos formais e informais de participação, ou seja, todo movimento concreto traz em si uma pluralidade de significados analíticos.

Essa escuta se deu por meio de entrevistas semiestruturadas a 04 (quatro) integrantes do COMEM, sendo 02 (dois) do sexo masculino e 02 (dois) do sexo feminino. Nesse trabalho, esses atores recebem o nome de estudantes que atuaram nos anos 60 e que pagaram com suas vidas a crença no ideal de justiça, de igualdade social e da educação como direito social.

Assim, os entrevistados participantes da pesquisa receberam os seguintes nomes: Edson Luiz⁸⁵, Stuart Angel⁸⁶, Dinaelza Coqueiro⁸⁷ e Ana Maria Nacinovic Correa⁸⁸.

No dizer de Santos (2010, p.104), “A produção social das ausências resulta no desperdício da experiência”. A utilização do procedimento da sociologia das ausências torna possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo atual, evitando o seu desperdício.

Para compreendermos o objeto em todas as etapas de investigação, utilizamos e realizamos uma pesquisa bibliográfica referente à temática com os seguintes teóricos: Gohn (2014, 2012, 2010, 1997, 1995), Dagnino (1994), Scherer-Warren (1993), Melluci (1983,2011), entre outros que discutem essas temáticas.

⁸⁵ NOTA Edson Luís foi um estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares, durante um confronto no restaurante Calabouço no regime militar.

⁸⁶ NOTA Stuart Angel foi um integrante da luta armada contra a ditadura militar no Brasil e militante do grupo guerrilheiro revolucionário de extrema esquerda MR-8, preso, torturado, morto e dado como desaparecido político brasileiro.

⁸⁷ NOTA Ana Maria Nacinovic foi uma estudante fuzilada sob gritos de agonia à queima-roupa por um agente com um fuzil FAL, na ditadura militar

⁸⁸ NOTA Dinaelza Coqueiro foi uma guerrilheira brasileira, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e integrante da Guerrilha do Araguaia. Foi executada por agentes do CIEx e seu corpo enterrado na Serra das Andorinhas. Nunca encontrado, é dada como desaparecida.

Neste contexto, os movimentos sociais na América Latina e no Brasil passam por um declínio e emergem novamente na década de 90, com uma proposta de combate a um modelo hegemônico neoliberal, como forma de resistência e visando uma abertura à transformação das carências e necessidades em direitos, delineando novas estratégias de lutas, novos formatos de organização e novos repertórios políticos.

Nesta direção, conforme Tapia (2009), para entendermos a construção e a dinâmica dos sujeitos nas lutas e nos movimentos sociais atuais na América Latina, temos de compreender as novas políticas institucionalizadas das regiões. São movimentos inspirados no *Occupy All Street*, formados na maioria por jovens sem trajetória anterior na participação política, esses atores estão reformulando pautas das demandas identitárias. A crise mundial de 2008 deu suporte para o surgimento desses novos movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Neste sentido afirma GONH:

Na última década a pauta da agenda social latino-americana tem destacado temas como: Inclusão social, democratização, diversidade, diferenças, direitos culturais, sustentabilidade, empoderamento social. Esses temas são frutos de problemas socioeconômicos e históricos que entraram para a pauta dos governantes após serem demandadas, debatidas e pressionadas pelos atores da sociedade civil organizada (GOHN, 2014, p. 2).

Com a radicalização do processo democrático na América Latina, os movimentos de lutas ressurgem, os movimentos de étnicos na Bolívia e no Equador, os piqueteiros na Argentina, os cocaleiros na Bolívia e no Peru, os zapatos no México, no Brasil temos o MST e a via campesina. Tendo ainda o movimento dos estudantes no Chile com a revolta dos pinguins e as marchas pela educação (2011-2012). A nível local, na cidade de Mossoró-RN, no ano de 2011 o movimento estudantil também seguiu em marcha pela educação.

O movimento pela educação tem um caráter histórico, são processos que ocorrem dentro e fora das instituições de ensino, a luta por educação também significa uma luta por direitos e é um elemento importante para a construção da cidadania. Os direitos universalizam as questões sociais, os problemas econômicos e as demandas públicas, agregando-lhes um caráter emancipatório; eles funcionam como ferramentas no resgate cultural de uma nação, tentando adotar um princípio ético-moral baseado nas experiências acumuladas ao longo da história da humanidade e não baseado em uma necessidade de mercado.

Movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de escolas como de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidade especial, meio ambiente, qualidade de vida, pela paz, pelos direitos humanos, direitos culturais, etc. Os movimentos sociais são fontes e agências de produção de saberes. O contexto escolar é um importante espaço para participação na educação. A participação na escola: gera aprendizado político para a

participação na sociedade mais geral. São fontes e agências de produção de saber (GOHN, 2011, p. 14-15).

O movimento estudantil é um movimento social da área da educação, no qual os sujeitos são os próprios estudantes. Caracteriza-se por ser um movimento policlassista e constantemente renovado - já que o corpo discente se renova periodicamente nas instituições de ensino. Em 1967, no Brasil, sob a conjuntura da ditadura militar, esse movimento inicia um processo de reorganização, como a única força não institucionalizada de oposição política.

A história mostra como esse movimento constitui força auxiliar no processo de transformação social, ao polarizar as tensões que se desencadearam no núcleo do sistema dependente. O movimento estudantil é o produto social e a expressão política das tensões latentes e difusas na sociedade. Sua ação histórica e sociológica tem sido a de absorver e radicalizar tais tensões. Sua grande capacidade de organização e arregimentação foi capaz de colocar cem mil pessoas na rua, quando da passeata dos cem mil, em 1968.

2. TRAJETÓRIA DE LUTAS E SOCIABILIDADE NO COMEM

Conforme os relatos dos organizadores do COMEM dados à autora, ao falarem das suas trajetórias de lutas e a ocupação da 12ª DIREDE, destacam que inicialmente pensaram em ocupar a Reitoria da universidade, porém devido aos limites a ideia foi abortada. Isso por que no entendimento de alguns membros, historicamente os Governos do Estado não priorizavam o orçamento da UERN, e, portanto, não se tratava de uma ação administrativa da UERN e nesse caso, não adiantava criar esse conflito com a Reitoria. Discutiam um meio de atingir o Governo do Estado e a proposta foi levada para uma assembleia do segmento. Assim, em uma reunião coberta de tensão, em uma votação, os estudantes resolveram ocupar a 12ª DIREDE. As reuniões seguintes foram para traçar estratégias de ocupação. Primeiramente, alguns estudantes foram ao prédio para fazer um reconhecimento prévio, saber se dispunha de segurança, banheiros, cozinha.

O COMEM organiza o seu primeiro ato, no dia 17 de junho de 2011 no final da tarde, saindo pelas ruas e seguindo em direção ao prédio, chegaram mais ou menos em um grupo de 30 pessoas. Chegando ao prédio, realizaram a primeira reunião, de muitas que foram realizadas todos os dias. No dia 18 de junho, pela manhã, os estudantes realizaram uma coletiva de imprensa para explicar à população os motivos da ocupação.

Em pouco tempo o COMEM já contava com professores de ensino superior, médio e fundamental da cidade, alunos de todos os sistemas educacionais e pessoas civis que simpatizaram com o movimento. A intenção era chamar a atenção da população para a educação em Mossoró e o descaso público com a UERN. As primeiras reuniões eram feitas em frente ao

Teatro Dix-Huit Rosado e depois em frente à Catedral de Santa Luzia. Em um dia os jovens debatiam as pautas e estratégias de ações e no outro colocavam as ações em prática, e assim começou o COMEM.

Num período caracterizado pela existência, no Rio Grande do Norte, de um governo autoritário, intransigente e ancorado em ideários neoliberais responsáveis, direta ou indiretamente, pelo sucateamento do ensino público, o COMEM surge para reafirmar a luta por um projeto de universidade baseada em uma educação pública, gratuita, laica, popular e de qualidade, na qual os (as) estudantes pudessem ter os subsídios necessários para garantir sua formação profissional (TRINDADE, 2011, p. 3).

O COMEM se caracterizava como movimento unilateral e apartidário, onde não existia um líder ou um centro que imanasse deliberações, pois os estudantes estavam divididos em equipes de infraestrutura, cultura e lazer, comunicação e etc. A maioria dos jovens que ocuparam a DIRET eram estudantes da UERN e UFRSA e participavam ou integravam os DCEs das instituições. Inicialmente, os jovens contaram com o apoio da CUT e da ADUERN. Na foto, ilustramos a primeira marcha organizada pelo COMEM, ficou conhecida como Marcha pela educação.

Figura 1: Marcha pela educação



Fonte: Blog do COMEM. Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/9kJRdI6Ggho/Tgnhzc2JMBI/AAAAAAAAAao/DLVmXiMbr9c/s1600/34.JPG>

Os entrevistados relatam também que eram eles que faziam sua própria alimentação, realizavam debates e atividades artísticas e culturais, se mobilizavam nas redes sociais, surgindo nesse mesmo período uma articulação com a juventude da capital do estado, Natal, onde o

COMEM participou de ocupações e movimentações também, como o “Primavera sem Rosa”, um acampamento montado em frente à Governadoria do Estado, que ocorreu em período próximo à primavera árabe, “Fora Micarla”, que fazia intervenções em Natal a respeito da má gestão pública da prefeita na capital.

Em Mossoró, o COMEM realizou o “QUEM NÃO PULA QUER ROSALBA”, movimento esse motivado pela insatisfação popular e o desrespeito da então governadora Rosalba Ciarlini (DEM), onde os estudantes iam para os sinais de trânsito e quando os sinais fechavam, começavam a pular. Isso chamou bastante atenção dos mossoroenses que não estavam acostumados a presenciar esses atos políticos, conhecidos como *escrachos*. Logo após, organizaram o “FAFÁ VEM ANDAR NO CIRCULAR”, onde convidavam a atual prefeita Fafá Rosado (DEM) a andar no ônibus. Simultaneamente, os atos eram acompanhados em tempo real pelo *facebook*, *twitter* e *youtube*. Os estudantes deram entrevistas, ocuparam *sites*, *blogs* e jornais, escreveram poesias, músicas, palavras de ordem. Dentre muitas podemos destacar:

Figura 2: “Juventude quer Revolução, Juventude quer Revolução”. “Não é favor nem caridade eu quero educação de qualidade”.



Fonte: Blog do COMEM

Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/-9kJRdI6Ggho/Tgnhzc2JMBI/AAAAAAAAAao/DLVmXiMbr9c/s1600/34.JPG>

Outro episódio relatado foi uma cerimônia de homenagem a Rosalba Ciarlini, governadora do estado. O Ato estava sendo realizado no teatro Municipal Dix Huit Rosado. De repente, os estudantes entraram no teatro e começaram a fazer suas intervenções, enquanto a

população assistia chocada, sem reagir, pois não estavam entendendo o que se passava. Logo após, os estudantes se retiraram de forma pacífica pela entrada principal do teatro.

Outro evento organizado por eles foi a noite do cal, onde fizeram várias intervenções por meio de frases nos asfaltos da cidade.

O Movimento Estudantil da cidade de Mossoró, a partir das mobilizações realizadas pelos militantes do COMEM, surge como um marco na ressurreição do protagonismo político da juventude na cidade e na renovação de seus quadros políticos. A atuação política desempenhada pela juventude, frente às demandas a ela colocadas, através do processo de tomada de consciência, com a percepção da realidade vivenciada e por meio também da organização coletiva de sujeitos, denota a importância da ação política dos jovens nas lutas sociais (COSTA, 2013, p. 34).

Esse grupo de estudantes emerge com uma ação política organizada, porém, fora dos padrões comuns às organizações sociais, pois se mobilizam, mobilizam pessoas, saem às ruas, promovem ações coletivas integradas. Traz para o debate um formato novo da ação coletiva, criticando as estruturas que estavam impostas, lutando por uma educação pública de qualidade, mobilidade urbana, saúde, cultura, etc. Esse novo formato não se configura com delimitações da ação, nem de bandeiras de luta. Traz como uma especificidade a ideia da construção permanente da ação, onde os caminhos se fazem ao caminhar, onde a participação democrática tem valor significativo.

O COMEM registrou um marco importante no que se refere ao “despertar” político do ME e da juventude da cidade. Tal período veio sinalizar também, o processo surpreendente de amadurecimento político-organizativo da juventude mossoroense ao longo dos anos seguintes, possibilitando, nas universidades, o surgimento de novas forças e grupos políticos, e conseqüentemente a disputa por espaços e instâncias políticas. Já em âmbito escolar, houve a criação e o fortalecimento de grêmios estudantis e, na cidade como um todo, se torna expressiva a expansão de juventudes partidárias, coletivos culturais e o afloramento de movimentos reivindicatórios. Grande parte desses instrumentos são constituídos e até mesmo dirigidos por jovens que foram membros ativos no COMEM (COSTA, 2013, p. 39).

Os organizadores relatam ainda que o grupo também sofreu repressão e momentos de muita tensão quando a polícia militar foi autorizada a cortar a água e luz do prédio, afim de que os estudantes saíssem. Os estudantes tentaram resistir, ao mesmo tempo que tentavam negociar com o governo as suas pautas, mas aos 27 dias a ocupação acabou. Nos últimos dias de ocupação, com muita emoção a juventude canta o hino nacional, enquanto a COSERN está cortando a energia do prédio. No dia 05 de julho de 2011, o Procurador Geral do Estado do RN declara que irá acatar as pautas dos estudantes. (COSTA, 2013, p. 35.) Destaca as principais:

A pauta construída pelos estudantes contemplava demandas como o de contingenciamento das verbas destinadas à universidade, expansão da Política de Assistência Estudantil que se configurava, e isso não avançou muito, quase inexistente. No que concerne à ausência de um restaurante universitário, o aumento do número de bolsas de pesquisa e extensão, qualidade no sistema de segurança da universidade, qualidade na estrutura e a conclusão das construções de novos prédios, a exemplo da construção do novo Campus em Natal, que ainda se encontra inacabada, entre outras pautas que faziam, e ainda fazem, parte do cotidiano dos universitários da UERN.

Em 06 de julho de 2011 a polícia militar foi enviada à DIREC para uma possível desocupação dos estudantes, só então o COMEM decide aceitar as pautas, mesmo que não sejam totalmente satisfatórias, mas já iriam beneficiar em muito os estudantes e a estrutura da UERN.

Os jovens que participaram da ocupação se sentiam em grupos, em suas tribos. Entre processos de socialização, a juventude mossoroense seguia em movimento com a educação na luta por direitos, pelas minorias, em defesa de um estado que olhe mais para as pessoas, tentando resgatar com o seu protagonismo juvenil a força popular da mudança, os olhares do povo para a utopia certa, a vontade de caminhar rumo a uma cidadania, na construção de sujeitos formados de consciência crítica. Atentos à educação que transmite, reproduz e promove mudanças políticas, culturais, históricas à cultura de um povo, a uma nação. Um exemplo de ocupação pode ser vista na imagem a seguir, na qual inúmeros jovens mossoroenses saíram as ruas e deixaram gravado no asfalto palavras que representem suas indignações.

Figura 3:Noite do Cal



Fonte: Blog do COMEM. Disponível em: <http://comemrn.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-07-09T19:57:00-03:00&max-results=20&start=14&by-date=false>.

Os sujeitos necessitam articular práticas produtoras de sentido, de presença no espaço como forma de se contrapor aos modelos de políticas públicas que, na maioria das vezes, geram um quadro de escolarização, de ensino sem sentido. Surge a necessidade de pensar criticamente as relações pessoais e coletivas entre a juventude e as instituições de ensino. Percebidos como sujeitos de direitos, os jovens vão deixando de ser percebidos apenas como alunos e passam a ser enxergados a partir de suas identidades que remetem à sensibilidade, à expressividade cultural e à estética, às sociabilidades que se originam no interior dos movimentos e dos espaços de aprendizagem. Edson Luiz, ao falar da sua experiência no COMEM, destaca:

Os integrantes da ocupação viram como técnicas de aprendizagem o fato de termos clareza hoje de que as coisas podem acontecer com luta, persistência e paciência, onde vimos que é fácil ocupar noticiários locais de uma cidade onde o jornalismo é voltado pra mortes e festas. Difícil é lidar com o assédio dos políticos tradicionais que querem ampliar sempre as suas respectivas bases, isso nos propôs o desafio de termos clareza nas ações coletivas e nos mantermos firmes diante das dificuldades. Essa juventude que estava nas ruas em 2011 já estava um pouco mais madura em junho de 2013 quando foram as ruas de novo, desta vez aliada com vários partidos políticos e movimentos sociais e sindicais, além de muita gente nas ruas (Estudante Edson Luiz – depoimento à autora em 05/04/2016).

Stuart Angel, que também participou da ocupação, relata quais foram os fatores motivadores da ocupação da DIREDE:

Os fatores que levaram a ocupação da 12ª DIREDE em junho de 2011, foram nada mais nada menos do que um cenário de retrocesso e negligência, por parte do Governo Estadual, na figura da (des)governadora Rosalba Ciarlini, para com a educação do RN e os sujeitos que a integram. Esse cenário deu início a uma greve quase que geral no Estado, onde mais de 10 categorias deflagraram greve na busca por melhores condições de trabalho e salário. Nesse contexto, a UERN não se ausentou desse processo, já que esta universidade sofria e ainda sofre com o descaso e abandono dos governantes. (Estudante Stuart Angel – depoimento à autora em 30/04/2016)

Dessa forma, compreendemos a partir das entrevistas e conversas informais que a greve docente e também discente foi uma estratégia de pressionar o governo por melhorias na universidade e também na educação do Estado. O Comando de Mobilização Estudantil de Mossoró – COMEM surgiu nesse momento em que se fortalecia a luta estudantil na cidade em defesa de uma educação pública de qualidade. Além das assembleias e mobilizações de rua, o COMEM decidiu por realizar uma ocupação de um prédio público para maior visibilidade do movimento e pressão popular. Inicialmente foi pensado na Reitoria da UERN, porém, o movimento repensou a ideia e decidiu ocupar a 12ª Diretoria Regional de Educação e Desporto, e assim o fez, já que a luta pela educação era a nível estadual.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos apontar várias motivações que levaram a juventude às ruas e a ocupação de espaços públicos da cidade no período de 2011 a 2013, dentre elas o descontentamento com a educação no Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte. A nível local, em Mossoró, veio à tona a insatisfação com o descaso à UERN. O COMEM também se sentiu motivado a levantar questões de caráter social mais amplo, como discutir a mobilidade urbana e o direito à cidade, a relação de valorização da cultura local e a educação permeou o imaginário social desses sujeitos que começaram a se mobilizar, a fim de criar as estratégias e recursos necessários para execução das suas ações, afinal eles ocuparam um prédio da educação, correspondente ao estado. Como também ocuparam espaços públicos e praças. O protagonismo juvenil esteve presente na linha de frente das marchas, atos, ocupações e escrachos, expressando a juventude de forma bastante aguçada, como a demanda histórica da educação – pauta base para a organização dos estudantes no movimento estudantil – as questões de emprego e renda, as relações de consumo, os estigmas de violência e criminalidade, entre outros.

A organização da juventude em caráter de contestação a essas expressões, envolveu a juventude ao longo da história dos povos, em torno de demandas e reivindicações que perpassaram a vida cotidiana dos indivíduos. É nesse período que se concentra o fervor da rebeldia e da ousadia juvenil, em que os jovens começaram a contraditar a ordem das coisas e das regras da sociedade, que os levaram a buscar alternativas de organização com outros jovens e grupos de jovens que compactuassem com suas ideias e pensamentos. Os estudantes conseguiram transformar os espaços de mobilização em espaço de aprendizagem, realizando formações em escolas da rede pública de ensino, usando como ferramenta espaços de mediações culturais entre as ocupações e atos. Podemos citar as batucadas, os festivais musicais e teatrais, oficinas nas mais diversas áreas de saber, propiciando para quem participava uma proposta política de reconhecimento de si em diálogo com o outro. Fatores que podem contribuir de forma significativa aos componentes curriculares de escolas e universidades.

Nas sociedades contemporâneas, os conflitos sociais e políticos não têm espaço delimitado de ação. Não faz parte do sistema econômico industrial e nem oriundo de sistemas formais de representação política. O conflito está na vida cotidiana desses indivíduos, os movimentos sociais não são os personagens que se movem em função do fim que lhes são atribuídas pelos ideólogos, mas se apresentam como redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação coletiva de atores sociais. Nessa perspectiva, a identidade coletiva desses sujeitos não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações,

decisões, conflito entre atores sociais. A partir desta concepção de formação de um ator coletivo, percebemos que a juventude de Mossoró não se limitou só a uma reação, mas também foi protagonista delas, eles produziram socialmente mecanismos formais e informais de participação, trazendo em si uma pluralidade de significados analíticos.

Pretendemos, portanto, com essa pesquisa, contribuir para a análise entre movimentos sociais estudantis e educação, onde identificamos as principais bandeiras de luta e estratégias de intervenção da juventude, organizada na realidade da cidade de Mossoró, assim como as ações de aprendizagem e sociabilidade que foram desenvolvidas. Para além disso, a produção deste trabalho também cumpre com a finalidade de partilhar a experiência vivenciada nos processos históricos da juventude da cidade nos últimos anos, além de motivar novos estudos que abordem essa temática e que possam subsidiar as ações dos sujeitos que compõem e constroem os movimentos sociais da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Taisa Iara de Almeida. **Eu me organizando posso desorganizar: juventude e organização política em Mossoró-RN nos anos de 2011 à 2014**.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 352 páginas.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. 5a ed. São Paulo: Loyola, 2009a.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 7a ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, Vozes, 2010a.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2009 c.

_____. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 8ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2010b.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Revista Young. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, p. 3-14.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas** 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MEGERAS DIABÓLICAS: ANÁLISE SOBRE A SUBMISSÃO E CONDENAÇÃO DAS MULHERES NA MODERNIDADE

Diego Rodrigues da Silva⁸⁹
Caio Vitor Lima Falconieri⁹⁰

1. INTRODUÇÃO

Entusiasmava-se pela beleza, mas deixou-nos uma extraordinária galeria de obras horríveis e doentias. Pregava a paz, mas arrebatava-se em guerras religiosas. Foi sorriso e ódio, delicadeza e grosseria, truculência e austeridade, audácia e temor. Tal como o adolescente em que lutam impetuosamente forças opostas e que ainda não conquistou o seu equilíbrio, esta época foi mais ambiciosa do que razoável, mais brilhante do que profunda, mais impetuosa do que eficiente⁹¹.

Um das maiores características da Idade Moderna, contemplada por entre o final do século XV ao XVIII, essenciais à sua compreensão são, sobretudo, as polarizações, antagonismos e, principalmente, o oceano de contradições que existiam em sua realidade, tal como afirma o especialista em história do cristianismo Jean Delumeau, na extensão de seus estudos sobre o período⁹². Por exemplo, ao mesmo tempo em que existia um culto exagerado ao caráter das coisas belas e a valorização, portanto, de todas as formas de beleza, em contrapartida, foi real a intensa marginalização imposta às mulheres que, sem dúvida, faziam parte desta mesma beleza idealizada pelos próprios modernistas. O intuito de retornarem às origens da beleza, às belas artes clássicas Greco-romanas, serviu como um veículo ao progresso. No entanto, é contraditório notar que, simultaneamente, a beleza natural das mulheres foi tão reprimida, censurada e imposta às condições subalternas da sociedade e, essencialmente, de seus maridos. Embora as obras de arte retratassem abertamente a sua beleza, não havia aplicabilidade disso no cotidiano renascentista, necessariamente, o que demonstra forte contradição. Ainda mesmo que reprimida, mesmo como manifestação intrínseca do ser feminino — pela fragilidade, inocência e pureza que remetiam à virgem da religião cristã (inclusive, sua exaltação teve como consequência a desvalorização da sexualidade)⁹³ —, essa beleza era conhecida, mas não valorizada; era desejada, mas pecaminosa; era romantizada, mas mitificada até as últimas consequências.

⁸⁹ Graduando do 5º período do Curso de História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência.

⁹⁰ Graduando do 5º período do Curso de História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência.

⁹¹ DELUMEAU, Jean. Da feitiçaria à ciência. In: DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. p. 405.

⁹² DELUMEAU, Jean. A promoção do ocidente. In: DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**.

⁹³ DELEMEAU, Jean. Os agentes de Satã: A mulher. In: DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. p.475.

2. INDIGNAS DESNATURADAS DE UMA ORDEM DIVINA

No contexto renascentista, a beleza da mulher valia-se tal como o álcool e o veneno para os homens que, por sua vez, entorpecia seus sentidos e os desvirtuavam, fazendo-os cometer apostasia ao melancólico sabor do pecado, denotando esses artifícios de refúgio num sentido diabólico e, portanto, temido e repreendido veemente pela Igreja Católica. Colocá-las sob condições de submissão os tornavam senhores, o que lhes dava noção de possuírem o controle dessas agentes de satã travestidas de mulheres⁹⁴, que paralelo a uma passagem do *corpus* pauliniano (1 Timóteo 2, 11-14)⁹⁵, declarava que era não permitido à mulher ensinar e governar o homem, sob hipótese alguma. Essa designação das mulheres como intercessoras diabólicas parecia tão verdade — dentro do eufórico imaginário ocidental — que autores renomados de tratados sobre a feitiçaria, como o monge James Sprenger (final do século XV) e o bispo Peter Binsfeld (final do século XVI), alegaram sete motivos que poderiam conduzir a mulher aos sortilégios do Diabo: “a sua credulidade, a sua curiosidade, a sua natureza mais impressionável do que a do homem, a sua maior malícia, a sua prontidão em vingar-se, a facilidade com que desespera e, por fim, a sua tagarelice”⁹⁶.

O pecado vem de tudo de seu corpo, corpo esse obstáculo permanente de sua razão, encarnada como maior pecado que a tudo desarticula. A mulher é tomada pela Igreja como a maior representação do diabo, até mesmo pelo discurso religioso na própria palavra “feminina”, que significa “fé de menos”, uma “fé mínima”, usado ainda como uma das justificativas de sua submissão a quem possui “fé de mais”, o homem, sendo por essa razão, e outras, aquele quem escreve a história, o que nos deixa claro: é sacramental a cultura masculina. Para auxiliar a legitimação desse discurso acerca da submissão da mulher para com o seu homem, a religião católica vai dispor, portanto, de vários discursos provenientes de outras áreas, como a dos juristas, a dos médicos e da imprensa, que vão corroborar junto ao discurso religioso sobre as censuras, permissões e obrigações, destacadamente, das mulheres. A mulher agora é institucionalmente submissa através da religião.

É notável uma percepção aguçada para que possamos observar e compreender as diversas maneiras de submissão que foram presentes na Idade Moderna e que, de certa forma, vieram veladas à contemporaneidade: o rigor de uma beleza herdada e fortemente idealizada. O Renascimento fez com que as mulheres, em suas condições impostas pela época, sempre

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ 1 Timóteo. BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. p.1461.

⁹⁶ DELUMEAU, *op cit.*, p. 404.

estivessem de acordo com os modelos de beleza vigentes, convertendo-as em criaturas compulsivas, no que se entende a utilizarem de meios que as fizesse permanecerem, cada vez mais, dentro dessa beleza idealizada. Com a colaboração das poesias satíricas entre os séculos XVI e XVII, a mulher envelhecida e idosa, por exemplo, iria de contra a todas as romantizações pela beleza cultuada dos renascentistas: a beleza decrépita, a fealdade repugnante, pois, não os interessava de forma alguma.⁹⁷

O espetáculo da decrepitude, deste modo, trouxe suposições ultrajantes mesmo a sua época para estas mulheres de idade avançada: o amor se tornara fenômeno impensável, seu corpo convertia-se numa orquestra cômica e deplorável, tachadas de esqueletos ambulantes e repugnantes, assim como retratou Sigogne numa de suas sátiras ao escrever-lhes:

*Retrato vivo da morte, retrato morto da vida,
Cadáver sem cores, despojo da campa,
Carcaça desenterrada, por um corvo atacada.*⁹⁸

Ou quando Du Bellay se exprime, no “*Antierótico*”, ao comparar uma mulher velha aos encantos do que seria uma delicada Vênus, vociferando:

*[...] Olha (ó velha e ser imundo,
Velha, desonra deste mundo)
Aquele que (se não me esqueci)
Ainda nos seus quinze anos vi:
Aos calcanhares deixas chegar
Cabelos, tão ondulados e dourados
Que até o belo sol fazem chorar.*⁹⁹

E a partir desse ponto, considera-se que talvez existissem tantas sátiras de velhas por se acreditar que a mulher fosse uma intermediária entre o homem e o diabo, gerando um antifeminismo vigoroso e uma severa caça “às bruxas” entre 1400 a 1650. Vale ressaltar, que hoje em dia constatamos uma das submissões mais transparentes de nossa sociedade quando percebemos as mulheres submetendo-se a seguir métodos e manusear utensílios para que possam sempre estar adequadas a um nível de beleza que a sociedade vende e consome. Um exemplo disso foi o caso do espartilho duplo, que servia para colocar um padrão de corpo esbelto das mulheres no renascimento, que só veio ser desconstruído com a luta feminista na década de 1960. A sociedade, destarte, não tem preferência por pessoas que fujam desse encaixe padronizado e normativo de beleza herdada.

⁹⁷ *Idem.*

⁹⁸ DELUMEAU, *op. cit.*, p. 403.

⁹⁹ DELUMEAU, *op. cit.*, p. 404.

Voltando para os discursos inflamados de superioridade masculina que foram elencados de um amontoado de justificativas que auxiliaram, largamente, o canônico discurso religioso, elucidamos melhor o que diziam nas outras áreas acerca das mulheres, como no caso dos médicos da época que afirmavam a esse caráter inferior da mulher, em suas consultas, uma proveniência natural. O cirurgião francês Ambroise Paré, por exemplo, tinha forte convicção de que a frieza natural das espartes espermáticas da mulher e a posição interna do órgão sexual em seu corpo é consequência de sua inferioridade.¹⁰⁰ Isso também fica claro em obras literárias como nos livros *Gargântua e Pantagrue*, de François Rabelais: “Como Gargantua já nasce pai de Pantagrue e, por sua vez, origina-se do Grandgousier, ele está inserido num universo medieval em que a mulher cumpre apenas a função de objeto de gozo e de alegria”.¹⁰¹

3. INFAMES DOMÉSTICAS: REINO DOS CÁRCERES PRIVADOS

A partir desses discursos criados e do complexo imaginário elaborado pela religião católica sobre a inferioridade feminina junto a sua diabolização, é construído um modelo de mulher e de homem na modernidade e, posteriormente, definido os devidos papéis de cada um e de seus respectivos espaços.¹⁰² O espaço público, por excelência, fazia parte do caráter inerente ao ser homem, enquanto o cárcere do espaço privado à realidade de ser mulher. A participação da mulher no âmbito público era então desnecessária, pois contrariaria, inclusive, os freios de um sistema global que negava sua visibilidade e o acesso dessas mulheres à cena pública, da qual pertencia ao lugar natural do homem. E, principalmente, dentro desse aspecto do privado, seriam impostos à mulher diversos tipos de submissão de seu corpo, de sua sexualidade, de sua identidade e de sua vida, até sua morte. As mulheres casadas tinham de ser obscuras e obedientes, confinadas aos espaços sombrios das vidas de seus homens. De suas vestes ao seu comportamento, posto que denotasse uma imagem semelhante ao escárnio de uma prostituta, livre e despreocupada; de sua higiene íntima ao seu penteado, havia um passo a passo rígido de como deveria se apresentar perante a sociedade. Uma mulher que fosse considerada decorosa teria que conviver com os olhares restritos de qualquer outrem estranho enquanto estivesse de roupas íntimas, só sendo passível de apresentação se acaso fosse para o seu amante,¹⁰³ intimamente, ao seu senhor-homem. De acordo com São Paulo, um dos contribuintes que situou a mulher cristã em uma posição de subordinação simultaneamente na igreja e no casamento, a

¹⁰⁰ DELUMEAU, *op. cit.*, p.490.

¹⁰¹ RIBEIRO, José Luiz. **Gargantua**: o personagem aprisionado.

¹⁰² CORBIN, Alain. Bastidores: O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle (org.) **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. p.412-417.

¹⁰³ CORBIN, *op. cit.*, p. 414.415.

mulher fora criada para o homem (Gênesis 2, 21-24)¹⁰⁴. Além disso, juntamente à noção do monge e médico francês Rabelais, fora também criada para seu consolo doméstico, à manutenção da casa e, fortuitamente, para seu deleite social.¹⁰⁵ Enquanto os desejos vão, gradualmente, sendo banidos das representações femininas, em contrapartida, a relação do corpo dos homens se torna enfim uma autoridade. Estudos cada vez mais justificavam sua condição de inferioridade, como pode ser visto no discurso do estudioso Thomas Smyth, que se apropriará de um discurso pretensamente justificado a partir da natureza criada por Deus: “a natureza criou-as para que cuidem do lar e alimentem sua família e filhos, e não para que ocupem funções em uma cidade ou em uma comunidade nacional – assim como não criou para isso as crianças de pouca idade”.¹⁰⁶

Essa misoginia herdada de uma tradição milenar¹⁰⁷, impôs às mulheres, condenadas desde a antiguidade clássica, a serem temidas para não ocuparem os espaços, tanto por terem “fé de menos” e quanto por serem ativamente agentes diabólicas. Como afirma Jean Delumeau, o temor masculino pela mulher é expresso em crenças populares como a “vagina dentada” ou das bruxas, ambas potencialmente castradoras, como fora registrado em tratados de demonologia da Renascença. Esse temor fora inculcado ao sexo oposto no intuito de que permanecessem castos a partir da noção do medo massivamente mitificado e difundido, sem descanso, desde o século XIII, penetrando às mentalidades, com sucesso, o medo da mulher.¹⁰⁸ Tal credulidade, somada ao pensamento da mulher que desviaria o homem de seu verdadeiro caminho, desenvolveu um “forte e agressivo antifeminismo”, criado exatamente para se ter medo das mulheres, entre os séculos XIV e XVIII. Apesar do suposto Humanismo do período, nada impediu que houvesse forte propagação do ódio e ideais de submissão, assim como o retorno aos gostos greco-romanos, ignorando as fortes figuras, como as amazonas, para cada vez mais enfatizá-lo.

Um fato histórico curioso — que, inclusive, renovou as condutas privadas e pode dar mais liberdade ao corpo das mulheres, responsável ainda por proporcionar uma valorização de sua nudez — fora a *lingerie*, com seus evidentes efeitos perversos de pudor, ao dar profundidade ao corpo feminino. Posteriormente, com auxílio da renda e o bordado antes desconhecidos, ressalta-se que esses artifícios tenham transformado as mulheres – mais do que de costume – em seres objetificáveis, imperando logo em seguida, por consequência, uma ascensão desse fetichismo. “Os corpos femininos jamais”, no século XIX em diante, mas graças a uma conduta insistente de censura promovidas de séculos anteriores, “foram tão escondidos” por quase 100 anos, observa

¹⁰⁴ BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. p.15-16.

¹⁰⁵ DELUMEAU, *op. cit.*, p. 494. *Apud*. RABELAIS, *François*.

¹⁰⁶ DELUMEAU, *op. cit.*, p. 506.

¹⁰⁷ DELUMEAU, *op. cit.*, p. 404.

¹⁰⁸ DELUMEAU, *op. cit.*, p.480.

Philippe Perrot¹⁰⁹, “entre os anos de 1830 à 1914”, devido a uma ortodoxa e limitada moral cristã que, como sabemos, ditou sobre as formas e usos do corpo feminino durante séculos, se não milênios.¹¹⁰ O que seria uma outra fonte de pura contradição, já que por mais que tenha existido, como afirma Delumeau, uma “promoção da mulher, graças a pensadores cristãos (Erasmus, Calvino, etc.) e a humanistas marcados pelo neoplatonismo (Castiglione)”, não há como revogar as práticas tradicionalmente misóginas: enquanto exaltavam o nu feminino, repudiavam, simultaneamente, o ser desgastado do qual se esquece a beleza perdida junto as suas maternidades.¹¹¹

Outro discurso recorrente para justificar a essa submissão institucional que fora submetida às mulheres era o antagonismo entre a razão e a emoção. De acordo com a visão religiosa cristã, a mulher — por ser mais emocional — deveria submeter-se incondicionalmente ao homem, ser mais dotado de razão (mais perfeito, feito à imagem de Deus). A modernidade, percebemos, exaltava o perfeito, e o perfeito era justamente o homem. A imagem crua que fora criada da mulher adivinha de belos argumentos, imbuídos de um egoísmo profundamente misógino do homem moderno cristão.

No indivíduo masculino, o corpo reflete a alma, o que não é o caso da mulher. O homem é, portanto, plenamente imagem de Deus, mas não a mulher, que só o é por sua alma e cujo corpo constitui um obstáculo permanente ao exercício de sua razão. Inferior ao homem, a mulher deve então ser-lhe submissa.¹¹²

Em suma, porque será que é tão difícil desconstruir conceitos religiosos? Porque é sagrado, logo, proibido de se discutir no ambiente da Igreja, considerado também como pecado.

Estava na lógica das coisas que uma época que tanto temeu o Juízo Final, o diabo e seus sequazes, redimensione o medo milenar do “segundo sexo”. [...] A cultura da época, inquieta e ainda mal firmada, busca reforçar o controle desse ser demasiadamente próximo de uma natureza da qual Satã é “o príncipe e o deus”. Para a maioria dos homens da Renascença, a mulher é no mínimo suspeita e no mais das vezes perigosa. Forneceram-nos dela menos um retrato real do que uma imagem mítica. A idéia de que a mulher não é nem melhor nem pior do que o homem parece ter sido estranha aos dirigentes da cultura escrita.¹¹³

¹⁰⁹ CORBIN, *op.cit.*, p. 416.

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ DELUMEAU, *op.cit.*, p. 404.

¹¹² DELUMEAU, *op. cit.*, p.472. JARSCHER, Haidi.

¹¹³ DELUMEAU, *op. cit.*, p.522.

4. ENTRE DELEITES DIABÓLICOS: DOS PRAZERES DESCORTINADOS À REDENÇÃO MATRIMONIAL

Porém, não tenhamos dúvidas, essas mulheres sempre lutaram e resistiram à sua maneira, timidamente ou não, contra a censura, submissão e banalização de seus corpos, como foi o caso das cortesãs que dominaram a sociedade e seus espaços, sendo ainda valoradas pela alta sociedade. Como forma de resistência contra uma vida doméstica a serviço de um homem e da censura da sexualidade de seus corpos submetidos pela Igreja, as cortesãs se tornaram uma instituição nas cidades centrais, acima de tudo, uma atração sensual liberalmente embebida no religioso. Ricas e independentes, responsáveis pela movimentação do comércio europeu na época, mantinham uma corte em suas casas suntuosas, ocupavam o espaço da Igreja, do rei e da sociedade: econômica, política e culturalmente, participando, inclusive, do mundo masculino da educação e da cultura. Por muito tempo não se considerava um meio degradante de se ganhar a vida, um aspecto totalmente desconsiderado. As esposas sentiam um pouco de inveja das cortesãs, em razão do empoderamento e independência destas, já que aquelas eram domesticadas e literalmente posses de um homem. Era bastante comum pedir que suas filhas fossem ensinadas e instruídas pelas cortesãs para entrar nesse estilo de vida e não a de esposa bela, recatada e do lar. Hoje, captamos, há uma inversão desses mesmos valores, por mérito da mistura moral e misógina da Renascença junto à Reforma Protestante, que estabeleceram com afinco a divisão atualmente conhecida como esposa-bona / prostituta-má. As mulheres foram categorizadas em tipos das quais devemos ou não nos relacionar, polarizando-as, fortalecendo toda essa imaginação de machismo que possuímos em pleno século XXI, enraizada na civilização ocidental.

E apesar da sua relativa autonomia, sua atividade havia sido secularizada, era mortal, não considerada como uma deusa, não sagrada, à deriva de possíveis e constantes violências masculinas. Posteriormente, serão categorizadas como prostitutas sujas, descritas como vítimas patéticas, deixando de serem desejadas para serem marginalizadas, atacadas de todos os lados pelos discursos reformistas, principalmente de Lutero e Calvino. Eles, acima de tudo, relegariam sua imagem a receptáculos unicamente utilizados para se procriar e, por fim, apresentariam uma proposição patriarcalmente institucional acerca do casamento, já que um considerava a relação sexual extraconjugal como “sujo” e o outro enfatizava como natureza nociva do prazer sexual, respectivamente. A reforma, entendida como movimento dominado pelos homens, definia qualquer sexualidade feminina independente como ameaçadora e, por isso, nociva, ou seja, qualquer manifestação de caráter independente deveria, sem demora, ser sufocado com tamanha

urgência.¹¹⁴ Essa reforma mais reforçou do que reformou alguma coisa prática, no que concerne a sua delirante supremacia fálica herdada da antiguidade clássica, de maneira tal que refloresceu da renascença o típico modelo de esposa-prisioneira grega a um estágio de misoginia adiante, sendo de grande assistência ao fanatismo religioso dos Hebreus pela boa medida.

Por conta disso, o casamento foi usado para corroer a posição das mulheres independentes, elaborado para que se pudesse fazer sexo sempre que se desejasse, desprovido da condição de culpa: foi e permanece como uma estratégia do controle consensual e santificado. A modernidade vai construir fronteiras, lidando com a mulher virgem, fazendo uma promoção do casamento necessária ao Estado. Cria-se um costume de só poder se casar virgem, assim como a Virgem Maria, pura e de branco, também utilizada para relembrar a castidade. É por isso que não há coisa mais deslumbrante e maravilhosa para a religião do que uma prostituta arrependida, salva por um homem que a re-dignifique: a mulher para casar, a partir da reforma, será agora justamente aquela que não tenha dormido com tantos homens.¹¹⁵

Consoante ao que foi explicado acima, junto a fatores econômicos que corroia ainda mais sua posição, as mulheres passaram a ser excluídas das profissões e dos negócios dos quais haviam participado em igualdade com os homens durante a Idade Média. Foram criadas novas leis para restringir as mulheres à igualdade de trabalho, sendo assim, o chamado mercado de trabalho “livre” dominado pelos homens. As mulheres tinham maior probabilidade, devido a isso, de serem deixadas sem terra e emprego, o que as faziam optar entre ser uma esposa trabalhadora — sujeita a uma carga esmagadora de trabalho pesado — ou ficar na ilegalidade com a perseguição do desemprego, sendo fácil compreender o porquê de muitas dessas mulheres preferirem trabalhar como prostitutas. Para reverberar mais fortemente, o jurista Tiraqueu, no século XVI, deu início a essas leis, definindo:

A “incapacidade” legal das mulheres, o que efetivamente proibia qualquer mulher de realizar contratos ou atuar em qualquer situação dentro do sistema legal. Na legislação criminal francesa, as mulheres passaram a ser consideradas irresponsáveis devido à “imbecilidade” do seu sexo; logo, como um corolário a isso, o estupro de uma prostituta deixou de ser crime¹¹⁶.

As prostitutas não podiam mais ter a guarda das autoridades do Estado em busca de proteção, estavam sozinhas em meio a um caos alucinante da suposta superioridade do falo, visto que, assim tal como tece Nickie Roberts em sua obra:

¹¹⁴ ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Tradução de Magda Lopes. – Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998. p. 141.

¹¹⁵ *Idem.*, p. 141.

¹¹⁶ *Idem.*, p. 138.

O espírito da época era caracterizado por uma extrema misoginia que era demonstrada pelo terror em massa e pelo assassinato de dezenas de milhares de mulheres por toda a Europa durante a “caça às bruxas”. Primeiro holocausto religioso da história, a “caça as bruxas” durou mais de três séculos, após uma Bula Papal datada de 1484. Embora as fontes discordem sobre o número real de mulheres torturadas e assassinadas durante o período (principalmente na Alemanha e na França), um dado é certo: daqueles que morreram, 80 por cento eram mulheres. E os massacres eram ordenados pelos cristãos ¹¹⁷.

“A prostituição foi uma fonte de corrupção para os homens”, assim provavelmente se passava na imaginação paranoica dos reformadores religiosos que, em seguida, converteram estas mesmas prostitutas em bodes expiatórios e as perseguiram sob a presunção de tal justificativa. A culpa era, em suma, das mulheres — jamais dos homens —, visto que foram feitos à imagem de Deus e não poderiam, de certo, serem os autores destes pecados imorais e hediondos da fraqueza da carne. Assim, havia nitidamente uma transposição da culpa de forma frequentemente corrupta e arbitrária.¹¹⁸

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que não tenhamos muitos registros sobre as mulheres dessa época, pelo fato da história ser persistentemente masculina, podemos ter acesso, felizmente, a escritos das grandes cortesãs que, por terem uma maior independência de si, puderam deixar inúmeras biografias e poesias das realidades do seu tempo, embora uma boa parte de suas histórias tenha sido apagada.

Há de apreender, finalmente, que a sexualidade foi um alvo importante e essencial tanto da Igreja quanto do Estado e o controle dos corpos das pessoas era a chave para o controle de suas mentes e ações, aliado de um sistema político de pretensão ao poder absoluto¹¹⁹. No mais, a mulher na modernidade — categorizada de tantas nomenclaturas nocivamente pejorativas e amordaçadas diante de tantos discursos pretensiosamente justificadores de sua inferioridade e submissão, seja pela religião cristã, pela ciência medicinal, pela autoridade jurídica e, até mesmo, pelo discurso elaborado de uma natureza — se encontrava em total desamparo de direitos que a resguardasse de abusos, de sua dignidade inalienável e por último, mas não menos relevante, de sua liberdade de ser, fazer, pensar, sentir: de viver! Para essas megeras diabólicas só havia, pois, a condição de servidão doméstica e de receptáculo à perpetuação da espécie humana.

¹¹⁷ *Idem.*, p. 139.

¹¹⁸ ROBERTS, *op. cit.*, p. 150.

¹¹⁹ *Idem.*, p. 149.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Edição pastoral. Brasília: Paulus, 1991.

PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELUMEAU, Jean. A promoção do ocidente. In DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2004.

_____. Os agentes de Satã: A mulher. In: DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RIBEIRO, José Luiz. **Gargantua: o personagem aprisionado**. *Ipotesi*: revista de Estudos Literários. Juiz de Fora, v 3 - n 1. 1999.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Tradução de Magda Lopes. – Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E SEUS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003

Lucas Sùllivam Marques Leite¹²⁰

Daiane Duprat Serrano¹²¹

Ana Maria Morais Costa¹²²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN com o projeto de pesquisa, intitulado “A implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas de Mossoró/RN: avanços, impasses e perspectivas”. No desdobramento desse texto, trazemos uma breve contextualização histórica da produção da desigualdade socioétnica, efetivada pelo Estado brasileiro e sistema educacional, assim como a relação desta com as lutas de reconhecimento e reparação historicamente protagonizada pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro. Ao mesmo tempo, apresentamos algumas reflexões relacionadas ao desafio da efetivação da Lei 10.639/2003 nas escolas de nível médio do sistema público estadual de educação na cidade de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte.

Nos últimos anos, a universidade brasileira tem sido instrumento de discussões acerca das questões ético-raciais se articulando ao conjunto de políticas sancionadas pelo Estado, tituladas ações afirmativas. As ações afirmativas se embasam no reconhecimento da desigualdade social como elemento presente na sociedade, ao protagonismo do Estado brasileiro e do sistema educacional na concessão e manutenção de privilégios para um grupo social, assim como à própria submissão de coletivos sociais a um processo histórico de desvantagens econômicas, políticas e sociais acumulativas e decorrentes das políticas adotadas. Esse foco tem estreita relação com as lutas e mobilizações sociais — protagonizadas ao longo do século XX — que demandaram ações específicas de reconhecimento e reparação, ampliando o campo dos direitos sociais e reivindicando a revisão de conceitos e valores universais, que escondem desigualdades historicamente construídas.

¹²⁰Estudante do curso de licenciatura em Filosofia da UERN, vinculado ao Grupo de Estudos Culturais – GRUESC; ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB; e ao grupo de pesquisa Epistemologia e Ciências Humanas. E-mail: sullivamml@gmail.com

¹²¹ Estudante do curso de licenciatura em Ciências Sociais-UERN, bolsista do PIBID, vinculada ao Grupo de Estudos Culturais – GRUESC e ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB. E-mail: daianeduprat@bol.com.br

¹²² Doutora em Ciências Sociais pela UFRN. Professora do Departamento de Ciências Sociais e Políticas, e do Mestrado de Ciências Sociais e Humanas da UERN. Vinculada ao Grupo de Estudos Culturais – GRUESC e ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro – NEAB. Email: ana.morais10@hotmail.com

2. DESIGUALDADE SOCIOÉTNICA E POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

A presença de lutas e reivindicações com o foco nas questões étnico-raciais ocorreu em todo o processo de organização da sociedade brasileira. As lutas e mobilizações em torno da temática da educação precede a construção desta como direito social, embora não se encontre registro na historiografia da educação nacional acerca dessas lutas, anteriores ao início do Século XX. Conforme Gohn (1995, 2010, 2012), Dagnino (1994) e Scherer-Warren (1993), nas diversas lutas contra as injustiças sociais no período Colonial (1500 a 1822) e Imperial (1822 a 1889), registra-se completa ausência da temática da educação, assim como de outras demandas sociais empreendidas por diferentes grupos e categorias sociais pela conquista de direitos, bens ou equipamentos considerados necessários.

No dizer de Gohn (1995), as ações aparecem nos registros históricos como acontecimentos marginais, disfunções à ordem social vigente. São apresentadas, na maioria das vezes, na história dos seus algozes, ou seja, de militares, monarcas, nobres, ou qualquer outro tipo social, apresentados como heróis. As lutas sociais são caracterizadas como rebeliões contra a ordem estabelecida, porém, cumpre asseverar que se “atentarmos para a extensão territorial do país e da falta de comunicação existente entre as então províncias da época, existe uma grande unidade das reivindicações” (GOHN, 1995, p. 18). Várias mobilizações reivindicativas se transformaram em movimentos, lutas prolongadas ou até mesmo guerras. Outras se institucionalizaram e foram incorporadas ou absorvidas pela sociedade civil e política brasileira.

Gohn (1995) chama a atenção para a necessidade da realização de estudos sobre movimentos e lutas empreendidas pela sociedade civil, em especial pelas camadas populares, em torno de demandas e reivindicações. Para a autora, é fundamental que estes estudos recuperem a dimensão de resistência e de combatividade dessas lutas, rejeitando abordagens que as classificam como simples revoltas ou atos de insubordinação, rebeliões contra a ordem estabelecida e de desobediência civil. Foram lutas que envolveram conflitos rurais e urbanos, uma vez que o sistema produtivo tinha como base a hegemonia de monoculturas — como a cana-de-açúcar e o café — produzidas no campo, com a comercialização do produto e da mão-de-obra ocorrendo na cidade. Ademais:

Essas lutas irromperam-se em diferentes pontos do país. As relativas à questão dos escravos e à proclamação da república tornaram-se as mais famosas na História, pelo fato de estarem diretamente relacionadas com os elementos fundamentais do país, ou seja, o sistema produtivo e o sistema de poder e controle político. Entretanto, outras lutas, igualmente importantes, não ganharam tanto destaque na História do Brasil (GOHN, 1995, p. 18).

No dizer de Santos (2007), o silêncio e a indiferença com que essas lutas foram tratadas pelas ciências sociais é resultado do processo de produção de conhecimento, — hegemônico até os dias de hoje —, que se insere numa escala dominante, centrada no universalismo europeu/ocidental, na globalização hegemônica e na produção mercantil do trabalho e da natureza. Recuperar a história dessas lutas implicaria na adoção de um novo modo de produção do conhecimento, perpassado pela dialética do mapeamento das ausências e das emergências, das pistas que sinalizam uma nova cultura emancipatória na diversidade e multiplicidade do mundo, de compreender a construção de democracia e da cidadania no possível histórico.

Andrade (1991) destaca que os movimentos populares liderados por homens do povo — como a reação indígena, os quilombos negros, as revoltas do período regencial e imperial — foram praticamente expulsos ou escondidos da nossa história. “Só recentemente é que se vêm realizando estudos a respeito desses movimentos e se dando cidadania a líderes populares antes classificados como bárbaros e como chefes de bandidos” (ANDRADE, 1991, p. 9).

Numa releitura da história do Brasil, podemos ressaltar que quando iniciou-se o processo de colonização, o território brasileiro já era habitado por numerosos povos indígenas, os quais tinham formas próprias de organização social e vivências de processos educativos na tribo, por meio de tradições, códigos de linguagens, danças, festas e rituais religiosos. E ainda, que os colonizadores trouxeram os padres da Companhia de Jesus e de outras Ordens Religiosas.

Nessa direção, é possível afirmar que essa iniciativa ocorreu pela necessidade dos colonizadores de difundir valores, docilizar os índios para a convivência servil e introduzir o princípio do trabalho a serviço do enriquecimento do outro. Em outras palavras, tinha o objetivo de destruir o espírito comunitário, a mística na relação com a natureza e a liberdade da mulher e das crianças na participação como iguais na vida social. Esse processo dificilmente ocorreria sem a educação e a religião, como dois lados de uma mesma moeda, cujo valor era a conquista, a dominação dos nativos e a submissão à nova ordem que se instalava no território.

Outro grupo também numeroso e com uma cultura diferente dos colonizadores foram os negros, capturados na África e trazidos para o trabalho escravo no Brasil. As diferenças entre a cultura dos portugueses, dos africanos escravizados e a dos nativos deram origem a muitos conflitos, divergências e contestações, para além da forma de trabalho. Tribos inteiras foram dizimadas, outras se rebelaram, resistiram e outras se aculturaram. Os africanos já começaram a resistência nos navios, empreendendo fugas e cometendo suicídio ao se lançarem no mar. Porém, a resistência mais organizada, com convergência para diversas outras formas de luta e fortalecimento do pertencimento cultural, ocorreu por meio dos quilombos e da religiosidade.

Nossa compreensão é que nessa conflituosa arena já perpassava a questão da educação tipificada na evangelização para a civilização dos indígenas, alicerçada na formação de valores morais e éticos, de comportamento adequado à estrutura social e política hierárquica e autoritária.

A educação formal, segundo os historiadores, teve início em 1549 pelos Jesuítas, com a criação de 17 colégios, seminários e internatos, nos quais eram oferecidos 04 cursos: Elementar, Humanidades, Artes ou Ciências, Teologia e Filosofia. Os cursos eram destinados aos filhos de portugueses (fazendeiros e senhores de engenhos). Os Jesuítas criaram também aldeamentos destinados à catequese e civilização dos nativos. Certamente, a educação destinada exclusivamente para os filhos das elites se constituía como uma injustiça social, porém não há registros que comprovem essa afirmativa antes dos anos vinte do século passado.

Ademais, um olhar retrospectivo à história da educação brasileira possibilita perceber a ação direcionada do Estado brasileiro na produção da desigualdade educacional e social, numa interdependente relação da desigualdade social com a exclusão socioétnica produzida no período colonial e a ausência de políticas de inclusão por mais de um século seguinte. No dizer de Cury (2011, p. 8-9), o reconhecimento da desigualdade é legalmente instituído pela Constituição Imperial de 1824, com base no reconhecimento tácito da escravidão. A Carta Magna, em seu artigo 179, inciso XXXII, reconhece como direito civil e político do cidadão brasileiro a instrução primária gratuita. Porém, o artigo 6º desta mesma Constituição define como cidadãos brasileiros aqueles que nasceram no Brasil, quer sejam ingênuos ou libertos. O autor também coloca que:

[...] Decorrente dessas limitações todas, uma lei provincial do Rio de Janeiro, a de Nº 1 de 02/01/1837 escreve em seu artigo 3º: “**São proibidos de frequentar as escolas públicas:** 1º: todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas; 2º **os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos**” (CURY, 2011, p. 5. Grifos no original).

Em suas colocações, Cury (2011) ainda acrescenta que o Decreto Imperial nº 1.318 de 1854, o qual regulamenta a Lei nº 601, conhecida como Lei das Terras, “compreende os índios como aptos a serem segregados em aldeamentos para efeito de civilização e de catequese, de acordo com o Artigo 11 do Ato Institucional de 1834”. Desse modo, os preceitos da referida lei excluía diretamente negros e índios e indiretamente excluía também os posseiros pobres, na época um extenso grupo formado por: estrangeiros que buscavam começar uma nova vida no potencial agrícola do Brasil; descendentes dos degredados¹²³ (tipo de pena legal usada em

¹²³ Os degredados desempenharam um papel importante no estabelecimento de colônias portuguesas na Ásia, África e América do Sul. Na maioria das vezes eram prisioneiros comuns condenados a longas penas de prisão, presos políticos ou religiosos, que tinham a opção de terem como sentença o exílio no exterior a serviço da Coroa. Geralmente acompanhavam as expedições para as tarefas mais perigosas ou muito onerosas para trabalhadores comuns.

Portugal, cuja condenação definia certo período de exílio no exterior a serviço da Coroa); mestiços brasileiros, na maioria filhos bastardos de portugueses com negras ou índias; ex-escravos alforriados ou moradores de quilombos, etc.

Dessa maneira, a desigualdade social existente nas práticas sociais passa a ser instituída legalmente. A Lei das Terras não só transformou a terra em mercadoria, como também garantiu a sua posse aos latifundiários, protagonizando a exclusão socioétnica. Na ação do Estado encontram-se como dois lados da mesma moeda: a desigualdade enquanto fenômeno socioeconômico e a exclusão como fenômeno cultural e social. Isso é definido por Santos (2010) como dois sistemas, nos quais o pertencimento ocorre de forma hierarquizada e os grupos sociais se inserem simultaneamente em combinações complexas:

Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita. Estabelece um limite para além do qual só há transgressão, um lugar que atira para outro lugar, a heterotopia, todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito social, sejam eles a delinquência, a orientação sexual, a loucura, ou o crime. Através das ciências humanas, transformadas em disciplinas, cria-se um enorme dispositivo de normalização que, como tal, é simultaneamente qualificador e desqualificador. A desqualificação como inferior, louco, criminoso ou pervertido consolida a exclusão e é a perigosidade pessoal que justifica a exclusão. A exclusão da normalidade é traduzida em regras jurídicas que vincam, elas próprias, a exclusão. Na base da exclusão está uma pertença que se afirma pela não-pertença, um modo específico de dominar a dissidência. Assenta um discurso de fronteiras e limites que justificam grandes fracturas, grandes rejeições e segregações. Sendo culturais e civilizacionais, tais fracturas têm também consequências sociais e econômicas ainda que se não definam primordialmente por elas. Aqui a integração não vai além do controle da perigosidade (SANTOS, 2010, p. 281).

Agrava ainda mais a produção da desigualdade — protagonizada pelo Estado brasileiro e pelo sistema educacional — a racionalidade do modelo hegemônico de educação, com a supremacia de formas padronizadas de conteúdos e práticas educativas. Essas servem aos interesses dominantes e ao fortalecimento da hierarquia social, legitimados pela seletividade do sistema escolar. Bourdieu e Passeron (2010) afirmam que a contribuição da escola para a reprodução das diferenças de classe ocorre principalmente na legitimação das diferenças da hierarquia escolar, aparentemente igualitária e neutra.

Costurando os retalhos da nossa história é possível perceber a ação direcionada do Estado brasileiro e do sistema educacional na produção da desigualdade social. Identificar quais são os desiguais na sociedade — a sua relação com a exclusão socioétnica produzida no período colonial e a ausência de políticas de inclusão por mais de um século seguinte — torna-se fundamental na compreensão das políticas adotadas no Brasil no início do século XXI, como

forma de efetivação dos direitos sociais historicamente reclamados e assegurados pela CF/88 e as devidas Leis Complementares.

3. O NEAB/UERN E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ/RN

A ampliação dos direitos coletivos de grupos e segmentos sociais — com históricos de desvantagens acumulativas, preconceitos e estereótipos de raça/etnia, classe, gênero, região, exclusão educacional e baixa inclusão social — incidiram fortemente no interior das universidades brasileiras, com demandas específicas à formação de profissionais da educação básica e implementação do conjunto de políticas educacionais, denominadas de ações afirmativas.

As ações afirmativas são conquistas políticas e educacionais permeadas pelas ideias de democracia, multiculturalismo, diferença e igualdade. Questionam desigualdades sociais históricas que se transformaram em desigualdades educacionais, estereótipos e preconceitos. Problematizam as contradições dos conceitos universais que, por meio de um complexo ordenamento social, escondem desigualdades históricas. No dizer de Dagnino (1994, p. 104), “esta é uma sociedade na qual a questão econômica, a miséria, a fome são aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais, o que podemos chamar de autoritarismo social”.

Fundamentada em instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro, a Constituição Federal, em seu preâmbulo, institui o Estado Democrático de Direito, fundado na necessidade de construção da harmonia social e, portanto, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Costa (2011) destaca que o cenário que antecede a elaboração e promulgação da CF/88 é marcado por amplas mobilizações e debates políticos, organizados pelos movimentos sociais. Essas mobilizações — fortemente influenciadas pelo ambiente democrático em construção, num país que atravessara a Ditadura Militar — garantiram uma participação ativa na elaboração do texto constitucional e na ampliação dos direitos de diversos segmentos sociais. Deste modo, geraram um novo conceito de cidadania, pautado pelas transformações das necessidades sociais e reconhecimento das identidades políticas e culturais em bandeiras de luta, convergindo para a construção da cidadania enquanto processo na prática social de novos sujeitos coletivos. Conforme Durhan (1984, p. 28), “a transformação de necessidades e carências em direito que se

opera dentro dos movimentos sociais pode ser vista como amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania”.

Apoiada na CF/88, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96, apresenta o princípio da educação à cidadania, reafirmando o preceito constitucional da obrigatoriedade da formação cidadã na educação básica.

As demandas da educação à cidadania na formação escolar estiveram presentes como bandeira de luta em diversos movimentos educativos, sociais e culturais no Brasil, ao longo do Século XX. Porém, cumpre destacar que nas últimas décadas, e principalmente, na primeira década do século XXI, essas demandas incorporaram os elementos do pertencimento e da diversidade cultural. Tal incorporação ocorreu através de ações de reconhecimento e reparação frente à construção histórica da desigualdade social no Brasil e aos preconceitos étnicos e raciais presentes na educação e no ambiente escolar. Tais demandas apresentadas, sobretudo pelo movimento negro, resultaram na promulgação da Lei 10.639/2003.

A Lei 10.639 foi promulgada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003 e regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação, em junho de 2004. Ela alterou a LDB 9.394/96 nos artigos 26 e 79, com os acréscimos 26-A e 79-B, garantindo legitimamente o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino, seja em caráter público ou privado, por todo o território nacional.

Ao nosso ver, a Lei 10.639/2003 constitui-se em um importante dispositivo legal para a educação nas relações étnicas e raciais, servindo como alicerce da educação à cidadania e a uma cultura de direitos humanos. Ela contribui efetivamente para repudiar o preconceito de origem, raça¹²⁴, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, como preceitua a CF/88 em seu artigo 3º, inciso IV. E, ainda, é fundamentada no reconhecimento de que todas as pessoas são portadoras de singularidade irredutível e que a formação escolar precisa estar atenta ao desenvolvimento de suas potencialidades (CF/88, art. 208, inciso IV).

¹²⁴ O parecer (CNE/CP 003/2004) destaca que entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça que é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras influências, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. Contudo, o termo foi ressignificado pelo movimento negro que, em várias situações, utiliza-o com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. É importante também explicar que o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos ocorrem também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana.

4. O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO MÉDIO EM MOSSORÓ/RN.

A pesquisa que deu origem ao trabalho em tela encontra arrimo no reconhecimento da relevância da Lei 10.639/2003 e na necessidade de pautar a temática étnico-racial como uma das questões fundadoras das ciências sociais brasileiras, particularmente na sociologia e antropologia. Tem por objetivo fazer o mapeamento das iniciativas de institucionalização das diretrizes curriculares nacionais à educação das relações étnico-raciais e ao ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira e Africana, nas escolas de ensino médio da rede pública do município de Mossoró. Tal objetivo realizar-se-á por meio de três eixos interdependentes e complementares, a saber: a) institucionalização da educação das relações étnico racial e estudo da cultura afro-brasileira e africana, nos projetos pedagógicos das escolas de ensino médio do sistema público de educação em Mossoró/RN; b) Formação dos professores lotados nas escolas de ensino médio do sistema público de educação em Mossoró/RN, em temáticas que os capacitem ao ensino da educação étnico-racial, da diversidade e cultura de direitos humanos; c) Atividades e práticas educativas de promoção da igualdade étnico-racial e da diversidade, desenvolvidas nas escolas de ensino médio do sistema público de educação.

Cada eixo contempla um plano de trabalho desenvolvido por três estudantes dos seguintes cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN: licenciatura em Filosofia, bacharelado em Ciências Sociais e licenciatura em Ciências Sociais, ambos sob a orientação/coordenação de uma professora do Departamento de Ciências Sociais/UERN, pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro – NEAB, e Grupo de Estudos Culturais – GRUESC. Segue os princípios teórico-metodológicos da pesquisa social e educacional, articulando estratégias metodológicas como: estudo de documentos, entrevistas, conversas, informações e observações.

A pesquisa em destaque teve início em 2015, centrando-se em investigar a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas de ensino médio no município de Mossoró/RN, por meio dos seguintes objetivos específicos: a) Fazer mapeamento das escolas de ensino médio em Mossoró/RN; b) Conhecer as iniciativas adotadas pelas escolas referentes à institucionalização e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira e Africana; c) Estimular o interesse pela temática étnico-racial na iniciação científica dos estudantes que integram o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro – NEAB e o Grupo de Estudos Culturais – GRUESC. Paralelo aos estudos dos referenciais teórico-metodológicos e da revisão bibliográfica, a primeira

fase do projeto foi o mapeamento das Escolas de Ensino Médio do sistema público de ensino em Mossoró RN. Foi construído o mapa com 17 escolas públicas de ensino médio, sendo 16 escolas estaduais e 01 federal. A pesquisa continua em desenvolvimento, nesta etapa estamos visitando as escolas com o objetivo de verificar a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 na proposta pedagógica em curso nas escolas. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos entrevistas com perguntas abertas à coordenação pedagógica das respectivas escolas. Até o presente momento, visitamos três das escolas mapeadas.

A primeira delas foi a Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho. Lá, fomos recepcionados pela supervisora, a qual relatou acontecer anualmente na escola a “Feira Cultural” que aborda a diversidade étnica brasileira, oportunidade onde debate-se questões éticas-raciais. Em relação ao livro didático disponibilizado pelo PNLD, o livro adotado pela escola, “Sociologia para jovens do século XXI”, traz em seus capítulos o tema “Onde você esconde seu racismo?”, desnaturalizando as desigualdades sociais. Contudo, a supervisora afirma que é necessário ampliar a quantidade de material didático para explorar o tema.

A segunda escola visitada foi a Escola Estadual Professor José Nogueira, onde conversamos com a coordenadora pedagógica, a qual nos informou sobre as ações que deveriam ser implantadas sobre a temática, afirmando que já foram colocadas em prática ao longo dos anos. Acrescentou que é necessário trabalhar cada vez mais dentro ou fora da sala de aula questões que nos ajudem a vencer o preconceito. Afirmou que embora o MEC já disponibilize cursos de pós-graduação e grandes mudanças no material didático, ainda sentem necessidade de uma interação/socialização mais intensa entre as secretarias e escolas, para poder aprimorar as práticas não só em sala de aula como em todo o ambiente escolar.

Já a terceira escola visitada foi a Escola Estadual Aída Ramalho Cortez Pereira. Fomos recebidos pela coordenadora pedagógica que nos informou que existem 17 turmas de ensino médio e apenas um professor de sociologia (que não é graduado em ciências sociais). Em relação às ações voltadas para a implementação da Lei 10.639/2003 na escola, ela nos informou sobre a existência de projetos interdisciplinares: FESANE/Coisa Nossa. No que tange aos investimentos por parte do governo em relação à implementação desta lei, a coordenadora disse que a escola recebe livros e revistas através do programa “Biblioteca para todos”. Vale ressaltar que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola contempla as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, através da realização de projetos interdisciplinares.

Com efeito, a Lei 10.639/2003 deve ser considerada como um marco na luta histórica da população negra pela igualdade racial, o que não resta dúvidas, é um ponto de partida para uma

mudança social que visa a igualdade entre os povos. Sua implementação, no âmbito da política educacional, visa romper com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos importante nesse trabalho situar o debate da implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas de Mossoró/RN e das ações desenvolvidas pelo NEAB/UERN no quadro mais amplo de legitimação e reprodução das desigualdades sociais, como forma de compreender as tensões que este debate comporta. Para este fim, fizemos uma breve reconstrução histórica da produção da desigualdade socioétnica no Brasil, protagonizada pelo Estado e exclusão do sistema educacional. Desse modo, buscamos construir alguns elos que ligam as lutas empreendidas nas primeiras décadas do século XXI, sobretudo no campo educacional, que articulam demandas de reparação e reconhecimento, com a exclusão que historicamente foi protagonizada pelo Estado brasileiro.

Embora a diversidade de práticas coletivas nem sempre sejam complementares, é possível identificar que há entre elas um elo que foi fortalecido em todo o processo de lutas e reivindicações contra as injustiças sociais, a evolução da organização da educação e do sistema escolar no Brasil. Esse forte elo diz respeito ao enfrentamento às causas da desigualdade social como componente estrutural da sociedade brasileira, que em cada período histórico se apresenta com um formato específico. Isso demanda — por parte da sociedade civil organizada — diferentes formas de lutas e reivindicações, assim como amplia e/ou ressignifica bandeiras de lutas e formas de resistência, mobilização e reivindicação. Neste sentido, parece-nos fundamental no debate da implementação da Lei 10.639/2003 recuperar o debate da problemática da desigualdade social como eixo estruturante de um amplo processo de dominação, presente historicamente em nosso país.

Do ponto de vista dos resultados desta etapa da pesquisa, inferimos que o processo de aplicabilidade da Lei 10.639/2003 na proposta pedagógica das escolas públicas de ensino médio em Mossoró/RN encontra-se em desenvolvimento. Dado as características e limitações deste estudo, não é possível mensurar o nível de tal desenvolvimento no momento.

Por fim, afirmamos que a importância da efetivação dessa Lei implica no desafio de educarmos nossas crianças e adolescentes para que não sejam adultos racistas, preconceituosos e discriminadores. E isso só será possível com o reconhecimento da escola como reprodutora das diferenças étnicas e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Povo e o Poder**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei 9394/96, 20 de dezembro de 1996**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad.: Reynaldo Bairão. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

COSTA, Ana Maria Morais. **Educação para a Cidadania e Ensino Superior**. 2011. F. 168. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os desafios da Construção de um Sistema Nacional de Educação. **Plano Nacional de Educação**. Núcleo de Educação, Cultura e Desporto. Congresso Nacional, Brasília, DF: 2011.

DAGNINO, Evelina. A emergência de uma nova cidadania. In: DAGNINO. Evelina (org.) **Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DURHAN, E. Movimentos Sociais e construção da cidadania. **Novos Estudos**. N. 10, pp 24-30. CEBRAP, 1984.

GOHN, Maria da Gloria. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) **Reconhecer para Libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ADOÇÃO POR PARES HOMOAFETIVOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A OMISSÃO LEGISLATIVA PERANTE O ENLACE AFETIVO NAS NOVAS FAMÍLIAS

Aryanne Sérgio Queiroz de Oliveira¹²⁵
Betânia Maria Barros Feitosa¹²⁶

1. INTRODUÇÃO

Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal inseriu a união entre pessoas do mesmo sexo no rol das entidades familiares. Tal posicionamento e reconhecimento da Corte Máxima da Justiça Brasileira representou um enorme passo, pois significou a quebra do silêncio, uma vez que o legislador sempre esteve omissos ao que tange sobre os direitos dos homoafetivos.

O pressuposto é que, sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito — tendo como principal fundamento a Dignidade da Pessoa Humana —, deve haver respeito e empenho por parte do Poder Legislativo na defesa e cumprimento dos direitos fundamentais dos indivíduos, sejam estes hetero ou homoafetivos. No entanto, a maioria dos direitos dos sujeitos homossexuais são ignorados pelo referido poder, necessitando do amparo do Judiciário para obter efetiva proteção.

Nesta senda, percebe-se que o direito à adoção por pares de igual gênero é perseguido pela omissão no momento dos políticos legislarem, havendo assim um descompromisso por parte destes direcionado aos referidos casais.

Pretende-se neste artigo abordar inicialmente o instituto da adoção no Brasil, traçando em linhas gerais o caminho percorrido desde os seus primórdios no país até as circunstâncias atuais. Far-se-á um breve resumo acerca dos novos arranjos familiares que, através do afeto, foram erigidos à condição de família, sendo todos dignos de proteção por parte da lei. O silêncio da lei será exposto no que diz respeito à adoção por casais homoafetivos, uma omissão histórica do Poder Legislativo que fez com que o Judiciário tivesse que se pronunciar. Por fim, a adoção por pares homoafetivos propriamente dita será registrada, desvendando-se a jurisprudência pioneira no Brasil, direcionada às ocorrências dessa modalidade de adoção.

¹²⁵ Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2014); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – UERN. Técnica Administrativa no Departamento de História-UERN, e nos grupos de pesquisas: Epistemologia e Ciências Humanas; e História do Nordeste: sociedade e cultura. E-mail: aryannequeiroz84@gmail.com

¹²⁶ Bacharela em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Especialista em Direitos Humanos; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – UERN. E-mail: betaniabarrosrn@gmail.com

2. INSTITUTO DA ADOÇÃO NO BRASIL

A adoção no Brasil originalmente foi regulamentada pelas Ordenações do Reino e estava limitada somente àquelas pessoas maiores de 50 anos. As Ordenações Filipinas não tratavam quase nada acerca da adoção. Traziam uma breve referência a ela, sob o título “confirmações de perfilhamento”.

À época do Brasil Colônia e Brasil Império, a adoção de crianças enjeitadas ou expostas, como estas eram chamadas, era praticamente nula. Em razão disso, a sua criação acontecia nos orfanatos, responsáveis pelos seus cuidados.

Os Hospitais e as Santas Casas no período colonial eram obrigados pela legislação a ficar com as crianças que lá tivessem sido abandonadas, com o intuito de se evitar o infanticídio. A Roda dos Expostos, ou Roda dos Enjeitados, que existia nos muros das referidas Casas, era utilizada pelos pais biológicos das crianças para não serem identificados, uma vez que tal dispositivo girava, não permitindo a identificação por aqueles que estivessem do outro lado do muro.

O Direito Civil Brasileiro, com o advento do Código de 1916, regulamentou no art. 370 que ninguém poderia ser adotado por duas pessoas, caso estas não fossem marido e mulher, com o intuito de esquivar-se dos inconvenientes que esta circunstância poderia ocasionar. Percebe-se que, desde então, só quem tinha legitimidade para figurar como adotantes eram os casais heterossexuais. Não se trata de omissão neste caso, e sim, de exclusão no que tange aos pares homoafetivos pretendentes a adotar.

Com o advento da Lei n.º 3.133/57, de acordo com Rolf Madaleno:

[...] introduziu sete importantes modificações no regime de adoção; dentre essas mudanças se operou a redução da idade mínima de 30 anos do adotante e não mais 50 anos, e também eliminando a exigência de inexistência de prole conjugal, agora a redução para dezesseis anos como sendo a idade necessária de diferença entre o adotante e o adotado (MADALENO, 2011).

Anos depois foi aprovada a Lei n.º 4.655, de 1965, também considerada como marco na evolução da adoção no Brasil, pois tinha o objetivo de equiparar o filho adotivo ao natural.

A diferenciação entre o filho consanguíneo e o adotado deixou de existir, ao menos formalmente, sendo um avanço à época, porém, no âmbito material, o preconceito não foi extirpado da sociedade como um todo, ficando resquícios desse preconceito até os dias atuais, de forma mascarada.

Em 1979, entrou em vigor a Lei nº 6.697, sendo denominada de “Código de Menores”, dando origem a adoção plena que veio substituir a legitimação adotiva. O Código Civil de 1916 não foi revogado, continuando este a regulamentar a adoção simples.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o seu art. 227 asseverou a igualdade entre filhos legítimos, adotados ou de qualquer outra origem, desautorizando a manifestação de preconceito.

O Direito de Família e o instituto da adoção foram inovados pela Carta Maior, promovendo privilégios às crianças e adolescentes, agora considerados sujeitos de direito, com deveres e obrigações perante o Ordenamento Jurídico Brasileiro.

A revogação do Código de Menores se deu através da promulgação da Lei 8.069/90, também conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veio regulamentar a adoção de menores de dezoito anos, e em algumas exceções, os menores de vinte e um, sendo que os maiores de dezoito e que não se enquadrassem nesses casos excepcionais, não poderiam ser adotados por ninguém.

Com a promulgação do Estatuto dos Infantes, não só houve a atribuição dos mesmos direitos e deveres entre filhos adotivos e naturais, como também ocorreu a reciprocidade do direito hereditário, quando em seu art. 41 § 2º preconiza que “é recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária”.

Em relação ao Código Civilista Brasileiro promulgado em 2002, Renato Bezerra de Figueiredo, preconiza:

O Novo Código Civil de 2002 não trouxe grandes inovações legislativas na seara da adoção, chegando mesmo, a repetir o que já estava previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. O novo texto legal não se incompatibiliza com o Diploma Menorista e não revoga o que já estava disposto [...]. Veio confirmar o regime jurídico único para o procedimento da adoção: o judicial, independentemente da idade do adotando (FIGUEIREDO, 2007).

Vale lembrar que seja dando respaldo ao Estatuto, ao Código Civil, à Constituição Federal de 88 ou a todos, não se pode perder de vista que a adoção deve cumprir com o seu papel social sem preconceitos, sendo a sua realização permitida pela Ordem Jurídica àqueles que desejarem exercê-la, em qualquer arranjo familiar que for constituído.

Por existir uma variedade de novos conjuntos familiares no seio social, torna-se primordial o vislumbre de tais arranjos, para compreender como o afeto pode estar presente

entre elas, sem necessariamente seguir o modelo tradicional de família, qual seja, o casal heterossexual procriador.

3. NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E O AFETO COMO BASE À SUA CONSTITUIÇÃO

O afeto é o vínculo por excelência das famílias atuais, tornando-se suficiente para que se reconheça a existência e a constituição de uma entidade familiar. Ele é o elo de ligação que faz surgir a comunhão de vida entre as pessoas, onde ele está aí está a família.

O que é a família senão aquela que se une e permanece unida através dos laços da afetividade? Neste sentido, cabe ressaltar que sendo o afeto o legitimador das novas famílias, óbice não existe ao reconhecimento da família homoafetiva.

Lara Cíntia de Oliveira Santos destaca que:

[...] as famílias constituem-se, na atualidade, sentimentos de amor e solidariedade, com propósito de serem preservados os laços afetivos de atenção, carinho, cuidado e proteção dos parceiros e da prole, buscando a realização de projetos de forma agregada (2014, p.22).

É o afeto que constitui a base fundamental sobre a qual se erguem as novas famílias, o afeto é livre, sendo a liberdade de afeto segundo Santos (2014, p. 22), “[...] um direito individual implícito na Constituição Federal de 1988, cujo parágrafo 2º do artigo 5º não exclui direitos que, mesmo não declarados, decorram do regime e dos princípios por ela adotados”. Portanto, não há como tratar da família sem estar atento ao importante papel desempenhado pelo afeto, este sendo o elemento estruturador e ensejador dos novos arranjos familiares e que requer proteção legal. A nenhum vínculo que tenha o afeto por base pode-se deixar de tutelar, uma vez que constitui a entidade familiar como é o caso, por exemplo, das uniões homoafetivas. Santos (2014, p. 23) pontua que “o princípio da afetividade possui, então, papel imprescindível para a formação das famílias, sendo capaz de explicar a necessidade do pluralismo das entidades familiares para a sociedade contemporânea”.

O afeto ganhou visibilidade, destaque e valor jurídico. Sua valorização no seio familiar fez surgir uma interação de papéis, os quais não estão necessariamente engessados ou pré-estabelecidos, como ocorria antes com as figuras da mãe, do pai e dos filhos. Os valores da personalidade também passaram a figurar no centro das preocupações, senão vejamos:

A realização pessoal da afetividade e dignidade humana são exemplos desses valores imateriais que caracterizam a função da família na época atual. Colocar o ser humano no cume das destinações jurídicas não significa primar pelo

individualismo, marco da fase liberal, mas valorizar o “ser” e não o “ter” (MOSCHETTA, 2011, p. 45).

As famílias hodiernas constituem, pois, o espaço da afetividade, do respeito aos indivíduos que a compõem e da realização pessoal de cada um de seus integrantes.

a. Novas famílias

A união estável já existia na realidade fática brasileira, a Constituição de 1988 apenas a reconheceu, o que, porém, não foi pouco, pois lhe emprestou tutela legal, contribuindo assim para fazê-la sair da marginalidade, minimizando toda uma gama de preconceitos que cercava esse tipo de arranjo familiar.

A união estável foi ainda recepcionada, como não poderia ser diferente, pelo Código Civil de 2002 que, em seu art. 1.723, preconiza: “É reconhecida como entidade familiar a convivência pública, contínua e duradoura, de um homem e uma mulher, estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

Já no que diz respeito à família monoparental, de acordo com a doutrina, é aquela em que há a presença de apenas um dos pais e seus descendentes.

Sobre as novas famílias faz-se oportuno ressaltar ainda o que disse Sílvia Ozelame:

Diante da constatação de que a família contemporânea não é apenas albergada pelo casamento e que o Estado não pode mais controlar as formas de constituição das famílias – caracterizando a pluralidade, importa citar que o art. 226 da Constituição Federal é uma enumeração meramente exemplificativa (2011, p. 48).

De fato, a família atual não é mais a mesma, ela é plural, são famílias, pois houve o reconhecimento dos outros arranjos familiares que já existiam no plano fático à espera da tutela legal, de modo que aquelas entidades familiares enfatizadas pelo constituinte não representam um rol taxativo.

A partir do momento em que a família deixa de ser unicamente espaço patrimonial e procriacional e transmuda-se para ser um ambiente de afeto e realização pessoal, surgem inúmeras representações sociais que são acolhidas pela Carta Magna no art. 226: casamento, união estável e qualquer dos pais que viva com seus descendentes. No entanto, existem outros arranjos, quais sejam: dois irmãos vivendo juntos, um avô ou avó com seu neto e as relações homoafetivas (MOSCHETTA, 2011, p.49).

Como se vê, não se pode afirmar que ao prever expressamente determinados arranjos familiares, tenha a Constituição de 1988 oferecido proteção apenas e exclusivamente àquelas

famílias ali elencadas, nem muito menos que o rol nela previsto seja taxativo ou represente óbice ao reconhecimento de outras formas de constituição familiar, pois como lembrado acima, as famílias são plurais.

b. A homoafetividade

Um novo conceito de família foi inaugurado pela Constituição Federal de 1988, a qual voltou o seu olhar às novas realidades sociais, acompanhando as profundas mudanças ocorridas no seio da sociedade. Se pensarmos que a Magna Carta tem como um de seus fundamentos a Dignidade da Pessoa Humana, art. 1º, inciso III, não é difícil enxergar, que sendo a família o *locus* por excelência de desenvolvimento, construção e realização do ser humano, tal instituto goza de especial proteção constitucional.

Sabe-se que a homossexualidade sempre esteve presente na história da humanidade, não sendo, portanto, um comportamento típico de uma época ou uma sociedade específica. Ela é apenas mais uma das possíveis orientações afetivo-sexuais humanas e, enxergá-la deste modo, é estar em sintonia com o que preconiza os Direitos Humanos e com o que se extrai de sua Declaração Universal de 1948, bem como com os princípios constitucionalmente previstos no nosso Ordenamento Pátrio.

A sexualidade integra a própria condição humana. É um direito fundamental que acompanha o ser humano desde o nascimento, pois decorre de sua própria natureza. Como direito do indivíduo, é um direito natural, inalienável e imprescritível. Ninguém pode realizar – se como ser humano se não tiver assegurado o respeito ao exercício da sexualidade, conceito que compreende a liberdade sexual e a liberdade de livre orientação sexual. O direito ao tratamento igualitário independe da tendência sexual. A sexualidade é um elemento integrante da própria natureza humana e abrange a sua dignidade. Todo ser humano tem o direito de exigir respeito ao livre exercício da sexualidade. Sem liberdade sexual o indivíduo não se realiza, tal como ocorre quando lhe falta qualquer outro direito fundamental (DIAS, 2009, p. 44).

A Constituição de 1988 abriu espaço às diversas formações familiares e, num ato de reconhecimento de que são muitas as famílias, começou a trilhar um caminho no sentido de promover a dignidade da pessoa humana. De fato, o que identifica uma entidade familiar são os laços de afetividade e a busca incessante pela plena realização de seus integrantes. Segundo a concepção eudemonista de família, esta constitui o instrumento capaz de proporcionar a felicidade do indivíduo, contribuindo para a construção da personalidade e da subjetividade deste, de maneira plena.

As uniões entre pessoas do mesmo sexo também encontram no afeto o elemento identificador, o motivo de ser da união, a razão mesma de estarem e permanecerem juntas. Tais uniões em nada diferem daquelas que têm o homem e mulher enquanto protagonistas, a não ser pela identidade de sexo biológico.

A decisão do Supremo Tribunal Federal da qual falamos inicialmente, veio reforçar o que a maioria dos doutrinadores e uma parte da jurisprudência já proclamavam, ou seja, as uniões homoafetivas constituem sim entidade familiar, merecendo indiscutivelmente o amparo legal.

4. O SILÊNCIO DA LEI

A omissão do Poder Legislativo no que diz respeito às uniões homoafetivas e aos demais direitos dela provenientes, fez emergir com certa urgência a necessidade do Judiciário de se pronunciar. Este passa a tomar um posicionamento de modo a contribuir à afirmação da dignidade de tantas pessoas que, em pleno século XXI — em homenagem ao preconceito e ao conservadorismo —, se vêm excluídas da esfera de direitos fundamentais, como o direito à livre orientação sexual e o direito de constituir uma família.

Fato é que, o silêncio e a omissão do Legislativo fere a dignidade e a cidadania de milhões de pessoas, não havendo como “*construir uma sociedade livre, justa e solidária*” (CF, art. 3º, inc. I), onde minorias são segregadas, deixadas à margem de direitos mínimos, totalmente descobertas do manto da proteção legal. Faz-se oportuno expor as palavras do Professor Enézio de Deus Silva Júnior, quando diz que:

O estágio atual do conhecimento humano impossibilita juízos discriminatórios e omissões estatais com base na orientação sexual das pessoas. No Brasil, é urgente a necessidade de o Poder Legislativo, em atuação com os demais, aprovar projetos de Lei referentes às questões socioeconômicas de amplitude relevante (distribuição de renda, por exemplo), visando a atenuar “*a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*” (CF, art. 3º, inc. III). Mas o fundamento da atuação legislativa, para com essas bases problemáticas que demandam atuação especial (concentração de renda e exclusão social) não pode servir de pretexto, para segregar, do amparo legal, situações diversas que também marginalizam cidadãos(ãs) idênticos(as), em dignidade e em direitos, a todos os outros(as) – como os homossexuais. (2011, p. 221) (Grifos do autor).

A República Federativa do Brasil — enquanto Estado Democrático de Direito e também enquanto Estado laico —, não pode assentar-se em concepções retrógradas, desconectadas da atual realidade, despidas de quaisquer fundamentos científicos e sustentadas apenas em interpretações e posicionamentos ideológicos. Tais concepções são o reflexo de determinada

época e cultura, agindo sob pena de afrontar princípios constitucionais básicos e de negar os fundamentos mesmos em que diz se sustentar. Como bem lembra Enézio de Deus Silva Júnior:

O silêncio estatal além de perverso é, desvio de compromisso (para com os direitos humanos), por omissão, que rompe o pacto social erigido com a Lei Maior de 1988, pois deixa sem reconhecimento e regulação efetiva o atributo fundamental à livre afetividade (e, pois à constituição familiar e ao exercício da maternidade/paternidade) de milhões de homossexuais brasileiros (2011, p. 222).

O Legislativo pratica o silêncio que ignora, fere e marca negativamente a vida de milhões de pessoas. Tal omissão acaba não significando apenas um não fazer, mas representa um agir que nega dignidade e cidadania apenas em função da orientação sexual, estimulando o preconceito. Não se pronunciar a respeito do assunto não é manter uma postura de neutralidade, mas sim, é um agir de forma perversa, desrespeitando claramente importantes mandamentos constitucionais.

[...] não há legislação que trate da adoção em conjunto por homossexuais que possuam uma união firme, duradoura, baseada no respeito e fidelidade. E por não existir uma lei que regulamente tal adoção, faz com que o direito que os mesmos possuem de adotar fique estagnado, deixando os homoafetivos de gozarem do direito de terem filhos pelo instituto da adoção (CUNHA, 2010).

Ignorar a realidade ou mesmo negar os fatos, não quer dizer que eles não existam, pois, além de ser temeroso, pode representar enorme prejuízo àqueles que vivem à margem do reconhecimento e da tutela legal, justamente em função da invisibilidade a que são submetidos.

Não se pode fechar os olhos e tentar acreditar que as famílias homoparentais, por não disporem de capacidade reprodutiva, simplesmente não possuem filhos. Está-se à frente de uma realidade cada vez mais presente: crianças e adolescentes vivem em lares homossexuais. Gays e lésbicas buscam a realização do sonho de estruturarem uma família com a presença de filhos. Não ver essa verdade é usar o mecanismo da invisibilidade para negar direitos, postura discriminatória com nítido caráter punitivo, que só gera injustiças (DIAS, 2010, p.8).

Além do preconceito alimentado por crenças religiosas e por uma cultura conservadora e reacionária, inexistem argumentos ao não reconhecimento da família homoafetiva em sua inteireza e completude, ou seja, detentora do direito de constituir uma família com a presença de uma prole. Há tempos que estudos científicos — inclusive na área da psicologia — vêm desfazendo discursos sem quaisquer fundamentos sérios, que escondem na realidade uma postura homofóbica e preconceituosa. A esse respeito, vejamos ainda o que diz Maria Berenice Dias (2010, p.9):

A enorme resistência em aceitar a homoparentalidade decorre da falsa ideia de que são relações promíscuas, não oferecendo um ambiente saudável para o bom desenvolvimento de uma criança. Também é alegado que a falta de referências comportamentais pode acarretar sequelas de ordem psicológica e dificuldades na identificação sexual do filho. Mas estudos realizados a longo tempo mostram que essas crenças são falsas. O acompanhamento de famílias homoafetivas com prole não registra a presença de dano sequer potencial no desenvolvimento, inserção social e sadio estabelecimento de vínculos afetivos. Ora, se esses dados dispõem de confiabilidade, a insistência em rejeitar a regulamentação de tais situações só tem como justificativa uma indisfarçável postura homofóbica.

Conforme pontua Dias (2011), “diante da total omissão do legislador, que insiste em não aprovar qualquer lei que assegure direitos à população LGBT, o jeito foi socorrer-se da justiça”.

E felizmente o Judiciário tem mantido uma postura muitas vezes mais coerente e sintonizada com a Constituição de 1988 no que diz respeito à questão, registrando enormes ganhos nos últimos anos como, por exemplo, a equiparação da união homoafetiva à união estável, operada pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2011.

Enézio de Deus Silva Júnior esclarece que:

Em que pese os preconceitos evidenciados nas decisões de alguns(mas) magistrados(as) — de formação pessoal/educacional ou jurídica conservadora —, a atividade jurisdicional de aplicação das leis aos casos concretos tem sido o instrumento de justiça e de cidadania mais eficiente, ainda que ténue em matéria de direitos decorrentes das uniões homossexuais e contra a discriminação com base na orientação sexual (2011, p. 225).

Ainda sobre qual deve ser a postura do Judiciário frente à omissão do Poder Legislativo, Moschetta (2011, p.132), assevera que “a Constituição conduz as atividades de suas instituições. Por isso, verificada a ausência de norma legislativa, o Poder Judiciário interpreta a Lei Maior e decide o caso concreto”.

Maria Berenice Dias ao se referir ao papel do judiciário quando da omissão do legislativo, pontua que:

O fato de não haver previsão legal não significa inexistência de direito à tutela jurídica. Ausência de lei não quer dizer ausência de direito, nem impede que se extraiam efeitos jurídicos de determinada situação fática. A falta de previsão específica nos regramentos legislativos não pode servir de justificativa para negar a prestação jurisdicional ou de motivo para deixar de reconhecer a existência de direito. O silêncio do legislador precisa ser suprido pelo juiz, que cria a lei para o caso que se apresenta a julgamento. Na omissão legal, deve o juiz se socorrer da analogia, costumes e princípios gerais de direito (2010, p.10).

Mesmo sem lei que regulamente a questão, são cada vez mais frequentes as decisões favoráveis a que casais formados por pessoas do mesmo sexo possam adotar conjuntamente uma criança ou adolescente. Tais decisões quase sempre bebem na fonte do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que é o seu sustentáculo.

Sílvia Ozelame ressalta que:

O crescente número de decisões judiciais que versam sobre o tema dá conta de que, mesmo com a ausência de legislação específica que disponha sobre uniões homoafetivas — e acredita-se que o fato de inexistir lei não é o grande entrave no reconhecimento de direitos —, é postulada intervenção judicial para que direitos não sejam sonogados por conta de preconceitos. Os numerosos pedidos que “batem às portas” do Judiciário não são fenômenos jurídicos, mas sociais, que demonstram expansão do direito que vai de encontro à depressão social vivenciada pelos pares homoafetivos. Assim, associações, grupos políticos, Ministério Público ascendem ao Poder Judiciário para que este possa primar pelo espaço democrático daqueles que procuram concretizar um projeto de vida em comum com outro, do mesmo sexo (2011, p.134).

De fato, se nossos representantes — aqueles que elegemos — fazem vista grossa aos anseios e demandas de parcela significativa da sociedade, que voltemos nosso olhar ao Judiciário e apelemos à sensibilidade dos nossos magistrados, pois conforme nos alerta o professor Enézio de Deus (2011, p.226):

No que tange à adoção por pares homossexuais, esperar a regulação normativo-legal deste direito subjetivo por ora, das pessoas que convivem em verdadeiras uniões sólidas afetivas, através do Congresso Nacional, significa continuar vendo excluídas crianças e adolescentes de ambientes familiares estáveis e, em particular, dos direitos decorrentes de uma filiação biparental (mais plena) e, pois, de uma convivência mais diversa (com dois pais ou duas mães), que lhes vêm ao melhor interesse.

Diante da omissão da lei, grande é a responsabilidade do Poder Judiciário, pois este, como é sabido, diante do caso concreto e chamado a se pronunciar, não poderá calar ou alegar inexistência de lei para deixar de emitir parecer:

O legislador intimida-se na hora de assegurar direitos às minorias excluídas do poder. A omissão da lei dificulta o reconhecimento de direitos, sobretudo frente a situações que se afastam de determinados padrões convencionais, o que faz crescer a responsabilidade do Poder Judiciário. Preconceitos e posições pessoais não podem levar o juiz a fazer da sentença meio de punir comportamentos que se afastam dos padrões que ele aceita como normais. Igualmente não cabe invocar o silêncio da lei para negar direitos àqueles que escolheram viver fora do padrão imposto pela moral conservadora, mas que não agridem a ordem social (DIAS, 2010, p.11).

Seguindo esta mesma linha de pensamento Enézio de Deus pontua que:

Diante da inconcebível omissão de parte do Poder Legislativo Federal, aberto está o caminho da criação jurisprudencial que, inevitavelmente e de modo gradual, tem ampliado o direito constitucional de acesso a uma ordem jurídica justa, igualitária e, socialmente útil aos(as) homossexuais e transgêneros(as) – que, solteiros ou em convivência afetiva estável, procuram o Poder Judiciário, para que o Estado lhes “diga” o direito. Como esse não precisa estar literalmente previsto na norma escrita, a aplicação analógica pode conduzir a uma fundamentação racional e equânime, capaz de determinar a colocação de crianças e adolescentes, em seios de famílias homoafetivas ou transgêneras biparentais substitutas, através do instituto da adoção (2011, p.227).

O silêncio da lei, portanto, não tem o poder de tornar invisível ou mesmo calar a realidade social vivida, experimentada e partilhada por milhares de brasileiros. Não é a realidade que deve curvar-se ao Direito, mas sim, este último que deve estar atento às necessidades, reclamos e demandas da primeira.

Em consonância com tal pensamento, os pares homoafetivos tentam frequentemente burlar esse silêncio para alcançar o intento de adotar crianças e adolescentes no Brasil. Tal tarefa é uma luta cotidiana perante o Judiciário, posto que o Poder Legislativo se emudece perante essa batalha.

5. A ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

A adoção homoparental, hodiernamente, não está prevista legalmente — seja de maneira proibitiva ou permissiva — no Ordenamento Jurídico Pátrio. Simplesmente o legislador optou por se omitir para esconder o preconceito que ainda reina nos âmbitos jurídico e social. O brocardo *“Ubi lex voluit dixit, ubi noluit tacuit”* (“Quando a lei quis determinou; sobre o que não quis, guardou silêncio”) se encaixa de maneira oportuna nas situações referentes aos indivíduos homoeróticos, posto que no Ordenamento Jurídico Brasileiro não há direitos garantidos de maneira expressa a esse grupo de pessoas.

Maria Berenice Dias atenta para o fato de que, apesar de alguns países do mundo admitirem a união entre pessoas do mesmo sexo e a igualdade de direitos entre heterossexuais e homossexuais, existe a ressalva quanto à possibilidade de adotar na maioria deles. Eis alguns dados curiosos:

O primeiro país a quebrar tal resistência foi a Dinamarca, no ano de 1999. Os países que aceitam o casamento homossexual – Holanda, Bélgica, Espanha, Canadá, África do Sul e Noruega – não restringem a adoção. De um modo

geral, onde é reconhecida a união civil, pacto de solidariedade ou sociedade de fato, é vedado o direito de adotar (DIAS, 2009).

Conclui-se que em diversos países a discriminação se faz presente, evitando que a adoção seja um instituto alcançado por pessoas que desejam construir um vínculo filial com crianças e adolescentes abandonados, somente pela ideia pré-concebida de que casais homoafetivos não são capazes de criá-los com responsabilidade e zelo.

Nenhuma lei foi editada neste sentido, apesar de algumas decisões jurisprudenciais já reconhecerem e protegerem os efeitos jurídicos das uniões homoafetivas, assim como o Supremo Tribunal Federal decidiu em favor da união homoafetiva, declarando ser ela uma entidade familiar e o Conselho Nacional de Justiça permitiu a realização do casamento entre *gays* em cartório.

Em decorrência dessa omissão legislativa, os magistrados — nos Tribunais Estaduais e Superiores — aplicam o direito por analogia aos seres homoafetivos envolvidos em processo de adoção, no caso concreto. Tal analogia aplicada se deve ao fato de que esses relacionamentos possuem as mesmas características da união heterossexual, quais sejam: a convivência duradoura; o intuito de constituir família; o vínculo afetivo; o respeito mútuo; e o compromisso financeiro entre si.

Um pedido de adoção ajuizado por um casal homossexual feminino perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no ano de 2006, obteve decisão favorável para adotar dois irmãos biológicos. Eis a ementa do Acórdão:

Apelação Cível. Possibilidade. Reconhecida como entidade familiar, merecedora da proteção estatal, a união formada por pessoas do mesmo sexo, com características de duração, publicidade, continuidade e intenção de constituir família, decorrência inafastável é a possibilidade de que seus componentes possam adotar. Os estudos especializados não apontam qualquer inconveniente em que crianças sejam adotadas por casais homossexuais, mais importando a qualidade do vínculo e do afeto que permeia o meio familiar em que serão inseridas e que as liga aos seus cuidadores. É hora de abandonar de vez preconceitos e atitudes hipócritas desprovidas de base científica, adotando-se uma postura de firme defesa da absoluta prioridade que constitucionalmente é assegurada aos direitos das crianças e adolescentes (art. 227 da Constituição Federal). Caso em que o laudo especializado comprova o saudável vínculo existente entre as crianças e a adotante. Negaram provimento. Unânime. (Segredo de Justiça).¹²⁷

Diante de tal julgado, não há dúvidas de que os casais de igual gênero possuem amparo judicial para pleitear a adoção, se forem detentores de todas as características necessárias para tal

¹²⁷ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível – 70013801592, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Rel. Luiz Felipe Brasil Santos, j. em 05.04.2006.

fim. Os clássicos papéis da maternidade e da paternidade podem coincidir em um casal homoafetivo, não sendo obrigatória a existência de dois seres de sexos diferentes para que haja a competência na criação dos filhos. Dois indivíduos de orientação sexual igual conseguem plenamente cuidar de uma criança, prestando-lhe afeto e cuidado.

O primeiro caso de adoção permitido a um par de homossexual masculino foi noticiado e repercutido na mídia brasileira, em 2006, tendo a decisão sido favorável, a qual concedeu o direito a dois homens de adotar uma menina de 05 anos de idade. O casal convivia há 14 anos juntos e possuía uma escola de cabeleireiros na cidade de Catanduva-São Paulo, conseguindo retirar a infante de um orfanato. Os pais biológicos da criança eram viciados em álcool e drogas ilícitas (VELLOSO, 2007).

O Superior Tribunal de Justiça, em 14 de fevereiro de 2013, garantiu a adoção por casal homoafetivo feminino da filha de uma delas pela outra. Veja a ementa:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. UNIÃO HOMOAFETIVA. PEDIDO DE ADOÇÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. ANÁLISE SOBRE A EXISTÊNCIA DE VANTAGENS PARA A ADOTANDA.

I. Recurso especial calcado em pedido de adoção unilateral de menor, deduzido pela companheira da mãe biológica da adotanda, no qual se afirma que a criança é fruto de planejamento do casal, que já vivia em união estável, e acordaram na inseminação artificial heteróloga, por doador desconhecido, em C.C.V. [...]

III.A plena equiparação das uniões estáveis homoafetivas, às uniões estáveis heteroafetivas, afirmada pelo STF (ADI 4277/DF, Rel. Min. Ayres Britto), trouxe como corolário, a extensão automática àquelas, das prerrogativas já outorgadas aos companheiros dentro de uma união estável tradicional, o que torna o pedido de adoção por casal homoafetivo, legalmente viável.

IV. Se determinada situação é possível ao extrato heterossexual da população brasileira, também o é à fração homossexual, assexual ou transexual, e todos os demais grupos representativos de minorias de qualquer natureza que são abraçados, em igualdade de condições, pelos mesmos direitos e se submetem, de igual forma, às restrições ou exigências da mesma lei, que deve, em homenagem ao princípio da igualdade, resguardar-se de quaisquer conteúdos discriminatórios.

V. Apesar de evidente a possibilidade jurídica do pedido, o pedido de adoção ainda se submete à norma-princípio fixada no art. 43 do ECA, segundo a qual “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando” [...]

VII. A confluência de elementos técnicos e fáticos, tirados da i) óbvia cidadania integral dos adotantes; ii) da ausência de prejuízo comprovado para os adotados e; iii) da evidente necessidade de se aumentar, e não restringir, a base daqueles que desejam adotar, em virtude da existência de milhares de crianças que longe de quererem discutir a orientação sexual de seus pais, anseiam apenas por um lar, reafirmam o posicionamento adotado pelo Tribunal de origem, quanto à possibilidade jurídica e conveniência do **deferimento do pleito** de adoção unilateral (grifo nosso) (**RECURSO ESPECIAL Nº 1.281.093 - SP (2011/0201685-2)**).

A partir dessa decisão, nota-se que o Superior Tribunal de Justiça é consonante com a jurisprudência brasileira ao tratar dos assuntos relacionados às relações homoafetivas, dando parecer favorável à adoção realizada por pares homossexuais. Não existem mais motivos impeditivos para que ocorra uma regulamentação jurídica pautada na realidade. Os Tribunais já estão conectados com os anseios sociais — oriundos desse grupo minoritário e marginalizado —, oferecendo respostas benéficas e razoáveis, tentando diminuir a discriminação relacionada à orientação sexual.

A discriminação em razão do sexo é vedada expressamente na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, inciso IV, subentendendo-se que não pode haver diferenciação preconceituosa decorrente de orientação sexual. Entretanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente - em seu artigo 42, § 4 - e o Código Civil - no parágrafo único do artigo 1.622 -, proíbem a adoção por duas pessoas em conjunto, exceto se forem marido e mulher, ou seja, se forem um casal formado pelo sexo masculino e feminino, não dando abertura para união de duas pessoas do mesmo gênero.

Porém, no que tange à adoção por pessoa homossexual de maneira individual, não contém nenhuma vedação explícita no Código Civilista ou na legislação relativa à infância e a adolescência. No entanto, também não há dispositivos permitindo, de maneira cristalina. Caso o indivíduo homossexual, isoladamente, pleiteie a adoção de uma criança em processo judicial, deverá aquele se encaixar nos requisitos exigidos na lei para ocorrer o deferimento da ação. A orientação sexual de cada pessoa não deve ser motivo ensejador de indeferimento, sob pena de desrespeito ao caput do artigo 5º da Carta Magna, o qual assegura direitos iguais a todos perante a lei, proibindo distinção de qualquer natureza.

Para que haja o deferimento da adoção, deve-se levar em conta a responsabilidade que o adotante vai ter com o adotando, assim como o melhor interesse da criança. Analisar se haverá afetividade no âmbito da família monoparental substituta é requisito primordial, para que seja garantido o desenvolvimento adequado, saudável e pleno do ser infante.

Em relação à possibilidade ou não da adoção por pares homoafetivos, ainda restam discussões, mesmo que em minoria, uma vez que a legislação foi inexpressiva neste sentido. Há aqueles que entendem ser possível, declarando que não deverá haver diferenciação entre os casais heterossexuais e homossexuais, posto que ambos vivem relacionamentos livres e dignos, calcados no respeito mútuo e no afeto.

Existe uma corrente positivista que já não entende de tal forma, sendo contrária a efetivação da adoção por pares homossexuais, baseando-se na distinção de sexo que a lei exige para constituir matrimônio, interpretando de maneira literal a letra fria da lei. Ainda não houve

uma unificação desse entendimento somente em razão da ausência de respaldo legal para amparar o tema da adoção por homossexuais no Brasil. Tal lacuna ocorre em razão daqueles que são denominados os ‘representantes do povo’, os quais representam muito bem a parte ignorante e despreparada da população, que não se baseia em descobertas científicas, em estudos e pesquisas sobre a homossexualidade, mas sim, nas ideias pré-concebidas e nas falsas interpretações sobre a orientação sexual.

Muitos ainda pensam que existe a escolha em ser homossexual, tratando como opção algo que é inerente ao ser amante do mesmo gênero. A discriminação ainda permeia o Congresso Nacional em razão de alguns deputados e senadores serem pessoas de origem humilde, sem estudos aprofundados sobre diversas temáticas e eleitos por pessoas igualmente despreparadas. Já outros são de partidos que defendem as doutrinas religiosas do catolicismo e do protestantismo, comprovadas historicamente como cerceadoras de direitos e disseminadoras de preconceito e discriminação, quando não, de violência contra a condição sexual dos homoeróticos.

As justificativas preconceituosas e discriminatórias contra a adoção por casais homossexuais são diversas, mas existe a argumentação mais usual de que a criança pode não desenvolver-se integralmente, ou seja, física e emocionalmente falando, posto que ela precisa de um padrão a ser imitado, qual seja, um pai com os padrões de um macho heterossexual e uma mãe seguindo as regras femininas heterossexuais. Tal padrão evita que o desenvolvimento infantil seja comprometido e a identidade sexual da criança seja deturpada e assim, não causa rejeições nos diferentes ambientes que ela venha a frequentar, principalmente na escola, onde outras crianças têm pais que seguem esse padrão dito ‘normal’.

Rolf Madaleno não aceita essa argumentação, afirmando:

Obstáculos motivados por evidente discriminação social à orientação sexual dos homossexuais, sob o argumento de a referência familiar originar de casais heterossexuais, e que, portanto, a adoção por casais homoafetivos, de infantes em desenvolvimento psíquico, intelectual e emocional retiraria dos adotandos a natural identidade de comportamento, só podendo ser reconhecidas as figuras ascendentes de paternidade e maternidade, e não a possibilidade de duas paternidades ou de duas maternidades, como se critérios como aptidão para amar, educar e desenvolver uma vida familiar, econômica e afetivamente estável não fossem valores que se sobrepõem sobre qualquer forma de discriminação (MADALENO, 2011).

A argumentação supracitada não tem respaldo, em razão de existir nas áreas da Psicologia e Assistência Social diversos trabalhos que negam consequências prejudiciais ao desenvolvimento do infante que tenha sido criado por duas pessoas do mesmo sexo.

O vínculo gerado entre os pais e as crianças é quem vai preponderar no desenvolvimento destas e não o estereótipo familiar. Oferecer educação de qualidade, laços afetivos e carinho são os principais passos a serem dados para que a criança ou o adolescente cresça saudável, uma vez que a orientação sexual dos pais não altera em nada em sua sanidade mental.

Portanto, argumentar contra a adoção por casais homoafetivos é fundamentá-la apenas em preconceito, o qual não deve servir como justificativa aos doutrinadores, magistrados e representantes do povo ao se negarem a legislar.

Para o preenchimento da lacuna referente à adoção por pares homoafetivos, os legisladores deverão discutir e debater com mais cientificidade, objetivando comprovar a sua validade com fatos concretos, evitando opiniões não fundamentadas e ideologias religiosas, que deturpam uma visão coerente com a realidade social. Bastam dar ouvidos às minorias, que já aprenderam a ecoar suas vozes em congressos, marchas e na ferramenta mais usada atualmente — a internet —, para garantir direitos materiais a elas.

É oportuno lembrar que nos casos de adoção, o que tem maior relevância é o melhor interesse do adotado, sendo de fundamental importância que o ambiente a receber esse ser em desenvolvimento seja o mais favorável possível. O ideal é que os adotantes vivam em harmonia, dispostos a amá-lo e acobertá-lo com afeto, capacitados para dar uma boa educação, com tempo disponível para atendê-lo em todas as suas necessidades, sejam elas de origem psicológicas, materiais ou sociais. Por tais razões, se houver uma recusa judicial que não tenha observado os fatos concretos e favoráveis, é cabível de recurso até a última instância.

Os casais homoafetivos são uma realidade, não há o que se questionar em relação a isso. Seus anseios merecem respeito, da mesma forma que eles, como seres humanos que são. O legislador tem por dever dar existência jurídica, regulamentando as situações que clamam por respaldo no Ordenamento, uma vez que a maioria da doutrina brasileira já se posiciona a favor da adoção por pares homoeróticos, assim como a jurisprudência, que vem decidindo de maneira brilhante, dando ênfase aos princípios constitucionais da Igualdade e da Dignidade Humana.

Ao legislar, não se deve perder de vista o princípio do Melhor Interesse da criança a ser adotada, o qual deverá estar em primeiro plano em qualquer regulamentação infraconstitucional que se refira ao tema proposto neste trabalho. Já em um segundo momento, não deve ser colocado à margem o real sentido da função parental, que é o cuidar e o dedicar-se ao filho, independentemente de gênero. Assim, o vínculo afetivo entre pais e filhos — sejam eles adotivos ou não — é o que tem de mais valioso. O legislador deve lembrar-se que a realização de ser pai ou

mãe não está ligada ao sangue e sim ao envolvimento entre o adotante e o adotado, não importando se esse envolvimento se dará entre uma criança e dois pais ou duas mães.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização do afeto expandiu a família para além daquela formada através do matrimônio entre um homem e uma mulher. A afetividade — como o traço identificador das famílias — tornou possível acolhê-las debaixo do manto protetor do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, sendo a tutela legal não apenas das diversas formas de constituição familiar, mas principalmente dos demais direitos que devem ampará-las.

As novas famílias estão aí, a família formada por pais e mães homoafetivos é cada vez mais presente em nossa realidade e ignorá-la não a fará desaparecer, mas certamente contribui para mantê-la à margem de direitos mínimos, ferindo desta forma, a dignidade de milhões de pessoas, entre elas, milhares de crianças.

Ao dar à família formada por pessoas do mesmo sexo o *status* de entidade familiar, o Supremo Tribunal Federal rompeu o silêncio cruel e perverso do legislador e mostrou que a dignidade humana está acima de quaisquer receios infundados, ideologias e ou preconceitos.

O presente trabalho buscou demonstrar que sendo as uniões homoafetivas uma realidade, bem como a inserção de crianças neste ambiente familiar, urgente se faz a proteção jurídica desta relação. Em respeito à dignidade humana das pessoas envolvidas e dos direitos fundamentais que as amparam, deve-se, por conseguinte, ser o legislador bastante rápido para tutelar tal situação, a fim de assegurar maior segurança jurídica. Enquanto isso não ocorre, o Judiciário vai garantindo tal direito aos interessados sempre pensando no melhor interesse do adotando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 20 nov. 2015.

CUNHA, A. M. O. 2010. **Adoção por casais homoafetivos: Do preconceito ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 79, ago 2010. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso em 20 nov. 2015.

DIAS, M. B. 2009. **União homoafetiva: O preconceito & a justiça**. 4ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

_____. **Manual de Direito das famílias**. 2009. 5. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

FIGUEIREDO, R. B. de. 2007. **Adoção:** aspectos jurídicos e a realidade local. [trabalho de conclusão de curso]. Mossoró: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

MADALENO, Rolf. 2011. **Curso de Direito de Família.** Rio de Janeiro: Forense.

MOSCHETTA, S. O. R. 2011. **Homoparentalidade:** direito à adoção e reprodução humana assistida por casais homoafetivos. 2. Ed. Curitiba: Juruá.

SANTOS, L. C. O. 2014. **A constitucionalidade do conceito de família e a adoção de crianças por pares homoafetivos.** Brasília: Editora Kiron, 2014.

SILVA JÚNIOR, E. de D. 2011. **A possibilidade jurídica da adoção por casais homossexuais.** 5. Ed. Curitiba: Juruá, 256p.

VELLOSO, B.; SANCHES, M. 2007. **Uma família brasileira.** Revista Época, p.80-87, 22 jan.

O LABOR E AS QUESTÕES DE GÊNERO SOB AS LENTES DE BOURDIEU¹²⁸

Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira¹²⁹

Helder Cavalcante Câmara¹³⁰

1. INTRODUÇÃO

Ser homem e ser mulher parece algo bastante óbvio, principalmente quando os nossos referenciais só permitem o acesso e contemplação a uma única perspectiva de homem ou de mulher. Esse “natural” entendimento não pode ganhar ares de verdade. O que é aparentemente óbvio precisa ser posto em relevo, assim como destacou Clarke (1994) citando uma afirmação de Paulo Freire: “é fundamental discutir o óbvio, porque o óbvio é aquilo que a gente perde. Acha que não é importante. É ímpio, portanto passa por cima” (Clarke, 1994). Nesses termos, tentaremos aprofundar nossas reflexões acerca dos gêneros masculino e feminino.

Em um primeiro momento, é de se destacar que, conforme destacou Le Breton (2006), a discussão do sentido do que é ser homem e do que é ser mulher depende, em grande medida, das escolhas culturais e sociais. O olhar de Le Breton já nos instiga a pensar, se ser homem e ser mulher não é algo natural; e como se constituiriam essas compreensões? E mais: tais compreensões implicariam no fazer laboral dos indivíduos? Para pensar nessas questões, recorreremos às discussões apresentadas por Pierry Bourdieu, em especial na obra *A dominação Masculina*.

Em uma segunda alusão deve-se deixar claro que o olhar dado nesse trabalho parte, em especial, das compreensões de gênero presente na sociedade ocidental, na qual existe uma organização relacional e constitutiva do ser homem e ser mulher, não podendo ser considerado a única perspectiva dessa compreensão, seja na esfera do Ocidente ou mesmo mundial.

Feita essa ressalva, não há de se negar que em variadas civilizações ocidentais, a humanidade é separada em razão de seus corpos, dividindo-se a maioria entre corpos-homens e corpos-mulheres, baseando-se principalmente nos órgãos genitais que possuem. A Biologia

¹²⁸ Trabalho publicado nos Anais da III Semana de Humanidades da UERN, evento realizado no período de 29 de novembro a 02 de dezembro de 2016, Mossoró-RN.

¹²⁹ Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2014); mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – UERN. Técnica Administrativa no Departamento de História-UERN, e nos grupos de pesquisas: Epistemologia e Ciências Humanas; e História do Nordeste: sociedade e cultura. E-mail: aryannequeiroz84@gmail.com

¹³⁰ Docente do Curso de Educação Física do Campus Universitário prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia – UERN, Mestre em Ciências da Educação – ULUSÓFONA-Pt e em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH. E-mail: redlehcc@gmail.com

contribui para abalizar as estruturas corpóreas das pessoas e, conseqüentemente, coopera de maneira significativa para a limitação social dos papéis de gênero.

Pierre Bourdieu¹³¹, em sua obra *A Dominação Masculina*, alega que

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os gêneros como habitus sexuais), como o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade [...].

Neste viés, os seres humanos convivem socialmente baseando-se numa construção simbólica de gêneros que está estruturada em fatores biológicos, desconsiderando outros aspectos que atuam na “construção” do gênero, como os aspectos culturais e sociais. Naturalizaram-se como correto, como real, os estereótipos masculino e feminino, vislumbrados através de suas partes íntimas, definindo os papéis de gênero em decorrência dos órgãos que apresentam fisicamente.

Essa naturalização é imposta socialmente, de maneira que se estabelece inconscientemente, sem alardes entre os sujeitos, transformando o meio social em uma realidade distribuída em pessoas consideradas de duas formas, separadas em objetos corpóreos nomeados de homens e mulheres, em face da Biologia que os separam.

2. A CISÃO LABORAL ENTRE OS SEXOS

No olhar que estamos a elaborar, as lentes de Bourdieu se constituem como fundamento para tentarmos explicar como o gênero adentrou na sociedade ocidental e ganhou delineações específicas. Considerando as diversas possibilidades de materialização das relações que se fazem entre homem e mulher, o labor ganha contornos importantes. Como Bourdieu ressalta,

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho¹³².

Isto é, as tarefas laborais também são influenciadas pelos sexos, sendo o mote de divisão – os aspectos biológicos, as quais se dividem de acordo com os indivíduos que se apresentam

¹³¹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 04-05).

¹³² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**...p.10.

como seres masculinos ou femininos. O gênero que determina quem praticará certos trabalhos — sejam manuais, intelectuais ou braçais —, dividindo as atividades entre homens e mulheres, ratificando a feminilidade ou a masculinidade que os sujeitos possuem de acordo com o que executam.

Ser, portanto, um sujeito feminino, em sociedades divididas em dois sexos biológicos, há muito tempo quer dizer que produz trabalhos envoltos por um aspecto mais suave, sem muitos esforços intelectuais, voltados para os filhos e para o interior do lar que possui. Já ser um sujeito masculino, nestas mesmas sociedades, corresponde a um significado de potência, de robustez, de força e virilidade, não sendo questionados esses fatores quando se trata de designar trabalhos braçais ou mentais.

A passividade é sinônimo de uma pessoa feminina, ou seja, frágil, dependente, necessitada de amparo de alguém mais forte e capaz de suprir as necessidades deste ser dócil e indefeso que é a mulher. Assim, o homem, por estar amparado pela masculinidade que a natureza gentilmente lhe concedeu, é o ser que congrega valores e executa funções que englobam a virilidade como o maior expoente, protegendo a esposa e os filhos no espaço público, aplicando a sua potência intelectual e moral nos diversos ambientes que lhe exija tal fim.

Neste diapasão, a organização laboral — no decorrer dos séculos, nas civilizações ocidentais — realizou-se com a separação dos corpos biológicos, segregados e diferenciados de forma binária. A mulher é quem absorve os trabalhos voltados à passividade, à casa e à família e o homem é o que se responsabiliza com as atividades relacionadas ao intelecto, demonstrando ser uma pessoa pensante e viril, exibindo seus dotes tidos como naturais ao público.

Essa sistematização foi produzida e imposta cotidianamente e de maneira implícita no transcurso da História. Bourdieu revela que

[...] a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada às custas de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças¹³³.

O ato de separar as ocupações dos homens e das mulheres foi realizado de tal forma que, por muito tempo, foi incorporado naturalmente e não houve questionamentos por parte das pessoas sobre o motivo que as diferenciavam em seus ofícios. Socialmente, os indivíduos se habituaram a dividir os seus papéis dentro e fora de casa, ficando o homem com a

¹³³ *Idem*, p. 11.

responsabilidade de se expor publicamente e a mulher permanecendo dentro do lar, cuidando dos afazeres domésticos e da prole.

A ramificação visível da humanidade entre machos e fêmeas baseava-se em esquemas conhecidos, ou como disse Bourdieu¹³⁴, “em um sistema de oposições homólogas”, como podemos encontrar em “alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, [...]”. Dessa forma, em razão da divisão de elementos e de circunstâncias em um universo social, os seres humanos também seguiram esse padrão classificatório binário no campo do gênero — homem e mulher — e no campo laboral, inseridos nos ambientes público e privado, respectivamente.

Ainda sobre a ordem social que se impôs aos corpos sexuados, percebe-se que essa separação se dá de maneira desigual, sendo os homens os sujeitos dominantes e as mulheres, fêmeas dominadas. A dominação masculina, desta forma, se exerce universalmente legitimada, inferiorizando as práticas femininas tanto no âmbito sexual quanto no âmbito trabalhista.

No que tange a referida dominação androcêntrica, Bourdieu assevera que ela

[...] encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade das estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte [...]¹³⁵.

Sob esse prisma, percebe-se que a chance de nascer homem em uma sociedade estruturalmente machista é vantajosa, pois essa condição é destacada como algo que contribui ao meio social em forma de produção. O sujeito nascido macho é ressaltado como detentor de força para utilizá-la na elaboração de instrumentos, assim como possuidor de intelecto para pensar como manuseá-los.

Câmara (2015), abordando aulas de Educação Física em escolas públicas (ensino fundamental), identificou que, em muitos momentos, a dominação masculina encontra-se presente. Mesmo sem querer generalizar, é possível dizer que as relações que se estabelecem entre os gêneros já carregam estereótipos, construídos a partir de parâmetros sociais e simbólicos.

Ponderando sobre as relações de gênero, Silva (2007, p. 91.92) apresenta que, a partir do olhar do feminismo, a organização do poder na sociedade teria forte influência do patriarcado, havendo “[...] uma profunda desigualdade dividindo homens e mulheres, com os primeiros se apropriando de uma parte gritantemente desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade [...]”.

¹³⁴ *Idem*, p. 08.

¹³⁵ *Idem*, p. 22.

No meio social, o ser masculino dispõe de legitimidade para se destacar em detrimento das mulheres e tratá-las com discriminação, separando-as do ambiente público, de destaque social e as colocando às escondidas, dentro dos lares, com a desculpa de que estão protegidas. Em decorrência das justificativas criadas pelos homens para mantê-las afastadas dos holofotes e lugares de destaque, estas mesmas mulheres acabam perpetuando o preconceito contra a categoria feminina, sem muitas vezes perceber. Nesse segmento, Bourdieu¹³⁶ salienta que

A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito.

Continuamente há uma reiteração da discriminação por parte dos homens no que tange às mulheres, diminuindo o valor destas na sociedade, não permitindo que elas se posicionem de maneira igualitária entre eles em várias ocupações laborais, como em funções de direção e gerenciamento. A dominação masculina se estabelece de tal modo que as pessoas femininas não se percebem como dominadas, nem ao menos compreendem que auxiliam na reafirmação dos sujeitos dominantes, isto é, dos homens perante elas.

Praticando o preconceito entre o grupo feminino, as mulheres corroboram imperceptivelmente com a dominação androcêntrica, projetando a violência simbólica em seus corpos e em suas ações de maneira natural. Esta violência é muito sutil, se aplica através de atitudes e de falas, de frases reiteradas, de olhares que denigrem a imagem da mulher. Um sistema de depreciação feminina se instaura entre os seres humanos, estruturando preconceitos e desvalorizando o estereótipo das fêmeas.

3. O PODER DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Flutuando entre a humanidade existe uma força que a transpassa e a move. Por meio de símbolos e da linguagem, os seres humanos — homens e mulheres — absorvem essa força e a reproduzem em seus atos, gestos e falas. Segundo Bourdieu, tal força pode ser chamada de violência simbólica, que para ele

[...] é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos¹³⁷.

¹³⁶ *Idem.*

¹³⁷ *Idem*, p.25.

Destarte, tal violência se instaura de maneira sorrateira, sem mostrar suas garras, sem pré-justificativas e buscando não ser notada. Não se utiliza de artefatos proeminentes, com destaques e exibicionismos. Pelo contrário, vai se arrastando entre os corpos tentando não chamar o mínimo de atenção, mas sendo incisiva e eficaz ao dominar os sujeitos.

Aqueles que dominam e que são dominados estão sob o julgo da violência simbólica, a qual produz efeitos no ambiente sociocultural e influenciam na construção das identidades das pessoas. Tais identidades são produzidas numa teia de poderes que se inter-relacionam e transformam os corpos, constituindo-os e controlando-os invisivelmente, por meio de leis morais e formais.

As vontades dos sujeitos não são livres como comumente se pensa, pois são interferidas por uma consciência coletiva e dominadora, no entanto, bastante imperceptível ao olho nu. É necessário um olhar mais apurado, investigando os pormenores para extrair essa lógica, posto que, como Bourdieu aduz, a violência simbólica "[...] se efetiva aquém da consciência e da vontade e [...] confere seu 'poder hipnótico' a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem"¹³⁸.

Deste modo, o cumprimento do poder simbólico é sorrateiro, não deixa marcas grosseiras, mas se estabelece nas profundezas do inconsciente, se perpetuando como um parasita, interferindo substancialmente nas expressões e atitudes pessoais dos sujeitos, os quais reproduzem em vários ambientes sociais, principalmente através das instituições escolares, familiares e religiosas. Como bem corrobora Bourdieu,

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes¹³⁹.

Apesar dessa preservação da violência simbólica por meio das referidas entidades na História Ocidental, há uma discussão originária no movimento feminista tentando desconstruir ou ao menos modificar positivamente essa força que transcende na sociedade. O fato das mulheres não se destacarem entre os homens no universo trabalhista e permanecerem — na maioria das vezes, dentro de seus lares sem acesso aos estudos — mantendo o cuidado aos filhos, trouxe sérios debates à tona sobre a dominação do mercado pelas pessoas masculinas e machistas.

¹³⁸ *Idem*, p.27.

¹³⁹ *Idem*, p.51.

Mesmo havendo discursos questionadores - que alertam para a existência dessa dependência feminina em relação ao homem – e também já existindo modificações funcionais dando acesso às mulheres no mercado de trabalho, a dominação masculina permanece estruturando a sociedade ocidental, reproduzindo ainda as diferenças entre os gêneros, estigmatizando as mulheres e exigindo dos homens a demonstração da virilidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando as análises do Pierre Bourdieu acerca da dominação masculina que circunda os indivíduos divididos em homens e mulheres, percebe-se que ela perpassa em vários ambientes, tanto públicos – como a Escola, a Igreja, o mercado de trabalho – quanto privados, como no ambiente familiar. Neste referido âmbito, a dominação masculina incide com mais veemência, como atesta Bourdieu ao afirmar que “[...] a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e não só através do recurso à violência física) [...]”¹⁴⁰.

Para o autor, é no interior dos lares que as mulheres são subjugadas em maior grau, submetendo-se à força simbólica do falo — órgão sexual masculino —, que se traduz em virilidade no homem e ausência de poder na mulher. A partir dessa simbologia envolvendo os corpos, percebe-se que estes são divididos desigualmente entre si, em diversos espaços, e que tal divisão ocorre de maneira não tão evidente como aparece, após a discussão realizada pelo movimento feminista em torno disso.

Nesta senda, Bourdieu averigua que há a necessidade de realizar uma

[...] ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas [...] e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social [...]”¹⁴¹.

Verifica-se, portanto, que a força simbólica do sujeito masculino como dominador é bastante reproduzida por diversos segmentos sociais que se entrelaçam e exercem controle sobre os humanos, como ocorrem nas atividades laborais, que define tarefas e funções direcionadas, umas aos homens e outras às mulheres, hierarquizando a relação a partir da visão androcêntrica de mundo. Esta se funda, muitas vezes, na visão biológica, que “determina” a existência de dois grupos bem distintos: homens e mulheres. Estas, por não serem possuidoras de virilidade e sim

¹⁴⁰ *Idem*, p.69.

¹⁴¹ *Idem*.

de passividade, são sempre confundidas com seres frágeis e dependentes daqueles. No entanto, essa cisão precisa ser vista por uma nova ótica que fragmenta a dominação masculina e distribui igualmente o poder simbólico, desestruturando-o e reinventando-o, de modo que favoreça socialmente a todos os seres humanos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 160p.

CÂMARA, H. C. **A construção das identidades nas aulas de Educação Física**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em ciências sociais e humanas da UERN. Mossoró, 2015.

CLARKE, P. J. Apresentação do vídeo. In. Wada, S., Clarke, P. J. & Wainer, J. **Paulo Freire** [Filme-vídeo]. Rec Play. 1 cassete VHS/NTSC, 17 min. color. Son. 1994.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DO LAR AO MANGUE: (RE) CONSTRUINDO A PESCA ARTESANAL SOBRE O FAZER FEMININO EM PORTO DO MANGUE-RN

Lucilene Lopes do Nascimento¹⁴²

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Porto do Mangue-RN é um lugar tranquilo e de belas paisagens, tendo como um dos pontos turísticos o “Rio das Conchas”. E neste ambiente é possível encontrar mulheres à beira do rio — coletando marisco, pegando siri, caranguejo ou até mesmo pequenos peixes quase que cotidianamente —, no qual passam horas no manguezal, suportando altas temperaturas do ambiente em busca do pescado, tanto para consumo doméstico como para o comércio. No local também é possível encontrar inúmeras embarcações com pescadores indo e voltando do alto mar. Também é importante destacar que grande parte da população tem como principal fonte de renda e alimento a pescaria de modo geral. Observe abaixo a cidade, o rio e o mangue:



FIGURA 1: Imagem do Porto do Mangue (vista de cima)¹⁴³

Podemos observar que o município é pequeno, mas nas águas do rio encontram-se grandes variedades de peixes, crustáceos e moluscos, assim como muitas embarcações de outros lugares ancoram nessa região, devido à fartura do pescado.

A pesquisa de campo realizada entre os anos 2013 à 2016, mostrou que a jornada de trabalho dessas pescadeiras não começava propriamente no mangue, mas sim, em casa, na preparação do material que iria levar ao manguezal, a alimentação da família, os cuidados com os filhos menores, ou seja, a organização familiar era fixada totalmente em suas mãos. Como diria Cavalcanti (2010, p. 28) “O contato com o universo do marisco nos leva a perceber o quanto as

¹⁴² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Integrante do Grupo de Estudos Culturais (GRUESC) e do Núcleo de Estudos Afro Brasileiro (NEAB)-UERN.

¹⁴³ Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/PortodoMangue>> Acesso em: 20.01.2016.

mulheres trabalham duro na “maré” tanto quanto os homens, sendo às vezes responsáveis pelos seus lares como chefe de família.” Isso nos traz a recordação do relato de D. Terezinha, senhora de 83 anos que atualmente ainda coleta marisco à beira do rio:

Eu saio daqui de manhazinha cedo, de uma sete pra oito horas, saio daqui levo vara, remo, levo os baldos, tudo dentro num monobloco quando chego na beira da praia embarco no batelão sozinha, boto o ferrozinho dele dentro do batelão e saio remando, varejando pela berada do rio quando chego mais aculá na frente eu atravesso sozinha. Atravesso pro outro lado aí eu pego aculá, aí quando chego aculá eu arrudeio o batelão, aí caio n’água pra tirar o marisco. Lá tem um rego que faz, o batelão fica ali dentro do rego, e botando dentro do batelão, o dia todinho até a hora de vim embora, até a hora da maré às vezes de doze horas... Às vezes de onze horas, quando não é isso, é uma hora da tarde... Tudo eu faço lá naquele canto aculá, tirando esse marisco que eu trago pra qui... Quando é pra vim de lá pra cá, venho sozinha remando de lá pra cá, varejando até sair do meio do rio, aí do meio do rio eu venho remando até chegar e encostar aqui no meu ponto aqui. Agora, quando chego em casa, aí eu vou tomar um banho, aí vou almoçar, aí pronto quando termino de almoçar vou começar a cozinhar, as vezes cozinho até a boca da noite, até a boca da noite nós ainda tamo tirando, seis horas, cinco horas. Aí a gente vai cuidar em janta, em ajeitar as coisa dentro de casa, porque fica tudo espatifado. Aí vai varrer casa, cuidar em janta pra se jantar... É assim (entrevista concedida à pesquisadora por Dona Tereza, 2013).

Maldonado (1986) também apresenta o trabalho feminino como a base fundamental da coleta do marisco, muitas vezes, são elas junto aos seus filhos que trabalham em pequenas pescarias com o marido. E que por vezes, conseguem obter a carteira de pescadeiras, porém ainda há muitos desafios a serem enfrentados.

Segundo Wortmann (1992) *apud* Motta-Maués (1999):

De uma maneira geral, os estudos de comunidades “pesqueiras” tendem a privilegiar os atores sociais masculinos, e o ponto de vista do homem. O discurso do pesquisador como que replica o discurso público dessas comunidades, cuja identidade se constrói sobre a atividade da pesca, concebida como masculina. Relega-se, assim, ao silêncio, as atividades femininas, mesmo quando estas contribuem substancialmente para a subsistência da comunidade (WORTMANN 1992, *apud* MOTTA-MAUÉS 1999, p. 385).

Esta pesquisa tende a dar voz ao trabalho feminino num espaço que até então predominava-se como território masculino, e com isso, traz/trazia marcas de desigualdades pesqueiras. Uma boa maneira de tentar apaziguar e solucionar a situação é cada vez mais buscarmos políticas públicas destinadas à igualdade de gênero na área da pesca, fortalecendo a ideia de que todos merecem oportunidades trabalhistas por igual, seja pescador ou marisqueira/pescadeira.

Esta pesquisa é um recorte do meu trabalho de conclusão de curso, defendido em 2016, intitulado por “MULHERES MARISQUEIRAS: trajetórias de vida na pesca artesanal em Porto

do Mangue-RN”, tendo a finalidade de apresentar aqui, alguns relatos das mulheres que trabalham à margem do Rio das Conchas nos mangues do local, bem como dar ênfase há algumas questões apresentadas por autores acerca das dificuldades trabalhistas sobre mulheres que vivem da pescaria, relacionando-os à vivência das marisqueiras portomanguenses.

2. RELATOS DO TRABALHO FEMININO NO RIO DAS CONCHAS COM O MARISCO

As mulheres da região portomanguense gostam sempre de inovar quando se tratam de pegar seu pescado no rio, pois cada uma tem sua técnica específica na coleta do marisco, peixe, siri e entre outros. Abordaremos aqui algumas delas.

De acordo com Ilania:

A gente tirava assim, num dia e batia no outro. O material que a gente usava pra pegar o marisco era o pulsar. Agente usava só o pulsar pra pegar o marisco... o latão era só pra cozinhar em casa, cozinjava, batia ele (**marisco**) no batedor e vendia todim... esse batedor é um monobloco, você corta e bota uma tela com fundo o tamanho do buzo, era mais rápido pra bater ele (**Ilania**, 2015).

Já segundo Maria Alice:

Eu trabalhava com lata, pegava com a mão e colocava dentro, aí depois começou... o monobloco né, botava no monobloco mexia. As lata de antigamente era de frande, antigamente era lata de gás, tinta, antigamente pegava com a lata e a mão, dava mais trabalho! Lavava, colocava dentro trazia num calão. A gente chegava, cozinjava, todo mundo da família ajudava a tirar e cozinhar, tirava sempre na mão, antigamente era na mão! Aí inventaram agora esse monobloco é mais fácil (**Maria Alice**, 2016).

Marinalva em sua fala vai dizer que:

Na época usava a pá, o monobloco, sempre usava só a pá e monobloco. Saía de manhã e chegava de tarde, saía 7 horas e voltava 13: 00h, 12: 30 por aí, não levava meus filhos, ficavam em casa com a mais velha. Quando chegava em casa lavava o marisco e cozinjava, lavava e botava na lata pra cozinhar (**Marinalva**, 2015).

Na opinião de Simara:

A técnica melhor que a gente tinha, “eu acho” de eu trabalhar é essa, a pá e o pulsar, e eu aprendi sozinha. Eu sei pescar... de rede, sei pescar é ... no alto mar, já fui, mas não gostei não! Sei fazer o filé de siri, tudo eu tô aprendendo, num sei não, mas tô aprendendo (**Simara**, 2015).

Segundo Kátia:

Quando a maré tá cheia a gente apanha com a mão e quando tá seca é com a pá, o marisco (Kátia, 2016).

Técia, por sua vez, não trabalha mais pescando o marisco, porém seu marido e filho mais velho ainda exercem a mesma atividade, a qual ela fazia, ou seja, pegar o búzio, lavar, cozinhar e abater no monobloco “adaptado”. Dona Tereza sempre optou por coletar o marisco com a mão ou com o auxílio de uma colher.

Apesar de haver algumas preferências por objetos como o “pulsar, monobloco, e a pá”, constantemente essas mulheres ainda utilizam-se de outros meios mais antigos para capturar e comercializar o marisco, como é o caso da coleta com as mãos na lama, o cozimento em um latão a base de carvão. Podemos dizer que é um método mais demorado e bastante lento quando não se está tendo ajuda do grupo familiar.

3. DIFICULDADES E POSSIBILIDADES TRABALHISTAS NA QUESTÃO FEMININA EM PESCARIA ARTESANAL

A partir de alguns autores que serão apresentados aqui, é possível perceber que há muitas questões a serem solucionadas a respeito da pesca artesanal, principalmente se tratando do contexto feminino. Segundo Massena de Melo, Lima e Standler (2009),

Mesmo diante da criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, em 2003, e do Ministério da Pesca, em 2009, e da elaboração de diversas políticas para o fortalecimento do setor pesqueiro, ainda se apresentam obstáculos para a cidadania das pescadoras artesanais. (MASSENA DE MELO, LIMA E STADTLER, 2009, p. 2).

A atividade pesqueira, até pouco tempo, era considerada profissão apenas no plano moral. O reconhecimento da profissão de pescador artesanal, somente se deu com a promulgação da Constituição de 1988, no seu artigo 195, que incluiu essa categoria no sistema de Seguridade Social (ALBUQUERQUE, 2010). Os projetos desenvolvidos à categoria de pescadores artesanais muitas vezes ocorria a passos lentos, principalmente no que se refere à categoria feminina. Ainda seguindo a mesma linha de pensamento (Idem, p.1):

As mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca, apesar da conquista dos direitos previdenciários e de seguridade social, ainda carregam o estigma da subordinação no desenvolvimento das atividades realizadas no ambiente pesqueiro, à margem da sociedade. A luta pelo direito, pela reversão das engrenagens que lhe subordinam, constitui processo lento, mas possível de

realizar. A conquista dos direitos e o consequente empoderamento feminino no contexto da pesca artesanal, redefine as trajetórias de vida das mulheres, capacitando-as para o desafio de promover mudanças na tradicional dominação masculina, na perspectiva de superar as desigualdades de gênero (ALBUQUERQUE, 2010).

Em meio a tantas dificuldades, grandes embates estão sendo travados pelas pescadeiras em torno de obter recursos trabalhistas favoráveis às suas causas. Muito embora, ainda há mulheres que consideram seus trabalhos, como diria Maneschy e Álvares (2010), “ajudantes” ou “dependentes”, acreditando que não são capazes de trabalhar eficientemente bem por sua própria capacidade, dificultando assim o empoderamento de sua profissão.

A Lei nº 11.959 se trata da ampliação do conceito de pesca artesanal, a qual se insere trabalhos realizados por mulheres pescadoras artesanais, tendo sido uma luta que contribuiu para que as mulheres pudessem ter autonomia no meio social. A legalização, por parte do Estado, pode dar a essas profissionais o lastro legitimador que precisam para que elas possam se identificar como profissionais da pesca. A efetivação do direito positivo, nesse sentido, estreita os laços de pertencimento estabelecidos entre o universo da pesca e estes sujeitos sociais, reforçando a construção de novas identidades (ALBUQUERQUE, 2010).

Para os devidos fins, fica-se subentendido que é através do Estado, com sua força legitimadora, que desencadeará a real identidade das pescadeiras, porém, isso só poderá acontecer efetivamente se elas reivindicarem seus direitos. Entretanto, ainda é necessário que algumas mulheres se identifiquem com a sua causa trabalhista na área da pesca.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar ao longo do tempo, em pesquisa de campo na cidade de Porto do Mangue-RN, que algumas mulheres tinham dificuldades de vender seu pescado ao atravessador/comerciante do local e muitas vezes ficavam intimidadas ao falar sobre ele. Não tinham coragem e nem entendimento para organizar uma cooperativa; muitas não queriam ser associadas à colônia dos pescadores, pois tinham outras prioridades em gastar o pouco dinheiro que tinham. Sempre preferiam trabalhar com alguns materiais artesanais específicos, mesmo que fosse bastante demorado o serviço, ainda assim o preferiam, como é o caso de coletar o marisco com as mãos ou com o auxílio da colher.

Tudo para as catadoras de marisco ficam mais difíceis, principalmente sobre serem reconhecidas pelo seu empenho no trabalho da pescaria. Pois segundo Diógenes (2014, p.19) “Pouco se sabe sobre o tema, o qual envolve questões de ordem política, social e ambiental”. Podemos também perceber isto através das

Mudanças recentes no mundo do trabalho e da produção determinadas pela mundialização da economia, interferem nos processos produtivos, na divisão social e sexual do trabalho, na definição e gestão de políticas públicas atingindo a maioria das mulheres trabalhadoras. Neste contexto, estão às pescadoras que sofrem consequências destas mudanças em seu ambiente de trabalho e a dificuldade de acesso às políticas, programas e projetos destinados ao setor pesqueiro, em função da divisão sexual do trabalho e da ideia de que a pesca é uma atividade eminentemente masculina (MASSENA DE MELO, LIMA E STADTLER, 2009, p. 3).

A partir de nossa interpretação, concluímos que a visibilidade das marisqueiras no âmbito de seu trabalho na cidade portomanguense, perante os pescadores, se dá entre poucas palavras; alguns dos maridos “valorizam” suas atividades de pesca. Elas não só trabalham com a pescaria, mas também administram a casa, o dinheiro para as compras no supermercado e a educação escolar dos filhos.

A pesca artesanal contribui para a produção pesqueira e garante a sobrevivência das famílias que vivem da pesca. No entanto, o trabalho das pescadoras e suas especificidades sofrem esquecimento quando da elaboração de políticas públicas para o setor. As pescadoras continuam lutando para ter acesso às colônias de pescadores, para o reconhecimento dos direitos e deveres trabalhistas e previdenciários e para ter acesso ao crédito, além das demandas por educação, saúde e moradia (MASSENA DE MELO, 2006, apud MASSENA DE MELO, LIMA E STADTLER, 2009, p.2).

Abordar questões sobre pescaria artesanal a partir do trabalho feminino não está sendo algo fácil de lidar, pois, ainda é debate tanto para estudiosos da área da pesca, como também para o Estado e sociedade procurarem solucionar medidas cabíveis para essas mulheres, no âmbito de sua área trabalhista.

4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como foco abordar relatos do trabalho das mulheres pescadeiras/marisqueiras na cidade de Porto do Mangue-RN, em uma tentativa de encontrar a legitimidade de seus trabalhos na pesca artesanal do marisco, na cidade onde a figura masculina predominava até pouco tempo em todo o espaço da pesca e venda do pescado. A metodologia apresentada é de modo qualitativo, tendo como lócus a cidade já mencionada, bem como a região do Rio das Conchas. O sujeito principal da pesquisa será as mulheres pescadeiras/marisqueiras. Para atingir o objetivo proposto na pesquisa, foram elaborados roteiros semiestruturados para entrevistas, além da observação direta do ambiente, bem como, sob a permissão dos entrevistados, o recurso do gravador de voz para melhor captar as falas e relatos, além da fotografia para o registro visual do campo. O embasamento teórico consta de autores que

abrangem questões de gênero, pesca artesanal, atividades pesqueiras realizadas por mulheres e entre outros aspectos. Alguns autores como Cavalcanti (2010), Diógenes (2014), Massena de Melo, Lima e Stadtler (2009), Maneschy, Álvares (2010), Maldonado (1986) fizeram parte do corpo teórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Kaio Cesar Damasceno de. **Possibilidades de empoderamento para as pescadoras artesanais**. Revista Coletiva, 26 set. 2010.

CAVALCANTI, Diego rocha Medeiros. **Mulheres nas águas**: Um estudo sobre relações de gênero na pesca. Dissertação (Mestrado) – Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

DIÓGENES, Antônia Mara Raposo. **As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: Pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Parintins-AM, 2014.

MALDONADO, Simone C. **Pescadores do mar**. São Paulo. Editora Ática, 1986.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. **Pesca de Homem/Peixe de Mulher (?): repensando o gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil**. In: Etnografia, Vol. III (2), 1999, p. 377-399.

MASSENA DE MELO, M. de F.; LIMA, D. E. S.; STADTLER, H. H. C.. **O trabalho das pescadoras artesanais: "coisa de mulher"**. In: XX CBED, VIII encontro latino-americano de ED, I encontro intercontinental de ED, 2009.

MANESCHY, Maria Cristina. ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres na Pesca: trabalho e Lutas por reconhecimento em diferentes contextos**. Revista Coletiva. 2010.

NASCIMENTO, L. L. do. **Mulheres Marisqueiras**: Trajetórias de Vida na pesca artesanal do marisco em Porto do Mangue-RN. Trabalho de conclusão de curso- Ciências Sociais- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2016.

PORTO DO MANGUE. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/PortodoMangue>> Acesso em: 20 Jan. 2016.

Algumas fotografias entre os anos 2013 á 2016 tiradas no Rio das Conchas



LIDERANÇA FEMININA: A PRÁTICA DA BENZENÇÃO EM ANTÔNIO MARTINS/RN

Élida Joyce de Oliveira¹⁴⁴

1. INTRODUÇÃO

A cristianização no Brasil, especialmente em Antônio Martins-RN, aconteceu em grande parte, a partir do esforço de leigos(as), isto é, de pessoas que não tinham recursos financeiros, de um povo pobre e simples. Cristovão (2003) afirma que no ano de 1901 foi construída a primeira capela com ajuda de esmolas doadas por pobres. Um desses foi Francisco de Paula, o qual vendeu um único alqueire de milho que possuía para ajudar a construir a capelinha. O município de Antônio Martins, como tantas outras cidades brasileiras, se caracteriza pela forte presença de um catolicismo popular, que se manifestava na fé das pessoas, que vendiam o que tinha para ajudar na construção da capela. Fé que também se manifestava nas procissões dedicadas ao padroeiro e novenários.

O benzimento é uma prática muito antiga realizada por homens e mulheres, porém a grande maioria é representante do sexo feminino. A maioria das benzedeadas aprenderam com mães e avós que, não tendo mais tanta disposição física e mental, repassam o saber; outros aprendem intuitivamente; e outros com auxílio de anjos. Como mostrou Quintana (1999, p.55), a formação da benzedeadora depende de uma aprendizagem assistemática, mas que, a rigor, pode ser dividida em dois tipos: aquela que é resultado de uma experiência sobrenatural e a que é consequência de um processo imitativo em relação a um mestre. Sobre a experiência sobrenatural ou mística, relata o autor supracitado:

Na aprendizagem imitativa as benzedeadas que assim se iniciaram referem ensinamentos de várias fontes, receitas médicas dadas a elas próprias ou a amigas, fórmulas de chás, passados de boca em boca entre pessoas das famílias ou vizinhos ou mesmo receita de livros de medicina natural e etc. Esse aprendizagem está normalmente associada à presença de um mestre que, via de regra, é uma figura da família praticante da benzedura. Na aprendizagem pela experiência mística, os conhecimentos tanto das orações como dos chás, pomadas unguentos, etc. São atribuídos à informação de alguma entidade sobrenatural, como anjos ou guias, principalmente (QUINTANA, 1995, P.54-55).

¹⁴⁴Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Integrante do Grupo de Estudos Culturais (GRUESC) e do Núcleo de Estudos Afro Brasileiro (NEAB).

Este trabalho é um recorte da minha monografia, o encontro com as rezadeiras do município de Antônio Martins-RN, que proporcionou-me muitos aprendizados e um conhecimento que foi além do acadêmico. O intuito do trabalho foi realizar uma etnografia com três rezadeiras da cidade e perceber a questão de gênero inserida no campo religioso. Buscamos descrever a trajetória espiritual dessas mulheres, abordando como seu deus a descoberta de seus dons de cura e a transmissão dos seus saberes.

2. REPRESENTAÇÕES SAGRADAS FEMININAS

Para Joan W. Scott, a categoria gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo que o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (1990, p. 14). Nessa perspectiva, compreendemos que estudar gênero trata-se de relações históricas socialmente construídas e que levaram as mulheres a uma inferiorização. Assim, o gênero se estabelece em um elemento central nessa pesquisa, porque todas as protagonistas desta pesquisa benzem, possui lugar de moradia em comum e são mulheres.

As mulheres que fizeram parte desta pesquisa são de classe média baixa, foram trabalhadoras rurais, possui o dom de curar pela reza e tem conhecimento de ervas que curam. Desta forma, fazem parte de grupos que constantemente são marginalizados e condenados pela sociedade. Acompanhar o trabalho delas nos fez ver como elas se dedicam, coisa rara em uma sociedade rural e capitalista. Nenhuma delas cobram pelo serviço que realizam, se a reza for cobrada, um descrédito sobre seu dom será gerado na comunidade, devido a própria tradição de gratuidade das rezas. Quintana (1999, p.89) escreve:

Uma cobrança por parte da benzedeira viria a manchar, a sujar tanto o trabalho realizado como a imagem de quem o realiza. Ao colocar um preço e vender os seus serviços, ela estaria deixando de ter as qualidades de bondade e pureza as quais lhe possibilitam sustentar um lugar especial em manter o Dom.

As rezadeiras são fundamentais no tratamento de determinadas doenças, pois muitas vezes as pessoas procuram tanto o médico quanto uma rezadeira. Elas agem de forma a complementar as práticas da medicina oficial, quando surgem enfermidades e aflições emocionais. Segundo Quintana (1999, p. 86), o ofício da benzedeira é semelhante ao ofício do médico; mais que uma profissão, é visto como sacerdócio, uma missão. Na fala das próprias rezadeiras, percebe-se que tanto elas indicam que os pacientes procurem médicos quando

percebem que é necessário, como pacientes chegam às suas casas relatando que os médicos orientaram a procurar uma rezadeira.

De acordo com o dicionário da religiosidade popular (2003, p.120), a origem do termo benzedeira diz respeito àquelas mulheres que manipulam ervas, realizam rezas, benzeção para males específicos e que neste ato de benzeção, agregam ervas medicinais ou plantas que possuem no meio popular algum significado.

Já de acordo com o dicionário Aurélio, a benzedura é uma mulher que pretende curar doenças e anula feitiços por meio de benzeduras, podendo também significar bruxa ou feitiçaria.

Ao longo da História as benzeduras já foram acusadas de bruxas, feiticeiras. Apesar disso, continuam sendo procuradas por pessoas de classe média e baixa para cura males. As formas envolvem rezas, orações, banhos, e outros.

As rezadeiras são mulheres de origem humilde e dotadas de uma sensibilidade acima do normal, que são respeitadas pelas pessoas da comunidade. As curandeiras nem sempre eram vistas com bons olhos pelas autoridades eclesásticas, as quais, muitas vezes, condenavam as suas práticas, classificando-as como superstição ou feitiçaria.

3. AS REZADEIRAS E SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA

As rezadeiras que pesquisamos são mulheres idosas, entre 70 e 79 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade, católicas, que normalmente apreenderam a reza com a mãe, avó ou conhecidos. Com o passar do tempo, quando alcança a maturidade, depois de ter feito muitas curas, a rezadeira vai ficando mais conhecida e ganhando a confiança das pessoas. Quanto mais tempo tiver de rezadeira, mais credibilidade ela terá, pois constrói uma espécie de “fama” na comunidade.

Algumas frases como “aprendi com minha mãe” mostra-nos que a trajetória de vida dessas mulheres é de formação identitária. As rezadeiras, além de rezar, são mães, esposas, donas de casa, agricultoras, têm sua religião. A rezadeira tem uma identidade particular, por isso é preciso que ela tenha um conhecimento exclusivo. Alguns elementos que podem ser usados na formação dessa identidade; as ervas, os símbolos, imagens, o próprio ritual. Hall (2001, p.12-13 *apud* FILADELFIA SENA, 2011, p. 56) define identidade:

A identidade torna-se “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas em torno de um eu coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes

direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente descoladas.

As rezadeiras têm não só situações econômicas parecidas, mas também a simplicidade e humildade. Existem, porém, diferenças entre elas, como os saberes. Portanto não é uma identidade homogênea, segundo Candau (2008, p.19) “Vivemos em uma sociedade multicultural. Podemos afirmar que as configurações multiculturais dependem de cada contexto histórico, político e sociocultural”.

Isso nos permite pensar as múltiplas experiências vivenciadas por essas mulheres. As protagonistas dessa história são Dona França (79 anos), Dona Eliza (70 anos) e Dona Maria (79 anos). Essas mulheres possuem trajetórias de vida parecidas, conhecem as práticas curativas, principalmente a reza”.

As rezadeiras são católicas. Não temos conhecimento de rezadeiras que pertencem à outra religião na cidade de Antônio Martins. Embora elas sejam fiéis ao catolicismo popular, as rezadeiras são vistas pela comunidade como pertencentes ao catolicismo oficial. As rezadeiras de Antônio Martins não têm conhecimento escolar tradicional, mas possuem conhecimento de curas e rezas.

A infância é de grande importância para essas mulheres que rezam. É durante esse período que elas conhecem essas práticas e começam a rezar, como aconteceu com as rezadeiras dona França e dona Maria. Para Ecléa Bosi (1994 (S.A) *apud* NUNES 2011, p. 65), “a infância é a fase da vida que mais deixa marcas profundas e difíceis de serem esquecidas, é o momento que emergem pessoas e acontecimentos que foram significativos na vida de uma pessoa”. Para ser rezadeira precisa-se ter um sentimento religioso e se doar ao ofício.

Agora, vamos conhecer um pouco mais da vida de cada uma dessas mulheres.

3.1. DONA FRANÇA

Natural de Antônio Martins, sua mãe era Alexandriense e seu pai Antoniomartinense. Filha de agricultores, diz que apreendeu a rezar com um conhecido:

Comecei a reza com 12 anos, aprendi com um Senhor (seu Nazario) que morava em um sítio vizinho (sítio cachoeirinha), quando aprendi a ler, lia versos para ele, para me ensinar a reza. Seu Nazario gostava muito de versos. Minha mãe rezava, mas só me ensinou o Pai Nosso, Ave Maria, Salve Rainha. Estudei até o 3º ano, aí daí comprei livros de oração e fui aprender. Acho que minha mãe aprendeu com minha avó, pois tenho lembranças de quando menina, minha avó rezando, tenho orações que ela me deu, tinha inscrito na mão para não apagar, fui a Patu pedi o menino para fazer no computador (Dona França).

Quanto a transmissão do seu saber, Dona França afirma que “*as mulheres só podem ensinar a homem e homem só pode ensinar a mulher para não perder as forças da reza*”. É o que Fracimario dos Santos (2007, p. 9) chamou de “transmissão entre gêneros cruzados”.

Ela nos relata a vida difícil que enfrentou na infância:

Tenho pouca lembrança da minha infância, de seis para sete anos ia para roça trabalhar com meu pai e minhas irmãs; nada de ir para escola, com doze anos aprendi a rezar só de cabeça, por que num sabia ler, tinha desgosto por que não sabia ler, pedi a meus pais para ir para escola. Fui, estudei até a terceira série por que não tinha mais. Meus pais eram agricultores; tinha onze irmãos, eram os trabalhadores de papai. Depois de adulto, vendia as coisas, ia para Juazeiro comprando livro de oração e cada vez apreendendo mais.

Dona França, rezadeira da área rural de Antônio Martins, reside no sítio Lagoa, há 50 anos; tem cinco filhos, doze netos e três bisnetos; hoje viúva, casou com vinte sete anos e seis meses; dona de uma memória invejável. Goddy (1997, p. 35 *apud* SANTOS S.A, p. 6) afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Com as mãos calejadas pela vida difícil que teve, exercendo a atividade de agricultora.

Hoje, com setenta e sete anos, diz que nunca parou de rezar e cada vez aprende mais. Dona França conta que sua mãe rezava, mas ela não a ensinou; relata que quanto à aprendizagem de sua mãe ela diz não ter certeza, mas “tem uma vaga lembrança de sua avó rezando”. Dona França mostra-me algumas das orações escritas que tem há muito tempo guardada, inclusive que Seu Nazario, o senhor que ensinou-lhe a rezar lhe deu.

O movimento das pessoas em busca de cura e benção é constante, e de diversos lugares desde o Rio Grande do Norte a Paraíba, ao Sul do país. As pessoas que não conseguem chegar até ela entram em contato por telefone. “Também, não tem hora para rezar”, afirma.

3.2. DONA ELIZA

Dona Eliza é uma mulher admirável, sua fama de rezadeira ultrapassa, transcende o Sítio Picada e se estende por toda a cidade e regiões vizinhas. Segundo ela, o dom da reza veio através de uma visão sobrenatural e foi lhe dado o Dom da reza e cura:

Ninguém me ensinou, foi um dote que Deus me deu. Sempre fui religiosa, acompanhava meu pai... quando percebi, tinha de 39 para 40 anos. Morava num deserto, numa mata. Tinha pouco vizinhos, mas ainda era distante ninguém lá falava em Deus. Meu menino era muito doente, na minha casa passava um povo para tirar madeira, eu pedia meu Deus me dê uma luz! Um dia senti uma coisa meu coração, só não fez falar para mim... reza nele! Rezei, ele foi ficando bom e sempre que um menino meu adoecia eu rezava, me mudei, mas guardei

segredo por que tinha medo do povo me chamar de catimbozeira. Uma mulher passou um dia em minha casa aperiada, à procura de rezadeira, mas, eu calada, aí me deu uma pena disse a ela Fulana você crê em reza? Ela disse: muito! Aí disse: pois venha que eu rezo. Ela disse: você sabe? Eu disse: tenha fé em Deus (Dona Eliza).

Algumas vezes, o conhecimento da reza não pode ser repassado, como relata dona Eliza: *“não posso ensinar a ninguém, foi um dote que Deus me deu”*.

Dona Eliza também me relata a sua infância difícil:

Fui uma criança sofrida, perdi minha mãe... quando ela morreu tinha onze meses de vida, fui morar com minha avó junto com meus três irmãos... na época muito pobre, só não passei fome, mas tinha muita necessidade... andava descalço, nua, por que não tinha condições, nunca tive direito de estudar... saía de quatro da manhã para trabalhar. Com idade de oito anos, fui morar com meu pai; ia para roça junto com meus três irmãos.

No relato de dona Eliza, percebe-se a dificuldade enfrentada por ela na sua infância, devido à situação econômica familiar e principalmente pela dispersão da família após a morte de sua mãe. Desse período, dona Eliza refere uma das lembranças mais fortes de sua infância: *“agentei muita coisa de muita gente, levei muita pancada”*.

Hoje tem setenta anos, é natural de Antônio Martins, casou e teve doze filhos, tem dezoito netos e oito bisnetos. Mora somente com seu esposo, com quem é casada há cinquenta e três anos. Trabalhou boa parte da sua vida na agricultura, parou por que teve um problema de saúde, não podia mais e conseguiu um benefício. Depois que casou, dona Eliza diz que morou em outros lugares, saiu até mesmo da cidade de Antônio Martins e veio para Serra Mossoró. Depois voltou para região de Antônio Martins, morou em outros sítios, até que, depois de cinco anos de casada, veio a habitar a casa que ainda hoje vive, dizendo que de lá só sai para o cemitério. Dedicar-se integralmente à atividades domésticas e à reza.

O ofício da reza está também associado aos conhecimentos das plantas medicinais; com essas práticas, as rezadeiras podem ensinar um remédio caseiro, com base nas plantas mais comuns da região. Dona Eliza diz ter muita fé em remédios caseiros; quando as pessoas chegam à sua casa em busca da cura, ela sempre recomenda.

3.3. DONA MARIA

Dona Maria também é de origem humilde; hoje aposentada, relata como aprendeu seu ofício:

Comecei a rezar com sete anos. Aprendi com minha mãe... minha mãe só não queria que me ensinasse coisa de espírito, tinha vergonha porque eu era tão criança, mas minha mãe me obrigava, dizia você reza que reza não faz mal a ninguém... se acreditar você reza; agora se não acreditar... o povo mais velho tinha uma vergonha, mas tinha que rezar e ficava bom Graças a Deus (Dona Maria).

Pode também não ter nenhuma regra para tal transmissão de saber, como mostra dona Maria, quando diz: *“posso ensinar a qualquer pessoa... já ensinei, mas não apreenderam”*.

Natural da Paraíba, dona Maria conta-me da vida difícil enfrentada por ela e seus familiares:

Meus pais eram agricultores da agricultura pesada, e eu era de dentro, levava os filhos, tinha quatro irmãos, estudei numa escolinha de sítio; lá aprendi o A B C. Casei com um Paraibano e tive doze filhos. Hoje tem quatro vivos... morei em várias cidades, quando vim para Antônio Martins já vim rezando, não sei quantos anos moro aqui, sei que faz muitos anos.

Nesse relato, percebemos o olhar de uma mulher que, desde cedo, vivenciou as dificuldades, mostrando o esforço dos pais para criar os filhos, já que a situação econômica era precária. Hoje, reside na pequena cidade de Antônio Martins – RN e tem setenta e nove anos. Em sua casa modesta, sempre tem alguém em busca de uma cura, de uma benção. Nunca teve outra profissão, sempre trabalhou na agricultura, hoje já se encontra aposentada e trocou a enxada somente pelos ramos. São pessoas que vêm da vizinhança, das redondezas e mesmo da cidade e isso não tem hora nem dia para acontecer. Além de crianças e adultos, dona Maria benze animais e objetos. Como a maioria das rezadeiras, dona Maria acredita que a cura vem de Deus: *“Não sou eu que curo, é Jesus; é preciso ter fé”*.

Assim como Dona França, Dona Maria conta que sua mãe também rezava. Dona Maria conta que sua avó rezava; depois que ela morreu, sua mãe continuou: *“quando minha mãe morreu eu continuei rezando”*. Ou seja, as rezas constituem uma herança da sua avó e de sua mãe. Para receber a cura, é preciso ter fé. Nas suas falas, as rezadeiras deixam claro: *“se as pessoas não tiverem fé, não vão ser curadas”*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A santidade feminina produziu inúmeras lideranças que souberam usar bem, o espaço do sagrado para servirem ao povo e conquistarem o respeito geral, em face de sua autoridade moral. Apesar de nem sempre constarem nos documentos oficiais, ou nos manuais, as mulheres escreveram uma página memorável da História de Antônio Martins, principalmente no

catolicismo popular. Como ficou claro neste trabalho, elas foram verdadeiras protagonistas no processo da formação cristã/católica Antônio Martinense.

As rezadeiras lembram do aprendizado como parte de sua infância e adolescência, comparado a uma escola que requer observação, paciência e capacidade de memorizar. Dona Eliza e dona Maria, mesmo sendo ensinadas por outra pessoa, sentiram-se chamadas para aprender esse ofício, receberam o poder de curar, além de outras atribuições comuns de mulher, mãe e esposa, etc. As rezadeiras são brilhantes na arte de narrar. Elas fazem uso da voz para passar uma prática totalmente rica, que faz parte da cultura da sociedade brasileira. Usam as mãos para curar, cura que está fundamentada no sagrado.

Essas rezadeiras tratam seus doentes com rezas e não se contradizem em nenhum momento, elas transmitem uma grande paz. Para nós, é impossível imitar suas rezas e bênçãos. Tudo está visivelmente adaptado à vida das rezadeiras e a dos seus doentes, mas muito diferente da vida daqueles que não acreditam. Há uma grande diferença entre o oficial e o popular, desde o lugar do tratamento aos nomes dados aos membros do corpo e até à própria interpretação da doença. Essas mulheres se destacam, assim, pela simplicidade e por falarem uma língua acessível e por curarem doenças.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa foi realizada na cidade de Antônio Martins, Alto Oeste Potiguar, com três rezadeiras do município. Duas residem na Zona Rural, a mais ou menos sete quilômetros do centro da cidade. Uma delas é dona França, que reside no sítio Lagoa, que fica dividido entre as cidades de Antônio Martins e João Dias. A outra é dona Eliza, que reside no sítio Picada, localizado próximo ao Sítio Lagoa, também com um número razoável de famílias. E por fim, dona Maria, que mora no centro da cidade de Antônio Martins.

No primeiro momento, foi feita uma revisão bibliográfica referente ao tema de estudo, os dados foram coletados através de conversas informais, mas também por entrevistas orientadas por um roteiro, previamente elaborado, com uso do gravador de voz, para melhor registrar as falas de nossas interlocutoras. Fizemos uso da fotografia para registro visual, e como é de praxis nos trabalhos etnográficos, do diário de campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO. N. **Senhoras da fé**: histórias de vida das rezadeiras do Norte do Piauí. 2011. Universidade Federal do Piauí, Piauí 2011.

CRISTOVÃO, Chagas. **Antônio Martins Terra da Boa Esperança**: Natal: Sebo Vermelho, 2003.

Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, 2006.Ed. Positivo.

MORREIRA,F; Candau,V. **Multiculturalismo**: diferenças culturais pedagógicas. Petrópolis, RJ. 2ed: Vozes 2008.

OLIVEIRA, Élide, Reza, **Fé e cura**: A importância das Rezadeiras na cidade de Antônio Martins/RN. Dissertação de curso Ciências Sociais (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte) 2016.

Poel, F.V.D. (2013) **Dicionário da Religiosidade popular**: cultura e religião no Brasil.Curitiba, PR:Nossa Cultura.

QUINTANA, Alberto M. **A ciência da benzedura**: mal olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise. Bauru SP. Edusc 1999.

SANTOS, F. **Mulheres que rezam**: Uma abordagem antropológica entre os saberes das rezadeiras e os saberes dos médicos (profissionais de saúde) no município de Cruzeta/RN. Disponível em http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/D_Virtual_26_RBA/foruns_de_pesquisa/trabalhos/FP%2010/francimario%20vito%20dos%20santos.pdf Acesso em: 01 mar. 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.6, n.2, jul-dez. 1990.

SENA,F. **Trajetórias de espiritualidade de mulheres rezadeiras**: O que a vida lhes ensinou?. 2001.222f (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceara, Fortaleza.2011.

SANTOS. F. **O ofício das Rezadeiras**: Um Estudo antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças Cruzeta/RN. 2007. (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte.2007.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REALIDADE OCULTADA NA SOCIEDADE

Rusiane da Silva Torres¹⁴⁵

Raiane Torres da Silva¹⁴⁶

1. INTRODUÇÃO

A história da mulher, ao longo do tempo, foi marcada por situações de conflitos nas relações matrimoniais, sendo a mesma vista como um ser inferior e dependente dos homens, em primeiro momento ao seu pai, após o casamento passa a pertencer ao companheiro. Na História, dificilmente aparecem fatos onde os protagonistas são do gênero feminino, pois os homens quase sempre são os heróis, os revolucionários e os líderes dos grandes fatos históricos. “A história do desenvolvimento da sociedade humana foi narrada quase sempre pelos homens e a identificação dos homens com a ‘humanidade’ tem tido como resultado, quase sempre, o desaparecimento das mulheres dos registros do passado” (SCOTT, 1992, p. 39).

Desde criança costumamos ouvir que as mulheres devem ser submissas ao homem, que são seres inferiores, frágeis. Começa a existir desde a infância uma desigualdade entre os gêneros, no qual a sociedade dita as brincadeiras de menino e as brincadeiras de menina, onde a menina cozinha, cuida de suas bonecas como se fossem suas filhas, enquanto o menino tem carros e diversas profissões. Segundo Faria e Nobre, citada por LIMA:

As crianças são levadas a se identificarem com modelos do que é feminino e masculino para melhor desempenharem os papéis correspondentes. Os atribuídos às mulheres não só são diferentes do homem, são também desvalorizados. Por isso, as mulheres vivem em condições de inferioridade e subordinação em relação aos homens (1997, p.10).

Assim a sociedade se desenvolve nos moldes do patriarcado, onde as relações sociais garantem certa subordinação da mulher ao homem, sendo uma propriedade particular do seu companheiro. Essa subordinação resultou em violência, aplicada dentro dos lares. Diante dessa situação, a classe feminina vem lutando para consolidar direitos e oportunidades iguais, independentes do sexo. As mulheres percorreram um longo e difícil caminho até chegar ao ponto de ter uma lei nacional em sua defesa, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.304/06). Por meio da lei,

¹⁴⁵Discente em História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Email: rusianehistoria@gmail.com

¹⁴⁶Discente em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Email: raianetorressilva@hotmail.com

vidas que seriam perdidas passaram a ser preservadas, mulheres em situação de violência ganharam direito e uma lei específica de proteção, fortalecendo dessa maneira a autonomia das mulheres.

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo levantar discussões no ambiente escolar sobre a violência doméstica e familiar, levar a Lei Maria da Penha para os alunos, de duas escolas Municipais de Apodi, analisarem e perceberem a igualdade existente entre os gêneros. Ensinando e conscientizando desde cedo que não existe diferenças entre os gêneros, a sociedade pode se livrar de um crime presente e ao mesmo tempo escondido na sociedade, estamos se referindo a violência doméstica contra a mulher.

2. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A CONQUISTA DA LEI MARIA DA PENHA

A violência doméstica é aquela que ocorre dentro do âmbito da unidade doméstica. Não é de hoje que as mulheres são vítimas de violência dentro de suas casas e os agressores são as pessoas que elas mais deviam confiar, seus companheiros.

A violência doméstica e familiar é a violência, explícita ou velada (obscura, encoberta, palavra que vem do Latim "velare", que significava "cobrir com um véu"), praticada dentro de casa, usualmente entre parentes (marido e mulher). Inclui diversas práticas, como a violência e o abuso sexual contra as crianças, violência contra a mulher, maus-tratos contra idosos, e a violência sexual contra o parceiro (BORGES, 2007).

A violência doméstica passou a ser vista como um problema existente na sociedade nos anos de 1970, onde os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos começaram a incentivar mulheres vítimas de agressões a denunciarem esses maus tratos. Esses manifestos foram o marco inicial da luta pelos direitos das mulheres. Na década de 1980 foi criada a SOS Mulher, com o objetivo de atender as mulheres violentadas. Em 1983 foram criados os primeiros conselhos em esfera Estadual e Municipal de Direitos da Mulher. Esses conselhos são espaços no Poder Executivo no qual as mulheres participam, elaboram, decidem e fiscalizam a implantação de políticas públicas voltadas para o público feminino.

No ano de 1994, houve uma importante conquista da classe feminina, ocorreu a assinatura pelo Brasil da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), ratificada em 1995, que define a violência contra a mulher como "qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado".

Além disso, estabelece que os países devem promover políticas públicas de vigilância, punição e desarraigamento dessa forma de violência. Notamos dessa forma que o tema já começava a preocupar toda a população, como também a classe política do país.

A luta não parou por aí. No ano de 2002 formou-se um consórcio de algumas entidades feministas (CFEMEA, ADVOCACY, AGENDE, dentre outros) e juristas para estudar e elaborar uma nota de Projeto de Lei integral, instituindo prevenção, punição e erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Sem dúvidas, a maior conquista para as mulheres ocorreu em 2006, com a aprovação por unanimidade da Lei de número 11.340/2006, chamada Lei Maria da Penha.

A Lei 11.340/2006 recebeu o nome Maria da Penha em homenagem a biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de violência doméstica por vários anos. Em uma dessas agressões, no ano de 1983, levou um tiro enquanto dormia que a deixou paraplégica. Duas semanas depois, o seu companheiro tentou matá-la novamente, desta vez por eletrochoque e afogamento, durante o banho. Após essas agressões, Maria da Penha tomou coragem e denunciou seu companheiro, o professor universitário Marco Antonio Heredia Viveiros, que foi preso apenas no ano de 2002, cumpriu dois anos de pena de prisão e ganhou o regime aberto. Assim, o Presidente que sancionou a Lei 11.340/2006, Luiz Inácio Lula da Silva, batizou como Maria da Penha, reconhecendo a incontável luta desta mulher em busca do fim da violência doméstica e familiar. Ato esse considerado uma das maiores formas de violação dos direitos humanos.

A Lei Maria da Penha foi criada com o objetivo de reduzir e prevenir a violência doméstica e familiar exercida contra a mulher, apresentando como público alvo as mulheres, independente da raça, cor, cultura, religião, orientação sexual, classe social. A lei representa a construção de uma igualdade existente entre os gêneros. No Brasil, as estatísticas mostram o quão à violência está presente nos lares de todas as regiões do país. Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2001) revelou que, no Brasil, uma em cada cinco mulheres declara ter sofrido algum tipo de violência praticada por alguém do sexo oposto.

Quando nos referimos a violência contra a mulher não estamos tratando apenas da violência física. O artigo 07 da Lei Maria da Penha estabelece 05 tipos de agressões, sendo elas a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e a violência moral. A violência física pode ser entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher; a violência moral expressa na forma de calúnia, difamação; a patrimonial se trata da perda ou destruição dos documentos da mulher, bens pessoais; a violência sexual abrange as situações relacionadas à relação sexual sem o consentimento da companheira, bem ainda como condutas

que obrigam as mulheres a abortarem, engravidarem; por fim a violência psicológica ocorre quando o agressor humilha, ameaça e isola suas companheiras.

Sobre esse assunto Dias cita:

A Lei Maria da Penha não trata de qualquer tipo de violência. Não. Cuida da mais violenta de todas as violências. Da violência que acontece no âmbito reservado do lar, no recinto sagrado, aquele que a democracia ainda mantém e homenageia um reinado e sua rainha: a matriarca ou Rainha do lar! Coroa imaginária na cabeça, ferida real escondida no corpo, na alma, no coração. A violência doméstica, da qual não só a mãe, mas as filhas, irmãs, avós passam a ser vítimas do homem, cuja força física a natureza dotou, indispensável num passado distante, mas por outras razões que a evolução dos tempos e da tecnologia hoje até dispensa, mas que ainda perdura por herança do DNA, e cujo uso, não tendo melhor ou mais inteligente destino, passa a ser o corpo da companheira, da filha, da mãe, da mulher com quem divide as amarguras ou alegrias do cotidiano (DIAS, 2007, p.309).

A falta de conhecimento da população faz com que muitas vezes as mulheres não denunciem os seus agressores, por não saberem que aquele ato cometido é considerado violência e considerado crime, segundo a Lei Maria da Penha. Desta forma, é preciso que ocorra um conhecimento mais amplo sobre a Lei que protege as mulheres. No capítulo I da Lei aqui analisada, estabelece a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar cometido contra as mulheres, essas campanhas devem ser voltadas ao público escolar e a sociedade em geral. Assim a escola pode ser um ambiente propício ao estudo da Lei, uma vez que contam com o público jovem, os mesmos são capazes de entender a proporção do problema da violência contra a mulher.

3. ESTUDO DA LEI MARIA DA PENHA NO ÂMBITO ESCOLAR

Abordar uma lei na escola é preciso antes de tudo conhecer os motivos que levaram a criação da lei. No segundo capítulo da Lei 11.340/2006, ressalta-se a importância do estudo da lei nas escolas ao afirmar que: “o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher”. Desta forma, como trabalhar o tema da violência contra a mulher nas escolas? Como discutir a questão do gênero em uma sociedade corrompida pelo machismo?

A metodologia aplicada nas escolas¹⁴⁷ em que serão submetidas ao estudo da Lei, consistirá, em primeiro momento, na aplicação de um questionário, o mesmo servirá para medir o grau de conhecimento que os alunos apresentam sobre o tema. O formulário contará com as seguintes perguntas:

- A) O que significa ser homem ou ser mulher na sociedade moderna?
- B) Como vocês enxergam as diferenças de gêneros impostas pela sociedade?
- C) Como a sociedade discute o tema da violência contra a mulher?
- D) Quais condutas podem ser consideradas como uma violência doméstica?
- E) O que vocês sabem sobre a Lei Maria da Penha nº 11.340?
- F) Quais penas devem ser aplicadas a quem comete algum tipo de violência contra a mulher?
- G) Quais fatores levam as mulheres violentadas a não recorrerem à justiça?

Após a aplicação do questionário, deve-se abordar cada tópico respondido, em especial os que dizem respeito à Lei. Sabemos que muitos ainda enxergam as mulheres como as culpadas pela violência cometida pelos seus companheiros. Isso se deve principalmente ao pequeno número de denúncias, se comparado ao grande número de mulheres que dizem já ter sofrido algum tipo de violência. No entanto, são vários os motivos que levam as mulheres para não realizar um boletim de ocorrência, dos quais se destaca: o medo de realizar a denúncia e seus companheiros não serem punidos; a vergonha que sentem ao admitir que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência; a dependência financeira do marido; ou simplesmente o amor pelo seus companheiros.

Um ponto que merece ser bem explanado para os alunos diz respeito às punições de quem comete qualquer tipo de violência estabelecida na Lei. O artigo 22 da Lei institui um conjunto de medidas preventivas que o juiz poderá aplicar ao agressor, podemos citar: o afastamento do lar ou local de convivência com a ofendida; aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de qualquer forma de comunicação.

¹⁴⁷ A pesquisa está em fase de elaboração, e deverá ser aplicada em duas escolas Municipais de Apodi, uma localizada na zona rural, e outra na cidade. As salas nas quais será aplicado o questionário será 6º e 9º ano (Escola Municipal localizado na zona rural) e 7º e 8º ano (Escola Municipal da zona urbana).

Além do questionário, outra metodologia aplicada no projeto será o uso das mídias eletrônicas, como documentários. Esse documentário pode ser elaborado de duas formas: a exibição de um vídeo elaborado por especialistas, como advogados, discutindo cada artigo da Lei, e o segundo conteúdo depoimentos de mulheres vítimas de agressão. Essa segunda maneira é importante para demonstrar o tamanho desse problema na sociedade.

O encerramento da pesquisa se dará com uma roda de conversas sobre o tema, se possível convidar a família dos alunos, enfatizando principalmente a importância da denúncia. A presença da família é essencial, uma vez que muitas delas ainda são construídas nos moldes da dominação tradicionais, onde o homem manda e a mulher obedece. Dominação essa explicada por Bourdieu:

A dominação masculina está suficientemente assegurada para precisar de justificação [...]. Essa visão dominante da divisão sexual manifesta-se nos discursos, mas também nas práticas e nos objetos técnicos. Se está na ordem das coisas para fazer referências ao que é normal e natural a ponto de ser inevitável é porque igualmente está presente em estado objetivado, no mundo social e em estado incorporado no habitus, funcionando como princípio universal de visão e divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 1995, p. 137).

Desta forma, é preciso eliminar esse discurso de dominação, enquanto os homens se acharem superiores às mulheres, vai haver violência. É preciso também que as mulheres não se enxerguem como inferiores, eliminem o discurso de ser frágil e do lar. A denúncia precisa acontecer, sem ela é impossível que o agressor seja punido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão e mobilização pela igualdade de gêneros ainda são temas recentes em nossa sociedade, principalmente debatidas dentro das escolas, no entanto, com muita luta e conscientização, conseguimos avançar e conquistar resultados positivos, como a aprovação da Lei 11.340/06. A Lei Maria da Penha é o marco da luta dos direitos das mulheres. Entretanto, a luta não deve parar, o próximo passo deverá ser o total cumprimento de todos os itens previstos na Lei.

O projeto que será desenvolvido em duas escolas deve ter como objetivo principal a conscientização da igualdade existente entre os gêneros. Acreditamos que esse é um dos principais motivos da existência de violência contra a mulher, a ideia de superioridade do sexo masculino se comparado com o feminino.

É preciso que os alunos vejam as mulheres que sofrem ou já sofreram agressões de seus companheiros, são vítimas da violência e não cúmplices. Com relação à eficácia da Lei, ela deve ser feita com sucesso, em todos os casos. Não podemos deixar agressores soltos, estes podem cometer mais crimes, com as mesmas ou vítimas diferentes.

Para finalizar o trabalho, escolhemos uma reflexão de Maria Berenice Dias:

É preciso dar um basta à violência – qualquer violência – que nada agrega a uma sociedade justa e solidária, em especial à violência doméstica (ou não?), o que não representa (super) valorização da mulher, mas resgate de sua cidadania, nos precisos termos do art. 1º da Constituição Federal, para que também a mulher possa contribuir, com todas as suas forças intactas, na construção desta sociedade brasileira, através de seus múltiplos e indispensáveis papéis a desempenhar, plenamente garantida a sua dignidade de pessoa humana no espaço que tem como mais sagrado: o seu lar. Não importa se a mulher exerce ou não atividade laborativa profissional, pois, dentro das quatro paredes da casa, ela é mãe, ela é filha, ela é avó, ela é mulher. Aos esforços do Legislativo, responsável pela edição da Lei Maria da Penha, somem-se os do Judiciário, do Executivo e de toda a comunidade jurídica na boa administração deste novel estatuto! (DIAS, 2006, p.311).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, A R. NEVES, T. das N. **A questão da violência doméstica contra a mulher em São Sebastião do Paraíso/MG**. 2007. Fundação de Ensino Superior de Passos. Faculdade de Serviço Social de Passos.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei 11.340, de 7 de Agosto de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília DF, n. 151, 8 ago. 2006. Seção 1. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato/2004-2006/Lei/L11340.htm Acesso em: junho de 2016.

DIAS, Maria Berenice. **A efetividade da Lei Maria da Penha**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 15, n. 64, p. 297-312, janeiro-fevereiro de 2007.

FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1999.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. Pesquisa 2001. Disponível em: <http://www.patriciagalvao.org.br>. Acesso em: junho de 2016.

SCOTT, W Joan. “El problema da invisibilidade” In: ESCANDON, Carmem R. (org.) **Gênero e história: la historiografia sobre la mujer**. México: Instituto Mora, 1992.

CRENCIAIS DE AUTORIA (ORGANIZADORES)

Lucas Sùllivam Marques Leite

Acadêmico de Licenciatura em Filosofia, assistente de iniciação científica na Oficina Mimesis de Pesquisa em Ensino de Filosofia e membro do Grupo de Pesquisa em Epistemologia e Ciências Humanas; do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB; e Grupo de Estudos Culturais GRUESC, investigando possibilidades do ensino de Filosofia sobre a Lei 10.639/2003. Todas as ações pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN. Na área de pesquisa, centra seus estudos em Filosofia e Ciência Política na interface com a Educação. Interessado nos seguintes temas: afroperspectivas filosóficas; movimentos sociais; novas formas de participação sociopolítica; relações étnico-raciais; planejamento e avaliação de políticas públicas.

Aryanne Sérgio Queiroz de Oliveira

Bacharela em Direito, mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas. Atua como técnica administrativa no Departamento de História e no grupo de pesquisa Epistemologia e Ciências Humanas, e no grupo de pesquisa História do Nordeste: sociedade e cultura, ambos na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN. Na área de pesquisa, centra seus estudos no campo das Ciências Sociais e Humanas. Interessada nos seguintes temas: gênero; transexualidade; sexualidade; orientação sexual; direitos humanos; identidade; adoção por casais homoafetivos.

Helder Cavalcante Câmara

Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Especialista em Educação Física escola (UFMT) e em Ciências da Educação (FATIM). Mestre em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH (UERN) e em Ciências da Educação (Ulusófono-Pt). Docente do Curso de Educação Física do Campus Avançado Prof^a Maria Elisa de Albuquerque Maia – CAMEAM/UERN. Vice-lider do Grupo de pesquisa Educação Física, sociedade e saúde (GPEFS) e membro do Grupo de Estudos do Pensamento Complexo (GECOM). Áreas de interesse: Educação Física escolar, Identidade, Corpo, Complexidade e Multireferencialidade. Coorganizador dos Livros *Um dia demasiadamente humano: reflexões sobre a condição humana na escola e na universidade* (2015), *Educação e Formação humana* (2014), *A pesquisa na Educação Física* (2013) e *Imaginário: novos desafios, novas epistemologias* (2012).



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7621-150-1



9 788576 211501